



ÍNDICE

Pg. 5

O DIA-A-DIA DAS GREVES

Maria Dolores Prades e Maria Aparecida de Paula Rago

Pg. 37

O ARROCHO TREME NAS BASES DO ABC

Debate com trabalhadores das bases do Sindicato de São Bernardo

Pg. 89

A GREVE NO CINEMA

Debate com os cineastas Sérgio Segall, Roberto Gervitz, Renato Tapajós e João Batista de Andrade

Pg. 107

AS MÁQUINAS PARAM, GERMINA A DEMOCRACIA!

J. Chasin

Pg. 133

OS SINDICATOS

(I)

F. Engels

Pg. 135

OS SINDICATOS

(II)

F. Engels

APRESENTAÇÃO

A importância do movimento grevista desenvolvido na região do ABC, em São Paulo, com o que ele representa de avanço e de novo para as lutas operárias, impôs a necessidade de um trabalho que se voltasse, de corpo inteiro, para os seus vários aspectos. Tal é, portanto, a preocupação desta Escrita/Ensaio 7, que reúne artigos, debates e um histórico da greve desencadeada, em 1979, pelos operários do ABC. Para quem não conhece, nos n.ºs 4 ("O Poder Sindical") e 6 ("Movimento Operário: Novas e Velhas Lutas"), realizamos trabalhos que, da mesma maneira, ilustram muito bem as lutas dos brasileiros.

Nesta publicação que ora entregamos aos leitores, "O Dia-a-Dia das Greves", de Maria Dolores Prades e Maria Aparecida de Paula Rago, procura reproduzir, após exame crítico do material jornalístico, o cotidiano das lutas operárias de março de 1979, em seus momentos mais decisivos e essenciais. Já "O Arrocho Treme nas Bases do ABC" reuniu, num exaustivo debate, trabalhadores de São Bernardo do Campo, numa tentativa de reavaliação crítica de todo o processo vivido na região, principalmente no que se refere aos problemas de organização, de preparação e de condução das greves. Em outro debate, "As Greves no Cinema", estão cineastas que, ao documentaram as greves, demonstraram sensibilidade política e estética. O ensaio de J. Chasin, "As Máquinas Param, Germina a Democracia!", texto de singular riqueza, revela, de um ponto de vista histórico-dialético, o significado do ressurgimento das lutas operárias rumo à conquista da democracia no Brasil. Finalmente, completando este número, apresentamos dois textos de Engels, sobre a luta sindical e a luta política dos trabalhadores, que têm a grandeza de dimensionar, didaticamente, a importância da organização política e as limitações da luta meramente sindical.

EXPEDIENTE

2

CM

3

4

5

Wladyr Nader (editor), Paulo Douglas Barsotti, Ester Vaisman, Maria Dolores Prades, Maria Aparecida de Paula Rago, Carlos Eduardo Ornelas Berriel, Antônio Rago Filho, Rosa Maria Vieira e Ricardo Antunes (coordenação e texto), Luíz Alberto França e Gérson Rodrigues Marins (fotos), Hélio de Oliveira (capa), Jaime Prades e Equipe Escrita (diagramação e arte). Composição: Linotipadora Auxiliar S/C Ltda., rua Siqueira Bueno, 2316 — Fone: 92-1200 — CEP 03172 — São Paulo (SP). Impressão: Dag — D'Agostinho Artes Gráficas Ltda., rua Maria Cecília, 287 — Fone: 266-3219 — CEP 02754 São Paulo (SP). Distribuição: Século XXI Distribuidora de Livros Ltda., rua Santo Amaro, 582 — Fone: 37-4854 — CEP 01315 — São Paulo (SP). Direitos reservados à Editora e Livraria Escrita Ltda., rua General Jardim, 570 — Fone: 255-5194 — CEP 01223 — São Paulo (SP). Registro na D.C.D.P. do D.P.F., sob o n.º 464 — P. 209/73. — Abril/1980

10

11

12

13

14

INTRODUÇÃO

A Presença da Classe Operária e a Democracia

O ressurgimento das greves operárias no cenário político nacional constituise no que há de fundamental e qualitativamente novo nas lutas sociais contra o regime anti-democrático, anti-popular e pró-imperialista. Sensibilizadas e mobilizadas, a partir do aviltamento de suas condições materiais de vida, as massas trabalhadoras após longos anos de resistência democrática, de preparação, de organização e de acúmulo de forças, emergem decisivamente como eixo de unidade e de centralidade das forças democráticas e populares rumo à conquista da democracia em nosso país.

As greves operárias assumem no presente uma dimensão política essencial que deve ser sempre afirmada. Pois, ao partir para a sua realização, as massas trabalhadoras, num só momento, vão soterrando todo o conjunto de leis anti-operárias e golpeando violentamente a viga-mestra da política econômica erigida no pós-64: o arrocho salarial.

Não é sem propósito que o ministro Delfim Neto, responsável pela falsificação dos índices salariais em 1973, e um dos principais formuladores da política econômica pró-imperialista, vem propor, a fim de "fechar o laço", um "pacto com os trabalhadores" numa "trégua de dois anos sem greves", no conflito entre os setores monopolistas e as massas trabalhadoras. Tempo que julga necessário para solucionar a crise econômica que provoca fissuras e insatisfação entre as várias frações da classe dominante no bloco de poder, na esperança de implementar um novo "milagre". O temor expresso pelo ministro e pelas frações dominantes aponta para a real dimensão política das greves operárias, que, golpeando continuamente a base de sustentação da ditadura, impossibilitam "qualquer projeto econômico fundado na super-exploração da força de trabalho nacionais. projeto econômico fundado na super-exploração da força de trabalho e contrário aos interesses nacionais.

Portanto subordinar a ação das massas trabalhadoras, como pretendem certas concepções liberais da oposição, ao estabeleciomento *prioritário* de franquias formal-liberais, desligadas dos reais problemas nacionais, é concretamente perder a dimensão central do qualitativamente novo trazido no bojo das lutas operárias.

Tão grave quanto cair no reboquismo é cair nas próprias armadilhas da ditadura, que para a sua sobrevivência, ampliação e consetvação, necessita de que as massas trabalhadoras freiem a sua ação político-sindical em direção ao fim do arrocho e todo o aparato jurídico-político-institucional repressivo.

A solução dos problemas nacionais — a manutenção da estrutura fundiária, a subordinação ao imperialismo, e o agravamento das condições de vida dos trabalhadores do campo e da cidade — acha-se, portanto, ligada indissoluvelmente à questão democrática.

É da perspectiva da classe operária, por sua posição particular e histórica na sociedade, que se pode solucionar a questão nacional-democrática fundada num

programa econômico alternativo, extraído de suas condições reais de existência, que atenderá desse modo às necessidades mais gerais de todo o povo brasileiro. Só com a ação das massas trabalhadoras é que obteremos a anistia ampla, geral e irrestrita, as liberdades de expressão e de organização partidária, a realização de uma Assembléia Nacional Constituinte e todas as demais liberdades democráticas.

Será a partir do avanço das lutas operárias, do movimento democrático de massas, de sua correta preparação e organização políticas, através de suas experiências práticas, vitoriosas ou não, que se abre a possibilidade, não só do expurgo das concepções oportunistas e aventureiras, que se regem pelo descompromisso e pelo divisionismo, mas, fundamentalmente, da construção efetiva de uma democracia, em todas as dimensões da vida social: econômica, política, social e cultural.

P.D.B./A.R.F.

O DIA-A-DIA DAS GREVES

Maria Dolores Prades Maria Aparecida de Paula Rago

Diferentemente dos anos anteriores, os metalúrgicos do interior e do ABC iniciaram sua campanha salarial de 1979, com um mês de antecedência (1). Todo o processo de preparação da campanha foi pautado pela *Unidade Sindical*, delineada claramente no "9º Congresso de Lins". No entanto, a efetivação da Unidade Sindical não foi um fato dado, pois teve que ser submetida às condições impostas pelo próprio descompasso existente dentro da categoria. Ou seja, entre os diferentes níveis de organização e de reivindicações dos metalúrgicos do interior e do setor mais avançado do movimento operário brasileiro — os metalúrgicos do ABC.

No primeiro encontro entre os 34 dirigentes sindicais (do interior e do ABC), estiveram presentes representantes dos sindicatos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, que pretendiam discutir a unificação da data-base de toda a categoria metalúrgica do Estado. Essa reivindicação foi rechaçada pela classe patronal durante as negociações, pois significaria objetivamente a união de todos os setores da categoria, na luta por seus direitos. Do primeiro encontro resultou uma pauta inicial de 22 reivindicações, que foi submetida à aprovação da categoria, durante todo o mês de fevereiro.

Mas não foram só os metalúrgicos que se organizaram. No mesmo período, tornou-se pública uma circular confidencial do SIMESP (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas do Estado de São Paulo) que continha as sugestões aplicadas com êxito, pelos empresários, nas greves de novembro de 1978, em São Paulo. O seu conteúdo anacrônico levou setores do empresariado, entre eles o Grupo 14, a recusarem publicamente o documento, o que não significou que a sua linha mestra não tenha permanecido nas bases das negociações.

Foi enfatizando a Unidade, mostrando a importância de se respeitarem decisões de assembléia e instruindo os trabalhadores sobre como se comportar durante a campanha que os Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC, responderam à circular do SIMESP no dia 6 de março: "Companheiros, a partir de maio de 1978, a classe operária conseguiu romper as barreiras das leis de salário e de greve, conquistando melhores condições através de movimentos pacíficos e justos(...) A vitória depende de nossa organização e unidade (...)".

Na reunião do Conselho (2), realizada dia 20 de fevereiro, acertaram-se os últimos detalhes para o encaminhamento das negociações. Foram apontadas, entre as 22 reivindicações, as mais significativas, que seriam levadas com mais insistência: reajuste de 34,1%; piso salarial de três salários mínimos; vigência da convenção coletiva de 2.4.79 a 30.10.79; garantia de emprego após o término de contrato de experiência; estabilidade para os delegados sindicais na proporção de um para cada 500 trabalhadores, assegurando-se o mínimo de um para as empresas com menos de 500 trabalhadores; redução da jornada semanal a 40 horas; reajuste salarial após três meses, de acordo com os índices do DIEESE; estabilidade para os empregados acidentados, mesmo que não tenham ultrapassado o período de experiência.

10

11

12

13

Na mesma reunião foram escolhidos também os membros que participariam da comissão de negociação. Entre os critérios para essa escolha, houve o da representação regional (3). Uma decisão importante, tirada da reunião, foi a de não participação, em hipótese alguma, de qualquer mesa-redonda na DRT. Outra a de ignorar qualquer tipo de julgamento no TRT (4).

Alegando que "Todo sindicato deve lutar pela sua autonomia, pelo direito da autodeterminação, e que a unidade não está vinculada a uma procuração (...), pois neste momento estamos unidos por uma pauta de 22 reivindicações", Lula não entregou a procuração ao presidente da Federação para que este negociasse em nome do Sindicato de São Bernardo (5).

Até a deflagração da greve tinham sido realizados três encontros públicos entre metalúrgicos e empresários e 40 horas, aproximadamente, de reuniões secretas. Desde o início, a atitude dos empresários nas negociações visava retardar um possível acordo. Eles apostavam na debilidade do interior em contraste com o ABC, o que dividiria a categoria. Tanto isso é verdade que na primeira reunião pública, mesmo já tendo conhecimento da proposta dos metalúrgicos, os patrões não apresentaram nenhuma contraproposta, deixando claro que não estavam dispostos a aceitar a estabilidade do delegado sindical. Isso, porém, para os metalúrgicos do ABC, segundo Lula, "representava uma questão de honra".

Frente à demora de um acerto entre as partes, os metalúrgicos decidiram, antes mesmo do segundo encontro, estabelecer um limite para as negociações. Fixaram um prazo até segunda-feira, dia 12 de março, para os patrões apresentarem uma proposta satisfatória, caso contrário o desencadeamento de uma greve na terça-feira, dia 13, seria inevitável.

A primeira contraproposta que os patrões apresentaram, dia 8 de março, consistia fundamentalmente no seguinte: 58% de aumento para quem ganhasse até três salários-minímos; 54% de aumento para quem ganhasse de três a seis salários-minímos; 50% de aumento para quem ganhasse de seis a 10 salários-minímos; e, acima disso, o índice oficial do governo, 44%; piso salárial de CR\$ 2.920,00; e, mais, o atendimento de 11 das 22 reivindicações contidas na proposta dos metalúrgicos. O último item da contraproposta patronal, intitulado "Sobre as Greves", visava um comprometimento dos sindicatos, no sentido de não apresentarem nenhuma reivindicação e não promoverem greves durante a vigência da convenção. Lula declarou que a proposta "não seria aceita pelos trabalhadores, porque tem como critério o mesmo do acordo feito pelos Sindicatos de São Paulo, Guarulhos e Osasco, em novembro de 78, que anulou as conquistas salariais dos operários, obtidas através de greve... Os trabalhadores não poderiam aceitar um acordo em que se comprometem a não fazer nenhum acordo durante a vigência da convenção, isto é , 12 meses".

A perspectiva da não-aceitação da contraproposta fez com que os empresários, no terceiro encontro público, apresentassem algumas modificações, mas nenhuma delas significativa a ponto de levar os metalúrgicos a rever sua posição. Quinze mil trabalhadores reafirmaram a deflagração da greve na assembléia, onde Lula afirmou: "A greve é a única alternativa ... mas com a mesma coragem com que foi colocada, falarei no momento certo: companheiros, é hora de parar a greve". Ele frisou que a greve seria resultado da intransigência dos patrões e que "ela é hoje a principal arma da classe trabalhadora... Apesar da imaturidade, da inconseqüência da classe empresarial, os metalúrgicos do ABC estão apenas usando um instrumento para reivindicar os seus direitos". Diante da decisão da assembléia, os empresários emitiram um comunicado onde afirmavam o não pagamento das possíveis horas paradas. O primeiro passo da DRT foi investigar se as assembléias eram ilegaís, verificando as suas atas (6).

10

11

12

13

14

LUTA SOLITÁRIA

A partir do dia 12 de março, o ABC continuaria a luta praticamente sozinho: 29 sindicatos do interior assinaram o acordo patronal (7), ficando de fora apenas Santa Bárbara e Santos, que resolveram aguardar o desfecho dos entendimentos realizados pelo ABC.

Os índices do acordo incidiram sòbre os salários do mês de abril de 78, desconsiderando assim qualquer reajuste que tivesse sido conquistado pela categoria durante o ano passado. Se por um lado esses índices significaram um aumento para setores da categoria (aqueles que não receberam nenhum reajuste em 78), por outro a grande maioria dos metalúrgicos do ABC sairia prejudicada: é que 60% dos trabalhadores da região se inserem na faixa de três a dez saláriosmínimos, o que representaria 57% de aumento. O desrespeito aos 11%, conquistados pelas greves de maio, fez com que por muitas vezes a aplicação dos índices do acordo representasse um momento menor do que se tivesse sido aplicada o índice oficial no último salário reajustado. Segundo Benedito Marcílio, presidente do Sindicato de Santo André e deputado federal "o escalonamento salarial, ao invés de tirar de quem tem para dar para quem tem menos, tira de quem ganha muito e não dá para quem ganha pouco".

PREPARAÇÃO PARA A GREVE

Trinta e quatro mil metalúrgicos rejeitaram a contraproposta patronal. Na assembléia de São Bernardo, Lula declarou: "Não está sendo tanto pelo aumento salarial e sim por uma questão de honra, que são os delegados sindicais... Não podemos criticar os companheiros do interior que firmaram o acordo, uma vez que, para esses sindicatos, a negociação foi uma vitória... A nossa reivindicação, cujo ponto mais importante é hoje o delegado sindical, não tem o mesmo peso para o sindicatos do interior, tendo em vista o número de trabalhadores desses sindicatos(9)".

TERÇA-FEIRA, 13/3, 1.º DIA DE GREVE

Num documento, a FIESP reiterava a não concessão de nenhum índice de aumento acima dos já fixados no acordo assinado pelos 29 sindicatos do interior, esgotando assim qualquer possibilidade de prosseguimento das negociações. Essa posição irredutível dos patrões fez fracassar a primeira reunião de conciliação na DRT. Diante do impasse, o delegado regional Vinívius Ferraz Torres encaminhou o processo à Justiça do Trabalho, que deveria promover, no prazo de 48 horas, uma última reunião entre as partes, antes do julgamento do dissídio. Apesar do esforço de responsabilizar os metalúrgicos pelo impasse, Teobaldo de Nigris (10) alertou para as possíveis punições decorrentes da quase certa ilegalidade da greve.

150.000 PARALISADOS NO ABC

Muitas diferenças existiram entre maio de 78 e março de 79. Se maio de 78 surpreendeu pelo seu significado mais profundo — de golpear a viga mestra do projeto econômico — surpreendeu também pela criatividade com que as greves

foram realizadas. O elemento "surpresa" de que se revestiu o cruzar de braços frente às máquinas foi responsável pela momentânea desorganização dos patrões, um dos fatores decisivos para o sucesso do movimento. Segundo Marcílio: "através da experiência anterior, os empresários já haviam montado um esquema para forçar os metalúrgicos que entrassem no local de trabalho, a exercerem efetivamente as suas funções. Por esse motivo é que quase à última hora os metalúrgicos se decidiram pela greve de rua". Essa greve se caracterizou pelo não-comparecimento do trabalhador à fábrica, pressupondo no ABC a organização de comissões que constantemente percorressem as portas de fábrica para convocar os metalúrgicos à greve.

SÃO BERNARDO: 90.000 PARALISADOS

Os operários da Trissuri foram os primeiros a parar e a se comunicar com o sindicato, encabeçando assim as paralisações que se sucederam durante toda a madrugada. Inúmeras assembléias foram realizadas e constantemente foi solicitada a presença de algum diretor nas empresas. A primeira grande indústria a sofrer paralisação foi a Ford. Os quatro mil trabalhadores que iniciaram o movimento obtiveram a adesão dos 15 mil metalúrgicos do período diurno. A greve deflagrada à meia-noite na Volks vinha sendo ensaiada com três horas de antecedência. Uma comissão de operários, na porta da fábrica, explicava aos que chegavam a importância de não entrar na empresa. Aos poucos, a comissão foi sendo engrossada e os trabalhadores ao som de "NÃO ENTREM, A LUTA É DE TODOS", impediram a entrada de 16 mil operários. Esta "corrente pra frente" foi a maior de todas as realizadas neste primeiro dia.

EM SANTO ANDRÉ E SÃO CAETANO

Em São Caetano 25 mil estavam paralisados. Com exeção da Metalúrgica Jade, Todas as empresas pararam. A Villares, a GM e a Cadinho Aços Finos dispensaram os operários, que continuavam trabalhando depois das 15 horas, por considerar que a medida seria menos onerosa que a ameaça dos piquetes.

Em Santo André, 87% das metalúrgicas pararam, representando 38.622 — operários de um total de 44 mil.

MURILO GARANTE: "O MOVIMENTO GREVISTA NÃO SERÁ REPRIMIDO" (Folha de S. Paulo)

A repressão foi violenta nas portas de fábrica, com utilização de bombas de gás lacrimogênio, seguida de detenções. A violência foi maior nas grandes indústrias multinacionais, que, além de acobertarem, propiciaram um forte esquema de repressão, sediando inclusive tropas e todo o equipamento que precisaram(11). Na indústria Cleide, quatro viaturas da PM reprimiram cerca de 300 trabalhadores grevistas, que se encontravam na porta da fábrica. Na Fichet, em Santo André, um grupo de operários que se encontrava à espera de seu pagamento, foi violentamente agredido por policiais.

10

11

12

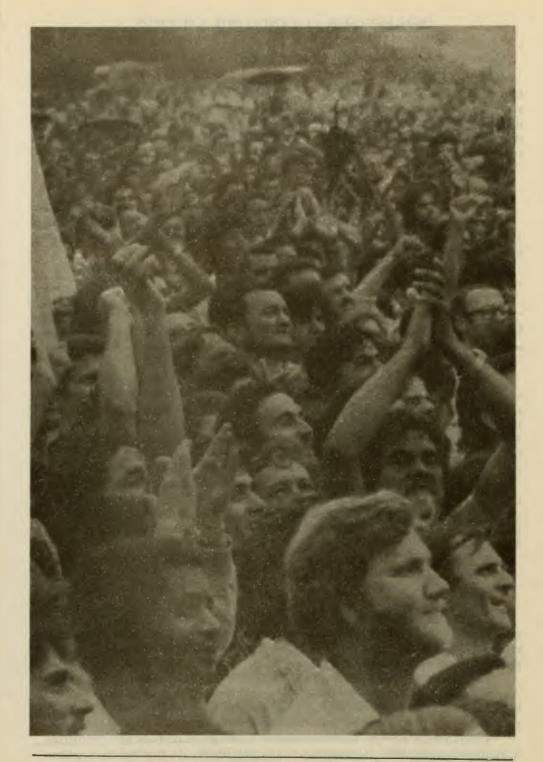
13

14

15

2

3



"O ABC UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO". (Lula)

"NÓS ESTAMOS LUTANDO POR SALÁRIOS E POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA" (Lula)

Lula considerou a assembléia "como um marco para a categoria dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema". Depois de ter mostrado que as 80 horas de reuniões com os empresários foram infrutíferas, afirmou: "não iremos mais atrás da classe patronal, é ela que deve vir atrás de nós. A nossa resposta ao julgamento do TRT, que poderá acontecer dia 14 de março. é que ninguém comparecerá à porta de fábrica".

O INTERIOR ACOMPANHA

Depois de uma exaltada assembléia, 30 mil trabalhadores de Caçapava, São José dos Campos e Jacareí, deflagaram greve contra a vontade do presidente do sindicato, José Domingos da Silva Sobrinho.

Em Campinas, Cid Ferreira conseguiu impedir um movimento grevista, numa assembléia de seis mil trabalhadores.

QUARTA-FEIRA, 14/3, 2.º DIA DE GREVE

Os metalúrgicos do ABC, prevendo os prejuízos que um dissídio poderia acarretar para a categoria, encaminharam uma nova proposta à reunião de conciliação marcada pelo TRT (ver 4). Confiantes em poder restabelecer as negociações diretas, baixaram o índice para 65% e o piso salarial para CR\$ 3.600,00, abandonando momentaneamente a questão do delegado sindical. Com a não aceitação dessa proposta pelos patrões, foi frustrada qualquer perspectiva de conciliação, passando a solução do problema para a alçada do TRT.

Oitenta mil metalúrgicos do ABC compareceram à assembléia em São Bernardo, onde Lula criticou o procedimento das multinacionais no decorrer das greves e todos os pronunciamentos que queriam identificar a greve com um movimento político. "Se Brigar Por Melhores Salários é Fazer Política, Então Nossa Greve é Política. Uma Política Para Encher e Dar Escolas aos Filhos", disse ele.

SANTO ANDRÉ E SÃO CAETANO: 90% DE PARALISAÇÃO

Dezoito empresas de médio e pequeno porte aderiram ao movimento, em grande parte fruto da ação dos piquetes. Apesar do ostensivo policiamento da região, não se registrou nenhum incidente; mas em alguns pontos o esquema policial impediu a atuação dos piquetes.

Na assembléia realizada na sede do sindicato, os metalúrgicos reafirmaram a continuidade da greve. Apesar da diretoria manifestar a possibilidade de estabelecer um acordo em bases menores, a tendência era a de não abrir mão dos índices propostos e da reivindicação pela estabilidade do delegado sindical.

A paralisação em São Caetano recebeu a adesão de mais de sete indústrias. Aproximadamente 90% da categoria estava paralisada. As comissões de salário continuavam a percorrer as empresas esclarecendo os metalúrgicos sobre a importância da paralisação.

10

11

12

13

14

15

2

1

CM

3

4

5

NO VALE DO PARAÍBA E EM OUTRAS CIDADES

No Vale do Paraíba 30 mil estavam paralisados, o que representava a quase totalidade da categoria da região, terceiro maior parque industrial do Estado. Taubaté, Pindamonhangaba e Tremembé aguardavam definição do TRT, podendo também paralisar.

Em Jundiaí, 15 mil trabalhadores rejeitaram o acordo já assinado pelo presidente do sindicato. A deflagração de um movimento grevista era um fato consumado.

Representando 65% da categoria, 3.500 metalúrgicos, entraram em greve em Santa Bárbara do Oeste.

QUINTA-FEIRA, 15/3, 3.º DIA DE GREVE

O julgamento do dissídio teve como resultado a aplicação do índice oficial do governo e um piso salarial de CR\$ 2.130,00. A FIESP, tentando capitalizar esse resultado, reafirmou a intenção de estender os termos do acordo firmado pelos 29 sindicatos, para o ABC, desde que os trabalhadores se comprometessem a voltar imediatamente ao trabalho.

Na assembléia realizada no Estádio da Vila Euclides, com a presença de cerca de 80 mil trabalhadores, foi reafirmada a continuidade da greve "até a vitória", como resposta ao julgamento do TRT e ao documento da FIESP. Lula afirmava: "Sempre disse que nossa pauta de reivindicações é flexivel e que estamos dispostos a negociar, mas espero uma contraproposta mais decente por parte dos patrões".

Em Santo André o movimento atingia 95% dos trabalhadores. Os piquetes foram ampliados e reforçados como medida de precaução diante do comunicado da FIESP e do boato de que se previa o pagamento das horas paralisadas até aquele momento. Em assembléias os metalúrgicos reafirmaram a continuidade do movimento, repudiando a decisão do TRT.

O mesmo ocorreu na assembléia de São Caetano, à qual compereceram cinco mil metalúrgicos. O número de paralisados estava por volta dos 50 mil.

Em Santa Bárbara do Oeste, dois mil trabalhadores resolveram retornar ao trabalho, acatando o acordo da FIESP.

Em Jundiaí, a paralisação foi iniciada por duas grandes indústrias da região, antes mesmo de ter sido deliberado pela categoria. O presidente Guilherme Perón foi obrigado a assumir a responsabilidade da greve pela assembléia, depois de ter sido duramente criticado por ter assinado o acordo.

Em São José dos Campos, a greve prosseguia. José Dominguez da Silva, presidente do sindicato, continuava não assumindo o movimento grevista que estava sob a responsabilidade do Comando Geral de Greve (CGG). A ação policial nessa cidade foi violenta.

Em Jacareí, parte dos trabalhadores voltou ao trabalho.

SEXTA-FEIRA, 16/3, 4.º DIA DE GREVE

5

6

2

3

1

cm

A FIESP, não indo além do acordo já firmado pelos 29 sindicatos, transferiu objetivamente a questão para a esfera do Ministério do Trabalho. A primeira medida para "solucionar" o impasse foi a abertura de uma sindicância que

10

11

12

13

14

apurasse a responsabilidade de alguns dirigentes sindicais no processo grevista (12). Otávio Gonzaga Junior, secretário da Segurança do Estado de São Paulo, denunciou a infiltração de elementos da Convergência Socialista nas greves do ABC.

Aproximadamente, um total de 170 mil metalúrgicos continuavam paralisados. Numa reunião realizada em Santo André, os três presidentes dos sindicatos do ABC avaliaram o movimento e elaboraram uma nota, onde reafirmavam a disposição de manter o movimento até a conquista de suas reivindicações. O comunicado alertava também para a necessidade de se preservar a unidade, não se dando ouvidos aos apelos da FIESP, e pedia a participação de todos nas assembléias marcadas para o fim de semana.

Foram recebidas moções de apoio e solidariedade de vários dirigentes sindicais do Rio de Janeiro e de outros Estados, da Confederação Francesa Democrática dos Trabalhadores e da Federação Geral Metalúrgica Francesa.

Na assembléia de 80 mil, no Estádio da Vila Euclides, Lula, confiante, dissuradores está perto, possivelmente neste fim de semana teremos alguma novidade ... As empresas já estão com seus estoques a zero e não estão mais podendo atender a milhares de pedidos de seus revendedores". Pela primeira vez a assembléia contou com a presença do prefeito Tito Costa, que teve papel decisivo no processo e naquele momento garantiu a não interferência policial. Foram denunciadas pressões por parte das empresas e da polícia. Djalma Bom, tesoureiro do Sindicato de São Bernardo, anunciou a criação de um fundo de ajuda dirigida pelas comissões salariais dos respectivos sindicatos. D. Claudio Humes, bispo do ABC, colocou à disposição todas as igrejas da região, para servirem de locais centralizadores de alimentos e outras contribuições.

Em Santo André, houve paralisação total das grandes e médias empresas, perfazendo 90% da categoria. O comunicado da FIESP provocou um reforço nos piquetes, cuja ação convenceu grande número de metalúrgicos a não se dirigirem ao trabalho. Por outro lado, isso provocou uma violenta ação policial que resultou na prisão de vários operários.

Em assembléia no Estádio Lauro Gomes, com a presença de cinco mil trabalhadores, Lins repudiou a ação policial, conclamando à unidade até a vitória final, afirmando que "quem insufla a greve é o estomago do trabalhador, que está vazio".

Os piquetes organizados pela comissão salarial foram percorrendo as portas de fábrica, sendo progressivamente engrossados, até formarem uma passeata. Perto da Brasilit, a polícia feriu gravemente um metalúrgico.

Em São José dos Campos, 60% dos operários paralisados voltaram ao trabalho. O comando geral de greve reconheceu a desmobilização dos trabalhadores da região, apontando como causas o descomprometimento do sindicato e os subterfúgios utilizados pelos patrões. A ação policial impediu que os piquetes atingissem seus objetivos. A tropa de choque da PM espancou inúmeros metalúrgicos. Com a paralisação da Mercedes Benz, a greve chegava a Campinas. Desautorizando o poder de que Cid Ferreira se revestiu ao assinar o acordo, 600 trabalhadores formaram um comando geral de greve à revelia do sindicato, o que provocou a organização de um forte esquema policial.

Em Jundiaí, 16 mil de um total de 18 mil metalúrgicos permaneciam paralisados. A Vigorelli foi a única indústria que não parou.

10

11

12

13

14

15

2

3

Entre metalúrgicos e empresários reinava uma forte tensão. O projeto de "abertura" do governo, abalado na medida em que não comporta a participação dos trabalhadores e conseqüentemente as suas lutas reivindicatórias, fez com que a posição de "observador distante", que vinha sendo mantida até o momento pelos órgãos governamentais, fosse substituída por uma participação concreta e direta. Logo o governo estaria de posse dos resultados da sindicância que lhe possibilitaram os meios legais para a "normalização" do impasse: a intervenção federal nos sindicatos. Era uma medida totalmente coerente com o projeto de "institucionalização do arbítrio", a partir do qual passa-se a estabelecer o controle dos movimentos reivindicatórios sem utilizar-se de artifícios.

O clima era de expectativa no meio dos metalúrgicos, em função da proximidade do fim de semana, que poderia representar uma desmobilização da categoria, alterando assim a dinâmica do movimento. Prevendo isso, uma série de atividades foi programada para manter a mobilização durante dois dias.

Na asssembléia dos 80 mil, Lula respondeu à medida governamental que visava identificar infiltrações ideológicas nas greves, com este pronunciamento: "O nosso movimento é um movimento de 110 mil trabalhadores, sem nenhuma interferência de qualquer grupo estranho à categoria... A greve dos trabalhadores ainda é uma greve que está reivindicando melhores salários, melhores condições de vida".

Apesar da proximidade do fim de semana, o clima reinante na assembléia era de otimismo. Benedito Marcílio dizia: "Se mantivermos na segunda-feira o atual índice de paralisação, poderemos sustentar a greve até a vitória, porque as fábricas já estão com seus estoques esgotados, e não vão agüentar mais uma semana paradas". Sobre a sindicância ele afirmou que não tinha nada a temer "porque a responsabilidade e os destinos da nossa luta são assumidos inteiramente pela categoria".

Em São Caetano 23 mil metalúrgicos continuavam paralisados. Apenas 10 indústrias da região não tinham aderido ao movimento. A assembléia rearfirmou a necessidade da continuação da greve e a preocupação de se manter o mesmo índice de mobilização na segunda-feira.

DOMINGO, 18/3, 6.º DIA DE GREVE

A mobilização foi mantida tendo como conseqüência a presença de 80 mil trabalhadores nas asssembléias do ABC. Esse dado foi considerado fundamental para a sustentação do movimento grevista até a vitória final. O elevado grau de mobilização, após uma semana do início do movimento, expressava efetivamente a organização dos metalúrgicos. Ela era fruto de anos de trabalho sindical e da progressiva consciência adquirida e aprofundada nos dias de luta. Esses fatos levaram ao fracasso a tentativa da FIESP de intimidar os trabalhadores do ABC, através da nota divulgada no dia 15/3.

A manutenção da greve, ainda por tempo indeterminado, pressupunha o equacionamento dos problemas de sobrevivência dos metalúrgicos, que não estavam comparecendo às fábricas para descontar os seus vales. O fundo de ajuda, que servia de respaldo à greve, foi engrossado por um movimento de mulheres metalúrgicas.

Os 80 mil trabalhadores que participaram da assembléia apoiaram a continuidade da luta por suas justas reivindicações. Os empresários continuavam entravando todo tipo de negociação, na tentativa de desmobilizar os trabalhadores, criando um clima de incerteza, insegurança e expectativa entre os metalúrgieos. Mas os patrões utilizaram outras formas de pressão, como no caso da Volks e da Mercedes Benz, que cortaram o crédito dos trabalhadores grevistas nas cooperativas.

Face a todas estas pressões da classe patronal, cujo objetivo fundamental era impedir uma vitória da classe operária do ABC, Lula colocou insistentemente argumentos assim: "Sei que é difícil pedir a vocês que não compareçam às empresas para receber parte de seus pagamentos, mas pelo amor de Deus, não vão lá. Os patrões estão contando com isso, para que o nosso movimento acabe... Mais do que nunca o trabalhador tem que demonstrar sua capacidade de luta e de união, pois, apesar da vitória estar próxima, a batalha exige sacrifícios". Mais uma vez Lula indicou o verdadeiro sentido da luta desencadeada pelos trabalhadores do ABC, por melhores condições de vida e trabalho, descartando, assim, qualquer acusação de infiltração do movimento. A esta assembléia compareceu um metalúrgico de Campinas, que denunciou a atuação do presidente do sindicato Cid Ferreira, que impediu que a categoria se reunisse em sua sede.

Diante da grande expectativa de enfrentar a segunda semana de greve e, considerando as pressões empresariais, oito mil metalúrgicos em assembléia decidiram reforçar os piquetes em todas as indústrias. Marcílio lembrou que a volta ao trabalho significaria um retrocesso que reverteria contra o próprio trabalhador. Sobre o "fantasma" da intervenção, afirmou que "um dirigente sindical tem obrigação de fazer o que a categoria decide. Em Jundiaí, Campinas e São José dos Campos, onde dirigentes fizeram o acordo à revelia dos trabalhadores, quase foram linchados. E a greve foi decidida por todos porque o maior revolucionário do mundo é o estomago... O movimento do ABC é um exemplo para todos os trabalhadores que estão esperançosos da vitória dos metalúrgicos, que abrirá caminhos para outras lutas. E seja qual for o resultado da sindicância, se acontecer algo, a categoria deve continuar a levantar a bandeira de luta".

Ao contrário do que aconteceu nas outras assembléias em São Caetano, o clima era de apreensão e preocupação, devido ao número reduzido de presentes — aproximadamente 800 — que se manifestaram contra a continuidade de greve. Foram organizados grupos de trabalhadores para intensificar os piquetes nas portas de fábricas.

Apesar de não se ter organizado nenhuma atividade para a manutenção da mobilização durante o fim de semana, os metalúrgicos de Jundiaí não previam um enfraquecimento do movimento na segunda-feira.

O comando geral da greve de São José dos Campos tentou rearticular o movimento durante o fim de semana, visto que parte dos trabalhadores já tinha voltado ao trabalho na sexta-feira.

SEGUNDA-FEIRA, 19/3, 7.º DIA DE GREVE

5

2

1

CM

3

Pela manhã, em reunião realizada na DRT, os dirigentes metalúrgicos tomaram conhecimento oficial da sindicância aberta por essa delegacia. Eles tinham um prazo até quarta-feira, para entregar um documento explicando quais os motivos que os levaram, enquanto presidentes daquelas entidades, a não decretarem o final

10

11

12

13

14

da greve. Nessa mesma ocasião foram convocados para um encontro realizado horas depois. No primeiro momento isso significou o reinício das negociações, provocando um certo grau de ôtimismo.

Mas, na reunião realizada à tarde, o otimismo foi logo esvaziado pela posição intransigente dos patrões, que continuavam não cedendo nem um milímetro em relação às propostas anteriormente apresentadas. Participaram da reunião, além dos dirigentes sindicais, Almir Pazzianotto, Walter Barelli e Cesar Conconne, este pelo DIEESE, representando os metalúrgicos; Alberto Villares, Mauro Marcondes e o advogado Benjamim Monteiro, representando o Grupo 14.

Os representantes dos metalúrgicos apresentaram três propostas superiores às oferecidas pelos empresários, já que estas anulavam por completo os aumentos conseguidos pela categoria em maio do ano passado, através dos movimentos grevistas, quando foi conseguida uma média de 13% de aumento e 14% de antecipação. Basicamente as propostas consistiam em: 65% de reajuste, sem escalonamento, calculados a partir da data-base de abril do ano passado, ou índices atuais com bases no último salário recebido (que inclui os aumentos conquistados pelas greves), ou índices atuais somandos aos índices de aumento real obtidos após a data-base. E mais um piso salarial de Cr\$ 3.800,00. Os empresários negaram-se a discutir em novas bases. Foram à reunião com uma posição totalmente fechada, sem nenhuma intenção de resolver o impasse. Mauro Marcondes expôs isso com clareza: "As negociações estão encerradas há muito. O que se tentou - e não se conseguiu — foi a troca de idéias e a procura de uma solução para o problema que poderia surgir da imaginação criadora das partes envolvidas... a missão está cumprida porque o acordo é bom e a adesão da maioria reflete a oportunidade da oferta patronal".

Mais uma etapa das negociações entre patrões e empregados se encerrava. Esse longo processo de reuniões infrutíferas e desgastantes — na medida em que o empresariado se mantinha intransigente — foi utilizado e provocado para justificar a necessidade de uma "mediação" governamental, que poria de uma vez por todas um ponto final no impasse: a intervenção direta nos sindicatos. Segundo Marcondes: "A greve já não é mais um problema entre empresários e empregados, agora é um problema entre o governo e um movimento que impede de que o trabalhador que quer trabalhar possa fazê-lo... Movimentos de paralisação do trabalho, irradiados sob a inspiração política e, ainda mais, reforçados pelo achincalhe à lei e aos juízes, também configuram situações insuportáveis para nós, defensores de liberdade, amantes da democracia". A ação dos piquetes também foi criticada pelos empresários, ao que Lula respondeu que os 80 mil que vinham participando das assembléias não poderiam estar num movimento grevista, só porque 100 ou 200 os forçaram.

Sob forte pressão policial, a ação dos piquetes na região do ABC contou com a participação de deputados do MDB como forma de garantir a integridade física dos trabalhadores.

Em São Bernardo, a ação dos piquetes não se reduziu às portas das grandes fábricas, mas acabou surpreendendo os policiais, já que os piqueteiros se dirigiram às grandes vias de acesso por onde os trabalhadores chegavam às fábricas.

Em Santo André foram presos, aproximadamente, 34 operários. As prisões efetuadas, que incluem dois membros da diretoria do sindicato, foram realizadas em pontos de ônibus. Em São Caetano, também ocorreram prisões e vários operários foram espancados quando realizavam piquetes nas portas das fábricas.

Nas assembléias a greve foi reafirmada. Em São Bernardo estavam presentes 90 mil trabalhadores. O clima era de euforia diante da possibilidade de reabertura das negociações, pois a assembléia se realizou antes do encontro entre metalúrgicos e

10

11

12

13

14

15

5

1

2

empresários. Vários dirigentes de outras categorias estiveram presentes, para prestar solidariedade e contribuir para o fundo de ajuda.

Em São José dos Campos, os trabalhadores resolveram retornar ao trabalho, acatando o acordo anteriormente assinado pelo sindicato, sem o consentimento da categoria. O comando de greve, em comunicado, dizia que o retorno ao trabalho não era sinônimo de derrota mas, sim, "de volta organizada dentro de uma estratégia que visa uma total organização da classe operária, para que possamos vencer as próximas batalhas".

TERÇA-FEIRA, 20/3, 8.º DIA DE GREVE

A intervenção se delineava dia a dia com mais clareza. Segundo Murilo Macedo: "Estamos dentro de um regime democrático, onde o pressuposto é o império das leis". Disse ele também que, apesar de não ser a melhor solução, havia "uma série de penalidades que a lei prescreve e, gostando ou não, eu tenho que seguir a lei". Somente um setor do empresariado assumiu publicamente uma postura favorável à intervenção: o Sindicato da Indústria de Fundição do Estado de São Paulo. Alguns setores militares se manifestaram a favor de uma ação enérgica do governo, caso o impasse permanecesse.

Um dado importante nesse dia foi a declaração de Teobaldo de Nigris, que deixava transparecer a existência de uma divisão entre os 22 sindicatos do Grupo 14. A raiz desta cisão pode ser explicada a partir da disparidade existente entre os diversos setores que o compõem. Enquanto os grupos multinacionais tinham condições de não aceitar a proposta dos metalúrgicos (pois sua estrutura lhes permite arcar com o ônus de uma greve), a situação das pequenas e médias empresas de capital nacional era diferente. Para elas, a aceitação dos índices propostos pelos metalúrgicos significaria, a curto prazo, um prejuízo menor que o de arcar com uma greve, que chegava já ao oitavo dia.

Alencar Rossi, secretário das Relações do Trabalho de São Paulo, manteve um contato não oficial com o Lula, onde foram somente trocadas algumas informações sobre os últimos acontecimentos. No entanto Lula, depois do encontro, não descartou a possibilidade da aplicação de alguma punição: advertência, suspensão ou intervenção. Para os empresários paulistas foi uma surpresa a vinda de Alencar Rossi a São Paulo. Isso os levou a reafirmar a não necessidade de mediador, pois a solução do impasse estaria na simples adesão da minoria, o ABC, à maioria da categoria, o interior.

Diante de 80 mil trabalhadores, Lula voltou a frisar a importância de não irem às fábricas receber os pagamentos e vales. Repudiou e denunciou a distribuição de boletins falsos que proclamavam o retorno imediato ao trabalho, com o carimbo do sindicato e, inclusive, com sua assinatura falsificada.

Sobre a intervenção, Lula afirmou: "Não estou preocupado com isso, estamos no oitavo dia de greve e a evolução que ocorreu até agora foi em termos da classe trabalhadora, que cada vez mais está disposta a seguir até a vitória final, até conseguir vencer a intransigência dos patrões".

Foi ressaltado o apoio dado pelo sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que conclamou os metalúrgicos da Volks a não aceitarem trabalhar nas unidades do ABC, como a diretoria da indústria estava exigindo.

Na assembléia estiveram presentes vários dirigentes sindicais de outras categorias, representantes da Igreja e da UEE, reafirmando o seu apoio.

10

11

12

13

14

15

1

2

3

4

A diretoria do Sindicato de São Bernardo elaborou uma Carta Aberta aos Brasileiros, através da qual foi lançada oficialmente a campanha nacional para sustentar a greve do ABC. Até o momento o fundo de ajuda havia distribuído duas toneladas e meia de alimentos. E o MDB tinha arrecadado a soma de Cr\$ 150 mil.

Em Campinas, aproximadamente 2.500 metalúrgicos da GE paralisaram o trabalho, apesar do forte esquema policial, ampliando assim o movimento grevista iniciado pela Mercedes Benz. A Singer e a Bochs decretaram férias coletivas aos seus 3.200 operários.

Cerca de mil metalúrgicos de Jundiaí, em assembléia, decidiram decretar o fim da greve. Segundo a comissão de salário, a volta ao trabalho não representava uma derrota: "devemos continuar organizando comissões nas indústrias para fortalecer a oposição sindical", diziam seus integrantes.

QUARTA-FEIRA, 21/3, 9.º DIA DE GREVE

"Golbery do Couto e Silva, ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Mário Henrique Simonsen, então ministro do Planejamento, e Murilo Macedo, ministro do Trabalho, decidiram pela vinda deste último a São Paulo. Durante a reunião, a posição de Simonsen, favorável à imediata decretação da intervenção, foi derrotada por outra que acreditava na necessidade da reabertura do diálogo, na tentativa de uma saída honrosa e política por parte do governo.

Ao ministro do Trabalho — que tentaria cumprir um papel de "juiz arbitral e equidistante das partes", nos próximos passos das negociações — caberia a palavra final diante de um novo impasse. A falsa imagem de controle e tranquilidade, que vinha sendo mantida pelos órgãos governamentais, foi abandonada.

A situação das pequenas e médias empresas se agravava dia a dia, pois a redução de seus estoques as impedia de continuar enfrentando a greve. A desconsideração de seus interesses por parte da FIESP, que representa fundamentalmente os das multinacionais, levou-as a pensar na criação de um órgão, uma associação, que as representasse.

Confirmando as declarações de Lula, de que "as empresas estavam intransigentes porque estavam negociando com a ABÇ", e "não queriam dar o sabor de mais uma vitória aos metalúrgicos", as pequenas e médias empresas chegaram a pensar em conceder o acordo propósto à revelia da FIESP. Mas a consciência dos desdobramentos decorrentes de uma possível divisão na FIESP, no momento, levou-as a abandonar momentaneamente a defesa de suas interesses particulares. Um empresário que não quis se identificar apontou claramente os problemas existentes no seio da FIESP: "As multinacionais e grandes empresas podem se dar ao luxo de ser intransigentes porque têm capital e fontes de crédito. Mas nós, pequenas e médias, não temos como sustentar a greve".

Lula, Lins e Marcílio, sob um forte clima de tensão, discutiram a possibilidade de uma intervenção federal e seus desdobramentos. Os três dirigentes, junto às comissões de salários, decidiram que mesmo que houvesse uma junta governativa; mesmo que houvesse qualquer tipo de repressão, os trabalhadores deveriam "continuár com a greve e só retornar quando os patrões retornarem com uma proposta decente".

O ABC viveu um dos seus dias mais violentos. O contingente policial aumentou em função da greve dos motoristas. A PM de São Paulo mobilizou toda sua tropa de choquem que se aquartelou na Volks. Segundo dados oficiais, 200

10

11

12

13

14

15

2

1

cm

3

5

trabalhadores tinham sido detidos desde o início do movimento. Deputados estaduais e federais do MDB e d. Cláudio Humes continuavam acompanhando os piquetes.

Apesar da falta de condução provocada pela greve dos motoristas do ABC, a assembléia realizada em São Bernardo reuniu 80 mil trabalhadores, que decidiram continuar sua luta. Ela transcorreu num forte clima de tensão. Os dirigentes sindicais presentes, Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Pedro Gomes, presidente do Sindicato do Petroleiros de Santos, Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, Davi de Moraes, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, e outros, preocupados com uma possível intervenção, pediram aos trabalhadores que se dirigissem ao seu sindicato. Segundo Arnaldo Gonçalves, era para "garantir a integridade do sindicato e evitar a intervenção federal. Só os trabalhadores podem destituir uma diretoria".

Em Santo André, Benedito Marcílio disse que a intervenção tornaria a situação insustentável. Se o impasse continuava era pela intransigência dos patrões, representados pelos "testas-de-ferro" das multinacionais, que estavam pressionando um setor do empresariado até certo ponto disposto a atender às reivindicações dos trabalhadores.

A Cobrasma de Campinas entrava em greve. Cinco indústrias estavam paralisadas perfazendo um total de 3.150 trabalhadores.

QUINTA-FEIRA, 22/3, 10.º DIA DE GREVE

2

CM

3

4

5

As negociações foram retomadas com a vinda de Murilo Macedo a São Paulo. O primeiro contato entre metalúrgicos, empresários e governo se deu num encontro preparatório realizado na noite de 21 de março. O resultado consistia num "protocolo de intenções", pouco diferente do comunicado da FIESP, do dia 15. O protocolo exigia o não-pagamento das horas paradas (do contrário seria o reconhecimento da legalidade da greve) e a formação de uma "comissão tripartite", que estudaria as reivindicações dos trabalhadores num prazo de 45 dias. Os empresários propuseram o desconto dos dias parados em cinco parcelas mensais e se comprometeram a não punir os grevistas.

A presença de Murilo Macedo nas negociações só veio a referendar as posições anteriormente firmadas pelos empresários, impondo como condição de qualquer negociação a volta imediata ao trabalho. O "protocolo de intenções", que estava sendo visto como solução para o impasse, não passava de uma demonstração de força dos empresários, publicamente apoiados pelo governo.

O otimismo expressado pelos empresários, pelo ministro e inclusive por Almir Pazzianotto depois da reunião, não era compartilhado pelos líderes sindicais, que deixaram claro que qualquer acordo dependeria do referendo dos trabalhadores. Lula considerou um avanço a retomada das negociações, apesar do protocolo "não atender a nenhuma das reivindicações dos trabalhadores".

Apesar das advertências dos riscos existentes na não-aceitação do protocolo, feitas por Lula, os metalúrgicos, reunidos em assembléia, decidiram por aclamação a continuidade da greve. Face à possibilidade da intervenção, uma série de atividades foi programada em cada sindicato. Segundo Lula, "importante é qualquer atitude que o trabalhador toma para defender os seus interesses. A atitude corajosa dos trabalhadores em querer continuar a greve foi o que mais me emocionou...

10

11

13

12

14

Acho que a greve é justa e legítima e que a intervenção no sindicato será um erro grave, porque irá destruir o que há de melhor no sindicalismo brasileiro... Nós queríamos 78%, os empresários 58%, não seria difícil chegar a uma média. Alguns companheiros foram presos, mas eu acho que quem deveria ser preso eram os empresários. Eles sequer comentaram a possibilidade de pagar os dias parados; por isso não chegamos a um acordo".

Vários representantes de outras categorias estiveram presentes se solidarizando com os metalúrgicos do ABC. A bancada do MDB, na Assembléis Legislativa,

elaborou uma nota de apoio à continuidade da greve.

Logo após ser decidida a continuação da greve, a diretoria do Sindicato de São Bernardo lançou uma nota à imprensa, esclarecendo a posição dos trabalhadores, frente aos últimos acontecimentos. A rejeição do protocolo não pressupunha uma atitude acintosa frente ao governo federal, mas, sim, "um sinal de profundo descontentamento que lavra entre os trabalhadores, em face da intransigência com que se comportam os empresários do setor, que lhes desejam impor a cessação de um movimento legítimo sob condições que se lhes afiguram extremamente desfavoráveis (trecho de nota emitida pelo Sindicato de São Bernardo).

Os empresários alegaram que a não-aceitação do protocolo foi um reflexo da falta de liderança dos dirigentes sindicais, motivo que impediu inclusive a continuidade das negociações. Segundo os empresários, os dirigentes não seriam "pessoas de confiança", pelo descompasso profundo existente entre eles e a massa. Diante desse novo impasse, os empresários, em nota a imprensa, se descomprometeram das próximas medidas a serem tomadas a respeito, atribuindo a solução do caso ao governo. Segundo o empresário Paulo Francini: "A indisposição dos trabalhadores a um acordo praticamente alijou os sindicatos patronais das negociações... os empregados deverão se entender com o governo".

Também em Campinas os metalúrgicos permaneciam paralisados, negandose a aceitar o acordo da FIESP. Cid Ferreira foi pressionado a assumir e sustentar a greve.

SEXTA-FEIRA, 23/3, 11.º DIA DE GREVE

5

1

2

3

Se por um lado o grau de amadurecimento da classe operária correspondeu à continuidade do movimento que ressurgiu a partir de maio de 78, por outro a solução dada pelo governo federal esteve totalmente de acordo com o projeto econômico-político desenvolvido há uma década e meia — cuja diretriz básica é a política do arrocho e uma legislação anti-operária.

O "poder moderador" representado pelo governo, que só veio a atuar publicamente na reunião de conciliação realizada dia 22 de março, assumiu nesse momento o seu verdadeiro papel, decretando a intervenção nos sindicatos do ABC à meianoite. O ato da intervenção, fundamentado nos artigos 528 e 530 da CLT, foi decretado depois de uma reunião entre o ministro do Trabalho e vários membros de sua equipe (13). A medida excluía a possibilidade dos respectivos dirigentes assumirem qualquer cargo de direção sindical. O despacho ministerial não delimitou a duração da intervenção, mas, segundo parecer da consultoria jurídica do Ministério, o sindicato seria ocupado por 90 dias, prazo suficiente para se efetuarem novas eleições (14).

No ABC, o grau de paralisação continuava o mesmo, apesar da a ANFAVEA ter divulgado índices "otimistas" da volta ao trabalho. Cerca de 400 metalúrgicos

10

11

12

13

14



"A GREVE É UMA RESPOSTA AO ARROCHO SALARIAL".
(Agrimeron Cavalcanti)

permaneceram durante toda a noite na sede do sindicato. Nas primeiras horas da madrugada iniciou-se o cerco policial. A primeira medida tomada pela polícia — a proibição de entrada e saída — provocou grande número de prisões. Em seguida chegou uma comissão de deputados do MDB para garantir e assegurar a integridade física dos trabalhadores.

Lula recebeu a notícia da intervenção por volta das 5h30, extra-oficialmente, através de um telefonema. Imediatamente, solicitou uma reunião com os dirigentes que ali se encontravam, pedindo insistentemente que se mantivesse a "maior calma possível". Seu último ato como presidente do sindicato foi uma nota distribuída à imprensa, onde reafirma o caráter da luta travada pelos metalúrgicos — por melhores salários e melhores condições de trabalho — e a disposição da categoria de retornar às negociações, assim que fosse convocada.

Por volta das 8 horas, o prefeito Tito Costa, depois de uma noite dedicada a libertar os trabalhadores detidos, chegou a um acerto que previa a saída dos metalúrgicos presos na sede do sindicato, desde que esses se identificassem para a polícia.

As 10h30, a intervenção foi oficializada com a chegada de Vinícius Ferraz Torres ao sindicato. Suas primeiras palavras foram: "Estou obedecendo ordens... o nosso ministro esgotou as medidas legais nas tentativas de negociações e, por isso, o Guaraci Horta vai assumir a direção do sindicato, como interventor".

Lula tinha afirmado durante a madrugada que a intervenção não significaria o retorno ao trabalho: "a greve vai continuar, não porque esta é minha vontade,mas porque 80 mil metalúrgicos assim decidiram". Como até o momento de sua saída, Lula não tinha mantido nenhum contato com os empresários, afirmou: "não podemos criar ilusões quanto aos empresários. Para mim, eu tenho certeza que

CEDEM

10

11

12

13

quem mais quis, para não dizer, quem praticamente provocou a intervenção foram as multinacionais. Elas querem destruir o pouco que temos de consciência, o pouco que temos de organização".

Entre os metalúrgicos o clima era de revolta. Muitos choraram ao sair do sindicato, agora na mão do interventor. Lula foi conduzido por uma comissão de deputados até sua casa. Nesse primeiro momento seus planos não estavam definidos.

Assim como em São Bernardo, o cerco ao sindicato, em Santo André, se iniciou nas primeiras horas da madrugada. Cerca de quatro mil metalúrgicos, respeitando os limites pelo cerco policial, se aglomeraram nas proximidades da sede, permanecendo por toda a madrugada. Marcílio e a maior parte da diretoria não se encontravam no sindicato, só retornando quando a entrada na sede já estava proibida. Uma das primeiras declarações de Marcílio foi no sentido de apontar que a intervenção "foi para atender os interesses das multinacionais. O processo de abertura tão apregoado não interessa a elas. Mas isso não é motivo para o arrefecimento da classe trabalhadora. A luta prossegue com a classe unida e conscientizada."

Por volta do meio-dia, Marcílio entrou no sindicato para receber oficialmente das mãos de Vinícius Ferraz Torres a intervenção è entregar o sindicato ao interventor Alfredo Garcez. No ato, Marcílio, emocionado, fez a entrega de uma carta de cunho pessoal, dirigida a Murilo Macedo, que dizia a certa altura: "... sob o presente clima de total violência e para evitar danos físicos aos companheiros metalúrgicos, entregamos o sindicato, sem reconhecer, todavia, a legalidade deste ato, uma vez que o mandato nos foi conferido pelos trabalhadores e só a eles devemos respeito e obediência".

A revolta dos metalúrgicos, que se encontravam nas redondezas do sindicato, foi agravada pela violenta ação policial, que utilizou bombas de efeito moral para dispersar os trabalhadores. Foram presos provavelmente 12 operários.

Ao chegar ao Sindicato de São Caetano, às 11h30 aproximadamente, para entregá-lo ao interventor Antônio Donato Garcez, Lins declarou: "Eu já esperava que isto acontecesse, a base não estava bem preparada para uma greve como esta, que exigia mais experiência e estratégia... Não acredito em movimento paralelo durante o período da intervenção... se os empresários atendessem esses dois pontos (11% e pagamento dos dias parados), a greve terminaria imediatamente. De qualquer modo. saio de consciência tranquila".

Em São Caetano a intervenção também se deu de forma violenta. O cerco se iniciou por volta das 3 horas. Dos 19 trabalhadores que se encontravam no sindicato durante a madrugada, nove foram presos e conduzidos para interrogatório. Muitas outras prisões foram efetuadas.

Logo depois da intervenção, amplos setores da sociedade, a nível nacional, manifestaram seu repúdio. O MDB formou, na Assembléia, duas comissões: uma, com o objetivo de fazer um levantamento da situação dos metalúrgicos presos, da qual participaram os deputados Antonio Rezk, Ferando de Moraes, Audálio Dantas, José Santilli, Flávio Bierrenbach, José Yunes, Luis Carlos dos Santos e Antônio Carlos Mesquita. Essa comissão conseguiu libertar 27 metalúrgicos. A outra foi organizada para representar o MDB no ato público, que se realizou na Câmara Municipal de São Paulo no mesmo dia.

Enquanto isso a FIESP, "oportunamente", reafirmava através de um comunicado oficial aquelas mesmas posições intransigentes que desencadearam a intervenção. Segundo Mário Garneiro: "O cumprimento das leis é a base do regime democrático, a função do governo é cumprir ordens emanadas do Poder Judiciário, mesmo que não sejam simpáticas".

10

11

12

13

14

15

5

2

Os três principais líderes sindicais dos Estados Unidos enviaram um telegrama de repúdio a Murilo Macedo pelo ato de intervenção; que, segundo suas declarações do dia 2 de abril de 1979, não significou um retrocesso político, mas, ao contrário, "o governo fez uso da lei para não lançar mão do arbítrio e fazer com que as aberturas fossem preservadas".

As tropas de choque chegaram ao ABC munidas de um sofisticado aparelho repressivo, com o intuito de impedir qualquer tipo de manifestação pública. Por volta das 14 horas, 30 mil trabalhadores se reuniram no Paco Municipal, na medida em que seu local de encontro, o esdádio, já tinha sido tomado pela polícia. A tropa tentou evacuar o Paco utilizando bombas de gás lacrimogêneo e golpes de cassetete Os operários não se intimidaram e se defenderam das violências, devolvendo sempre que podiam as bombas para os policiais. Num determinado momento a tropa recuou, para voltar logo em seguida, munida de máscaras, e enfrentar a devolução das bombas. A partir desse momento se instaurou um verdadeiro clima de guerra, cujos desdobramentos seriam imprevisíveis se não fosse pela chegada de Tito Costa ao local. Depois de ter contatado o comandante da tropa, Tito Costa se dirigiu aos trabalhadores pelo microsone, pedindo insistentemente muita calma. Ele os informou sobre a situação de Lula e reafirmou a justeza da greve. quando foi calorosamente aplaudido. Naquele momento d. Cláudio Humes já se encontrava também no Paço. Logo em seguida o coronel pediu que a praça fosse evacuada, ao que os 30 mil responderam cantando o Hino Nacional. Face à perseverança dos trabalhadores e ao respaldo do prefeito, as tropas se retiraram. Depois de uma hora de discursos, Tito Costa e a comissão de salários conseguiram persuadir os operários a deixarem o Paço, garantindo-lhes a possibilidade de uma reunião no dia seguinte, no mesmo local. A comissão de salários recomendou aos trabalhadores que se dirigissem para suas casas. No entanto, um grupo de metalúrgicos se dirigiu para a igreja da Matriz, enquanto um outro foi até a sede do sindicato, onde promoveu uma tomada simbólica.

À noite, na Câmara Municipal de São Paulo, foi realizado um "ato de repúdio à intervenção", que contou com a presença de cerca de 5 mil pessoas, representando mais de 50 entidades. A tônica dos discursos reafirmava a necessidade da manutenção da unidade sindical que veio se esboçando ao longo do processo. Dicidiu-se pela participação maciça dos presentes na assembléia do dia seguinte, no Paço Municipal de São Bernardo, como forma de garantir a integridade dos metalúrgicos.

SÁBADO, 24/3, 12.º DIA DE GREVE

5

2

1

Diante da cassação das diretorias formou-se um comando geral de greve, que assumiu a direção do movimento (15). Sua primeira atitude foi distribuir uma nota à imprensa, onde reafirmava a continuidade do movimento grevista, ressaltava a necessidade de se manter a unidade e alertava os trabalhadores para não seguirem nenhuma instrução expedida pelo sindicato, referindo-se também à continuidade do fundo de greve. O documento tinha no final uma série de palavras de ordem, entre as quais as que se colocavam contra a intervenção nos sindicatos, que assumiria depois lugar de destaque nas reivindicações.

Apesar da chuva, a reunião do Paço contou com a presença de 25 mil trabalhadores. O ato refletiu claramente o ânimo de revolta, a disposição dos

10

11

12

13

14

metalúrgicos no prosseguimento de sua luta e a desorientação das lideranças presentes, em dar um encaminhamento concreto à altura dos anseios e da disposição dos trabalhadores. O clima de tensão e de insegurança foi mantido em todos os momentos. Os trabalhadores exigiam a presença de Lula e reafirmavam a continuidade da greve e a retomada do sindicato.

Djalma Bom foi o primeiro a se dirigir aos trabalhadores. Não foi fácil, a impaciência era grande. Djalma teve que repetir várias vezes: "Companheiros, vocês não estão lembrados de mim?" Quando se fez silêncio, ele timidamente afirmou: "Nós temos que continuar o nosso movimento como ele tem sido até agora, reivindicatório, pacífico e digno da classe trabalhadora. Eu falo a vocês como um simples trabalhador, como um simples metalúrgico que sou. O companheiro Lula está bem. Quero dizer a vocês que temos que manter o nosso movimento em paz, porque não nos interessa medir forças com a polícia, mas sim com os patrões. Vocês sabem que não podemos nos reunir em local aberto. O companheiro Lula deixou isso muito claro nas nossas assembléias, nós temos que ir para casa descansar e esperar que nossas reivindicações sejam atendidas. Hoje nós tivemos essa reunião aqui, mas amanhã a praça não está liberada para nós. Enquanto não conseguirmos outro local para nossas reuniões, vamos seguir as recomendações feitas nas nossas assembléias. Vocês todos sabem quais são, não preciso dizer".

Se, por um lado, o momento exigia um encaminhamento forte e seguro, a timidez do discurso de Djalma exprimiu não só a dimensão do movimento, como a inexistência de condições concretas para preparar os desdobramentos que uma intervenção pudesse provocar.

O próximo a fazer uso da palavra foi Davi de Moraes, presidente do sindicato dos jornalistas, que leu um manifesto de solidariedade ao movimento, assinado por dezenas de sindicatos de todo o país, e uma carta dirigida a todo o povo brasileiro, assinada pelo maior sindicato da América Latina, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo... "a medida (a intervenção) — disse ele lendo a carta — é o desmentido às promessas e pronunciamentos feitos pelo governo. É a força a dissipar esperanças, é a mordaça a silenciar as vozes dos trabalhadores. A intransigência, a ganância patronal, foi a razão da greve, mas prefiriu-se resguardar os interesses das multinacionais, afastando-se das entidades dos trabalhadores as lideranças democraticamente eleitas. O direito da força ainda continua substituindo a força do direito".

Djalma pediu em seguida, antes de encerrar a reunião, que os trabalhadores, comparecessem à missa que seria realizada no dia seguinte na igreja da Matriz, que representantes de outros sindicatos condenaram marcando uma assembléia no Paço. Apesar de Severino Alves, diretor cassado de São Bernardo, tentar reforçar as palavras de Djalma, os metalúrgicos que já estavam se retirando ficaram confusos. No fim da assembléia, um grupo iniciou uma passeata em direção ao sindicato. Os policiais, que até o momento acompanhavam o desenrolar do ato a distância, a reprimiram violentamente, utilizando bombas e cassetetes.

Enquanto se realizava o ato no Paço, Lula, em entrevista na igreja de São João Batista, advertiu para a possibilidade do surgimento de um sindicalismo paralelo, o que representaria um atraso para o movimento operário. Lula acreditava que os trabalhadores saberiam o que fazer, na falta de sua diretoria, e afirmou que o afastamento das lideranças poderia trazer prejuízos para o movimento dos operários, "mas cada um em sua casa, neste momento, poderá se transformar em um novo líder". Não era isso, porém, que estava acontecendo naquele momento, no Paço.

10

11

12

13

À noite, Lula e Marcílio participaram de uma reunião com a direção do MDB e com líderes sindicais de outras categorias, que resultou na retomada da direção do movimento pelos diretores cassados e na formação de uma "comissão permanente de mobilização", em apoio à greve dos metalúrgicos. Foi então convocado um ato público contra a intervenção para o dia 26, na praça da Sé. Do impasse provocado pela intervenção nasceu sexta-feira o esboço de uma Intersindical, cuja objetivação foi uma exigência da própria luta dos trabalhadores. A partir daquele momento, esse esboço de Intersindical, forjado contraditoriamente no momento mais crítico do movimento, assumiria um papel relevante no encaminhamento dos fatos.

DOMINGO, 25/3, 13.º DIA DE GREVE

Vinte mil metalúrgicos compareceram à igreja da Matriz, onde assistiram à missa com Lula e Marcílio. Durante a missa, d. Cláudio afirmou: "a Igreja não tem nenhuma pretensão de encaminhar os seus passos (dos metalúrgicos). Isto é tarefa de vocês... sigam pacificamente como vêm agindo desde o início e não se deixem levar por provocações. É importante que vocês sigam apenas as suas vozes e as das suas lideranças".

Logo após a missa, Lula foi carregado pela muldidão e conduzido até a

praça, onde acabou falando o seguinte aos trabalhadores:

"A partir de hoje, mesmo estando destituída a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, assume outra vez o comando do movimento para evitar que pessoas estranhas a ele tentem dar palavras de ordem estranhas aos metalúrgicos. Isso não quer dizer que não aceitamos a solidariedade, aceitamos qualquer solidariedade, mas queremos evitar palavras de ordem que não sejam dadas pelos metalúrgicos". Lula também reafirmou a necessidade da continuação do movimento grevista:

"Amanhã, todos sabem o que fazer a partir das 4h30, é preciso estar nos pontos de ônibus e nos bares. O mais importante é não ir às portas de fábrica. Vocês sabem o que fazer, já fizemos isto durante 10 dias, um trabalho de formiguinha. Os sindicatos foram transformados em canil, mas isso não é culpa dos animais, e sim dos homens que não usam o bom senso, e que tentam transformar um movimento pacífico como o nosso numa verdadeira guerra".

Prevendo um grande número de trabalhadores à tarde no Paço, Lula confir-

mou sua presença:

2

5

"Acho desnecessário vocês irem até lá. Vocês têm que ir para casa de forma ordeira e pacífica, como vimos fazendo desde o começo do movimento. Todos têm que fazer o seu trabalho, em suas casas, nas suas vilas e bairros, visitando companheiros e conversando. A diretoria do movimento, está mais animada que antes e disposta a ir até o fim. Estou com vocês até o fim. As máquinas têm que continuar paradas."

Marcílio afirmou que procuraria encaminhar o movimento da mesma maneira em Santo Andre. Lula foi carregado e protegido pelos trabalhadores até o carro. Quinze mil metalúrgicos se encontravam no Paço quando Djalma iniciou a reunião, mostrando a necessidade dos trabalhadores reafirmarem o eixo básico do movimento. Lembrando mais uma vez o caráter da luta, disse ele:

"Não é que não queremos estudantes, queremos a ajuda e solidariedade que estamos recebendo de diversas categorias, mas não vamos admitir que participem

10

11

12

13

de nossa luta, não somos mais diretores do sindicato pela lei, mas, pelo direito e pelo fato, continuamos sendo a diretoria. Aquela diretoria que vocês elegeram, em que depositaram toda a confiança. Dito isso, espero que vocês não aceitem provocações, não façam rodinhas, fiquem em casa sem ir trabalhar, só vamos voltar quando o aumento chegar, não agüentamos mais a barriga roncar de fome."

Depois da intervenção do Djalma, os trabalhadores gritaram por Lula, que apareceu em seguida, provocando um silêncio total entre os presentes. Lula falou:

"Depois de dois dias longe de vocês, a diretoria volta porque entendemos que o nosso movimento é o mais justo possível e não é correto o trabalhador fiéar à mercê da pancadaria. Voltamos todos, até o último suplente, estamos novamente assumindo o movimento, que é totalmente dos operários. Todos devem se encontrar em suas próprias casas, fazendo contatos com os companheiros que moram mais perto, quem dizer que não sabe o que fazer está mentindo, ninguém pode ter esquecido".

Lula lembrou que eles não se reuniriam nos próximos dias por falta de local. Prometeu entrar em contato com Tito Costa, para que ele garantisse a integridade física dos trabalhadores, e marcou uma nova reunião para o dia 27, no Paço Municipal. "É importante que vocês compreendam a nossa mensagem. Só voltaremos ao trabalho quando os patrões derem o nosso aumento, pagarem os dias parados e fizerem voltar os sindicatos às verdadeiras diretorias que foram eleitas por vocês", disse ele. Enquanto d. Cláudio e d. Fernando viajavam a Brasília para atender a um chamado de Murilo Macedo, Lula e Maurício Soares se reuniram com alguns empresários para tentar chegar a um acordo. Murilo Macedo acompanhou a reunião de Brasília pelo telefone. Esse encontro foi realizado independentemente da FIESP. Mauricio Soares e d. Claúdio assumiram o papel de representantes dos metalúrgicos nas negociações.

SEGUNDA-FEIRA, 26/3, 14.º DIA DE GREVE

5

1

2

3

Apesar da falta de local e das outras dificuldades encontradas na organização dos piquetes, em São Bernardo, eles conseguiram atingir satisfatoriamente seus objetivos. Considerando as experiências anteriores, os piquetes se localizaram não só nas portas da fábrica como também nos pontos estratégicos das grandes vias de acesso. Somente os mensalistas conseguiram furar a ação dos piquetes. Durante as primeiras horas da madrugada, o policiamento não foi ostensivo, ele só enterveio, e de forma tão violenta como nos dias anteriores, quando o dia estava clareando.

Em Santo André, segundo cálculos da diretoria cassada, 30 mil continuavam paralisados. A distribuição de um comunicado do comando de greve acabou tornando desnecessários os piquetes em todas as principais portas de fábrica, durante a madrugada. Isso não impediu que a ação policial fosse violenta, resultando em várias prisões. A organização do movimento se mantinha através de constantes reuniões das comissões de fábrica, na igreja do Bom Fim.

Apesar da ausência da diretoria cassada, em São Caetano, foi criado um comando geral de greve, com a finalidade de dar continuidade e direção ao movimento grevista dos trabalhadores. A união desse comando com o de São Bernardo e Santo André garantiu a manutenção da unidade nas lutas do ABC. A idéia da formação de um CGG surgiu no domingo. Lins, que esteve ausente, foi duramente criticado por ter se afastado logo depois da intervenção.

10

11

12

13

14

O ATO PÚBLICO

Antes da realização do ato, a Intersindical se reuniu visando estabelecer um posicionamento comum perante os possíveis desdobramentos do ABC. Diante da proibição da realização do ato na praça da Sé, este foi transferido, em cima da hora, para a Câmara Municipal de São Paulo, o que não impediu a participação de oito mil pessoas. Representantes da comissão intersindical reafirmaram a necessidade de seguir a orientação dos CGGs e reforçaram a necessidade de que continuasse a contribuição em alimentos e dinheiro. Ela significava, no momento, o respaldo concreto da luta dos metalúrgicos e a garantia de sua continuidade, A comissão centralizou o recolhimento de contribuições para o fundo de greve na Frente Nacional do Trabalho e no departamento trabalhista do MDB, que também organizou a distribuição do jornal Unidade Sindical (16). Esse jornal foi financiado pelas diferentes entidades que compuseram o esboço de Intersindical. O seu principal papel era suprir, naquele momento decisivo da luta dos metalúrgicos do ABC, a ausência dos orgãos representativos. Mas o seu significado ja além dessa questão, era a concretização de um trabalho da Intersindical, que representou o apoio efetivo de outras categorias. E esse apoio foi sempre necessário à classe operária, principalmente porque se trata de uma luta que não se restringe a reivindicações econômicas. Por seu caráter de golpear a viga mestra do modelo econômico — o arrocho salarial — ela assume hoje uma dimensão política decisiva.

Votos de solidariedade e de apoio material foram recebidos de várias entidades de todo o Brasil. Em vários estados foram organizadas campanhas de arrecadação de fundos. Em Salvador e em São José dos Campos foram promovidos atos públicos de apoio. A Federação dos Metalúrgicos da Itália, que reúne as três grandes centrais do país, enviou um voto de solidariedade aos metalúrgicos e de repúdio à intervenção.

O ESTADO E A FIESP SE MANIFESTAM

O líder do governo no Senado, Jarbas Passarinho, depois de elogiar a atitude dos dirigentes de reassumir a direção do movimento, admitiu a possibilidade de ser revisto o ato da intervenção. Contrariamente, a FIESP denunciou a ilegalidade do retorno de Lula à direção do movimento, anunciando também que nos próximos dias os interventores assinariam o acordo. Face à continuidade da greve, a FIESP preveniu os metalúrgicos de que, se não voltassem imediatamente ao trabalho, os empresários poderiam utilizar uma medida legal para solucionar o problema: a dispensa dos trabalhadores. O governo iniciava um estudo que tornasse viáveis algumas formas de ressarcir os prejuízos das empresas afetadas pelo movimento grevista (17). Enquanto isso, os trabalhadores continuavam paralisados, lutando por condições mínimas de sobrevivência.

TERÇA-FEIRA, 27/3, 15.º DIA DE GREVE

A intervenção não interrompeu as negociações pois os encontros entre representantes dos metalúrgicos e empresários continuaram sendo mantidos, à revelia da FIESP. O acordo que resultou dessas reuniões, depois de ter sido concluído e

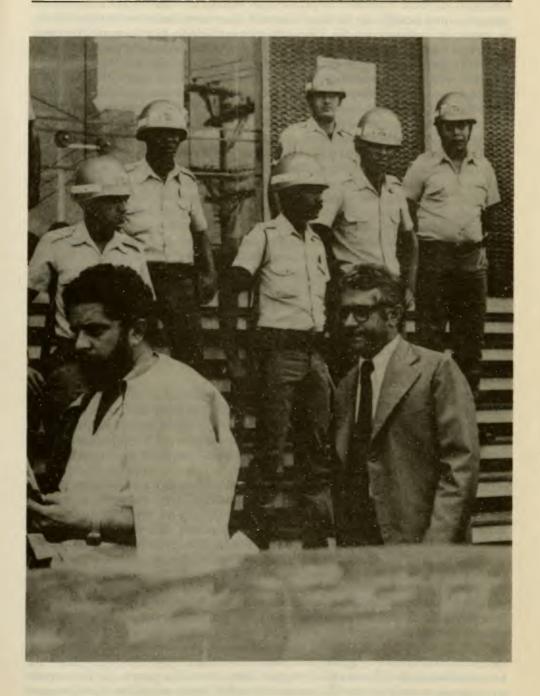
10

11

13

12

"A VITÓRIA ESTÁ PRÓXIMA, MAS A BATALHA EXIGE SACRIFÍCIOS". (Lula)



Intervenção no Sindicato: Lula deixa o prédio acompanhado do deputado estadual Antônio Rezk.

com caráter irrevogável, foi transmitido à FIESP pelo próprio ministro Murilo Macedo. Esse primeiro "acordo verbal", cujo caráter principal era estabelecer uma trégua entre as partes, sob a condição da imediata volta ao trabalho, definiu a formação de uma comissão tripartite que estudaria o índice de aumento da categoria num período de 45 dias. O acordo só se consubstanciou no "protocolo de intanções" assinado no dia 2 de abril, que estabelecia as principais diretrizes, que iriam reger as negociações durante os 45 dias. Os principais pontos a serem discutidos durante a trégua foram: a apreciação das questões dos dias parados e dos 11%: o compromisso da não-punição dos trabalhadores grevistas num prazo de 120 dias; o encaminhamento dos estudos referentes à legislação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e à estrutura sindical, da legislação de greve, da nova sistemática de representação sindical e do sistema de negociação coletiva; e a devolução dos sindicatos sob intervenção.

Está claro que a intervenção teve como função a desarticulação do movimento grevista do ABC, no sentido de desencaminhar o eixo de suas reivindicações. Se antes se lutava por um índice de aumento diretamente com a classe patronal, depois da intervenção e da entrada do governo nas negociações, a retomada do sindicato, se tornou a principal reivindicação forçando os trabalhadores a resolverem o problema diretamente com o governo.

Em São Bernardo, 70 mil metalúrgicos compareceram à assembléia. Maurício Soares foi a primeiro a se dirigir aos trabalhadores:

"A proposta não é excelente, não é o que queríamos. Ouçam e pensem. Vaias e aplausos não vão resolver nada. Na quinta-feira, rejeitamos a volta ao trabalho, rejeitamos ainda os descontos em parcela dos dias paralisados e a punição aos grevistas. De lá para cá, muita coisa mudou. Perdemos o sindicato que está na mão do interventor. Por isso incluímos uma nova reivindicação, que é o retorno da diretoria ao sindicato. Hoje a proposta é quase a mesma que a de quinta-feira. Pelos contatos que mantive, posso assegurar que em 45 dias a diretoria volta ao sindicato".

Em seguida, vários dirigentes sindicais se manifestaram e ressaltaram a importância dos metalúrgicos retomarem o sindicato. Lula foi o último a falar:

"Companheiros, este é um momento histórico. Vocês sabem perfeitamente bem que a regra do jogo se inverteu de quinta-feira para cá. A coisa se inverteu de tal forma que existem hoje três coisas fundamentais. Eu não estou falando como presidente de direito, mas me sinto no direito de falar como presidente de fato, como representante dos trabalhadores. Essas três coisas são: a garantia de volta à normalização do nosso sindicato; existe uma outra mais importante ainda, que é a reabertura das negociações, que quer dizer que alguém irá negociar pelos trabalhadores, porque nós temos 11% em jogo e não vamos abrir mão desses 11% e a terceira coisa é que nós queremos receber nossos dias. É ponto de honra para a gente voltar a trabalhar. O que nós precisamos provar às autoridades, à opinião pública, e aos empresários, é que estamos conscientes daquilo que queremos, que somos maduros o suficiente, que vamos voltar a trabalhar e que, se não formos atendidos, todos nós sabemos o que fazer de manhã e faremos tudo outra vez. Companheiros, o problema é o seguinte: a partir de hoje a gente conta 45 dias. O que eu prometo a vocês é que a diretoria que foi destituída, mas que ainda é a diretoria, soltará um comunicado dizendo: companheiros, não veio aumento e vamos parar outra vez. A gente pode marcar uma assembléia aqui, nem para o dia 11, nem para o dia 12, mas pode marcar uma assembléia para o dia 10 de maio aqui, neste mesmo campo. É importante todos terem em mente que devemos manter a chama acesa. Nós somos os vitoriosos, queremos chegar à empresa de cabeça erguida, amanhã. Que esta greve sirva de demonstração para os patrões

10

11

13

nunca mais duvidarem da classe trabalhadora. Que ninguém mais ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores. Eu continuo dizendo para vocês: estou junto com vocês e volto a repetir, para terminar a assembléia: se for necessário dar a vida para a gente ganhar isso, eu darei a minha vida em nome da classe".

A assembléia transcorreu num forte clima de tensão. Todos os pronunciamentos tiveram como objetivo preparar e explicar a necessidade da volta ao trabalho como condição básica para a reconquista do sindicato. Depois do pronunciamento de Lula, houve um esvaziasmento razoável da assembléia, prova de uma certa incompreensão por parte dos trabalhadores. Mesmo assim, a maioria aprovou a proposta e Lula, ao som do "trabalhador unido jamais será vencido", saiu do estádio carregado nos ombros dos trabalhadores.

Em Santo André, quatro mil trabalhadores aceitaram a proposta de volta ao trabalho, na assembléia realizada às 19 horas, no Paço Municipal. O resultado da assembléia de São Bernardo já era por todos conhecido. Marcílio estava ausente, mas manteve contatos telefônicos com membros da diretoria, através dos quais autorizou o acordo. A proposta foi exposta por Maurício Soares, que, no mesmo tom usado em São Bernardo, insistiu na necessidade de refletirem cuidadosamente sobre os termos do acordo e sobre o caráter desarticulador da intervenção. João José de Albuquerque, secretário-geral cassado, reafirmou a necessidade da volta ao trabalho como condição para a reconquista do sindicato, apontando o "alto grau de maturidade atingido pelo movimento operário".

Já em São Caetario, não houve assembléia. Os metalúrgicos procuraram se informar do andamento das negociações na Paróquia de Nossa Senhora das Graças, onde se encontrava a diretoria cassada.

O JOGO SUJO DOS PATRÕES

(Durante os 45 dias)

O período de trégua se iniciou com os patrões descumprindo os comprimissos assumidos no "acordo verbal", que previa, entre outras coisas, a não-punição dos grevistas durante os 120 dias seguintes. Segundo dados da própria FIESP, até o primeiro dia de volta ao trabalho tinham sido demitidos 350 operários de 20 empresas do ABC.

A retomada das negociações, que tinha sido marcada para o dia 16 de maio, começou com um dia de atraso, por culpa dos patrões, que foram buscar o aval do governo na tentativa de impedir que os resultados de um futuro acordo fossem submetidos à aprovação de assembléias da categoria. A tentativa de envolver o governo, desencadeada pelos empresários, deixou-o numa posição delicada, visto que contrariava o seu pretendido papel de "mero mediador". Diante disso, o governo taticamene preferiu se retirar para voltar à cena somente quando surgisse um novo impasse, para conservar sua postura de "árbitro". Lula disse então: "Fica mais uma vez demonstrado que quem radicaliza são os patrões, não os trabalhadores. Foi acertado antes que o resultado das negociações deveria ser aprovado pelos trablhadores em assembléia. Afastam os diretores dos sindicatos e agora querem impedir que os trabalhadores decidam se o acordo lhes interessa".

Esse reinício das negociações se pautou pelo desrespeito patronal, que caracterizou todo o processo. Mas a situação dos patrões foi abalada na medida em que os pequenos e médios empresários continuavam discordando da maneira como as negociações iam sendo conduzidas. Se anteriormente esse setor do empresariado preferiu se resguardar dos riscos decorrentes de uma divisão na classe patronal,

10

11

12

13

14

15

5

seus representantes naquele momento passaram a se articular numa Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas (ANPEME).

Até o momento a "promessa" da revogação da intervenção não tinha sido cumprida. Murilo Macedo tentou constantemente se descomprometer da devolução dos sindicatos às suas verdadeiras diretorias. Ao que Lula respondia: "Não sei exatamente o dia, mas, mais dia menos dia, a diretoria que foi eleita com 97% dos votos voltará ao sindicato. Os trabalhadores sabem o que querem e, terminado o prazo de 45 dias, eu não tenho dúvidas de que todos sabem que atitude tomar". Para os trabalhadores, naqueles 45 dias, o pagamento dos dias parados, o nãodesconto dos 11% e a reconquista do seu sindicato, constituíam o eixo básico das reivindicações. Para que essa luta se tornasse vitoriosa se organizaram com suas autênticas lideranças à revelia da intervenção.

Durante todos os domingos, na igreja da Matriz de São Bernardo, os trabalhadores se reuniam com a sua diretoria, para discutir as formas de encaminhamento do movimento. O mesmo ocorreu na igreja do Senhor do Bonfim, em Santo André, e em São Caetano. O semanário ABCD cumpriu um papel fundamental enquanto porta-voz das palavras de ordem necessárias à manutenção da mobilização. As palavras de ordem constantemente reafirmadas consistiram em: não fazer horas extras para não compensar os dias paralisados; procurar a diretoria diante de qualquer irregularidade; continuar com as discussões sobre as greves e as negociações que vinham sendo feitas até então.

Até este momento, os empresários e o governo, respaldados por tudo que existe de "legal" e "constitucional", vinham tentando a todo custo saírem o menos prejudicados. Mas a classe trabalhadora vai interromper essa segunda fase de negociações, impondo uma nova feição aos próximos desdobramentos.

O 1º DE MAIO UNIFICADO

A unidade sindical, forjada durante as greves, configurou-se enquanto dois momentos, contraditoriamente ligados, de um mesmo processo: condição para a continuidade da luta e resultado da mesma. A unidade sindical se consagrou no "1.º de Maio Unificado", quando 60 entidades se uniram para organizá-lo, em torno das seguintes bandeiras de luta:

- pelo fim da intervenção;
- pelo salário-mínimo real e unificado;
- pela garantia no emprego;
- pela liberdade e autonomia sindical;
- pelo direito de greve;
- pela luta contra a carestia.

Este foi um 1º de Maio diferente, como há muito não se via. Os trabalhadores não escolheram o "futebol e o samba" promovidos, a altos custos (CR\$ 800.000,00), pelo governo do Estado, no Pacaembu. Eles preferiram festejar juntos o seu dia de luta, reunindo-se no estádio da Vila Euclides, junto com os líderes cassados e os companheiros de outras categorias.

Os trabalhadores fizeram do 1.º de Maio "um dia de festa e de luta". Luta porque o 1.º de maio foi "a resposta dos trabalhadores à brutalidade com que o governo e as multinacionais procuraram esmagar a unidade da classe trabalhadora". E teve o caráter de festa porque "hoje existe algo de novo sob o céu de São Bernardo, existe a consciência de que não basta lutar por salário" (trecho de um documento assinado pelas entidades organizadoras do 1.º de Maio Unificado). Mas o 1.º de Maio foi o resultado do ressurgimento, na sua verdadeira dimensão,

10

11

13

12

do movimento operário, cujo momento inicial mais significativo foi maio de 78 e seu carro-chefe, os metalúrgicos do ABC. Ele representou um marco histórico, a consagração de um processo e o início de uma etapa qualitativamente superior no sindicalismo brasileiro.

Foram muitos os momentos emocionantes durante o ato, mas sem dúvida o clímax se deu quando Lula tomou a palavra. Os 150 mil trabalhadores emudeceram, tinha chegado o momento ansiosamente esperado por todos. Começou dizendo Lula:

"Neste país não se engana o trabalhador como antigamente... Prometi que traria dois dirigentes para cada jogador que estivesse servindo de palhaço no Pacaembu e dez trabalhadores para cada inconsciente que fosse àquela comemoração do governo. Diziam que o salário do trabalhador era culpado pela inflação. Arrocharam durante 15 anos o nosso salário e a inflação continua tão alta como antes de 64. Pensaram que iam acabar com o movimento sindical do ABC intervindo nos sindicatos e se esqueceram de que o sindicato não é o prédio, mas sindicato são os trabalhadores dentro das fábricas, organizados... Se não vier o aumento a partir da zero hora do dia 14, entraremos em greve".

RESPOSTA AO 1º DE MAIO

A resposta dos empresários ao 1.º de Maio Unificado era esperada: a intransigência tornou-se maior. Face à capacidade de mobilazação e organização dos trabalhadores e ao apoio demonstrado por outras categorias, os patrões mantiveram suas posições e recarregaram suas armas contra os metalúrgicos. Mas, como a toda ação corresponde uma reação, os trabalhadores não deixaram por menos, e cada vez mais ampliaram suas formas de luta.

Continuavam as demissões. Os trabalhadores da Villares, em protesto pela demissão de 308 operários, entraram em greve no dia 2 de maio. Apesar do cerco policial e da prisão de alguns membros da diretoria cassada, o movimento se manteve até o seu segundo dia, quando, depois de uma assembléia dirigida por Lula, os operários decidiram voltar ao trabalho e "esperar o dia 13 de maio para uma nova paralisação, caso a classe patronal não atenda às reivindicações".

O fim da trégua se aproximava. Mesmo diante da possibilidade de um novo impasse, a semana decisiva para todo o ABC começou a ser planejada, visando a realização da assembléia do dia 13. No domingo, dia 6, Lula lembrou aos companheiros a importância de comparecerem à assembléia, pois nela seria decidida a atitude a ser tomada: a aceitação da proposta patronal ou a greve. Reafirmou também a necessidade de serem mantidas a unidade e organização.

"O prazo de 45 dias para o encaminhamento das nossas reivindicações encerra-se no próximo dia 11 de maio" — dizia ele. "Se não houver nenhuma proposta que satisfaça aos anseios da categoria, todos os trabalhadores já sabem como agir. Peço a vocês que mantenham o mesmo comportamento que assumimos até agora, não aceitando provocações e cumprindo integralmente nossa parte no acordo, pois não devemos dar motivos para os empresários justificarem a ausência de acordo, em função da quebra do compromisso que assumimos".

Mas a semana decisiva se iniciou com os empresários quebrando novamente o compromisso. A FIESP, através de uma circular interna, aprovava o desconto de 20% dos dias paralisados e os aumentos de 63% e 57% nas folhas de pagamento de maio. A medida confirmava mais uma vez o desrespeito dos patrões ao compromisso anteriormente assumido. Mas a isso os trabalhadores responderam com a paregem de sete mil metalúrgicos na Ford e quatro mil na Crysler, a partir do dia 9 de maio (18).

10

11

12

13

Apesar da persistência das pressões, os obstáculos patronais, reforçados no final de abril pelo fato de o Ministério da Justiça transferir para o governo estadual autoridade necessária para a aplicação da LSN, as negociações continuavam o seu curso. Até o momento não se tinha chegado a nenhum acordo. Mais uma vez a inflexibilidade patronal visava impedir uma vitória dos matelúrgicos do ABC, que em última instância representaria uma vitória para toda a classe operária. Lula disse então: "Nós não estamos pedindo nada exagerado, nada que os patrões não possam dar. Só com o prejuízo que tiveram nos 15 dias de greve daria para os empresários darem o aumento. Eles não querem é dar vitória aos metalúrgicos".

As vésperas do desfecho das negociações, os trabalhadores foram novamente pressionados, através de um pronuncimento do ministro do Trabalho. Por trás da legislação trabalhista, teor aparente do discurso visava-se atingir um alvo certeiro — a classe operária. Pois, além da severa advertência sobre os riscos previstos em lei, no caso da participação em movimentos grevistas, esse "didático" pronunciamento procurava respaldo para possíveis atos de força, ao tentar

lançar setores da opinião pública contra os metalúrgicos.

Nos momentos finais do prazo estabelecido há 45 dias, as negociações cumpriram seus objetivos. O acordo firmado na madrugada do dia 12 de maio, entre patrões e empregados (19) estabelecia fundamentalmente: índice de aumento de 63% para quem ganhava até dez salários mínimos em marco de 1979, sendo que esse índice seria aplicado sobre o salário de março de 1978; para quem ganhava acima de dez salários mínimos (CR\$ 15.600,00), prevalecia o índice oficial; o piso salarial foi estabelecido em CR\$ 3.204,00, sendo que ele passaria em janeiro de 1980 para CR\$ 3.844,80 duas antecipações salariais de 10% cada uma, sendo a primeira em setembro de 1979 e a segunda em janeiro de 1980. Contudo esse acordo só seria aplicado nas empresas que concederam aumentos reais, extradissídios, durante o ano passado. Para as restantes prevaleceriam os índices escalonados, anteriormente aceitos pelos sindicatos do interior. Estabeleceu-se também, para ambos os casos, o desconto de 50% dos dias paralisados, "em cinco parcelas iguais e sucessivas a partir de 10 de junho", deixando a critério das empresas a reposição ou desconto do restante no prazo de um ano. A questão da intervenção — ponto de honra da luta dos trabalhadores — não entrou nas negociações. Os metalúrgicos entendiam que a volta das legítimas diretorias dizia respeito somente a eles, não podendo ser negociada por nada que pudesse ser oferecido pelos patrões: "Não negociamos o sindicato porque ele é nosso", diziam.

A assinatura do acordo dependia de sua aprovação na assembléia do dia 13 de maio. Tanto Lula como Marcílio e Lins tinham consciência de que ele não atendia inteiramente aos interesses da categoria, mas foram unânimes em afirmar que o que fora conquistado até o momento não deixava de ser uma vitória da classe trabalhadora. Principalmente porque essa conquista representava o possível diante da trajetória que os metalúrgicos tinham que percorrer, na sua luta por melhores condições de vida e trabalho. Também apontaram que o acordo, ao deixar a critério das empresas o desconto ou a reposição dos 50% dos dias parados, abria a possibilidade de os trabalhadores, organizadamente, em suas fábricas, conquistarem mais essa vitória. Lula reafirmava: "A eles (aos trabalhadores) cabe a decisão final sobre o assunto. Oitenta mil cabeças pensam melhor do que uma.

A RECONQUISTA DO SINDICATO

No dia 13 de maio, 60 mil trabalhadores de São Bernardo, 3 mil de Santo

André e 500 de São Caetano, reunidos respectivamente nas suas assembléias, aprovaram o acordo negociado por seus representantes. A atitude dos trabalhadores demonstrou maturidade e consciência de sua força, pois souberam dimensionar precisamente o inimigo, enfrentando-o nas suas diferentes facetas: patrões, governo e polícia. Perceberam ser necessário resistir, acumular forças e experiências para avançar de uma forma mais segura para novas conquistas. Lula, depois da assembléia, em entrevista ao semanário ABCD, comentava:

"Nós não tínhamos mais sindicato, para as nossas reuniões. Nós estávamos lutando contra um inimigo mais forte. Acho que foi preferível esperar um pouco, para depois continuar a luta, com mais organização, com mais resistência".

Mas os metalúrgicos deveriam mais uma vez pôr à prova sua capacidade de luta. Uma nova etapa que os levaria à vitória estava para ser cumprida — a reconquista do seu sindicato. Lula encerrou a assembléia com estas palavras: "Eu acho que não há dúvida nenhuma — e isso é mesmo para os descrentes, mesmo para aqueles que não acreditavam na capacidade de luta do trabalhador — de que amanhã daremos uma lição ao Brasil e ao mundo. Nós voltaremos a trabalhar com tranqüilidade. Mas, num determinado dia, nós vamos voltar a agir com força total. É isso que proponho aos trabalhadores".

Como vimos, os trabalhadores do ABC não estiveram sozinhos, pois durante todo o processo grevista contaram com o apoio e a mobilização da classe operária brasileira. Vários setores da sociedade e, principalmente, representantes de entidades sindicais, se mobilizaram numa campanha nacional pela reconquista dos sindicatos do ABC (20), arrecadando fundos e alimentos, a fim de possibilitar a sustentação do movimento. A institucionalização de um fundo de greve passou a ser entendida como uma necessidade básica dos trabalhadores.

Os metalúrgicos do ABC reconquistaram o seu sindicato, seu mais legítimo instrumento de luta, estabelencendo um marco inédito na História do sindicalismo brasileiro.

O movimento dos metalúrgicos, ao ferir na raiz a sustentação da política econômica — o arrocho salarial — apontou o caminho correto da luta para os demais trabalhadores. E, se o exemplo partiu dos trabalhadores do ABC, não foi só por sua determinação histórica, mas também por condições específicas. Foi na região do Grande ABC onde, no período pós-64, que a penetração do capital estrangeiro — sob os auspícios do arrocho salarial e de uma legislação trabalhista repressiva — se deu de uma forma mais violenta, criando o maior parque industrial brasileiro. Isso provocou uma aguçamento nas contradições entre capital e trabalho. Portando, se por um lado o "milagre" veio aviltar os trabalhadores, por outro gerou uma classe operária diferente daquela do passado, numericamente superior e mais especializada. Para garantirem sua sobrevivência, os trabalhadores necessitaram concientizar-se de sua força, de maneira a poder responder aos problemas postos pela realidade. E essas propostas resultaram de um longo processo de experiência e acúmulo de forças — marcado pelas lutas pela reposição dos índices inflacionários de 73 (21) e por maio de 78 — que no entanto recuperavam, sob novas formas, a tradição das lutas do passado.

A intervenção fracassou no seu objetivo mais profundo — de amordaçar e decapitar a classe trabalhadora — na tentativa de manter o traço fundamental do projeto econômico-político imposto há 15 anos atrás. Contraditoriamente, ela resultou num salto qualitativo na consciência dos trabalhadores. Na consciência não só da sua força e da justeza das suas lutas, como principalmente no significado fundamental da necessidade de preservar a sua entidade sindical. Esta, além de ser o instrumento correto para o encaminhamento de reivindicações, tem no

ABC uma importância redobrada: suas diretorias foram forjadas na defesa dos verdadeiros problemas da classe trabalhadora.

Depois de quase dois meses de resistência, o governo não poderia ficar alheio à maior arma dos trabalhadores: sua mobilização e luta por melhores condições de vida e trabalho. Foi assim que revogou os atos de intervenção nos sindicatos de São Bernardo, Santo André e São Caetano, no dia 15 de maio de 1979.

E foi com estas palavras que a legítima diretoria de São Bernardo do Campo, na voz do seu presidente, reassumiu no dia 18: "Quem conhece cada um dos diretores do sindicato sabe que segunda-feira começa tudo de novo, porque a luta não terminou. Foi interrompida por alguns dias. E quem duvidar da capacidade de luta da diretoria certamente estará enganado... que ninguém nunca mais ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores".

NOTAS

Fontes consultadas para a realização deste artido: Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, Diário de S. Paulo, Diário Popular, revista Veja, revista Isto é, Jornal ABCD e jornal Unidade Sindical.

- 1) O início das negociações entre patrões e metalúrgicos estava marcado para o dia 1/3/79, pois o acordo de 1978 terminava no dia 2/4/79, data-base dos metalúrgicos do interior e do ABC. O governo, ao estabelecer diferentes datas-bases para uma mesma categoria e, no caso, enquadrar ABC e interior, tem como objetivo fracionar os metalúrgicos como um todo, contrabalançando setores mais avançados com setores mais débeis.
 - 2) O conselho é formado pelos presidentes dos 34 sindicatos que compõem a base territorial.
- 3) Os membros escolhidos foram: Vale do Paraíba: José Domingos Sobrinho (São José dos Campos) e Luís Carlos Ferreira (Taubaté); interior: Cid Ferreira (Campinas) e Antônio Cabeça Filho (São Carlos); ABC: Luiz Inácio da Silva, o Lula (São Bernardo do Campo) e Benedito Marcílio (Santo André).
- 4) A legislação trabalhista vigente impõe a mediação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), órgão ligado diretamente ao Ministério do Trabalho, no encaminhamento das negociações entre empregados e patrões.

Na ocorrência de algum impasse, essa instância encaminha o processo automaticamente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que acaba julgando e fixando os índices a serem aplicados.

- 5) A Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, para representar seus associados na campanha salarial unificada, necessitava que os sindicatos, através de uma procuração, lhe delegassem poderes para tanto. Os sindicatos do ABC, considerando a defasagem existente entre as suas reivindicações e as do Interior, preferiram participar diretamente de todo o processo.
- 6) Os primeiros passos para se estabelecer a ilegalidade do movimento do ABC estavam sendo desencadeados antes mesmo do início da greve. Segundo a Legislação Trabalhista, para que um movimento grevista seja considerado legal, é preciso, entre outras coisas, que constem em ata as assinaturas dos sindicalizados que aprovaram em assembléia a deflagração da greve. Essa decisão suspende necessariamente as negociações diretas entre empregados e patrões encaminhando o processo para dissídio, onde, por lei, os aumentos fixados são os estabelecidos pelo governo. A homologação de reajuste acima dos índices oficiais pressupõem automaticamente um acordo prévio entre as partes. Contudo o dissídio não pressupõe um movimento grevista e se dá sempre que surja um impasse entre as partes.
- 7), Os sindicatos que assinaram o acordo foram os de Piracicaba, Sorocaba, Itú, Laranjal, Botucatu, Ourinhos, Jaú, Bauru, Lins, Araçatuba, Presidente Prudente, Catanduva, Ribeirão Preto, Mococa, Bragança Paulista, Pinhal e Limeira.
- 8) O Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, apesar de pertencer à base territorial do interior e ser considerado um dos sindicatos mais atuantes e combativos do sindicalismo brasileiro, não participou da mesma forma que o ABC em todo esse proceso. Isso se deve à particularidade de sua própria base, formada fundamentalmente pelos metalúrgicos da COSIPA (90% dos metalúrgicos da região), que possuem sua data-base em março e não em abril, como o ABC e interior, e por um número pequeno de trabalhadores de pequenas metalúrgicas. No caso da COSIPA, uma empresa mista, os reajustes

10

11

12

13

14

15

2

3

salariais são regulados pelo Conselho Nacional de Política Salarial e é longa sua tradição de acordos diretos, resultado das pressões dos trabalhadores. Nesse ano o acordo conseguido por essa empresa foi um dos melhores, chegando mesmo, num momento das negociações do ABC, à sugestão de se estander os índices conseguidos por esses trabalhadores ao ABC. Nas demais metalúrgicas, foi decidido pelos trabalhadores, em assembléia, que o acordo encaminhaado pela federação era razoável para eles, na medida em que não tiveram reajuste de 11% no ano de 78.

- 9) A questão do delegado sindical, colocada como questão de honra dos trabalhadores, assume importância vital na especificidade do ABC. Nesta região, onde se concentra praticamente toda a indústria nacional automobilística, o sindicato, limitado por uma reduzida diretoria, encontra dificuldades para representar os interesses da categoria. Nesse sentido, a figura do delegado sindical, respaldado pela estabilidade, seria a ponte entre a fábrica e o sindicato, único meio para superar os limites acima apontados. No caso do interior, com raras exceções, a situação é diferente, haja visto que a maioria é de pequenos sindicatos, com diretorias débeis.
- 10) Teobaldo de Nigris é o atual presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), onde o "Grupo 14" representa o setor automobilístico.
- 11) É necessário salientar que as pequenas e médias indústrias de capital nacional também se utilizaram da repressão de uma forma violenta.
- 12) A sindicância tinha como objetivo verificar qual era a verdadeira posição dos presidentes dos sindicatos no movimento; e, num segundo momento, quem estava com a responsabilidade.
- 13) Artigo 530, da CLT: "Não podem ser eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional, nem permanecer no exercício desses cargos: item VI Os que publicamente e ostensivamente por atos ou palavras defendem os princípios ideológicos de partidocujo registro tenha sido cassado ou de associação ou entidade de qualquer natureza, cujas atividades tenham sido consideradas contrárias ao interesse nacional, e cujo registro haja sido cancelado ou que tenha tido seu funcionamento suspenso por autoridade competente". Artigo 528, da CLT: "Ocorrendo dissídio ou circunstância que perturbe o funcionamento da entidade sindical, ou motivos relevantes de segurança nacional, o ministro do Trabalho poderá intervir, por intermédio do delegado ou junta interventora, com atribuições para administrá-la e executar ou propor medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento".
- 14) Foi comprovado o incitamento dos trabalhadores à greve, por parte dos dirigentes sindicais. Por lei os dirigentes "depostos" têm direito de entrar com recurso administrativo pedindo a revisão do ato ministerial.
- 15) O comando geral de greve era formado por membros e lideranças das ex-diretorias cassadas do ABC. Ele sure sob condições particulares, enquanto alternativa possível no momento, dentro de uma perspectiva de *luta no sindicato*. Portanto, totalmente diferente daqueles CGGs que se pretendem como germes de um sindicalismo paralelo.
- 16) O "Unidade Sindical" foi suplemento dos órgãos informativos dos seguintes sindicatos: dos metalúrgicos de São Paulo, Santos e Cubatão, Osasco, Guarulhos, Lorena e Rio de Janeiro; dos bancários de São Paulo e Porto Alegre; dos trabalhadores das indústrias de São Paulo; dos químicos de São Paulo, Santo André, Guarulhos e Osasco; dos petroleiros de Santos e Cubatão, Campinas, Paulínia e Mauá; dos petroquímicos de Duque de Caxias; dos ferroviários do Rio de Janeiro; dos jornalistas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Porto Alegre e Brasília; dos médicos de São Paulo e Rio de Janeiro; dos eletricitários de São Paulo; dos trabalhadores em energia e gás do Rio de Janeiro; dos têxteis de São Paulo; dos gráficos de São Paulo e Santos; dos padeiros de São Paulo; dos coureiros de São Paulo; dos marceneiros de São Paulo; dos alfaiates do Rio de Janeiro; dos trabalhadores nas indústrias de calçados de São Paulo; dos trabalhadores nas indústrias de plásticos de São Paulo; dos artistas e técnicos de São Paulo e Rio de Janeiro; dos aeroviários de São Paulo; dos empregados no comércio hoteleiro de São Paulo; dos profissionais em enfermagem de São Paulo; dos trabalhdores nas indústrias de laticínios de São Paulo; dos empregados na administração portuária de Santos; dos trabalhadores na construção civil de Osasco; dos propagandistas e vendedores farmacêuticos de São Paulo; dos rodoviários do Rio de Janeiro; dos empregados no comércio de petróleo do Rio de Janeiro; dos vidreiros do Rio de Janeiro; dos professores do Rio de janeiro; da Federação dos trabalhadores nas indústrias químicas e farmacêuticas de São Paulo; dos trabalhadores das indústrias urbanas de São Paulo; dos bancários de São Paulo e Mato Grosso; dos trabalhadores da agricultura do Rio de Janeiro; da Associação Nacional dos Médicos residentes; da Associação Estadual dos Professores do Rio de Janeiro; dos professores da PUC de São Paulo; dos metroviários de São Paulo; dos profissionais da Assistência Social de São Paulo; dos servidores do Hospital das Clínicas; dos sociólogos de São Paulo; do Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Estado de São Paulo (Senalba-SP).
- 17) No dia 19/7/79, Rischbieter, ministro da fazenda, autorizou o Instituto de Seguros do Brasil a pagar a quantia de 6,7 bilhões de cruzeiros à Volkswagen do Brasil e à Mercedes Benz, para ressarci-las dos prejuízos provocados pelas greves.

- 18) Essas paralisações fizeram com que a ANFAVEA (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos e Automotores) recomendasse a seus associados o não-desconto da parcela, deixando a critério de cada empresa a solução do problema.
- 19) A comissão de negociação dos metalúrgicos foi composta por Lula, Marcílio, Lins, Almir Pazzianotto, Maurício Soares, Walter Barelli, César Conconne, Vinícius Laira e Annes Andraus. Os empresários foram representados por Mauro Marcondes, Mário Garneiro, Newton Chiaparine, Paulo Francini, Nildo Massini e Alberto Villares.
- 20) Cinqüenta entidades sindicais elaboraram um documento, entregue a Murilo Macedo, exigindo a revogação da intervenção e a devolução imediata dos sindicatos a suas legítimas diretorias. Os trabalhadores do ABC contaram também, nesse momento, com o apoio da CGT portuguesa, que repudiou o ato de força decretado pelo governo brasileiro.
- 21) Em 77, através do sindicato de metalúrgicos de São Bernardo do Campo, assessorado pelo DIEESE, veio a público pela primeira vez a denúncia da falsificação dos índices salariais de 1973, desencadeando um movimento pela reposição salarial desses índices. Este movimento se configurou como um marco na retomada das lutas sindicais, fruto de 15 anos de amadurecimento político e acúmulo de forças da classe operária brasileira.

CONCURSO ESCRITA DE POESIA FALADA

Regulamento

- 1 O Concurso Escrita de Poesia Falada, patrocinado pela revista Escrita (Editora e Livraria Escrita Ltda., Rua General Jardim, 570 — CEP 01223 — São Paulo — SP — fone: 255-5194), é realizado duas vezes por mês em data e local previamente anunciados.
- 2 Como prêmios, oferece ao vencedor de cada rodada Cr\$ 1.000,00 — ou outra quantia a ser determinada — além da participação automática na antologia "Poesia Falada", a ser lançada em abril de 1981 pela Escrita. Tanto o 2.º quanto o 3.º colocado e o melhor intérprete receberão prêmios em livros. O 4.º e o 5.º colocado não receberão prêmios.
- 3 As inscrições deverão ser feitas na Livraria Escrita, Rua General Jardim, 570, Vila Buarque, em São Paulo, no horário comercial, ou através do correio. A taxa de inscrição, de Cr\$ 100,00, no caso de envio pelo correio, deverá ser paga com cheque visado. Ela dará ao candidato direito a um exemplar do livro "Poesia Falada".
- 4 Para inscrever-se, o candidato deverá apresentar seu poema em duas vias, com, no máximo, 50 versos, e preencher uma ficha de inscrição, em que deverá colocar seus dados biográficos. Pelo correio, bastam cinco linhas de informações.
- 5 A revista Escrita indicará o intérprete no caso de inscrição feita pelo correio.
- 6 A comissão julgadora será escolhida pela revista entre seus colaboradores habituais.
- 7 Os casos omissos serão resolvidos pela direção da Escrita.

São Paulo/1980.

O ARROCHO TREME NAS BASES DO ABC

Debate com trabalhadores das bases do Sindicato de São Bernardo

Este debate, realizado com metalúrgicos da base do Sindicato de São Bernardo, mostra o grau de consciência atingido por aqueles que tiveram uma participação direta no movimento grevista de março de 79. É também um reflexo da ascensão política dos trabalhadores, expressando assim o que há de novo na classe operária brasileira.

Socialmente crescida e amadurecida, ela buscou, como ficou demonstrado em maio de 78 e março de 79, um conjunto de "novas" respostas aos problemas colocados pela realidade pós-64, forjadas num período de 15 anos de resistência democrática, em que souberam recuperar — atualizando e superando — formas de lutas do passado.

A preocupação central do debate foi o cotidiano das lutas operárias de São Bernardo. Ao procurar apreender o processo das últimas greves em todo seu desdobramento e avaliá-lo criticamente, foram extraídas experiências e apontadas perspectivas futuras para a classe operária.

O texto aqui reproduzido é o resultado de oito horas de gravação, realizada em duas etapas. A primeira, no próprio Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, no dia 19 de julho de 1979, e a segunda, uma semana depois, na casa de um dos debatedores.

Participam.

WAGNER LINO ALVES - torneiro de produção, sindicalizado há cinco anos.

ALEMÃO (Enílson Simões de Moura) — inspetor de qualidade, sindicalizado há 10 anos.

OSMAR MENDONCA - sindicalizado há 10 anos.

MELÃO (Jevérson Marcos) — meio-oficial de inspetor, sindicalizado há um ano.

MANUEL FERREIRA LIMA - soldadeiro, sindicalizado há 12 anos.

OSVALDO - ferramenteiro, sindicalizado há oito anos.

O roteiro dos debates foi o seguinte:

ROTEIRO

2

3

I) INTRODUÇÃO

COMO FOI O PROCESSO ELEITORAL DA ATUAL DIERETORIA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO? ELA SE COLOCOU COMO OPOSIÇÃO SINDICAL?

II) A CAMPANHA SALARIAL

EM QUE A CAMPANHA SALARIAL DE 78 CONTRIBUIU PARA A CAMPANHA UNIFICADA DE 79? QUAL O PAPEL DESEMPENHADO PELA FEDERAÇÃO NO INTERIOR DE SÃO PAULO?

QUAIS AS CONDIÇÕES OBJETIVAS QUE O ABC POSSUÍA PARA CONTINUAR FRENTE AO RECUO DA FEDERAÇÃO?

III) A GREVE E AS NEGOCIAÇÕES

COMO SE DEU A DISCUSSÃO DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA GREVE E POR QUE SE OPTOU PELA GREVE GERAL? AO CONTRÁRIO DE 78, AS GREVES DE 79 SE CARACTERIZARAM PELO USO DE PIQUETES. COMO VOCÊS EXPLICAM ISSO? O QUE REPRESENTOU A PARTICIPAÇÃO DE MURILO MACEDO NAS NEGOCIAÇÕES? COMO VOCÊS ANA-

CEDEM

10

11

13

14

LISAM A "CISÃO" DA FIESP, MANIFESTADA ATRAVÉS DAS PEQUENAS E MEDIAS EMPRE-SAS?

IV) A INTERVENÇÃO

VOCÊS ACREDITAVAM NA POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO? NA AUSÊNCIA DE LULA, VOCÊS ACREDITAVAM QUE O TRABALHO DE BASE ERA SUFICIENTE PARA DAR CONTINUIDADE AO MOVIMENTO? COMO SE ESTRUTUROU O COMANDO DE GREVE? COMO VOCÊS ANALISAM O PAPEL DA "UNIDADE SINDICAL", FORJADA DURANTE ESTE PROCESSO?

V) A VOLTA AO TRABALHO

QUAIS ERAM AS CONDIÇÕES PARA A CONTINUIDADE DA GREVE? A VOLTA AO TRABALHO SIGNIFICOU UM AVANÇO OU UM RETROCESSO PARA A CLASSE OPERÁRIA? COMO FORAM AS NEGOCIAÇÕES DURANTE OS 45 DIAS? EXISTIAM CONDIÇÕES PARA REATIVAR O MOVIMENTO GREVISTA? COMO VOCÊS ENCARAM A DEVOLUÇÃO DOS SINDICATOS E O ACORDO ASSINADO? OS EMPRESÁRIOS ESTÃO CUMPRINDO O ACORDO ASSINADO?

VI) QUESTÕES GERAIS

COMO SE COLOCA O PROBLEMA DA UNIDADE SINDICAL? AS QUESTÕES DO DELE-GADO SINDICAL, DAS COMISSÕES DE FÁBRICA E DO FUNDO DE GREVE, COMO SÃO VISTAS POR VOCÊS? EM QUE MEDIDA O RESSURGIMENTO DO MOVIMENTO OPERÁRIO COLOCA EM XEQUE A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA? DE QUE FORMA A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES É VISTA POR VOCÊS?

"Eu sou operário Só dou produção Estamos em guerra Contra a exploração Em conversa fiada A gente não cai Se ninguém nos atende A peça não sai. Fizemos piquete contra a traição só voltamos ao trabalho com o aumento na mão não adianta polícia nem intervenção esta é a greve e a força que tem o peão."

ALEMÃO — Nas últimas eleições, algumas pessoas aqui pretendiam fazer uma chapa de oposição. Mas depois a gente começou a ver que o problema do Sindicato de São Bernardo era um negócio muito sério e que esse grupo de pessoas, que estava nessa posição, não tinha condições nem maturidade suficiente para formar uma boa direção aqui no sindicato. Havia uma série de divergências, como é natural, mas a gente não levou o plano para frente, não fez oposição. Naquela época, já estávamos achando que, se quiséssemos trabalhar realmente no Sindicato, trabalhar realmente em função do sindicalismo, a melhor forma era dentro do próprio sindicato, sem ficar jogando com esse negócio de oposição. Depois havia algumas coisas que agradavam bastante a gente: a diretoria ficou à disposição no sentido de renovar um monte de dirigentes, como de fato renovou.

E/E - Só um detalhe, essa diretoria era a do Paulo Vidal?

ALEMÃO — Não, o Lula já era o presidente, mas o Paulo Vidal cantava de galo. Mas o Paulo Vidal saiu e grande parte do esquema montado por ele também. Entraram umas pessoas de uma valor muito grande, que têm feito o sindicalismo avançar bastante, como o Djalma, o Expedito, o Mané. Pessoas que estão numa dedicação muito grande, com uma vontade de fazer as coisas andar para a frente. Nesse sentido, eu acho que esta diretoria foi a melhor coisa que poderia ter acontecido, mesmo se houvesse uma chapa de oposição formada por nós. Eu não sei se a gente teria as mesmas condições, a mesma capacidade de fazer o que eles estão fazendo.

E/E — Só um esclarecimento, Alemão. Você fazia parte da chapa de oposição?

ALEMÃO — Nós fazíamos parte de um grupo de oposição que pretendia ser uma chapa de oposição à atual diretoria. Isso foi em fins de 1976. A gente atuava enquanto oposição sindical, procurava ter uma estrutura própria. O sindicato fazia uma coisa, a gente queria fazer melhor, do nosso ponto de vista. Só que as pessoas não tinham muita experiência.

E/E — Em que momentos vocês se uniram a essa diretoria? Na última eleição, quando 98% da categoria elegeu a atual diretoria, ou na eleição passada?

ALEMÃO — Foi antes dessa última eleição. Eu já estava vendo que o negócio no estilo que a gente estava fazendo não dava. Mas um grupo achava que deveria

continuar fazendo oposição, mantendo aquele tipo de imprensa, soltando boletins e aquela coisa toda. Então, comecei a achar que não devia. Outras pessoas começaram a achar o mesmo. Nós pensávamos que devíamos mexer e fazer as coisas, que dessem, no sindicato. O que não pudesse era porque não tinha que ser feito mesmo. Acho que nenhum grupo fora do sindicalismo consegue fazer nada para o sindicato e isso não é só para São Bernardo, é regra geral.

WAGNER — Éu não acompanhei de perto esse processo de oposição e de

preparação da chapa.

MELÃO — Eu estou em São Bernardo há mais tempo mas na época da eleição eu não participava do sindicato. Eu entrei de sócio para tratar dos dentes e os dentes estão aqui até hoje. Mas na fábrica, quando chamaram as pessoas para votarem, eu não senti nenhum clima de discussão, pelo menos no meu setor. Eu não vi aquela vontade do trabalhador participar mesmo, mas todos que estavam lá foram votar. Agora, eu soube de um coisa que eu gostaria que você, que está aqui há mais tempo, me confirmasse, são uns bochichos que soltam por aí. Haveria uma espécie de esquema montado — não sei se o termo correto seria este — mas dizem que um pessoal aí entrou mais para uma espécie de composição que o Vidal teria feito na época, porque ele queria deixar o sindicato, queria ser vereador, teve gente aí que veio pedir pra fazer composição com a atual diretoria. Gostaria que você, que está há muito mais tempo, me esclarecesse.

ALEMÃO — Teve gente que veio pedir, sim, mas eram só duas ou três pessoas. MELÃO — Eu ainda cheguei a pegar a época de um pessoal que queria soltar boletim, e que estava procurando doidice mesmo.

WAGNER — Até hoje, depois de toda essa briga e essa diretoria que está aí, os caras querem fazer oposição. É a oposição da oposição, né? Parece que o cara vive mesmo pra fazer oposição.

E/E — Há ainda uma oposição sindical?

WAGNER — Não que exista uma oposição, assim como existe em São Paulo, mas de vez em quando esse pessoal faz boletins, está entendendo? É uma burrice: em vez de utilizar o espaço que tem, para trabalhar no sindicato, o cara quer dar uma de independente e faz isso.

ALEMÃO — Quem faz oposição sindical aqui é esse pessoal da "Tendência". que nega um papel ao sindicato, na ação de transformar a atual estrutura sindical. Defende, em consequência, um sindicalismo paralelo materializado sob a forma de comissões de empresa propiciando, além do mais, uma nova modalidade del "pluralismo sindical". Essa gente é conhecida no movimento sindical pelas pessoas mais por dentro, mas não pelos trabalhadores. Eles acham que esse sindicato que existe, que eles chamam de sindicato oficial, em momento algum corresponde ao que a categoria precisa. Então querem fundar um outro sindicato, um sindicato paralelo, uma outra instituição, outra organização. Esse pessoal aí é oposição em qualquer circunstância. Inclusive aqui tem outro pessoal que quer fundar um terceiro sindicato fundamentado em comissões de fábrica. Agora, esse negócio que você estava perguntando, Melão, do esquema do Vidal nas eleições, na verdade não houve. O que aconteceu foi que umas pessoas da oposição, na época, vieram pedir pra entrar na chapa, eu achava um absurdo, umas três pessoas da oposição pedir pro Lula pra entrar na chapa. O Lula falava: "Não sei. Eu estou pensando ainda quem eu vou botar na chapa". Uma ocasião, um diretor, o Mané, me contou que no dia de registrar a chapa, o Lula marcou uma reunião na diretoria com o Vidal e com todo o mundo e falou: "Minha chapa é esta aqui". Quer dizer, que não tinha ninguém do grupo da oposição e ninguém do esquema do Vidal e. como o Lula falou: "quem quiser que faça outra chapa", os caras ficaram loucos da vida, mas não tinham mais nada a fazer, ou fazia outra chapa ou não tinha

discussão. Ou seja, o Lula não aceitou discussão na composição da chapa, fez a chapa que ele achou melhor e saiu essa diretoria. É uma ótima diretoria. Naquela época estava saindo um monte de diretores efetivos, como o Antenor, o Machadinho e o Vidal. E tem um negócio: uma parte da oposição passou a trabalhar com essa diretoria. E o pessoal mais por dentro e a diretoria perceberam que ou o sindicato começava, cada vez mais, a assumir um papel de liderar as lutas, ou o negócio ia acontecer, quer dizer, iam passar por cima do sindicato. Isso foi basicamente na época em que houve uma greve dentro da Mercedes, do pessoal do setor de transportes internos, em 1977. Dezessete pessoas foram pra rua, demitidas, sem direitos, todos grevistas. E, até esse momento, os conflitos eram resolvidos lá dentro da fábrica. Conversavam, chegavam num acordo e tal. Bem, mas aí o Lula foi lá conversar com o cara da Mercedes, um gerente. O cara mandou o Lula se danar: "Demitido é demitido e pronto". Então o Lula começou a perceber o seguinte: "A situação agora está num outro papo, tá num outro nível. A gente se organiza e sai pro pau, porque os caras não vão dar mais nada pra gente". E esse caso da Mercedes foi um exemplo que serviu pra mostrar que realmente tinha acabado a fase da possibilidade do diálogo. Passou algum tempo e começaram as primeiras greves: saiu a greve da Scania em 78 e coisa e tal. Eu acho que a greve do setor de transportes da Mercedes foi o negócio mais importante pra gente perceber que o sindicato tinha que realmente começar a assumir, cada vez mais, outra postura, um outro tipo de atuação diante das lutas que viriam a acontecer.

E/E — Alemão, você falou que esse fato se deu em 78. Como vocês vêem o processo de reposição dos índices de reajustes salariais falsificados em 73?

ALEMÃO — A reposição foi um negócio estranho também. A campanha da reposição foi um aprendizado pra todo mundo, porque a gente viu o seguinte: quando a gente queria fazer as coisas bem feitas, era fazer que dava certo. Então teve uma assembléia convocada para a campanha da reposição, só compareceram umas 500 pessoas. Então precisava convocar uma outra assembléia, e convocar de uma maneira muito melhor. Se os trabalhadores não vinham ao sindicato, o sindicato tinha que ir as fábricas. E começou a acontecer coisa desse tipo. Naquela época tinha um grupo de pessoas que estava achando que a gente tinha que começar a trabalhar aqui dentro do sindicato. Então a gente começou a fazer as coisas junto. Eu me lembro que saímos aqui do sindicato às três horas da manhã, botávamos banca de assinatura na porta da Volks pra convocar pra Assembléia e coisas do tipo, e ficávamos até as oito da manhã. Eu trabalhava na Volks naquela época. E em outras fábricas a gente começou a fazer as mesmas coisas, mudando a concepção de muita gente. Se quisesse trabalhar, fazer alguma coisa pra modificar a situação dos trabalhadores, podia fazer que dava certo. Era só fazer a coisa certa, no momento certo. Depois a gente fez uma assembléia boa, com cinco ou seis mil pessoas no sindicato. Mas, se fosse convocada outras, não viriam essas cinco ou seis mil pessoas, porque naquela assembléia começaram a acontecer algumas coisas. A gente falava em greve e algumas pessoas da diretoria caíam de pau, diziam que só maluco é que falava em greve e coisas desse tipo. Aí na próxima campanha já havia os 34,1% e começamos a mudar essa compreensão. Na próxima campanha a gente falou em greve e ninguém protestou. A turma começou a entender realmente que as coisas tinham que ir por aí. Aquele negócio da Mercedes foi decisivo. A turma falou: "Poxa! Agora a coisa acabou mesmo. Agora temos que sair pro pau mesmo".

WAGNER — Eu queria dizer um negócio: quer queira, quer não, a gente tem que pensar que, por trás de todo o impulsionamento, do próprio aparecimento de uma liderança, como a que se tem agora, está a maior concentração de empresas estrangeiras aqui em São Bernardo. A gente vê que na Mercedes, na Ford

10

11

e na Volks há quase 80 mil trabalhadores, uma grande concentração. Então, é claro que essa liderança tinha que aparecer num lugar onde é necessário, correto? Era justamente aqui, onde as contradições são mais aguçadas, que a gente sentia a necessidade de um novo sindicalismo, né? A situação tinha que estourar justamente em São Bernardo do Campo, né, onde uma concentração econômica, uma estrutura sindical que já não correspondia e aquela gente achando que não podia fazer nada, porque a estrutura não deixava! Então faltava muito peito, faltava iniciativa, porque muita gente se esconde atrás da legislação fascista, que prende o sindicato, pra não deixá-lo fazer nada. E o negócio não é ficar de fora do sindicato, é entrar e apostar pra ver. Quando a liderança assume, o trabalhador corresponde. Ele vai, luta, está entendendo? Eu acredito que São Bernardo, em termos de São Paulo, é o lugar onde as contradições se aguçaram mais. Essa liderança que surge é fruto da própria necessidade de mudança. Então a causa econômica é a que move, é a causa que está regendo esse negócio. Mais cedo ou mais tarde teria que aparecer essa liderança, e ela apareceu e está correspondendo a tudo que a gente espera.

A CAMPANHA DE 78

MELÃO — Bom, eu não cheguei a participar da campanha dos 34,1%, o que eu ouvia era comentário. Na campanha salarial de 78 eu comecei a vir às assembléias. Eu vinha e aplaudia aquele que descia mais o cacete, aquele que dizia: "Abaixo a ditadura!" Era a minha forma de protesto. Eu não conseguia compreencher, mas ia atrás da coisas pra entender melhor. Foi esse aí o meu início nessa história toda. Na campanha salarial de 78 eu não tinha bomba nenhuma na cabeça. Eu ia pra fábrica, tinha vontade que os outros companheiros soubessem, mas eu não conseguia transmitir pro pessoal. Nessa fábrica em que eu estva, já tinha um companheiro fazendo um certo trabalho. Era uma pessoa que estava se esforcando para que as coisas se encaminhassem. Aí estourou a greve da Scania em 78. Esse companheiro continou tentando paralisar a empresa. Um outro companheiro, participante do sindicato, entrou também. Eu figuei louco da vida, porque a fábrica não parava, pra mim isso era uma questão de solidariedade. Eu achava que não tinha nem que pedir 20%, tinha que parar mesmo. Agora, eu não conseguia explicar pra ninguém por que tinha que parar. Você sente a necessidade, mas não consegue transmitir. Aí fui descobrindo esse pessoal mais atuante e comecei a discutir mais. Quando eu estava meio enforcado pra dar respostas pros outros, eu corria até os outros companheiros e começava a discutir, depois voltava lá com o cara e o negócio ia andando. Depois que passou um mês, houve a primeira paralisação na caldeiraria, mas o resto da fábrica não acompanhou. Numa outra paralisação deixou de funcionar a fábrica inteira. Os patrões realmente estavam despreparados, porque foi um negócio meio de surpresa, eles não acreditavam naquela paralisação. Quer dizer, o nego começou a se sentir orgulhoso. Aí chamaram o sindicato pra fazer a negociação. O pessoal da caldeiraria deu uma lista do que o sindicato deveria colocar na negociação: 20% de aumento, um quadro de aviso pra peãozada e a questão da insalubridade. Aí foi feita a primeira assembléia, só do pessoal da caldeiraria, depois foi chamado o pessoal do sindicato e, na discussão, foi conseguido que a diretoria fizesse uma assembléia com o pessoal da caldeiraria, o setor mais firme. Só que o pessoal da caldeiraria resolveu ficar firme na pancadaria. Os outros setores, até então, não estavam recebendo nenhuma informação, a não ser o "telefone sem fio" que circulava. Na época eu trabalhaya num setor que me permitia andar pela fábrica inteira sem problemas.

10

11

12

13

14

Voltaram as discussões, até que um dia foi feita uma reunião onde algumas pessoas de outros setores foram entrando e eu me misturei no meio. O companheiro mais atuante tinha se acidentado, machucado o pé, e o pessoal andava meio receoso. À reunião da diretoria tinham ido o Djalma e o Rubens, tesoureiro e vice-presidente do sindicato. Eu não enxergava um palmo diante do nariz, via a necessidade, mas não via as consequências. Aí eles começaram a explicar que a proposta dos patrões era de 11% de aumento e 13,5% de antecipação, e que eles não abririam mão. O relações industriais estava presente, mas não falou nada. O que ele tinha que falar ele cochichava com o cara do sindicato, que transmitia pra gente. Isso repercutiu mal pra caramba entre o pessoal. Bom, praticamente estava se mostrando ao pessoal que a gente deveria aceitar, que era o que estava se conseguindo nas outras empresas. Pra mim aquilo lá não estava claro, o negócio era continuar do jeito que tava. E o pessoal da diretoria dizia que não podia mandar o pessoal trabalhar, nem ficar parado, e que a decisão era nossa. Aí eles foram falando e eu fui falando também. Levantaram a questão do pessoal da fábrica fazer um bate-papo sozinho, sem o sindicato e sem a diretoria da empresa pra gente decidir e depois transmitir a decisão. Nessa época fiquei sabendo que na Volks tinham mandado o pessoal da ferramentaria embora, porque eles continuaram em greve. Mas eles foram readmitidos, por causa da solidariedade do pessoal. Isso foi uma força a mais. E, lá na argumentação, o cara colocou que, se a greve continuasse daquela forma, podia se prejudicar. Aí citou o exemplo da Volks, mas omitindo que o pessoal ficou em greve e que só voltava a trabalhar se os outros fossem readmitidos. Eu falei: "Vocês estão esquecendo que o pessoal falou que só voltava a trabalhar, se os outros voltassem também". E eles me perguntaram quem garantia isso e eu respondi: "Quem garante isso aí é nossa união, é fortificar o pessoal da fábrica". No final falaram pra gente retornar ao trabalho. Mas daí nós comentamos que queríamos nos reunir sozinhos, só sei que se retiraram e nós fizemos a nossa discussão. O pessoal não estava satisfeito com a proposta de aumento, porém tava com um medo do cacete. Decidimos pedir 15% de imediato, porque os 11% era parcelado e a forma de parcelamento a gente iria estudar. Todo mundo se reuniu outra vez, a diretoria da firma e do sindicato e aí eu falei: "A gente decidiu pedir 15% de aumento imediato, sem parcelamento, e 11% de antecipação, parcelados". Quanto à forma de parcelamento, a gente ia estudar. O cara da diretoria alegou que não aceitava antecipação e este aumento e tal. Aquela negada que já estava com medo gritou: "Um mês de prazo"! E aí eu gritei: "Pô! Que negócio é esse? Vai desender a gente ou os caras aí? Nada de um mês, não. Eu sabia que tinha umas fábricas, em que tinha sido dado um certo prazo e só vieram os 11%, e não aconteceu mais nada. Então resolvi dar um prazo curto e grosso, sem volta ao trabalho. Eles falaram: "Bom, vocês voltam ao trabalho. Amanhã a noite, a gente informa vocês, até sexta-feira à tarde será dada a resposta". Se não me engano, era uma quinta-feira e eu falei pro pessoal que a gente ia dar um prazo, aguardar até sexta-feira ao meio-dia. Caso contrário, a gente ia continuar parado. O cara do sindicato levantou e falou o seguinte: "Então, tudo bem. Vamos lá, todo o mundo trabalhar". Daí dei um grito: "Não ninguém vai voltar ao trabalho, a gente vai esperar parado". Foi um rebu. Se não me engano, o Rubens, diretor do sindicato, colocou que não podia, que era contra a lei, que a gente não poderia fazer isso. O pessoal todo ficou sem pai nem mãe. estava tudo lascado. O que o pessoal do sindicato estava vendo, e o que eu não via na época, era que não havia condições para continuar o negócio. Sabe, quando você está iniciando, quer tudo num hora só. É radical pra cacete.

WAGNER — A fome é que é radical, não o cara. MELÃO — Então, o que vinha, eu contestava mesmo. Foi aquele rolo, nego

10

11

12

começou a se apavorar. Só sei que no final se decidiu voltar a trabalhar e aguardar até sexta-feira. Eu saí quase chorando lá de dentro, com a certeza absoluta de que eles iam dar o que quisessem e ninguém faria nada. O pessoal dizia que, se não viesse, a gente pararia. A decisão na sexta-feira foi essa aí mesmo: 11% e eles pregaram no quadro de aviso.

OSMAR - E fizeram a reunião com a caldeiraria.

MELÃO — Não. Eles fizeram uma reunião com a caldeiraria na sexta-feira de manhã e ficou aquilo por aquilo mesmo. Inclusive eu não tive condições de participar, porque era só o pessoal da caldeiraria. Foi nessa época que comecei a atuar mais, me conscientizar sobre a questão do sindicalismo, sobre a luta da gente. Nessa campanha salarial, com a participação do sindicato, acho que eles tiveram condições de se impor um pouco mais. Naquela empresa, a Schuller, o gerente estava a fim de conceder os 20% de aumento, se não me engano parcelados. Inclusive já estava assinada a folha; o cara da diretoria financeira não permitiu, pois os 11% é que estavam sendo dados nas outras empresas. A situação que se apresentava era a seguinte: se a gente tivesse mantido uma postura mais firma, mesmo sendo o primeiro movimento e não esperando muito, dava pra conseguir um pouco mais. Quanto à questão das discussões com as bases, houve sim. Houve discussão no sentido de laver boletim, de se discutir mais na porta de fábrica.

E/E — Pelo seu relato, nós vimos o encaminhamento da campanha salarial de 78. Agora, queremos saber como foi preparada a de 79? Houve discussão em assembléias por fábricas? Como o sindicato penetrou nas fábricas, mobilizando a categoria para a greve que acabou sendo deflagrada?

MELÃO — Depois disso houve um esfriamento por causa do III Congresso do Guarujá. Eu participei dele, mas sem condições de discutir com o João Paulo Pires e com um cara do Sindicato dos Gráficos. E lá do Congresso eu saí discutindo com um companheiro a questão da gente fazer reunião por fábrica. Comecei a espalhar que tínhamos que fazer reunião pra discutir a resolução do Congresso. O pessoal mais interessado no negócio começou a se reunir. Iniciamos, me parece, com cinco pessoas, na outra semana vieram seis, aí mudavam as pessoas, e a gente ia conseguindo um número cada vez maior. Fazíamos esses bate--papos mais ou menos de 15 em 15 dias. Discutíamos problemas gerais dentro da empresa, como o da insalubridade. Inclusive, a gente iniciou uma briga para aumentar o restaurante, que foi vitoriosa. O sindicato assumiu essa questão de reuniões por fábricas, fez boletins, jogou nas bases. Começou um clima de agitação e o trabalhador começou a se interessar mais. Nas assembléias vinha o número que a gente estava acostumado a ver. Então, sempre houve discussão, ou através de boletins de reuniões por fábrica, principalmente. Nessas reuniões por fábrica, você começava a deslocar pessoas que tinham as coisas mais claras na cabeça, como foi o caso da Schuller. Conseguiu-se organizar um pessoal mais ou menos. A gente tinha uma organização que era mais ou menos assim: em toda boca de almoxarifado tinha um cara que distribuía boletim, pro cara levar junto com as ferramentas. Outra coisa, nessa de fazer sindicalização, era abrir o debate com o cara, explicar o porquê da sindicalização, a necessidade da participação dele.

OSMAR — Bom, eu era da Schuller em 76. Saí em 78, depois de quatro greves. Conheci o Melão lá, ele é cria de lá. Desde que venho aqui ao Sindicato sinto que ele tem tentado, em todas as negociações, uma forma de ludibrir a forma governamental. Desde 76, então, se apresentou uma série de alternativas pra campanha salarial, como em 77 e em 78. Então eu acho que nesse terreno ai, que é mais ou menos controlado, o sindicato sempre procurou sair fora. E a categoria

10

11

12

13

percebia essas tentativas. Uma outra característica que eu queria arescentar é que já na época em que se iniciou aquela campnha pela reposição, o sindicato deu um passo muito grande em termos de se juntar mais à base. Nesse se juntar mais à base é importante clarear o seguinte: é que sindicato nenhum no Brasil hoje é forte em termos de participação do pessoal das fábricas, ele não tem raiz. Então, São Bernardo, por melhor que seja sua diretoria, também sofre esse problema, que não é de hoje, mas é velho e é um dos que têm dado mais trabalho. Então na campanha de reposição salarial de 76/77, a gente conseguiu fazer um trabalho muito bom, não só nas fábricas como no sindicato. Pois os trabaladores da Volks. os trabalhadores da Schuller, que faziam aquele trabalhinho do dia-a-dia, viram que aquilo não era uma coisa isolada, que eles poderiam se juntar numa assembléia, que, segundo muitos, foi o que criou a mobilização e inclusive a possibilidade de fazer greve. Isso fortaleceu o sindicato e aqueles que trabalham em nome dele, pois aquela luta estava se desenvolvendo dentro das fábricas há uma porção de tempo. A atuação cresceu muito, graças à participação da diretoria, que, nesses movimentos todos, viu algumas pessoas despontaren como lideranças. Então, na época da oposição, a gente não tinha uma participação muito ativa dentro do sindicato, foi a partir desse momento que a gente passou a ter essa participação. E é na medida em que se intensifica a participação que se fortalece o sindicato. As greves de maio tiveram uma série de problemas, a relação do sindicato com os trabalhadores era ainda muito pequena. Ou seja, o sindicato começou a se fortalecer de lá pra cá. Então, na época de pouco movimento sindical, você exigir que o sindicato tenha uma forte penetração é no mínimo um sonho. Eu achei que todo o processo de negociação dos 11% tinha como base mais ou menos o seguinte: em algumas fábricas pode se conseguir mais. No entanto, nós não temos segurança e ninguém nos garante — nem a gente dentro da Schuller garantia — que poderia se conseguir mais. O que nós tínhamos era uma informação de dentro da diretoria da Schuller, atravês de um cara da caldeiraria que falou: "Olhe eles estão dispostos a dar até 20%".

Só que dentro da Schuller a greve começou na caldeiraria, que foi também a última a parar. Quer dizer, não era a Schuller em conjunto que estava organizada e preparada, mas só um determinado setor que tinha tido mais experiência. Ou seja, naquele momento, embora parecesse que a gente pudesse conseguir mais. realmente não tínhamos essa condição. E prova maior disso são os fatos, a própria história. A orientação no congresso de 78 do Guarujá era fortalecer ao máximo a relação com as fábricas. Tanto assim que, quando nós fomos despedidos, o sindicato tentou negociar pra evitar as demissões, pois precisava ter representação sindical dentro das fábricas e negociar com empresários que falavam em liberdade - o Bardella e o Villares eram nossos respectivos patrões. Depois do congresso se tentou levar isso, houve várias assembléias na porta da Villares, me lembro do pessoal que ia lá debaixo de chuva, com o megafone, tentando discutir. Tudo isso foi uma série de experiências antes da greve. Sobre a questão de como foi eleita a atual diretoria e que problemas ela teve que enfrentar, gostaria de falar um pouco. A diretoria parece ter sido uma das mais votadas, primeiro que não tinha nenhuma chapa concorrente. Nessa época na Schuller tinha muita gente sindicalizada e acho que houve dois votos em branco e um contra. Outro negócio que eu acho importante é a questão da oposição sindical. Um dia eu fui pra Belo Horizonte e tinha um pessoal da oposição de São Paulo e eu, como fui pelo sindicato, fui colocado como situação, fiquei lá de situação. Então vamos ver como é esse negócio de oposição sindical. Eu entendo o seguinte: na prática, o Sindicato de São Bernardo representou a maior oposição no ABC. Pois tal oposição é aquela que consegue mobilizar sua categoria e passar por cima de uma série de impedimentos

10

11

12

13

15

que a estrutura sindical coloca, não só a estrutura sindical como também o regime político. As greves do ABC mostraram qual é o caminho de uma oposição sindical. Em termos de programa eu não conheço um sindicato, nem dos pelegos, que seja a favor da ligação dos sindicatos ao Estado, embora na prática eles se posicionem contra a autonomia e a liberdade sindical. Então é oposição contra essa estrutura sindical. Agora, eu acho que existe uma diferença com o pessoal de São Paulo, que de certa maneira coloca uma oposição até ideológica.

ALEMÃO — Tem muita gente que se diz da oposição e tudo mais. E na verdade tem muita gente no meio desse pessoal que está afastado da fábrica. Como pode ser oposição desse jeito? E esse é um grande problema, que penetração ele tem dentro da fábrica? É um cara flutuante, está dentro do sindicato mas não está ligado à fábrica nenhuma. Os caras não só estão afastados da realidade como da produção, condição primeira pra estar fazendo qualquer coisa. Fazer oposição dentro do sindicato, como os caras ficam fazendo aí, inclusive de uma forma inconseqüente, não resolve e não leva a nada.

OSMAR — Uma oposição é forte na medida em que tem com ela o movimento social, o movimento operário. Se não tem, é meia dúzia de gatos pingados. Então veja bem, o Joaquim ganhou porque roubou. Está bem, pode até ter roubado. Agora, quando você tem uma base social, você desmascara o roubo, tem condições de convocar uma assembléia, de substituir o Joaquim numa campanha salarial. Esse pessoal aí dos motoristas, que eu não conheço bem, por exemplo, conseguiu negociar com o prefeito, avançar em algumas coisas.

ALEMÃO'— O Melão estava falando sobre a campanha de 78 e um negócio sobre a Schuller, que me parece não estar entendendo bem. Uma coisa é falar em sindicalismo de fábrica e outra coisa é sindicalismo por fábrica. Eu acho que, além de não existirem condições, seria uma desgraça se se estabelecesse negociação separada por fábrica. Isso pra mim seria criar sindicalismo por fábrica, que é o que o pessoal da Schuller estava querendo na época, não?

MELÃO - Não.

OSMAR — A Schuller na verdade podia ter dado uma de liberal, de boazinha. mas está dentro da estrutura sindical, ligada a outras empresas. Só concederia efetivamente na prática aquilo que as outras empresas também concedessem. Então não tinha jeito de separar uma negociação da Schuller, da Villares. ambas do mesmo ramo, o Sindicado das Indústrias de Máquinas. Essa que é a incompreensão do pessoal da Schuller. Me parece que até hoje existe isso de querer construir um sindicato dentro da empresa. Essa incompreensão é que dá um peso violento pra esse negócio de comissão de fábrica, comissão de salário, comissão de emprego. Quando o sindicado tem que se orientar pela média, o nego se orienta pela atitude que existe dentro de uma empresa, o que conduz a uma situação de loucos. Foi o que aconteceu na Ford: quando se fez em 78 aquele acordo com a indústria automobilística, o pessoal da Ford ficou fulo. Por quê? Porque na Volks tinha parado só um setor, porque na Scania estavam trabalhando e porque à Ford estava parada inteirinha há 10 dias. Dessa maneira, a Ford teria que ter um aumento maior? Isso é impraticável e a gente combate esse tipo de coisa. Do contrário, se nós não combatêssemos, estaríamos na prática colocando uma tendência de pluralismo sindical. Haveria um sindicato em cada empresa. As negociações tem que ser feitas pela média da categoria. Em São Bernardo todo mundo é unânime em combater essa questão. Então as negociações em 78 foram conduzidas da melhor maneira possível na época, porque, se a Ford estava inteirinha parada, a Volks estava inteirinha trabalhando. Se algumas fábricas tinham condições de ter 20%, outras não tinham condições de ter nada. E isso se estende a qualquer ramo. Então foi ruim pros trabalhadores da Ford? Pode até ter sido

10

11

12

13



Lima e Wagner.

ruim. Mas foi excelente pros trabalhadores da Volks. Foi ruim pra Schuller? Pode ter sido. Mas, se a gente for analisar as coisas do ponto de vista de uma fábrica, a gente faz uma análise equivocada. Por isso acho que existe muita coisa equivocada nisso que o Melão falou, porque ele não viu o conjunto da coisa.

WAGNER — O que o Melão colocou é justamente a experiência que ele teve logo no começo, como ele estava vendo o problema, dentro da visão dele daquela época.

ALEMÃO — Quando eu levanto esse troço, é porque eu acho que isso ainda permanece dentro da Schuller até hoje.

OSMAR – Eu acho que não. Eu coloquei que nem na Schuller tinha condição na época, e o Melão aqui não me deixa mentir. Na caldeiraria nós escolhemos uma comissão, mas quem ja negociar era o sindicato. Pra mim essa foi na época uma posição de conjunto da caldeiraria. E mesmo dentro da Schuller o pessoal se dividiu. Quando viram que o resto não sustentou a greve, disseram: "Então nós vamos negociar". Eu falei: Não. A gente tem que pedir para a fábrica, mesmo que hoje o pessoal aí esteja deixando a gente na pior. Teve setor que parou às 3 da tarde. A gente parou às 9 e até as 3 tinha gente trabalhando. O pessoal ali isolando a gente. Então eu acho que quando o Alemão fala ele tem razão. É o que tinha colocado anteriormente. Ou seja, apesar da proposta dos 11%, a gente sabia que na Schuller havia possibilidade de conseguir 20%. Agora, eu acho que isso não dependia só da Schuller, não. Quando a gente parou, o pessoal da diretoria da fabrica foi conversar conosco e disse o seguinte: "O nosso sindicato, o Sindicato das Máquinas, vai entrar em negociação com o Sindicato de São Bernardo, São Paulo, etc. e tal, pra ver se a gente incorpora esse aumento ou se dá mais". Mesmo assim, a gente insistiu. Então eu acho, que se realmente você analisar o sindicalismo a partir da sua fábrica, você estará se isolando. Acho que a diretoria fez um bom negócio porque ela tinha uma visão de conjunto da realidade sindical de São Bernardo do Campo e Diadema e inclusive da realidade empresarial. A dificuldade que apareceu foi que as greves estavam estourando por empresa. E a preocupação da diretoria foi tentar dar uma unificação nessas greves.

SINDICALISMO DE FÁBRICA

OSMAR — Muitas vezes você, ao tentar fortalecer o sindicalismo de fábrica ou na fábrica, está querendo fortalecer o sindicalismo da sua fábrica. Um dia o Lula falou pro pessoal da Ford: "Tá legal. Vocês podiam ganhar mais. Mas, se ganhassem mais, seriam só vocês. Ao passo que, como o que vocês conseguiram, todo o mundo conseguiu". Você não quebra a unidade de uma categoria e avança como conjunto. Na época, a orientação que o sindicato deu o pessoal criticou: eles disseram que o sindicato traiu. Mas agora você podia virar e falar: "Traiu, mas na hora do vamos pagar pra ver, a gente foi pagar pra ver". É como ocorre atualmente. Ou seja: muita coisa e pouca sustentação. E eu acho que o papel que o sindicato teve nessa época, inclusive parte da incompreensão que a gente teve, pela direção que ele deu, devia-se também ao distanciamento que a gente tinha a nível de participação sindical. Se você tivesse essa participação, você compreenderia melhor essa realidade.

MELÃO - Quando eu coloquei aqui aquela questão toda, fiz questão de falar o seguinte: que na época eu estava me iniciando na vida sindical. Bom, a visão que eu tinha era aquela lá. Eu fiz questão de colocar a minha posição ultra--radical, eu a firmei até que isso é do início da participação de cada um, quando você é radical mesmo. O Wagner colocou a questão da fome. É isso aí, claro. Ouando eu falei, fiz um relato da realidade do que aconteceu lá dentro. Inclusive você se lembra. Osmar, quando passava por mim? Você dizia: "É fogo, né, meu. Esses caras são todos uns pelegos". Tá lembrando disso? Isso era uma realidade. Quer dizer, eu não vou chegar aqui e jogar flores numa coisa que não foi real. Essa questão de sindicalismo paralelo, do sindicalismo por fábrica, acho que não é uma realidade na Schuller. Não e agora não digo que não foi. Foi sim, porque a gente já teve visão de fábrica mesmo. Agora, hoje em dia eu procuro ter a compreensão maior, os companheiros que estavam lá dentro também. Eu acho que se alguém tinha essa idéia não conseguiu tal tipo de coisa. Não vai conseguir nunca. Inclusive outro dia, numa subsede, o diretor resolveu chamar de sindicalismo paralelo o trabalho de levar a discussão pro pessoal da fábrica. Isso a gente sempre fez e eu acho que o pessoal vai querer discutir sempre. Hoje, eles não aceitam uma palavra de ordem, sem saberem por que e tal. Antes você chegava e era: pá, pumba e tava tudo bem. Hoje em dia a realidade é outra. Eu queria discordar dessa questão aí de que até hoje o pessal da Schuller tem essa visão. Eu não vejo a gente querendo um sindicato próprio nesses termos. Se a gente quisesse um sindicato próprio, não tinha nada que fazer aqui. O que tinha era só saber o que se passava na assembléia e aplicar lá na fábrica de outra forma. É uma coisa que a gente nunca fez. Quer dizer, foi uma crítica e eu acho válida. Só que não é o caso da Schuller. Lá a gente conseguiu atingir um bom número de pessoas e conquistou gente pra participar mais da vida sindical, para procurar levar mais a discussão pro pessoal e, principalmente, procurar avançar mais a consciência deles em termos políticos. Ou seja, para entender a realidade, não em termos de fábrica, mas em termos de Brasil também, em termos de toda a categoria. E isso aí é uma coisa que sempre foi levada lá dentro.

OSMAR — Eu vou levantar um negócio que é atual demais. Quando você quer conseguir um sindicalismo enraizado na fábrica, existem várias formas pra chegar a isso. Então, ninguém aqui no sindicato chamou de sindicalismo paralelo a discussão na Schuller.

10

11

13

12

MELÃO — Quer dizer, uma pessoa faz, fala e eu não vou me responsabilizar pelo atos dessa pessoa. Eu vou defender o meu ponto de vista. E o meu ponto de vista nunca foi dividir. Isso eu acho que está mais que claro. Eu acho que, se na época eu tive esta atitude, foi justamente pelo fato que eu coloquei: a minha participação no sindicato era péssima, era ultra-radical, radical de fome. E eu acho que é isso mesmo. Tem um companheiro aí que pelo amor de Deus. Quando começou a participar do sindicato ele queria bater no Lula. Hoje ele está aí, participa da discussão, discuse com a diretoria, coñversa com o Severino. Quando você começa a participar realmente da vida sindical, começa a ter uma visão mais ampla.

OSMAR — Eu queria dizer uma coisa, completar isso aí. Não se pode, por decreto, eliminar o problema da divergência de várias correntes, de várias visões dentro da fábrica, dentro de todo o país. Não se pode. Eu acho que o movimento vai se reforçar justamente no pau. Brigando com isso, procurando acertar, discutindo com as tendências que forem mais erradas e procurando um caminho. O que a gente quer é um sindicato que trabalhe de forma unitária, que conduza efetivamente o trabalhador. Então tem que ser na briga, com todas essas tendências, essas maluquices. Só assim a gente vai se fortalecer, vai aprender e derrotar qualquer tipo de tendência que está a fim de utilizar o movimento pra seus objetivos, que de fato não interessam nada ao trabalhador. A briga é salutar, mas a gente precisa saber os meios de isolar esses caras e partir pra frente. Não é isolar o Melão, que o Melão é nosso.

MELÃO — Essa questão de comissão de fábrica que você levantou é muito importante. Na época da campanha salarial, quando se propôs o delegado sindical e tudo o mais, eu fui fiel, certo? Mas também sou favorável à comissão de fábrica, não essa proposta pelas pessoas ditas da oposição sindical. Essa comissão que a gente tinha dentro da fábrica não dividiu o movimento, muito pelo contrário, unificou. Conseguiu lever o debate para dentro da fábrica, conseguiu comprometer mais gente pra luta, que é o resultado que está aí. Esses caras, quando entrarem numa outra fábrica tenho certeza absoluta que vão ser melhores que muita gente que tem por aí. Isso pra mim é ponto pacífico. Eu não combato a comissão de fábrica, não.

OSMAR — Tem uma diferença, sabe, Melão, que é a seguinte: hoje, quando se quer construir um sindicalismo de base, a gente pode sem querer cair nas ações de quem está condenando. É o caso do pessoal que quer comissões de fabrica, até com as melhores das intenções, e termina fazendo sindicato por fábrica. Eu acho que você pode criar qualquer tipo de comissão de fábrica: pra prevenção de acidentes, pra negociar ou pra qualquer caso. Agora, comissão de fábrica é relativa muitas vezes a um problema específico dentro da fábrica e não a esse que você quer. Porque a razão de vocês terem mobilidade, de poderem discutir em conjunto com o pessoal da Schuller, não é porque vocês eram uma comissão. É porque vocês, durante o processo de luta junto com o sindicato, ganharam essa autoridade, atuando junto ao pessoal. Não é pelo fato de vocês serem nomeados comissão que vocês faziam isso. Antes da gente ser comissão, antes de falar nisso tudo, a gente fazia sindicalismo, entende? Eu acho que a questão hoje fundamental pra gente é a construção do sindicalismo dentro da fábrica, através da figura do delegado sindical. Isso pra mim é fundamental. É a única forma democrática de você fazer um sindicalismo realmente de base. As comissões que eu conheço foram construídas em cima de questões específicas. Por exemplo, todo mundo cita a comissão de fábrica da Caterpillar. Ela foi criada em que circunstâncias? Numa greve onde o Joaquim não negociou. Depois, o que a empresa fala, quando é decretada essa outra greve geral? "Para que nós vamos negociar com o Joaquim? Vamos negociar entre nós, porque nós podemos dar mais que os patrões gerais aí

10

11

12

13

15



Alemão. (foto ABCD Jornal)

proclamam". E criam circunstancias de fato para se construir um sindicato de fábrica. Essa é a realidade, acima inclusive de nossas intenções, sabe, Melão? Por mais que se diga: "Não, porque não é nossa intenção". Política não se faz com intenções. Se faz com fato real. E o fato real é esse, entende? Então, o delegado sindical o que é? O delegado sindical é o primeiro passo pra você começar a quebrar a debilidade do sindicato dentro da fábrica. É o primeiro passo para a participação democrática da classe operária. É o primeiro passo que você começa a dar a nível de fábrica, a nível de trabalhador dentro dessa estrutura fascista e dentro dessa ditadura militar que está aí. É o único que você faz com um conjunto de categorias. Você conversa com o pessoal de São Paulo. Lá tem 35 comissões de fábrica, com uma categoria de 350 mil. O que é isso? Os outros 350 mil tem muito mais força do que as 35 organizadas, entende, tem muito mais força. Eu acho que, pelo menos aqui, a gente fez experiência, tentando construir essa comissão de fábrica de todas as maneiras, e não conseguimos. Nós tentamos construir o delegado sindical, até troca a gente chegou a propor, você lembra, Alemão? "Vamos trocar. Jogamos o Osmar pra Villares e o Alemão vai pra Schuller. Vocês não são democráticos?" Então vamos fazer esse negócio. "Não". Você não consegue a representação aqui em São Bernardo.

WAGNER — Osmar, seria bom que você colocasse por que coisas como o delegado sindical e comissão de fábrica a gente não consegue aqui. Eu queria que você se aprofundasse nisso aí, porque nós já conversamos.

10

11

12

13

14

OSMAR — Vamos lá. Quem governa este país hoje? Quais são as forças econômicas? Todas elas estão aqui, no ABC, o capital estrangeiro, o imperialismo. Aqui onde ele é mais rico, onde está mais presente. Toda a política nacional, quem dirige essa política nacional, está aqui. Hoje eu vinha lendo o jornal. Você pega lá os planos de energia que vão ser criados e lá estão os representantes desse pessoal. Então, qualquer coisa em São Bernardo pode significar quebrar a política desses caras. É por isso inclusive que eu acho que o presidente da Federação assinou um acordo para isolar São Bernardo. É ele, o Argeu, que, quando foi chamar a gente, fez um jogo unindo essas multinacionais para nos isolar e impedir uma greve no interior de São Paulo, entende? Eu acho que é por aí. Sinceramente, eu estava pensando sobre isso e gostaria até que meus companheiros falassem. Eu acho que nossa briga pelo delegado sindical é a briga por uma estrutura sindical diferente. Mas ela se dá dentro da atual estrutura sindical.

WAGNER — A gente tem que levar em conta que são 24 diretores, dos quais a maioria está ligada à base. A realidade é que quatro foram expulsos porque traíram os trabalhadores e nós temos só 20 diretores, dos quais nove ficam no sindicato para cuidar de quase 700 empresas. Então a gente vê que essa estrutura sindical está com a mão na garganta e não tem por onde sair. Se tivéssemos um delegado sindical com estabilidade, dentro de cada empresa, em São Bernardo do Campo, seriam mais 700 elementos no sindicato. Então a gente poderia transformar isso num instrumento que Ave Maria ... É o que o Osmar colocou: nós, através disso, vamos romper toda a estrutura. Eu queria colocar mais uma coisa. No Congresso do Guarujá, aconteceu o seguinte: nossa comissão estava discutindo o problema de comissão de fábrica e tinha alguns grupos que defendiam posições que levavam ao paralelismo. Aquele paralelo que divide, que está à parte do sindicato, correto? Então caímos de pau em cima disso, porque mostramos o seguinte: que a autonomia de uma comissão de fábrica é relativa. Eles querem fazer o negócio à parte no sindicato, como já levantamos aqui. Nós entendemos que, seja lá comissão, seja delegado sindical, qualquer coisa, a autonomia não é absoluta. O que tem de existir é interdependência, correto? Quer dizer, tem de ter um forte entrelaçamento entre a comissão e o sindicato. Um não contradiz o outro. Ao contrário, os dois são unidos. Essa é a interdepedência que a gente compreende. Não a que os caras defendem, que é justamente uma autonomia absoluta. O que eles estão querendo fazer é partido político dentro da fábrica, não estão querendo fazer sindicalismo.

ALEMÃO — É aquele negócio que a gente estava discutindo. Existe uma incompreensão muito grande nesse negócio de sindicalismo, fundamentalmente nesse conjunto de oposições sindicais, incompreensão do que seja sindicalismo. O sindicalismo tem que estar organizado dentro das empresas, sindicato de verdade é organizado. Existem caminhos políticos pra romper a atual estrutura sindical, que permita a organização dentro da empresa. Acho que é isso que esse pessoal não consegue entender. Eu penso em liberdade sindical dentro das empresas e, enfim, por toda a liberdade dentro da sociedade brasileira. O delegado sindical vai conseguir organizar de fato nas empresas a base di sindicalismo. E depois, no nosso Congresso do Guarujá, a gente fez um programa do que seria a questão da unidade sindical, a Central Única dos Trabalhadores. Discutimos muito em torno daquilo aqui em São Bernardo, levando negócios pra lá, pro pessoal entender o que seria a Central dos Trabalhadores. Para isso é fundamental a existência de delegado sindical. O importante é que se ia rever o passado da mesma maneira, criar as mesmas confederações que existiram no passado ou reeditar uma nova forma das confederações que existem hoje. O que é uma

10

11

15

13

5

6

confederação hoje? Um bando de nego totalmente desligado das empresas. A grande ligação deles é com o Estado, entende?

O DELEGADO SINDICAL

E/E — Como se daria a escolha do delegado sindical? Pelo sindicato ou pelos trabalhadores da empresa?

ALEMÃO — Nós tivemos um exemplo claro desse negócio. Um dia desses a gente fez um delegado sindical aqui, o Osmar. A fábrica dele se reuniu lá e o elegeu delegado sindical. Aí o pessoal foi no patrão: "Esse cara aqui é delegado sindical, tem de dar autoridade pra ele". Lá na fábrica do Osmar, ele foi escolhido pelos trabalhadores e pode ser destituído também por eles. Então, a estrutura sindical hoje diz o seguinte: que a assembléia é soberana, mas não é Existe um estatuto-padrão, que é determinado pelo Estado, e o sindicato tem de segui-lo. Então hoje, efetivamente, a assembléia não pode destituir uma diretoria ou coisas desse tipo, sem o aval do Estado. Quer dizer, a questão do delegado sindical seria colocada dentro dos estatutos dos sindicatos, dentro da situação de liberdade e autonomia sindical. Então acho que, quando o sindicato for fazer seus estatutos, sem estatuto-padrão, sem nada disso, veria a melhor forma de colocar neles a questão do delegado sindical. Eu penso que deve constar se ele vai ser eleito pela base ou não.

ALEMÃO — A gente estava falando da campanha salarial de 78 em relação à unificação de 79. Em 78 a gente percebeu a necessidade da organização dentro da empresa. Vimos também que não tinha mais condição de São Bernardo isoladamente continuar querendo seguir o projeto que tinha inicialmente: "Vamos derrubar a estrutura" e coisas desse tipo. Tinha de conquistar a unidade antes, sob pena de provocar imediatamente uma intervenção. A intervenção não era o risco maior. O risco maior era perder definitivamente a possibilidade de continuar fazendo alguma coisa. Foi aí que vimos a necessidade de ir a Lins pra tentar unificar a campanha salarial de 79, tentando, inclusive, colocar a figura do delegado sindical, como forma de unificar a luta pela mudança da estrutura sindical. Mas na verdade o que a gente viu, tem visto de lá pra cá, é que a questão da campanha unificada de 79 era uma ilusão. Porque essa questão de que no interior tem sindicato fraco, e não forte, é um blefe. Se existe um sindicato no interior é porque lá existem indústrias. E se existem indústrias não é pelo capricho de um burguês que tá lá. É porque ele tem necessidade de ter lucro, ele tem compromisso com fornecedor. Então todo sindicato é um sindicato forte, autêntico. Não tem essa divisão: sindicato pequeno, sindicato grande. Isso é falso, é invenção dos donos das confederações pra tentar dividir o movimento sindical. No interior tem bons sindicatos, como em Santa Bárbara. O Claudionor é um cara porreta pra danar. Agora, foi uma ilusão realizar a campanha salarial unificada de 79? Foi. Porque existem lideranças sindicais fascistas no interior. Fascistas no sentido da palavra, nego que chora de ódio quando se aprova a anistia, como aconteceu durante o Congresso de Pocos de Caldas. Então é difícil fazer unidade com um pessoal desse tipo. É difícil fazer unidade com o Argeu, por exemplo, este só quer servir o Estado, não tem nenhum interesse em servir ao sindicalismo, nem aos trabalhadores. Foi uma ilusão nossa tentar contar com o Argeu pra tentar mudar a estrutura sindical por exemplo, foi ilusão nossa entrar em contato com o Argeu pra fazer uma campanha salarial mais pra frente. Foi uma ilusão mesmo. E esse negócio, que o Osmar falou, de que o Argeu serve às multinacionais que estão aí é verdade. O Estado serve às multinacionais, o Argeu também serve. Por outro

10

11

12

13

14

15

lado não tem a menor possibilidade de se tentar fazer hoje a unidade à força, isso é loucura, quem tentou fazer isso em Poços de Caldas se danou. Em Poços de Caldas se tentou fazer composição com o pelego. Sindicalistas autênticos tentaram jogar uma chapa comum pra secretariar o departamento profissional dos metalúrgicos junto com o Jorge Normann, da Federação de Minas Gerais, um cara safado, desonesto, corrupto, sem vergonha, escravo do Estado e das multinacionais.

OSMAR — Inclusive a posição da gente era aceitar alguns caras desde que eles criassem pra gente cinco subdepartamentos dentro desse departamento. A função desses subdepartamentos seria estudar as condições de trabalho, produção e de salário, com o objetivo de traçar uma política reivindicatória em termos nacionais.

ALEMÃO — Ele não aceitou abrir. Mesmo assim o pessoal continou achando interessante botar o Jorge Normann e o João Paulo, de Monlevade. Depois de uma noite de discussão eu falei: "Pô! Ô João Paulo? Eu acho que é uma sacanagem das grossas fazer um negócio desses. O que vai acontecer? Você nunca mais vai ter condição moral de combater o peleguismo na sua terra, porque vai compor com ele agora".

QSMAR — Queria te fazer uma pergunta. O que é que caracterizou o Lº de Maio com a presença do Joaquim? Quem deu a força principal foi justamente a representação operária.

OS ERROS DO CONGRESSO DE POÇOS

ALEMÃO — Foi correto sair numa campanha unificada em 79? Foi. Mesmo com os sindicatos fascistas foi correto, sim. Mas foi também uma ilusão, que muitos sindicatos alimentaram, de acreditar que a partir disso ganharíamos, Agora, dentro da estrutura sindical, compactuar com pelego pra chegar junto na estrutura? Eu acho que aí não. Aí a gente perde as condições de continuar fazendo as coisas, de continuar tentando lutar pela verdadeira estrutura sindical independente do Estado, que é o que a gente quer. Porque senão a gente começa a fazer as coisas de cima, conduzindo aos mesmos caminhos de antes de 64. Acaba-se fazendo algo que tenho dúvidas de que seja bom em termos de sindicalismo. Um monte de coisas de antes de 64, eu acho que foram erradas. Tanto isso é verdade que o sindicalismo, apesar das greves e da atuação, saiu tão fraco quanto estava antes. Porque, em termos da estrutura sindical, o que é que se mudou? Nada. Acho que se ficou jogando por cima, ficou se compactuando. E essa tentativa foi trazida novamente pro Congresso de Poços de Caldas, tentou-se jogar por cima outra vez. Quando, aqui em São Bernardo, se fala de Central Única dos Trabalhadores, esta não passa pelo caminho da compactuação. Tanto que a gente fala sobre isso dentro de uma situação de democracia. Falar em Central significa lutar pela democracia hoje dentro do país. E é importante a gente fazer com que os operários lutem pela democracia no país. Depois, num segundo momento, a gente vê como fica o negócio de estrutura sindical. Hoje a gente faz um projeto e coloca que fundamentalmente as bases tem que estar dentro dele, mas aí já se começa a compactuar com a cúpla de um sindicalismo nocivo, indecente, imoral, que a tem conduzido os trabalhadores às piores desgraças neste país. Se compactua pra chegar a um cargo? Eu acho que é um caos, é abdicar da possibilidade de se ter uma condução correta. Esse encaminhamento em Poços de Caldas foi errado. enquanto que no dia 1.º de Maio foi correto. A tentativa da campanha unificada também foi certa. Temos que sair pra novas tentativas desse tipo. No fim de cada

10

11

12

13

14

15

2

1

3

uma delas temos mais gente do nosso lado. Em Poços ganhamos mais gente, sindicatos de Goiás, Ceará, etc., porque mantivemos uma postura independente da pelegada.

WAGNER — Só uma coisa: por mais que você tenha uma série de princípios e que você atue em cima deles, vai ter muito pau ainda até que a gente consiga mudar tudo isso. Não vamos perder de vista que o sr. Joaquim dos Santos Andrade representa alguma coisa e nós vamos ter que procurar caminhos pra forçá-lo a tomar uma série de posições. Não podemos ter ilusão de que esses caras vão sair do jogo logo. Há uma porção de coisas que a gente tem que ver. Dava pra levar a greve na porrada? Não dava. Agora, há acordos e acordos. Se for sacana e desmobilizador da classe trabalhadora, a gente tem que cair em cima de porrete. Agora, se o acordo facilita, avança e faz fortalecer o movimento, como em São Bernardo, então a gente vai ter que fazer muito acordo, mas nesse espírito que estou dizendo, não como tentaram fazer em Poços. A gente não vai fazer nunca um acordo que leve ao retrocesso da classe trabalhadora. Não vamos botar água fria quando o negócio está fervendo.

OSMAR - Eu não acredito que você faça o Joaquim avançar, como não acredito que no terreno político vá transformar o MDB num partido operário popular. O Joaquim não tem jeito de avançar, é um profissional da intervenção no sindicato. O que ocorre com esse tipo de aliança que tentou se fazer em Pocos? É uma aliança que se faz com as costas pra categoria, pra pegar certos postos. É um absurdo, é tentar fazer o jogo dos caras, desprezar a consciência do trabalhador, de tua própria capacidade de ter o trabalhador a teu lado e conquistar esses cargos. Outra coisa é o 1.º de Maio, que não envolve o Joaquim, e onde o trabalhador está presente, está vendo. Se você faz um acordo como o de Pocos, que cara a gente vai ter pra chegar aqui e falar assim pro operário: "O Jorge Norman é um pelego, é um traidor". "Pô! Mas você fez um acordo com ele!" Outra coisa é o Joaquim chegar numa manifestação, onde a característica do ato é dada pela participação da massa e não dele. Em Poços foi o contrário, nós cedemos em princípios para ganhar cargos. Eu sei que você não faz política só com princípios. Mas ali era um pau, era uma briga, foi um congresso no sentido da luta política: o sindicalismo que quer ser representativo e o sindicalismo que quer representar os interesses patronais. Os pelegos tentaram o apoio lá de todas as maneiras, afinal, debaixo eles não têm apoio. Quem sustenta hoje essa pelegada aí é o Estado, a multinacional e essa ditadura que está aí com suas leis repressivas. E se você não toma esses sindicatos, é porque você é fraco. A oposição em São Paulo não ganhou as eleições porque ela é fraca. Prova disso é aquela greve, uma senhora greve, e ela não conseguiu ter uma participação clara no processo. Eu acho que o que a gente tentou com esssa campanha unitária valeu a pena. Porque São Bernardo não pode ditar a política só por São Bernardo. Você tem que ver a realidade de outros sindicalistas, que não são fascistas, e ver a compreensão que eles têm do momento e do movimento sindical. Uma coisa que me irrita é classificar o pessoal assim: autênticos e pelegos. Isso é outra tentativa pra dividir e isolar a gente, o que foi feito muito em Pocos.

A FEDERAÇÃO NO CAMINHO

ALEMÃO — O papel desempenhado pela Federação e um negócio incrível: no interior ela segura os sindicatos, através da dimensão que eles dão e que eles não têm. Por exemplo: os sindicatos do interior têm menos recursos financeiros. Mas, se você vai ver, tem um departamento assistencial melhor do que o da gente, e tudo mantido pela Federação. A sede do sindicato a Federação constrói. Aí começam as

10

11

12

13

jogadas. Quando há um congresso, uma reunião ou um dissídio, em que estão todos os sindicatos presentes, o Argeu pega um papel, faz um canudo e fica com ele na mão indicando com alguns gestos convencionais para os caras do sindicato em quem eles devem votar. Então o papel da federação é fogo. É um negócio assim de chegar e segurar mesmo, chega e prende. O grande problema nessa campanha de 79 foi esse: até onde o Argeu quis ir, os sindicatos foram, com exceção do Claudionor. Agora, por que o Claudionor começa a ter essa indepedência? Eu acho que é porque o Claudionor começa a perceber que o fundamental não é ter uma sede grande, dentista e médico. Quando outros sindicatos começarem a ter uma compreensão disto, então... Por exemplo, esse sindicato de Araraquara, tem um tal de Sérgio, que é presidente: o cara é fascista no sentido da palayra. Ele fez um projeto para o sindicalismo com uma lei de greve pior que a atual, dando liberdade para o lock out. Você vê o cara de Ribeirão Preto, é fascista dentro da acepção da palavia. É um cara que fala assim: "Nós temos que entender que os sindicatos são órgãos de cooperação com o Estado. A partir desse entendimento, nós vamos começar a ver as coisas".

WAGNER — Alemão, você lembra? Tem até uma tese de que os caras queriam transformar o sindicato numa entidade filantrópica. O Osmar caiu de pau. Esses absurdos aconteceram.

E/E — Que tipo de relacionamento vocês tiveram com o pessoal do interior? ALEMÃO — Por exemplo, com o Cid Ferreira, de Campinas, a gente ia lá, telefonava, ele vinha aqui. Aquela história, "vamos fazer juntos a campanha", tal e tal. Ele chegou a realizar duas ou três assembléias boas em Campinas. Mas depois prevaleceram os interesses da Federação. Aí o Cid Ferreira ficou numa situação ruim, apanhou e foi expulso pela categoria de dentro do seu sindicato. Acho que temos que começar a dar apoio, senão financeiro — creio que não, existem condições — um apoio político maior para esses sindicatos. De ir lá e estar lá sempre. Inclusive eu acho que a imprensa tem um papel nisso tudo, de começar realmente a mostrar que no interior existem sindicatos que não fecham com a Federação. A mostrar que tem umas almas perdidas lá, que tem um Claudionor.

WAGNER — Osmar, só uma coisa, coloca aquele negócio do Rio, sobre a troca de experiências entre as próprias bases.

OSMAR - Veja bem, no Congresso da CNTI, que foi uma espécie de marco, apareceram os sindicatos que não são totalmente fascistas nem pelegos. O sindicato pode neste momento representar os interesses da categoria, basta querer isto. Então em Lins foi um pau. Em Poços de Caldas eu acho que apareceu uma realidade um pouco diferente. Uma é que nós juntamente com outros sindicatos conseguimos dar um certo medo à pelegada. Não só a nível da discussão, mas em termos de tomada de decisões em votação. Se você quer mostrar o demônio para o Argeu, fale em votação secreta. É só falar nisso que ele fala: "De jeito nenhum", porque na secreta ele não pode fazer assim com o canudinho dele, ameacando certas pessoas. Eu acho inclusive que a realidade de boa parte dos sindicatos do interior hoje é caminhar para um sindicalismo mais forte, mais representativo. mais de base. Acho que existe ainda uma estrutura fascista, que tem impedido os caras de trabalhar, como também uma falta de relacionamento maior por parte da gente. O resultado dessa campanha nossa junto com outros sindicalistas nos leva por esse caminho de tentar uma maior unidade, não querendo com isso criar um negócio paralelo, nada disso, mas tentar trabalhar junto e se conhecer melhor. Lá em Poços isso ficou claro, porque vários sindicatos que a gente nem conhecia assumiram lá posição junto com a gente. E a maior prova que eu tive foi quando. numa votação nominal, a diferença nem chegou a 30 votos. Então os caras se assustaram.

10

11

13

15

2

WAGNER — Tinha cara que mandava o cartãozinho pra gente, na hora da votação. levar pra ele, porque ele não podia ir do nosso lado da mesa. Assim como no Rio, um votava de um lado e outro de outro. Aí então, pro cara votar do nosso lado, no direito, o cara tinha que atravessar o salão, e a pelegada tava cuidando de cada um de seu rebanho. Então o cara passava pra gente a identificação de congressista, para gente votar por ele.

A QUESTÃO DA UNIDADE

E/E — Em cima do que se dá a unidade?

OSMAR - A unidade se faz em cima de muita coisa. O pessoal dentro do movimento sindical costuma dizer que ela se faz em cima de princípios. Mas que princípios? Se você chegar pro Argeu e propor - porque o Argeu, para mim, além de fascista, não tem a coragem de dizer abertamente: "Eu sou fascista". Nisso eu valorizo até o Mussolini, que teve mais coragem do que ele. Se a gente diz: "Argeu, há uma possibilidade da gente se compor pela autonomia e liberdade sindical?". Ele responde: "Há, a gente se compõe, sim". Só que depois ele te entrega. Então eu acho que não é muito por aí, não é tanto em cima desses princípios. É também, mas eu acho que é de forma eminentemente prática. Ou seja, é em cima de lutas, campanhas práticas que você desenvolve essa unidade. Tem algumas correntes, inclusive de oposição sindical, que acreditam que não é possível uma unidade dentro da atual estrutura sindical. Eu acho que essas correntes não conhecem nem a base nem o sindicalismo brasileiro. Porque a unidade sindical termina sendo ele e o vizinho, e isso não muda nada, poxa! Unidade entre pessoas que já se identificam não é unidade, é uma unidade estéril. Então eu acho que hoje essa questão é complicada e não da pra você ficar determinando fórmulas para ela.



Osmar. (foto ABCD Jornal)

E/E — Pelo que você disse a unidade se dá em condições objetivas?

OSMAR — Não, mais do que isso. Por exemplo, numa campanha salarial, temos uma pauta. Se outros sindicatos querem sair juntos e podem, por que não sair? Só que eu acho que a coisa complica um pouco, não é só uma pauta. É também, na primeira batida de pé dos patrões, os caras não tirarem o corpo fora. entendeu? E foi o que aconteceu agora, aconteceu por uma questão bem política. Isso é claro. Enquanto a Federação tiver esse peso que ela tem, ela vai ameacar. Se a gente não descobrir fórmulas práticas e políticas de quebrar isso, eles vão tentar isolar mais a gente. E o que é pior, eles, que são serviçais do governo, da política ditatorial, chamam a gente, que é quem está quebrando o pau, de pelegos das multinacionais. Esse negócio da unidade é um negócio sério. Eu acho que ela se dá hoie com o pessoal do Interior e outros sindicalistas. Você tem que ir, é uma obrigação nossa. Tem que ir pra Guarulhos e falar pro cara: "Por que você chega lá e vota com esses cara aí? Como é que você vai ao DIEESE e faz uma palestra dizendo que sua base é forte, se você fecha com os caras? Uns caras que falam que nós não precisamos de liberdade sindical. O cara de Ribeirão Preto chegou a afirmar isto com todas as letras. Quem não precisa é ele. Eu preciso, porque, se eu não tiver, se nós não tivermos, todos aqui vamos presos toda hora que a Volks parar.

ALEMÃO — Eu insisto no seguint: a gente vai ter que continuar tentando fazer a unidade pela prática. Continuar tentando fazer o 1.º de Maio unitário, fazer campanha unificada. Mas sem grandes ilusões com isso, porque não existem condições para uma mudança substancial no sindicalismo brasileiro, hoje. Por exemplo, eu acho, entre outras coisas, que vai ser impossível, mesmo que a gente vá em Guarulhos falar com ele, com o Paixão, com quantos diretores a gente quiser, fazer com que eles tenham uma postura como a da gente hoje. A gente vai chegar lá e eles vão colocar que já se arrependeram e depois vão continuar fazendo a mesma coisa. É muito difícil mudar a estrutura sindical, que é um negócio concreto. Essa questão da dependência dos sindicatos em relação às federações e confederações é que é dura de responder. O problema é simplesmente acabar com a assistência médica? Não, porque ela já faz parte da estrutura, temos inclusive que dar uma resposta para ela.

E/E — Esta aí o Melão que disse que se sindicalizou para cuidar dos dentes e hoje está participando de um trabalho importante.

ALEMÃO — Pois é, os dentistas estão aí. A gente tem que ver como é que se põe esse negócio pra andar. Em Taubaté vai haver eleições sindicais e possivelmente o Luíz Carlos, atual secretário do sindicato, vai ganhar. Ele está sempre aqui falando: "Puxa! Vocês são os melhores caras do sindicato". Mas em Poços de Caldas o Luiz Carlos ficou coletando votos pro Argeu. É um troço que é fogo pra entender e pra derrubar. Por isso é que eu acho que o Luiz Carlos só vai conseguir se alinhar com a gente quando ele mandar o Argeu andar. Então é uma questão das direções dos sindicatos e da estrutura sindical. Portanto eu acho que toda a situação política do Brasil tem que mudar. Porque o sindicalismo não é um oásis. É impossível mudar o sindicalismo como um todo sem mudar a situação política do país, como também conseguir uma unidade antes de um sindicalismo combativo, frente a uma situação dessa, de ditadura. Eu acho que através de campanha salarial unificada, do 1.º de Maio unitário, você vai cada vez mais ir comprometendo pessoas com um outro esquema. Que é útil e necessário, isso é bem verdade, mas sem grandes ilusões. Taí, 79 tá acabando, vem 80, e vai ter as eleições e novamente dissídio. O que nós vamos fazer? Eu acho que a gente vai ter que tentar fazer a mesma coisa outra vez. E cada vez mais vai se dar uma definição

10

11

12

13

15

2

1

3

5

política, na medida em que se criarem barreiras para dificultar toda essa estrutura. Eu acho que vai ser difícil chegar pro Argeu e dizer: "Como é que é, Argeu, vamos outra vez?" Pois a gente sabe que ele é contra a gente. Mas por exemplo num 1.º de Maio a coisa é diferente, pois é um negócio mais de festa mesmo. Quer dizer, todo pelego é um camaleão, um cara que muda de cores com a situação política.

E/E — Quando se falou em forçar o Joaquim a avançar, não estávamos nos referindo exclusivamente ao Joaquim e sim a um representante de um sindicato.

ALEMÃO - O Joaquim é um caso à parte, eu acho incusive que ele vai chegar lá. Ele tem indepandência total, não precisa da Federação para manter seu sindicato, ele pode romper realmente, o que é diferente dos outros sindicatos pequenos. O Joaquim hoje tem dados reais, chega no movimento do custo de vida e diz: "Vocês têm meu sindicato à inteira disposição pra fazer reuniões, pra rodar boletim e coisa e tal." Ele chega, no fim do Congresso de Poços de Caldas, pra mãe de um companheiro que está na cadeia há mais de 10 anos,e fala assim: "A senhora pode ter certeza de que os trabalhadores não vão descançar enquanto o filho da senhora e de outras pessoas na mesma situação dele estiverem na cadeia". Joaquim vai avançar, não em termos de ser companheiros de ombro à ombro da gente, mas em termos de se adaptar à situação. E melhorar inclusive a possibilidade de luta para os companheiros melhores dentro do sindicato dele. Ele vai ter que entender que vai ter que fazer isso. Porque, se existe uma tendência natural à democratização de toda a sociedade — natural entre aspas, porque naturais são as mortes que estão ocorrendo em função disto - essa tendência também se manifesta dentro dos sindicatos. O Joaquim vai ter que cada vez mais democratizar o sindicato dele, permitindo que outras pessoas atuem para que sejam uma voz dentro do sindicato, como o Bira e o Bigode. Naquele 1.º de Maio de 1977, quando teve aquela estupidez toda de só ter estudante, eu cheguei a falar pra um pessoal que atua dentro do sindicato: "Vocês são as eternas bestas, vão ficar eternamente na situação em que vocês estão, se não entenderem que o sindicato do Joaquim vai mudar, está mudando, e não começaram a entrar na brecha de onde vai ser a nossa mudança". Quer dizer, o Joaquim vai querer manobrar, vai querer sempre deixar os caras de fora da chapa dele, ele sempre vai ser o cara que serve ao Estado e aos patrões. Política e ideologicamente ele sempre metido com isso. Mas politicamente ele vai se desarmando, vai ter que deixar

brecha. E é estúpido a gente não aproveitar essas brechas.

WAGNER - A situação é tal, a dificuldade do trabalho é tanta que eles tiveram que avançar. Quer queira quer não, todo o movimento que houve aqui no ABC, obrigou essa gente a avançar, a se mexer. Inclusive abriu um caminho para que o Joaquim, em São Paulo, fizesse uma série de coisas. E forcamos na prática, com o nosso trabalho, com greve, na porrada. Fizemos com que ele tivesse que tomar uma série de atitudes, porque, inclusive, pra poder sobreviver, ele tem que se adaptar a uma situação. Então, o que a gente tem que fazer é ficar prestando atenção nas novas sacanagens que vão aparecer, como por exemplo, esse acordo aí que não permite que o trabalhador faça greve durante o ano. Na reunião que eu e o Devanir fizemos com os alemães da IG-Metal, que é o Sindicato Nacional dos Metalúrgicos Alemães, eles disseram que a Mercedes-Benz alemã ninguém sabia das greves que ocorreram por aqui. Aí eu perguntei se os operários da Volks e da Mercedes poderiam fazer uma greve de solidariedade aos trabalhadores brasileiros. Eles tentaram enrolar, e eu dai em cima. Voltei a perguntar se era proibido fazer greve de solidariedade na Alemanha. O dirigente sindical alemão respondeu que a Constituição da República Federal Alemã garante o direito de greve. Mesmo assim, eu disse: "Olha, você não respondeu a minha

pergunta"! Frente a isso, o cara não teve mais saída e disse que o problema estava em que o contrato coletivo de trabalho firmado entre o sindicato e os patrões diz que em caso de greve, se ela for decretada pelo sindicato, este tem que indenizar a empresa pelos prejuízos causados pela paralização. E, caso sejam os próprios trabalhadores que decretem a greve, então são eles que devem indenizar a empresa. Isso, inclusive, eu já tive oportunidade de falar pro Jornal do Brasil, e eles não publicaram nada. Tudo isso é uma trava, uma sacanagem pra dividir a classe trabalhadora, porque nós somos explorados tanto lá como cá. E o que nós temos que evitar é, justamente, a introdução desse tipo de sindicalismo aqui no Brasil, esse sindicalismo que divide a classe trabalhadora. Essa política dos sindicatos alemães é explicada pela íntima ligação com o Partido Social Democrata. É como a política de colaboração de classes se manifesta concretamente dentro das fábricas e também no plano internacional. A gente tem que se preparar pra cair de porrete em cima dessas idéias. Como é que pode, ter que pagar pro empresário quando a gente desliga as máquinas pra ajudar a luta dos nossos companheiros, não importando o lugar onde eles estiverem? É isso que vai pintar de novo aí, e já estamos vendo qualquer coisa pelo lado de São Paulo. O acordo feito impedia, na prática, o direito de greve. Isso é uma filha-da-putice, porque direito de greve não se negocia, é um direito inalienável do trabalhador. A gente tem que estar preparado pra lutar contra esse tipo de coisa. Agora, o Joaquim tem que avançar? Vai ter que avançar pela própria força do movimento. É o problema de se adaptar. A Igreja se adaptou, desde que ela existe ela vem se adaptando às suas novas condições, é condição de existência.

ALEMÃO — A gente já previa que se a luta desse dissídio tomasse determinados caminhos, a Federação não iria com a gente. A Federação com o Argeu não vai por esse caminho da luta aberta, da greve. A gente ficaria sozinho mesmo e a situação se complicaria. Porque, antes da greve, já tínhamos discutido esse negócio, aproveitou-se inclusive o Congresso de Lins pra tentar sair junto com a Federação no dissídio. Essa era uma das condições pra gente ganhar a greve, tentar ganhar o dissídio, pois isoladamente haveria uma série de riscos, como o de intervenção. E a gente teria que tentar sair junto de qualquer maneira. Como de fato aconteceu. A Federação não nos acompanhou, nenhum outro sindicato do interior acompanhou, com exceção de algumas tentativas em Jundiaí, Campinas e São José dos Campos, mas todas elas à revelia do sindicatos, o que as fez fracassar. E a gente então enfrentou as dificuldades de sair sozinho; a intervenção foi inevitável. A polícia pôde concetrar todo seus esforço aqui no ABC, prendeu, fez o que quis, à vontade. A gente enfrentou até onde deu. Condições para conduzir a uma vitória mesmo, nenhum sindicato isoladamente tem. Foi até onde deu. No fim fizemos um acordo, que não foi uma derrota, mas não foi o que a gente queria.

LIMA — Alemão, eu concordo com você. Os sindicatos do Interior tiraram o corpo fora, porque os dirigentes destes sindicatos não são dirigentes autênticos, não são combativos. Eles aceitaram simplesmente por aceitar o acordo da FIESP, porque pra eles fovorecia, pois eles têm problema de salário. O salário dos trabalhadores aqui no ABC é mais elevado. O acordo favoreceu o interior porque eles ganham menos. Eu acho que fomos até onde dava pra ir, sim, mais não dava. O Alemão colocou bem.

OSMAR — Tem algumas coisas que eu acho importante frisar. Em primeiro lugar, a rapidez com que a Federação aceitou o acordo, em vista da combinação que era não assinar o acordo imediatamente mas bater o pé, pra ver o que poderia

10

11

12

13

15

2

3

1

sair. Porque pior do que foi proposto não ia ser. Isto foi fechado nas reuniões posteriores ao Congresso de Lins, durante a preparação da campanha. Junto dessa proposta, de não se ceder à primeira proposta patronal e de se ir além dela tinhase fechado também que o conjunto que saiu com a Federação tinha que chegar junto à greve. Eu acredito que o pessoal do interior — por mais que a gente faça diferencição entre um e outro — em termos de conjunto se se partisse para a greve, teria condições de sustentá-la até onde fosse possível, como ocorreu com a gente. Eu acho que a grande fraqueza dos sindicatos ou dos dirigentes sindicais, proyém da grande diferença entre o que você esta falando e o que o pessoal está precisando. Na medida em que se juntarem as duas coisas, há um fortalecimento. Então, a força da Federação mostra um lado curioso. Porque a sua força está justamente no apoio que consegue junto a esses sindicatos, através desse plano assistencial que ela tem. Quando se discutia sair juntos se pensava: "Poxa! Até onde a Federação vai com a gente? Porque quem vai abandonar o navio em primeiro lugar vai ser a Federação". Não tinha como responder isto a não ser saindo junto, e foi em cima do plano de reivindicação, que é mais ou menos comum, que deu pra se ir junto. Agora eu realmente duvido muito que a Federação, tendo o Argeu na cabeça, vá chegar, num momento, ao ponto de rejeitar um acordo. Você falar que o Joaquim acompanhou de certa maneira o movimento operário é uma coisa. Agora ver esse acompanhamento no Argeu é outra.

ALEMÃO — Tem outro lado que precisa ser considerado: o acordo não era ruim pro interior, os índices de 57 e 63% eram excelentes, a maioria vai pegar 63%. A mesma coisa com o piso salarial. Em todas as maiores indústrias do interior, a maioria ganha salário minímo, com exceção dos grandes centros como a Vale do Paraíba, Campinas e outros. Teve um companheiro meu que saiu da Villares, onde ganhava na época 60 e poucos cruzeiros por hora, era caldeireiro, foi pra Itu e tá trabalhando por 20 e poucos cruzeiros por hora. Como numa campanha salarial o que aparece como mais importante é o aumento, este pro interior foi excelente. A proposta de acordo na verdade não foi uma proposta de acordo para o interior, ela foi feita para o ABC. Argeu obteve um bom acordo para o interior evidentemente graças ao fato de ter saído junto com o ABC, e isso é um troço que ninguém nega. Se eles fossem para o acordo isoladamente ia ser o de sempre : índice oficial do governo mais 2%, ou coisa assim. Isto foi deixado bem claro pela gente naquela assembléia, realizada logo depois da assinatura do acordo pelo interior.

E/E — Pois é. Mais o Claudionor pediu novamente a extenção desse segundo acordo para o sindicato de Santa Bárbara d'Oeste.

ALEMÃO — Foi o único, eu acho que ele fez isso mais por uma questão de coerência com a sua atividade sindical, que há muito tempo já estava fora do controle da Federação. Há muito tempo também ele vem jogando junto com esse grupo de sindicalistas chamados autênticos. Eu acho que ele fez isso por questão de coerência mesmo, porque o acordo também não era ruim pra ele: 57% atingiriam aproximadamente 10% da categoria.

OSMAR — Olha, eu discordo desse negócio do Alemão. Acho que não é verdade que o acordo foi bom para a categoria, não existem dois Brasis, não. Principalmente nesse terreno onde um quilo de tomate no interior não é mais barato do que aqui em São Bernardo.

ALEMÃO — Ah, sim, meu irmão, eu estou falando do ponto de vista do salário.

OSMAR - Eu vou chegar lá. Vou te dar um exemplo de São Bernardo e

10

11

13

12

Diadema. A realidade de Diadema em termos salariais pode se comparar com a realidade de outras cidades do interior. E o pessoal realmente não ficou contente com os 63%. Porque para esse pessoal — que no conjunto São Bernardo/Diadema representa uns 30% — o acordo foi pior que para os outros 70%. Então eu acho que se tentou, de uma certa maneira, justificar o recuo dos sindicatos do interior e da Federação. Porque, se você pegar em termos de índice de aumento efetivo — o que o cara ganhava em abril de 78 e o que vai ganhar agora — num salário menor isso sobe muito menos do que para aqueles que ganham acima de três salários minímos, como é o caso de 70% da categoria de São Bernardo.

LIMA — O salário minímo oficializado pelo governo não é de 2.500 e pouco? Nesse acordo não foi fechado um piso de salário — minímo mais elevado? Então eu já acho que é uma vantagem pro interior. Não é bom, mas já é um passo à frente. Foi ótimo pra eles saírem junto com a gente. Receberam 63% sem brigar, os dirigentes sindicais se prevaleceram desse ponto: os outros lutam e nós é que conseguimos. Nós não conseguimos mais, não tivemos condições de ir além daquilo, porque estávamos praticamente sozinhos no ABC, eles não estavam juntos. E é claro que isso é justo. Mas tem que ficar claro que não são dirigentes sindicais combativos e democratas autênticos. Se eles, fossem, fariam o mesmo que o companheiro de Santa Bárbara, não aceitavam o acordo.

E/E — No início de nossa conversa foi levantada a questão de que o "novo sindicalismo" surge no ABC na medida em que é aqui que está concetrado o maior parque industrial do Brasil. Sabemos que no interior a situação é bem diferente. A não ser em São José do Campos, por exemplo, onde houve uma das maiores resistências, explicada pela presença das multinacionais na região. O avanço representado pelo último acordo no interior foi explicado ainda pela existência de uma carro-chefe no movimento sindical, representado pelo sindicato de São Bernardo. Em cima disso tudo parece que seria interessante tentar ver a diferença existente na industrialização do interior e do ABC.

OSMAR — Eu acho que não dá pra gente começar a justificar até por que saímos juntos. Era mais ou menos prevísivel que de um índice que saísse para o ABC o interior não se beneficiaria. Mas se saiu junto justamente para não se ceder no primeiro momento. E o que importa aí pra mim é a ação no momento em que você determina uma campanha conjunta, onde você combina que não vai ceder no primeiro momento e depois cede no primeiro momento. Para justificar isso fala assim: "Para o interior foi bom". E a questão da unidade que a gente se propôs? Essas comparações que estão sendo feitas e que estão fundamentando a discussão não foram o compromisso que a gente assumiu.

ALEMÃO — Ninguém está preocupado em justificar isso, não. O que nós estamos falando e tem que ser reconhecido é que o acordo pro interior foi bom, foi muito bom, nunca tiveram igual. Como não houve aumento no ano passado, eles não tiveram desconto. Por exemplo, em Itu, em Ribeirão Preto e em cidades grandes como Campinas, onde eu conheço alguns metalúrgicos, está todo mundo satisfeito com a acordo. Eles não esperavam um acordo desse tipo. Por muito menos eles cederiam diante da política costumeira do índice do governo mais 2%. Se havia toda uma plataforma que não se resumia ao índice, os dirigentes sindicais, até por hombridade, deveriam ter se mantido com a gente. Mas nós sabíamos que não ia se manter, a gente conhece o Argeu, o cara é um pilantra mesmo, ele estava esperando a primeira oportunidade pra pular fora, foi só pintar a proposta. Ele estava tentando pular fora por muito menos. E o acordo foi bom porque, ao contrário daqui, onde 63% iriam atingir 10% da categoria, no interior o índice atingiu 90%.

E/E — Até que ponto existiam no interior uma organização e uma consciência capazes de, na realidade, assumir a continuidade da luta?

ALEMÃO — Se você tira do interior uma meia dúzia de cidades, onde estão concentradas as multinacionais, vai ver que no resto é indústria rudimentar, a fundição ainda é a base, não tem nenhuma modernização. Eles nem sabem como as indústrias funcionam. O negócio é na base da força mesmo, não têm especialização, etc. É a dificuldade por exemplo que um pessoal lá do interior de Minas estava tendo, dentro de uma usina de duas ou três mil pessoas, entre as quais os mais especializados eram o motorista e o operador da ponte rolante. A majoria do pessoal podia ser substituído qualquer hora. Lá tem que ter é força só e acabou. Aí é que eu acho que a gente tem só um Brasil. O atraso político é geral e isso se reflete de uma maneira mais intensa quando se fala do interior. Na maioria das fábricas, nego nem aspira a uma forma de organização dentro delas. O patrão é o cara todo-poderoso e eles dependem dele e acabou. Nem aspiram a conbater o patrão. Isso ocorre inclusive em pequenas fábricas aqui no ABC: o patrão chega lá gritando com todo mundo. A situação começa a mudar agora que o sindicato tá aí na porta de qualquer fábrica. Me lembro de uma greve que ocorreu lá pelo mês de setembro do ano passado, numa fábrica que produz equipamentos de padaria. com cerca de 30 operários. A fábrica era de uma mulher, que chegava gritando com todo o mundo, ou seja, levava na bruta mesmo. No interior está chejo de fábrica desse jeito, o pessoal que trabalha ali está até acostumado.

LIMA — O Alemão apontou uma coisa muito importante, que é o aspecto político da coisa. As multinacionais vêm aqui explorar o trabalhador brasileiro, aí o operário passa a tomar consciência que esses filhos da puta vieram de fora mandar na gente. Mas a coisa muda de figura no caso do trabalhador do interior, do campo. Lá o patrão passa a alegar que ele também sofre com as multinacionais, que ele não controla os precos, que não explora ninguém, que também é brasileiro, e com isso começa a enganar o trabalhador. Os dirigentes sindicais do interior não abrem a mente do trabalhador, não esclarecem, não organizam. Agora, o importante é ressaltar que os trabalhadores, em geral, são explorados por elementos que não são realmente nacionais. O trabalhador brasileiro vê que está dando tudo e está ficando sem nada, ele está construindo aquilo que não é para ele, é para os priveligiados do país. Por isso, quando a exploração das multinacionais é maior, o trabalhador começa a ver melhor as coisas, a se organizar. De cara ele vê a diferença da sua situação com a do interior. Ele é explorado, trabalha mais, se sacrifica mais, tem máquina mais moderna, que exige mais, mesmo não exigindo a força bruta exige a especialização, e castiga a pessoa.

OSMAR — Olha, tem um negócio que tem que ficar claro: mesmo que tenha sido bom o aumento para o Interior, há um ponto que pra mim é o central: a gente tinha uma lista de reivindicações conjuntas e de repente se rompeu essa unidade porque o índice acabou com tudo. Isso cai na questão da unidade sindical e não pode ser encoberto. Outra coisa: se a gente batesse o pé junto, o índice não ia diminuir. Eu acho que uma das causas da gente não ter obtido um bom acordo, ou prosseguido inclusive a greve, foi justamente o fato de estar isolado. Portanto pra mim o lado mais importante é ver como é que você pode realmente, através de uma luta sindical conjunta, fortalecer o sindicalismo em termos nacionais.

E/E — Vamos pegar a coisa pela raiz: para que você possa exigir que o pessoal acompanhe, é necessário que ele tenha conciência e uma organização que o leve a entender o problema da unidade. No interior é possível isso? Existe esse tipo de consciência?

OSMAR - Olha, tem um dado pra mim que é claro em qualquer classe

10

11

12

13

15

2



Melão intervém numa reunião sindical. (foto ABCD Jornal)

operária, seja daqui, seja da Amazônia. É o seguinte: como operário, ele se sente explorado e, num determinado momento, talvez sem forças para enfrentar o patrão. Eu acho que, se você pegar as fabriquinhas do interior, como o Alemão citou, isoladamente pode ocorrer isso: "Ah! nós não temos condições. Somos só 10 aqui, 20 ali..." Agora, se é um negócio encabeçado pelo sindicato, onde se juntam 10 aqui, 10 ali, eu acho que se tem condições de fazer a coisa. Se tivesse seguido esse raciocínio, haveria greve até em fabriquinha de bicicleta. Acredito plenamente no operário do interior.

ALEMÃO — Eu concordo. Mas tem o seguinte: não é à toa que o Cabeça é o presidente do Sindicato de São Carlos, ele corresponde a um determinado nível de consciência, de reivindicação, que os trabalhadores da base dele têm. Você vê aquele Manoel lá de Ribeirão Preto, é o tipo do cara estúpido, não sabe nem falar num congresso. E é o presidente do sindicato faz não sei quantos anos. Então eu acho que também corresponde a um tipo de coisa. Agora, quando deixa de corresponder, o que é que começa a acontecer? Pegue o Cidão lá de Campinas, nunca mais ganha uma eleição no sindicato dele. E, como ele, os caras de Taubaté e Jundiaí. Podem até botar uns outros caras do esquema deles, mas eles também não ganham mais eleições, já se identificaram, pros trabalhadores das bases, como inimigos da classe operária, o Cabeça, o Serginho, de Araraquara, são inimigos da classe trabalhadora, eles vão é pra cúpula da Federação. Vão se manter no sindicalismo, porque vão pra cúpula. Porque, se depende de voto, não ganham

Eu entrei de sócio para tratar dos dentes e os dentes estão aqui até hoje.

CM

CEDEM

10

11

12

13

14

mais. Caras como esses nunca seriam dirigentes sindicais de São Bernardo, vocês conhecem o negócio aqui. Vejam o que aconteceu em Campinas e em Jundiaí. O pessoal chega, dá uma surra no presidente, o expulsa e faz o diabo. Se isso legalmente não tem nenhuma validade, politicamente o cara se arruinou.

LIMA - O problema do sindicalismo do interior é que não tem uma liderança como a do ABC. Não tem dirigentes sindicais combativos que defendam até as últimas consegüências o movimento, as reivindicações dos trabalhadores. Tem elemento aí fazendo média com o Argeu, com a Federação, e não levando isso ao conhecimento das bases, enganando e traindo a categoria. Esse acordo não foi bom pra nós. Mas foi bom pro interior, porque lá não tem dirigente sindical combativo que organize e mobilize a categoria. Então as bases terão que se contentar com o aumento que veio. Lá não existem a mobilização e a organização que há no ABC. E não é porque não há base. Há base sim, como não, Campinas é um grande base. O problema são os dirigentes que não organizam. Eles topam aceitar o que vier, por isso foi vantagem pra eles aceitar um acordo proposto e brigado por nós. Mas o trabalhadores viram que não é assim que se faz a coisa, viram que o negócio é se organizar e se mobilizar. Todos aqueles dirigentes, que não aceitaram as reivindicações das bases, vão ter que cair fora agora. Uma base, uma categoria, não se engana a vida toda, pode se enganar durante um determinado tempo.

GREVES DE 78 E 79

ALEMÃO — 78 foi uma experiência de greve que a gente não conhecia. E sabe por que deu pra fazer greve em 78? Porque ninguém contava com a greve, quem sabia da greve era a gente. Muito antes de sair a primeira greve na Scania, o Gílson, representante do sindicato, avisou com antecedência que, se não me engano numa segunda-feira, a Scania iria parar. E realmente ela parou. Foi possível fazer isso num monte de fábricas, durante todo o ano de 78. Até que chegou num ponto, mais ou menos no fim de 78, em que a FIESP soltou um documento de instruções, em nome da SIMESP, sobre como proceder diante das greves. Eu não me lembro da íntegra do documento, mas em resumo mostrava aos empresários como impedir a realização de greves dentro das fábricas. Era só a greve começar que o pessoal seria imediatamente posto no olho da rua. Na rua vira choque público, os empresários se isentam de qualquer coisa, porque na rua vira briga de trabalhador com polícia e eles ficam de fora. Os caras já conseguiram fazer isso em São Paulo, durante 78 mesmo. A última greve de 78 ocorreu em dezembro na Résil, que aplicou todas as instruções da FIESP, impedindo assim a realização da greve dentro da fábrica. O que restava a fazer? Fazer greve lá fora, o que exigia outro tipo de coisa. Parada dentro da fábrica é um negócio mais fácil da gente controlar, as liderancas da fábrica controlam os trabalhadores. Ninguém ousa trabalhar. Quando o cara começa a trabalhar, toma logo uma porca na cabeça, um parafuso. E, por questão de vergonha na cara mesmo, de moral, de dignidade, o cara nem tenta trabalhar. Pelo simples fato do pessoal passar no corredor, de braços cruzados e olhando para quem está trabalhando, de cara fechada, nego já vai desligando a máquina. O que está em jogo é a questão de: "Pô! Você é homem ou não é?" Dentro da fábrica é muito mais fácil fazer as coisas, mas para os patrões é mais fácil combater. Agora, segurar uma greve fora da fábrica complica, pois você não tem nenhum tipo de controle. Nego fica lá na casa dele escutando: "Pô, você tem que trabalhar". Tudo induz o trabalhador a trabalhar, o próprio hábito de ir pra fábrica, nego tem que trabalhar, não tem

10

11

12

13

14

Era justamente aqui, onde as contradições são mais aguçadas, que a gente sentia a necessidade de um novo sindicalismo.

conversa. E nego vai pra fábrica mesmo. Então a gente viu que tinha que fazer piquete mesmo, porque senão o cara entrava, nem que fosse pra ficar parado dentro da fábrica. Então a gente fez o piquete e a greve funcionou. A greve geral foi a única coisa que a gente não previu. Para 79 pensamos em todas as outras formas menos em fazer greve geral. Mas depois vimos também que não tinha outro jeito, que não existia um nível de consciência de organização, que permirtisse fazer só uma greve na Volks, e segurar ao mesmo tempo o pessoal da Ford. Porque, deflagrada a greve, ela ia se estender, tinhamos a experiência de 78. Então iamos deflagrar a greve com esse mesmo método, aí fomos pra Volks, lá a barra era mais pesada. Mas não fomos fazer piquete, fomos em oito. Iam oito pessoas fazer piquete na porta da Volks? É impossível. O que gerou o piquete foi a própria situação que se criou ali na porta da empresa, de vacilação, de nego dizer: "Eu entro ou não entro?" Aí quando algumas pessoas insistiram em entrar, a gente olhou e estava todo o mundo de braços cruzados na porta da fábrica. Todo o mundo. Ninguém mais entrou a partir dessa hora. Então o piquete saiu assim, quer a gente não foi pra fazer piquete. A greve geral foi mais ou menos assim também, não se propôs concretamente, mas se previa. Uma semana antes da greve a posição oficial era a de não se fazer piquetes. E essa posição oficial estava sendo mantida. Eu me lembro que mais ou menos por volta das 6 horas da manhã o Lula chegou à porta da Volks e disse: "Que é isso? Não vão fazer piquete?" Eu disse: "Tente entrar". Quem chegou mais perto, viu a barra. O Lula estava preocupado com o problema da violência. O piquete surgiu como uma coisa natural, quer dizer, a maioria do pessoal tinha assumido a greve e, entre os trabalhadores, todo o mundo tem que assumir, sabe? Então era interesse de todos que estavam ali não deixar ninguém trabalhar. Pra cercar a Volks inteira, é preciso muitas pessoas e, nesse primeiro dia de greve, tinha três mil pessoas fazendo piquete na Volks.

OSMAR — É bom lembrar a situação do país na greve de 78. Digamos que 68 foi a última experiência mais ampla de greve. Os trabalhadores tinham levado uma senhora porrada, né? Então, quando a gente fez a greve de 78, e isso foi dentro da fábrica estava presente na cabeça dos trabalhadores que, se o negócio não desse certo, a gente já estava lá dentro e começava e trabalhar. Então a greve de 78 não foi em primeiro lugar uma orientação centralizada que partiu de alguém assim: "Vocês vão fazer greve". Acho que foi a primeira reação que teve o conjunto da classe operária de fazer greve. Aqueles que tinham trabalho dentro da fábrica tentaram organizá-la. E a greve não foi geral dentro das fábricas. Quer dizer foi geral, mas foi geral assim: parava um setor e outro continuava trabalhando, e. com a passar do tempo parava, ou seja, não era geral: "Tal hora vamos parar" e a fábrica inteira parava. Eu me lembro que a gente discutiu na minha fábrica antes de fazer a greve e tinha umas coisas bem clarinhas: 1.º) evitar bolinho, cada um ficava no seu local de trabalho; 2.º) não quebrar nada; 3.º) aquele que estiver furando, a gente machuca sem ninguém perceber. Havia realmente um certo medo, uma preocupação muito grande por parte dos operários, daquela tentativa de furar, em cima de toda aquela onda de não se fazer greves. Então, eu acho que a greve fora da fábrica não foi uma questão de opção, a experiência, com o decorrer do

10

11

12

13

tempo, é que foi mostrando. A classe patronal também foi amadurecendo e descobrindo formas para enfrentar aquele tipo de greve. O exemplo que o Alemão deu é um dos mais significativos da nossa greve. Porque esta greve não foi uma greve que tenha sido bolada, foi resultado de uma série de experiências. Na greve de dezembro de 78 da Résil, o patrão estava pondo o pessoal pra fora, como também contratando gente pra substituir aquela mão-de-obra. O pessoal da Résil não é de grande especialização, tirando os 12 ferramenteiros, o restante é tudo mão--de-obra comum, de fácil substituição. Então os operários da Résil em assembléia dentro do sindicato — tinham umas 900 pessoas, 90% da fábrica, decidiram: "A gente tem que ir lá, porque a fábrica está contratando gente". Aí surgiu o piquete, que na época era chamado de "corrente do trabalhador, corrente pra frente". Não se queria falar na palavra de piquete. Mas na realidade foi o que nós já conhecíamos de outras épocas. Então eu acho que a saída para essa greve que a gente fez foi muito em cima desses dois tipos de experiências: uma da Résil, que, apesar de alguns fracassinhos, foi uma vitória em termos de manter o movimento durante 10 dias. O sindicato não decretou a greve, mas ela foi decretada por uma assembléia que houve numa segunda-feira. Antes do pessoal do sindicato falar em greve, um pessoal já estava gritando por greve geral. A ameaca da greve existia, mas ainda se esperava conseguir alguma coisa na mesa-redonda que tinha na mesma segundafeira. A assembléia estava lotada, você não conseguia nem entrar. Agora tem um negócio importante que é como se sustentou essa greve. Porque qualquer sindicato pode decretar uma greve, mas a questão está em como sustentá-la. Então eu acho que a preparação pra campanha salarial foi muito importante no sentido de resultar numa greve. Por exemplo a formação de uma comissão de salários que se deu dentro do sindicato, democraticamente. Cada fábrica fazia reunião no sindicato, escolhia o seu representante para a comissão de salário. Aí então se formou uma comissão de salário onde a maioria das grandes fábricas estava representada. Isso foi um ponto importante. A função dessa comissão era justamente garantir a execução, a realização e a vitória de uma greve, enfim a sua manutenção. A sua função principal não era estar na mesa de negociação, mas sim na porta da fábrica. Tem outro ponto que pra mim é fundamental: muita gente, amigos e adversários, quando analisam São Bernardo do Campo, costumam dizer assim: "São Bernardo, Santo André e São Caetano não têm organização de fábrica. O sindicato é combativo, ele fala e faz as coisas". Olha, isso é mentira, isso só demonstra um desconhecimento da realidade. Inclusive o Hélio Bombardi, na revista Cara a Cara, faz uma análise de São Bernardo que me dá a entender que nunca viu São Bernardo, que ele nem conhece São Bernardo. Então veja bem, eu acho que o ponto básico pra sustentação dessa greve foi justamente um trabalho de já algum tempo, que, por menor que seja, existe nas grandes e pequenas indústrias de São Bernardo. Ele existe e o sindicato é o resultado de todo esse trabalho. Então o que parou São Bernardo foi esse trabalho, não foi o piquete, não. A Posição do sindicato era a seguinte: "Nós pão vamos fazer piquete no primeiro dia de greve. Vamos ver o pessoal que pára por consciência". Eu fiquei na primeira noite de greve dentro do sindicato. Às 11h30 chega o pessoal da Schuller parado, os caras tinham parado antes da hora marcada. Depois chega o pessoal da Brastemp, chega o pessoal da Villares, todo mundo querendo saber se a greve tinha sido decretada. Foram lá pra saber mas já tinham parado. Da meja-nojte às 6 da manhã foram realizadas quatro assembléias. A gente pensava: "Pô, essa greve é o fim do mundo, a quantidade de gente que já passou por aqui..." Então a decisão da gente, como o negócio estava muito bom, era não fazer piquetes. Uma boa parte da categoria já tinha parado. Como ocorre o piquete? Ele só ocorre com o próprio operário fazendo piquete. Porque a gente falava assim: "Vocês voltem, fiquem em casa". Mas, na verdade, até aquele momento esses operários não estavam acredi-

10

11

13

12

14

A fome é que é radical, não o cara.

tando muito em greve geral. Então eles alegavam: "Olha nós temos que ir pra porta da fábrica, pra não deixar ninguém entrar". Quem começou o piquete, e o Alemão tem razão, foram os próprios operários que ficaram na porta da fábrica, deram-se os braços e não permitiram a ninguém entrar. Agora eu não tenho dúvida de que no primeiro momento ia entrar muito pouca gente. Então, eu acho que esse conjunto de coisas é que levou à greve geral. Outro dado que pra mim é fundamental é que a classe patronal não tem capacidade de dialogar com a classe operária. Toda a questão da greve, coisa que poderia se resolver, acabou não sendo resolvida. Quem provocou todo esse prejuízo foram os próprios patrões. Acredito que o operário tomou consciência da incapacidade patronal, não só pra negociar, mas até pra governar. E isso ficou claro porque você chega na porta da Volks e encontra a polícia chamada pelo dono da fábrica - que é um alemão — batendo em você. Ele nem se pergunta "O que que o governo tem com essa história?", porque ele não é bobo. Ele sabe que o governo, a Volks, a Alemanha, os patrões são tudo farinha do mesmo saco e estão aí pra acabar com a gente. Agora que eles mostraram esse negócio, não tem mais condição. Eu acho que fica difícil você falar em democracia no Brasil, pois é impossível você ter um diálogo que dê resultados positivos pra classe trabalhadora. O diálogo que a classe patronal manteve com a gente foi - só pra ganhar tempo. Eu me lembro que teve uma assembléia, onde a gente foi, depois de uma reunião com o Lula, com a ilusão de que fosse sair o acordo, sem intervenção sem nada. Isso pra gente era a maior vitória. Enquanto a gente estava na assembléia eles destruíram a possibilidade do acordo, soltaram um boletim falso, com o timbre e assinatura do Lula, dizendo que ele tinha sido feito. Pra mim isso foi uma grande lição.

ALEMÃO — Eu acho interessante o que o Osmar estava falando aí, realmente isso tudo contribuiu muito pro êxito do nosso movimento, porque eu considero um êxito, por mais que muita gente queira falar o contrário. É aquela eterna mania das oposições sindicais com relação às comissões de salário. Pra elas, a forma de participar é formar uma comissão de salários, onde participem todos da oposição. Muitas vezes todo o mundo da oposição não representa coisa nenhuma dentro das fábricas, foi assim em São Paulo, em Minas, em São Bernardo.

E/E — Vocês não acham que, quando se fala em comissão aberta, acaba não se responsabilizando ninguém?

ALEMÃO — Acho realmente que tem esse aspecto também. Numa assembléia que fizemos eu coloquei que era uma estupidez formar comissão aberta, e formá-la naquelas condições, ou seja, imediatamente. Pois ela teria aqueles mesmos caras que já tinham entrado em 10 mil comissões, que não tinham conduzido o movimento a lugar nenhum. Não tinha o menor sentido, pois se acabaria deixando a classe operária de fora. O pessoal das chamadas oposições ficou muito puto. Pense bem, chega um cara bom de gogó, que saiu ninguém sabe de onde, entrou pra fábrica, se sindicalizou e de repente entra pra comissão. Ele não representa coisissíma nenhuma e só entra porque fala bem e tem uma maior visão de conjuntura do que o resto dos trabalhadores. Eu acho esse processo anti-democrático, absurdo. No fim a gente fez uma proposta baseada nessa fundamentação toda.

10

11

WAGNER — Deixa eu colocar o que você propôs. Já que esses caras não representam coisa nenhuma, mas queriam participar, o Alemão propôs a representação por fábrica, isto é, quem de fato representar alguma coisa entra. Os caras protestaram. Aí o Alemão falou: "Eu trago a minha fábrica aqui. Eu quero ver vocês trazerem a de vocês". E michou por aí. Acabou ficando a representação por fábrica proposta. Foi levantada uma série de questões, mas eu vou entrar logo nas greves de 79. Foram feitas reuniões por fábricas. Cada fábrica foi levada pra dentro do sindicato, pra discutir as suas reivindicações específicas, e já com uma visão que a gente estava preparando de um movimento de greve. Nas indústrias maiores foram feitas, por ala, por seção e por setor. Havia dias em que as assembléias comecavam de manhã e terminavam à noite, pois se alternavam por turnos ou por fábricas. Ou seja, quando o movimento estoura já tem um trabalho de organização atrás disso. O Alemão tem razão quando diz que o próprio trabalhador assumiu e fez o piquete, agora a gente não pode dizer que isso aí foi uma coisa espontânea, correto? A gente não pode dizer que a classe trabalhadora está agindo de uma forma espontânea, tem organização atrás disso. Existe organização e sem organização a gente não teria mantido a greve, nem um dia de greve. Onde a gente iria centrar as forças? Em que indústrias? Qual é o local mais débil? Como a gente vai manter a greve? Essa foi a função, a grande função da comissão de salário, onde tudo era discutido. A própria diretoria do sindicato estava junto com a gente. Pois havia mais três firmas importantes Ford, Volks e Mercedes — onde não se podia deixar o movimento cair de jeito nehum. Elas representam quase 80 mil trabalhadores, numa base de 110 ou 120 mil. Quer dizer, então, que o piquete é espontâneo, na medida em que já havia todo um trabalho de preparação consciente a partir do qual o trabalhador parte, ele próprio, para organizar. E nós tivemos várias provas disso. No primeiro momento vocês podiam ver o piquete se concentrar todo na porta de fábrica, pois era o local onde o pessoal descia dos ônibus. E o próprio trabalhador assumiu a greve, como resultado de todo um trabalho. Porque vanguarda sindical é isso, toma a dianteira e organiza a classe. Quando a repressão aumentou nas portas de fábrica, o próprio trabalhador falou: "Nós vamos parar o negócio no meio do caminho". E começaram a aparecer os piquetes volantes, que paravam os ônibus no meio das estradas. E aí você já não ia dizer que deveria se fazer piquete aqui ou ali, o cara já falava pra gente onde seria feito. O que se organizou de grupo de piquete aí... Num momento mais avançado, o próprio trabalhador assumiu tudo, porque o negócio começou a ser feito no próprio bairro, de casa em casa, na feira-livre. A maioria dos ônibus de empresa sai dos bairros e a polícia andou predendo gente nas feiras, nos bairros. O pessoal começou a ir aos pontos de ônibus de manhã, pra evitar que a turma tomasse o ônibus, aliviando, assim, o pessoal da porta de fábrica, que a gente continuou mantendo. O ônibus chegava, mas 95% da carga já não existiam. Em certo momento, quando chegava um ônibus chejo na firma. não tínhamos condições mais de parar, porque o policiamento era muito grande. Além disso, o ônibus entrava dentro da fábrica. Na Volks, por exemplo, não havia nem revista, coisa que eles não fazem normalmente. No último momento, quando a coisa era no bairro, se um companheiro sabia que outro estava furando, ele levava a mulher e os dois iam conversar com o cara e com a família. O mais importante dessa greve foi que o Sindicato de São Bernardo, com a direção muito firme, conseguiu manter o movimento na rédea, tá entendendo? Segurou, porque a gente sabia que tinha muito maluco, muitos caras que achavam que iam fazer revolução na greve, que queriam se promover através do movimento do trabalhador. E a direção, junto com os caras mais conscientes, que trabalham no sindicato, não permitiram que o negócio degringolasse, correto? Existiam idéias diferentes no meio do pessoal, mas prevaleceu a idéia do sindicato, da direção do sindicato. Isto

foi o mais importante dessa greve. Houve até um momento em que os caras falaram assim: "Pô! Porque vai por deputado na porta da fábrica?" O problema é o seguinte, esse movimento é do trabalhador, mas é obrigação daqueles em quem a gente votou tomar porrada com a gente no bairro, na fábrica. Quando houve uma confusão na Volks, o Lula foi com o Almir Pazzianotto, quando chegou o carrão preto, a polícia manerou. Eles usaram o aparato em cima da gente e a gente usou, com o MDB e a Igreja o aparato em cima deles. Apesar de que no último dia deputado andou apanhando também, aí já tinha degringolado. Mas a presença dos deputados diminuía a hostilidade da repressão. Por outro lado, quando vinha um comando, o deputado tinha que estar junto e, se não assumisse ali, ele estava ferrado porque o povo estava ali, estava vendo o que eles estavam fazendo. É sempre importante frisar que em alguns momentos existe a atitude espontânea, claro. Agora sempre existe uma organização. Sempre existe.

ALEMÃO — É interessante ver que é a gente que cria o movimento. A seriedade necessária existiu por parte do sindicato, dos trabalhadores e dos próprios parlamentares que estiveram aqui. Ela não existiu, realmente, por parte de determinados grupos mais inconseqüentes, como o Wagner falou, tipo "Convergência", "metalúrgico independente" e não sei mais o quê. Eu me lembro que um dia, depois de terminar o piquete na Volks, vim aqui pro Sindicato e o pau estava comendo feio na Piraporinha. Todo esse pessoal mais sério estava lá dando porradas e tentando segurar, tinha que dar as porradas, não tinha outro jeito, estava se tentando segurar de uma maneira em que se saísse de cabeça erguida. Porque, se não tivesse essa seriedade necessária naquele momento, era o momento de começar a acabar com as coisas. A vontade de todos naquele momento era sair bagunçando, quebrando tudo que tinha pela frente. E tinha muita gente entre nós que tentava ir por esse caminho.

COMISSÃO DE FÁBRICA. DELEGADO SINDICAL. UNIDADE

E/E — Gostaríamos que vocês falassem um pouco sobre a questão da comissão da fábrica e do delegado sindical.

LIMA — Eu sou contra a comissão de fábrica clandestina, a comissão de fábrica que vai além do sindicato, aquela que não é reconhecida pelo sindicato, que não é igual à do companheiro Osmar. Ele é delegado sindical reconhecido, aí tá certo. A coisa precisa ser reconhecida, uma coisa clandestina não tem condições de ir pra frente. Primeiro, porque não se levam as questões específicas da base para dentro do sindicato, segundo, porque, alegando que a comissão tem que ir

além do sindicato, se desvia para um sindicalismo paralelo.

5

2

ALEMÃO — Que faz uma organização clandestina dentro da fábrica? Que papel ela tem em termos de luta? Nesta conjuntura política, sindical, uma estrutura clandestina não tem nenhum papel, pode até existir formalmente, é fácil fazer isso. Mas eu acho que isso não é tarefa do movimento sindical, isso é uma tarefa partidária, são outros 500, não entra em díscussão. A questão é qual o papel de uma comissão clandestina que tem atribuições e funções sindicais? Por que de duas uma, ou chega uma hora em que ela vai ter que assumir ou, se se tentar legalizá-la, vai acontecer o que todos já sabemos: vai todo mundo pra rua, como na Caterpillar. Ou faz legal de uma vez, com estatutos através dos quais o patrão tem controle, o que pra mim é uma canoa furada. Pra ter comissão de fábrica é preciso organização dos trabalhadores dentro das empresas, e essa organização deve estar voltada para o sindicato. Quer dizer, se a gente tivesse tentado se organizar dentro da fábrica, a greve não teria saído. Ela saiu, porque a

10

11

12

13

gente pegou o pessoal das fábricas e trouxe pra dentro do sindicato. É gozado que, se você discute com os caras da oposição metalúrgica de São Paulo, eles vão te dizer que isso é impossível de ser feito em São Paulo. Isso é mentira, porque em 73 ou 70 e qualquer coisa, quando o negócio era mais preto ainda, seis trabalhadores da Caterpillar registraram uma delegação sindical. Quer dizer, é possível fazer isso no Sindicato de São Paulo, como em qualquer outro sindicato. O problema que eu acho é que não se diferencia o trabalho político-partidário que tem que fazer dentro da fábrica e a atividade sindical. Atividade política, todo mundo faz, até a Arena, e tem que fazer mesmo. Mas realmente eu acho que política partidária é um troco e política sindical é outro. Ou é legal ou não é atividade sindical. Eu sei de fábrica em São Paulo, onde nego da oposição dos metalúrgicos trabalha há 10 anos, em que nunca se fez nada em termos sindicais. Sabe o que nego tá lá organizando? Seus curraizinhos, botando trabalhador às escondidas ali, os melhores trabalhadores que aparecem eles tiram da luta sindical, põem lá no seu curral. Isso pra mim não é trabalho de oposição. É outro tipo de trabalho, que infelizmente a oposição sindical de São Paulo faz, contribuindo pra acabar com o movimento sindical.

OSMAR — Lá no Guarujá se discutiu esse negócio de comissão de fábrica. Os caras lá falam nestes termos: "Não, tem que ter uma sala pra comissão". O grande problema da comissão é não ver a realidade que o país atravessa hoje, équerer ter ilusão que a classe patronal vai permitir que os caras se organizem dentro da fábrica daquele jeito, é gente que vive no espaço pra fazer uma proposta dessas. É claro, os caras fazem uma comissão de 10 pessoas, e às vezes com os melhores caras da fábrica, aí eles põem os caras na rua. Agora, se mandar um delegado sindical embora, a gente arranja outro, mas não mandam embora 10 companheiros de uma vez. Não se pode ter ilusão, pois do jeito que a classe patronal manda reprimir na porta de fábrica... É como o Alemão falou: os patrões podem tirar proveito disso, fazendo acertos com a comissão e tirando o sindicato do jogo, tá entendendo?

E/E — A questão é bem polêmica porque muita gente quer transplantar a idéia de comissões de fábrica da Espanha.

OSMAR — Aí tem um dado que eu acho muito importante: a comissão só ganhou legalidade depois que a Espanha virou democracia. E tem mais, o trabalho mais sério na Espanha era dos sindicatos, dentro dos próprios sindicatos, não nas comissões de fábrica, elas tinham um outro papel.

E/E — Mesmo assim, Osmar, as comissões, é bom colocar isso, nunca estiveram desvinculadas dos sindicatos, porque, quando caiu o franquismo, se constituiu uma Central Sindical, que é formada pelas comissões e que a mais forte da Espanha.

ALEMÃO — Claro, a própria forma de organização sindical da Espanha é outra história. A organização sindical legítima é reconhecida pelos trabalhadores, era aquela fundamentada nas comissões. O que não dá pra fazer é esse transporte mecânico que muito nego fez de uma realidade diferente.

E/E — Tem um outro problema na Espanha, que é muito importante. Lá não se tem o mesmo grau de rotatividade de mão-de-obra como aqui, nem o desemprego em massa, o que garante a estabilidade. Nessa situação, sem um mínimo de estabilidade, ou ela é cooptada pela empresa ou é clandestina. Mas voltemos à questão da intervenção. No dia seguinte, no Paço Municipal, estava clara a necessidade de uma liderança, a massa estava desorientada, subjetivamente inflamada para a continuidade do movimento. No domingo, o Lula reassumiu o movimento imprimindo uma orientação correta. Gostaríamos de saber o que se

10

11

12

13

14

E é na medida em que se intensifica a participação que se fortalece o sindicato.

passou nos dias em que o Lula esteve ausente e também o que fizeram os outros sindicatos?

ALEMÃO — Há algumas coisas aí que são meio rabo de foguete: naquele momento, havia alguns sindicatos interessados em não fazer o Lula aparecer outra vez, sobre o pretexto de que, se o negócio fosse para frente, complicaria a situação política em todo o Brasil. Também havia uma briga entre parlamentares mais consequentes do MDB, que não queriam deixar o Lula aparecer outra vez. No momento houve nego inclusive que fazia circular informações falsas do tipo: "Tito já está em Brasília e foi proibido de ceder qualquer espaço físico para a assembléia". A gente estava na igreja e, num dos momentos mais tensos, nego chegou e falou que "o exército tinha tomado o Paço Municipal e que o movimento tinha que acabar". Porra, que diabo, o Lula estava sumido e o Paco estava tomado! Foi preciso investigar se realmente isto estava acontecendo. Teve cara dentro do bloco parlamentar que achou que o Lula tinha que voltar porque, se não voltasse, seria uma desmoralização completa e essa greve serviria de exemplo de como os trabalhadores não podem atuar, porque existe uma ditadura. Existia uma tendência disposta a pintar um quadro negro, cético, onde os trabalhadores não poderiam atuar. Se atuassem, tomariam porrada. Essa tendência também existia no movimento sindical. Alguns sindicatos usavam esse tipo de argumento, outros não. Agora, no conjunto, a unidade sindical favoreceu, inclusive pelo jornal produzido, o Unidade Sindical, que foi muito bom. Mas, quando apareceu esse negócio de sindicato querendo fraquejar, a gente se utilizou de outro jornal, o ABCD, pois o Unidade Sindical estava tentando criar esse quadro negro e cético e, mais do que isso, começaram a aparecer divergências nas formas de conduzir a luia. Na verdade, são problemas que o movimento sindical, pra adquirir unidade. tem que enfrentar e tá enfrentando. A maioria dos sindicatos estava achando que era muito arriscado apostar na greve. E a situação política era muito mais preta, do que nós, os "aventureiristas de São Bernardo", pretendíamos. A unidade sindical é um negócio que tem que se criar, mas tem de superar problemas no processo. O papel da unidade sindical na greve de São Bernardo foi importante. Todos os sindicatos, os melhores, estiveram lá para dar apoio, mas houve esse problema: teve nego que queria dar pra trás, mesmo aqueles dirigentes bons e autênticos, que poderiam ter uma compreensão política melhor, que divergisse dos outros. Essas discussões eram uma coisa fechada, colocada nos termos de "povão lava roupa suja em casa". Quando a gente ia pra praça, todos os sindicatos iam juntos, acho que se precisa muito terreno. A unidade não pode representar uma camisa-de-força. Ela tem que ser construída em cima de um plano ousado daqueles sindicatos que estão à frente. A unidade construída pelo que há de mais rasteiro, a qualquer preço, não vai servir pra nada. Eu cheguei a discutir esta questão uma vez com o Bigode, metalúrgico de São Paulo, e coloquei pra ele que

Eu acho que a questão hoje fundamental pra gente é a construção do sindicalismo dentro da fábrica, através da figura do delegado sindical.

CEDEM

10

11

12

13

os grandes momentos do movimento sindical de antes de 64 têm que ser vistos criticamente. O negócio de construir a unidade em cima de qualquer coisa traz sérios problemas. Naquela época, existiam pelo menos 12 organizações sindicais, as federações, o CGT, que na verdade não era unidade coisissíma nenhuma. Aí se vê que a unidade de fato, aquela que seja realmente constituida pelo trabalhador. tem que ser construída. Vamos construir a unidade, mas vamos fazer com que ela seja uma ferramenta do trabalhador. E, quando forem dar porrada, vão ter que dar porrada muito forte mesmo. Ninguém vai derrubar uma unidade construída em cima da vontade de luta, da determinação de vencer e de se ir à frente. Agora essa unidade construída mais pra baixo, com nego vacilando, acho que é jogo e não conduz a nada. Existem sindicatos na área matelúrgica, que jogam com a unidade acima de tudo e não compreendem nada. Eu vejo a unidade sindical forte, como uma conquista democrática, como uma conquista no terreno político mesmo. Acho que o peleguismo, essas direções vacilantes do movimento sindical, correspondem a um determinado momento político que o Brasil vive. Esse momento permite existir um Cabeca no Sindicato de São Carlos, um Argeu na Federação. um Campista na CNTI. Então, para destruir isso, pressuponho uma mudança política no Brasil. Que por sua vez necessita para ir à frente de um plano mais ousado, mas que considere o limite possível. O limite possível dado pelas forças que a gente tem, e não o limite institucional dado pela abertura do Figueiredo. Se o limite é a abertura do Figueiredo, então a gente não vai fazer nada, vamos cruzar os bracos. A divergência que se tem dentro dos sindicatos é quanto ao limite que existe para a atuação. Porém, para a gente construir um movimento popular, um movimento sindical forte, a gente tem que ir além, tem que ser ousado em algumas coisas. Olha, não estou fazendo sermão de porralouquismo, porque este troco eu sei que não leva a nada. Eu acho que existem sindicatos realmente autênticos. mas que tem limite institucional da coisa. E, na greve de São Bernardo, teve nego que deixou isso claro: "Olha, de agora pra frente, se vocês forem vai ser o caos, se vocês forem mais além, vai acabar a abertura, vai fechar tudo". Isso aconteceu principalmente na trégua de 45 dias. Acabar seria errado, tinha que ter a perspectiva de pelo menos retornar à greve. Essas tendências sindicais ficaram mais satisfeitas na assembléia do dia 13, quando a greve acabou mesmo. Mas aí tinha que acabar mesmo, não tinha jeito mais. Não por causa da situação política mais geral, mas por causa da nossa situação, dos trabalhadores. A greve já tinha degringolado em São Caetano e em Santo André. Sabíamos que as nossas forças estavam relacionadas com a situação política mais geral, mais isto é uma outra esfera. De concreto naquele momento prevaleceu o troco de acabar a greve, não para impedir a abertura do Figueiredo, mas, realmente, porque a gente não tinha força.

E/E — A volta ao trabalho foi um atraso ou um avanço?

OSMAR — Tem a questão do sábado, depois da intervenção. Naquela manhã nós estivemos com o Lula, e a realidade era a seguinte: uma série de pessoas, dirigentes sindicais, parlamentares, etc., tinha a opinião de que o Lula não deveria aparecer na assembléia de sábado à tarde. A própria polícia tinha essa opinião. A gente tentou levar um papo com esse pessoal, mas eles não se convenceram. Nós tínhamos definido também que iríamos distribuir algum material, pois tinha sido garantido. Agora, tem um aspecto importante: o pessoal costuma dizer que algumas pessoas convenceram o Lula a reassumir a greve. Olha, as pessoas não falam mais do que os operários que estavam no Paço Municipal. As pessoas podem até ter transmitido um clima que o Lula já conhecia e que já era previsível antes da assembléia. O Lula não foi àquela assembléia no sábado devido a uma pressão muito grande de outras correntes. Quando veio o vazio, ou seja, quando nem o Djalma conseguiu falar e ninguém conseguiria, foi que o

10

11

13

12

15

Lula voltou. E voltou justamente pro pessoal reconhecê-lo na continuidade da greve. O problema da unidade sindical começa antes: quando a gente partiu pra desafiar a intervenção, já havia uma divisão. Eu acho que a gente tinha um quadro dos nossos limites. E uma coisa importante é saber qual o limite da nossa força, dentro desse movimento político. Quando se chega a esse limite, a gente tem que recuar. Mas não é por que a abertura não permite, é porque as nossas força, dentro desse movimento político. Quando se chega a esse limite, a gente tem que recuar. Mas não é por que a abertura não permite, é porque as nossas forças não permitiam continuar avançando mais. Então se recuou. A outra posição é quando se quer colocar como limite justamente uma questão política mais geral de todo esse processo de abertura democrática. E esse problema surgiu um dia antes da intervenção, quando se fez a assembléia e se decidiu continuar, o que provocou muitas críticas, inclusive de que era porralouquice. E não foi só dirigente sindical e parlamentar, teve também uma área bastante ampla de intelectuais, que me surpreendeu. Então esse problema aconteceu na época da intervenão, na volta do Lula e, também no dia 13, quando a gente discutia que tipo de atitude assumir na assembléia. O argumento que era colocado era o seguinte: "Com pau não se consegue nada. Se a gente partir pro pau, a gente não vai conseguir nem aumento, nem sindicato nem nada". Foi a primeira vez que eu escutei pessoas, que eu acho que estão até do lado da classe operária, falarem que a classe operária brigando não consegue nada. Portanto houve todas essas dificul-

ALEMÃO — Eu acho que houve um negócio muito importante na nossa greve, o apoio de outros sindicatos. Veja bem, a gente fez uma reunião na quintafeira antes da assembléia, na véspera da intervenção. Estavam a diretoria e o pessoal da base. A reunião foi na sala do Lula e foi a reunião mais barra-pesada que alguém já enfrentou. Foi discutido que, se a gente desse mais um passo, se perderia o sindicato. Todo o mundo tinha claro isso e houve nego da diretoria que queria parar. Eu lembro que falei pro pessoal que estávamos jogando muita coisa. Se a gente parasse, desmoralizaria o movimento sindical, se não parasse perdia o sindicato. Então combinamos o seguinte: ir pra assembléia sem uma posição fechada, pois todo o mundo estava na maior dúvida. E fomos pra assembléia ver o ânimo e a situação dos trabalhadores. E, se você lembra o discurso do Lula, percebe que ele vacilou, pediu pro pessoal pensar: "Eu quero a verdade de cada um de vocês, ninguém pode falar mais do que pode fazer". A gente foi pra lá sem ter alternativa, o Lula sabia que ia perder o sindicato. Na hora da reunião, teve um telefonema anônimo, avisando que haveria intervenção se a greve não acabasse. Ainda acusaram o dr. Maurício, dizendo que ele tinha incentivado a greve. Houve a intervenção e, no dia seguinte, quase todo o mundo passou pela cadeia, quem não passou ficou naquela pancadaria no Paço. Aí começaram a aparecer os outros sindicatos, discutindo se a gente retomava ou não. Havia um monte de sindicatos que diziam que não se podia parar, tinha que se retornar ao movimento, senão escangalhava todo o mundo. Então fomos pra frente e deu no que deu. Na assembléia do dia 13, nós passamos um dia antes discutindo o que se iria fazer, se acabava ou não a greve. Depois do final da trégua, acho que não tinha outro jeito. Agora, nessas últimas greves, o movimento sindical enriqueceu muito. Eu acho que inclusive que a idéia da unidade sindical não foi lançada em 77 e sim, agora, exatamente porque a situação permitiu. E o que permite isso é exatamente a volta à cena política dos sindicatos dos trabalhadores. O movimento sindical se constrói de derrotas, de vitórias, de retrocessos, de recuo, de avanço, de um monte de coisas. Em muitos momentos tem faltado objetivamente a unidade sindical. E, se nas diversas greves que houve por aí, ela tivesse existido efetiva-

10

11

13

15

2

1

mente, operante, atuante, como elemento propulsor do movimento operário, tinha-se ido mais à frente. Por isso, acredito na questão da unidade sindical. Acho que a gente tem que construir a unidade, tem que passar por cima de toda as dificuldades. Mas isso é um processo, é uma conquista que vem junto com outras conquistas que a classe trabalhadora tem que obter. A unidade não se faz por decreto e nem pela vontade de meia dúzia de dirigentes sindicais. Se você tenta fazê-la por decreto, por vontade de algumas pessoas, você acaba construindo uma unidade falsa, que na hora de operar é facilmente destituída. A idéia da unidade sindical tem que ser lançada. No Congresso do Guarujá, a gente não fez outra coisa que lançar a questão da Central Única. Eu acho que, em cima dessa linha de coerência de jogar a idéia, estava presente a construção de uma unidade, que sirva de instrumento para os trabalhadores, e não uma unidade pra criar uma central sindical a qualquer preço. Na mesma linha tem se obtido vitórias. No congresso da CNTI, a gente não teve vitórias, mas conseguiu destruir o congresso do Campista. No Congresso de Pocos de Caldas, se a gente analisar direito vai ver que foi vitória de cabo e rabo, constituída em cima das divergências sindicais. Essas vitórias foram obtidas através das derrotas dos inimigos, que estão na direção de alguns sindicatos. A própria idéia do Partido dos Trabalhadores, na ocasião, ganhou todo o conjunto de sindicalistas que estavam presentes. Agora, na hora de se construir este partido, de traçar suas tarefas políticas, suas tarefas democráticas, foi um tal de aparecer fascista, de aparecer safado. A questão da unidade sindical é a mesma coisa, todo mundo quer fazer, mas na hora de atuar, na hora da unidade começar a operar, vai sair gente pra todo lado. Então é falsa a questão da unidade sindical a qualquer preco. Ela tem que ser construída, mas nunca pra promover dirigentes sindicais corruptos que há por aí. Se for assim, é preferível que nunca exista unidade sindical no Brasil.

PEQUENA E MÉDIA EMPRESA: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

E/E — Num determinado momento das greves, a imprensa começou a veicular duas posições diferentes, uma da FIESP, enquanto representante dos grandes monopólios nacionais e multinacionais, e uma da pequena e média empresa, que não estavam aceitando a forma como a FIESP estava encaminhando as negociações. Chegaram a ser publicadas entrevistas com pequenos empresários, onde eles declaravam que estavam sendo prejudicados pela política econômica do governo, que visa ao exclusivo favorecimento ao capital internacional. O pequeno e médio capital, portanto, têm diferenças com o capital estrangeiro, na hora de enfrentar a questão operária. Como é que vocês veêm tudo isso? E como é que ela pode ou não interferir no movimento operário, se ela for uma questão real?

OSMAR — Olha, teve uma greve na Patamar no ano pasado, e eu participei das negociações, o pessoal da diretoria da empresa queria primeiro mandar os operários grevistas embora por justa causa, isso depois de terem xingado as operárias de todos os nomes. A gente quase saiu agarrando o colarinho deles. Agora, veja bem, quando o patrão da Patamar levanta que há forma diferenciada de tratamento, por parte dele e por parte da grande empresa, nós levantamos um outros aspecto que é o seguinte: diante dessas mesmas questões não ha tratamento diferenciado. Pode ser que os operários da Volks tenham uma forma diferente de trabalhar e de serem explorados em relação aos da Patamar, mas são tratados ambos da pior maneira possível. É nesse sentido, inclusive, que dentro da classe operária você não escuta falar em cisão. Parece que essa briga é mais deles e não caberia à gente falar sobre isso. Tem outro detalhe importante: as declarações da pequena e média empresa surgiram duas vezes nos jornais. A primeira vez foram

10

11

12

13

14

15

A classe patronal brasileira não tem capacidade de dialogar com a classe operária.

as próprias multinacionas que criaram isso, dizendo que não dariam aquele aumento, mesmo podendo dar, pois isso prejudicaria muito as pequenas e médias empresas. Então, no fundo, isso foi uma tempesdadezinha num copo d'água, pra ver se se conseguia baixar o índice. Eu acho que no terreno econômico, na luta salarial, a classe operária não tem por que diferenciar o patrão, só porque ele é maior ou menor. Teria, sim, se ele tivesse em relação a ela um tratamento diferenciado.

E /E — A colocação anterior não ficou muito clara. É evidente que a relação estabelecida pelos patrões das pequenas e das grandes empresas é a mesma com relação aos operários. Todos são patrões. O que nós gostaríamos de saber é se as pequenas e médias empresas costumam estar ligadas, ao nível da produção, aos monopólios. Se elas, no processo, são engolidas, pelas grandes ou tendem a se expandir junto. Porque, vejam bem, se elas tendem a ser engolidas, elas podem se

opor aos monópolios.

ALEMÃO — Na época de preparação da campanha salarial, nós fomos distribuir um boletim na Patamar, que pedia pro pessoal não fazer hora-extra pra não segurar o estoque. Bem, o boletim tentava organizar os trabalhadores contra os patrões. O dono da Patamar veio falar com o Severino, que era o cara do sindicato que estava lá, e quase que o agarra pelo colarinho dizendo o seguinte: "A briga de vocês é contra o governo, é ele que autoriza a melhoria das coias neste pais, vocês não tem que falar da gente, que eu também estou na pior!" Quando começou a greve juntou todo o mundo contra a gente: pequena, média, multinacional. No decorrer da greve, começou a ocorrer o seguinte: no período da trégua, quando não se podia despedir ninguém, nós fomos numa fábrica de aproximadamente 100 trabalhadores, onde tinham despedido o Arquimedes, companheiro da gente. Nós fomos lá pra fazer greve. Os donos da fábrica, que são alemães, chamaram a gente pra dentro e disseram que eles também estavam ferrados, porque eles não estavam conseguindo mais descontar as suas duplicatas nos bancos, cada vez que eles iam tentar descontar, o banco cobrava mais caro. Então o lucro deles estava todo dentro dos bancos. Eu quis mostrar-lhes que eles estavam cumprindo uma política que o governo, que o sistema, estava impondo. Se, por um lado, essa política das grandes empresas tenta englobar as pequenas, por outro, esse racha das médias e pequenas contra as grandes faz com que elas fiquem ainda mais contra a gente, defendendo muito mais intransigentemente o capital e a exploração do que as grandes empresas. Se as grandes empresas tinham uma margem para negociar, as pequenas não tiham. Não houve uma empresa em que a repressão foi maior do que na Villares, violenta mesmo. Bastava chegar a uns 100 metros da empresa e o camarada era preso. Quanto meñor é a empresa, mais radicalmente contra a reivindicação ela é, porque o pequeno empresário não pode fazer certas concessões que as grandes fazem. Por outro lado, eles também não podem atender às reivindicações dos trabalhadores. Porque, se ele é hoje um pequeno empresário, é porque se fez exatamente em cima de uma política de extrema exploração. Além do mais, sua produção depende da grande empresa. Isso já deu muito pau entre empresários e governo, querer conseguir incentivos pra determinadas empresas. Se a gente for julgar em termos só das brigas que os empresários fazem entre si, as pequenas empresas são inimigas das grandes, mas,

10

11

13

se a gente entrar na questão de salário, aí não tem a menor dúvida, a greve provou claramente que, de um lado tá uma classe e de outro a outra classe.

WAGNER — A questão é a seguinte: se existem ou não existem de fato contradições entre os interesses dos pequenos e médios com os grandes empresários. E efetivamente existem, quem não vê isso não vê nada. Mas o problema não está neles serem mais bonzinhos com a classe trabalhadora, o problema é que eles querem todo o lucro. Na verdade, eles querem estar é no lugar da Volks. Mas o que realmente existe é uma Volks e milhares de empresas que vivem ao redor dela, que vivem em função dela, a serviço dela, e dentro de uma camisa-de-força em questão de precos, porque a Volks é um monopólio que diz o que cada um vai produzir e quanto vai pagar. A contradição existe por esse caminho. A gente não pode achar que a classe empresarial é homogênea, há diferenças e grandes contradições. Se existem essas contradições, existe também a possibilidade de utilizá-las para separar um setor do outro, para que a classe trabalhadora consiga ayançar com mais facilidade. A gente não conseguiu uma verdadeira divisão, não porque eles não quiseram, mas porque a classe trabalhadora ainda não tem a forca suficiente para forçar esta divisão. Mas a gente tem que caminhar pra isso. Esses caras, assim como também a pequena-burguesia, só vão chegar mais pro lado da classe trabalhadora, na medida em que a classe trabalhadora e todo o movimento popular avancar. Porque ainda nosso movimento, quer queira quer não, é um movimento que começa a dar os seus primeiros passos. E ninguém vai fazer concessão nenhuma a uma coisa dessas, então eles preferem comer migalhas das multinacionais a fazer qualquer tipo de concessão à classe trabalhadora. À medida que o movimento popular avançar essas divisões vão ocorrer, e a classe trabalhadora, o PT, têm que tirar proveito dessa divisão em benefício do avanço do proprio movimento.

ALEMÃO — Essa diferenciação me parece importante: uma coisa é ter claro o objetivo de fazer avançar a luta dos trabalhadores e uma das suas conseqüências, que é a divisão entre os empresários. E outra coisa é ter como objetivo essa divisão. Eu acho que é conseqüência. Agora, tem gente que achava que dividir os empresários já era uma grande vitória do nosso movimento, o que não é verdade. Teve gente que pregou isso entre nós. A divisão é então uma conseqüência natural da luta dos trabalhadores.

OSMAR — Eu acho que vocês além da pergunta. No caso da nossa campanha salarial, ocorreu justamente como a gente relatou. Agora, quando vocês levantaram esse outro lado da nossa luta, aflora uma contradição existente, que manifesta a possibilidade de, em outro terreno, estarmos juntos da pequena e média empresa. Quando, por exemplo, um pequeno empresário não consegue descontar uma duplicata no banco, nem um financiamento sequer pra pagar os seus funcionários, nesse terreno é possível até uma identificação. Agora, quando a gente está travando uma luta econômica, ele é um adversário que manda chamar a polícia e prender. É importante diferenciar ande você esta junto e onde você está separado, pra não querer enganar o trabalhador e não passar a ser defensor da pequena e média empresa nacional, sem mais nem menos. A forma mais correta de usar essas contradições não é apenas pensando nelas, mas, sim, definindo claramente qual é o seu caminho. Portanto, não adianta você pensar na divisão da pequena, da grande empresa e do próprio governo, quando a possibilidade de se fazer alguma coisa é justamente em função dos objetivos que você traça e da organização que você tem. Só tem uma coisa: é possível essa divisão entre o pequeno e grande empresário, se a gente tem uma política enconômica que favorece e determina a produção em favor das multinacionais? Ou seja, todos os pequenos e médios empresários dependem exclusivamente de uma política implantada a partir de 1964, que favorece as multinacionais e o mercado externo.

10

11

12

13

14

15

2

É obrigação daqueles em quem a gente votou tomar porrada com a gente.

Aqui em São Bernardo a gente tem a indústria automobilística, as pequenas e médias, produzindo alguma coisa em função dessa determinação das maiores. Então, como é que você pode tentar dividir isso se você tem todo um pequeno e médio empresariado amarrado a nível de produção?

A LUTA CONTRA AS MULTINACIONAIS

ALEMÃO - Mas é justamente esse traço que a gente estava falando. Não existe no Brasil objetivamente, a nível da luta contra as multinacionais, um grande aliado dos trabalhadores. Eu acho que quando a pequena e a média empresa brandam contra as multinacionais, não é contra a presença e nem a exploração delas. Bradam e gritam procurando uma situação melhor de barganha com as multinacionais, sem ser contra a sua presença. Existe, a nível de relações de produção, uma aproximação muito grande da pequena, média e grande empresa no Brasil, principalmente entre nacionais e multicionais. Se você for ver o problema da empresa nacional, por exemplo, a Villares, na composição de seu capital e em termos de tecnologia, a presença do capital multinacional é grande. Dentro do grupo Villares então não existe o nacionalismo. E olha que ela se diz o baluarte do nacionalismo. Então, uma coisa é a gente combater a presença das multinacionais do ponto de vista da questão da soberania nacional, que interessa aos trabalhadores; outra coisa é você combater do ponto de vista do pequeno e médio empresário, de se ter uma situação melhor de barganha com essas multinacionais. O pequeno e médio empresário nunca foram contra as multinacionais no Brasil, pois sempre lutaram por uma situação mais favorável de barganha. De modo que esse sentimento de nacionalismo acho que não existe. E, se existir, se se apresentar como bandeira de luta, vai se apresentar em termos da classe explorada neste pais. Vai se apresentar do lado do povo como uma bandeira que ele levanta. Agora, achar que pequeno e médio produtor, neste país, é aliado, é dificil. Não é aliado porque eles dependem efetivamente das multinacionais, quer seja em termo de produzir para o mercado interno, quer para exportação, e só se mantêm como fornecedores dessas empresas. Não existe um desafio dentro do círculo do empresariado às multinacionais, não existe ninguém para desafiar: quem tentou acabou se aliando em termos de composição de tecnologia e de capital. Essa situação tem que ser combatida, mas isso só vai acontecer na medida em que cada vez mais o povo no Brasil puder entender essa exploração, entender a necessidade de combater as multinacionais, porque elas são inimigas da pátria, inimigas do povo.

OSMAR — Eu queria completar uma coisa. Aquela idéia de burguesia nacional foi bem colocada, os grupos Villares, Bardella, hoje são monopólios igual às multinacionais, porque a planta industrial, o grau de tecnologia deles, são idênticos. Agora vejam bem, existe toda uma discussão que é travada pelos economistas e que é a seguinte: toda a acumulação capitalista no Brasil é voltada para o setor de bens de consumo capitalista, como os automóveis, eletrodomésticos, tudo aquilo que você produz para o capitalista consumir e, é lógico, que os outros extratos sociais consomem. Por outro lado, existem alguns economistas que defedem que qualquer alteração na estrutura produtiva do Brasil, ainda dentro do sistema em que se vive, do salário, seria você incentivar, você alterar o setor dinâmico da economia reativando o setor de bens de consumo assalariado. Você teria que

CEDEM

10

11

12

13

produzir o quê? Roupas, tecidos, ou seja, produtos que o assalariado consumiria. Mas, para você produzir produtos que o assalariado consome, você em que mudar a política econômica, que vai acabar ferindo os interesses de parcelas significativas dos monopólios multinacionais e nacionais. Isto se deve ao fato desse setor da indústria têxtil e tal ser em grande número composto por pequenas e médias empresas. Então, mudando o setor de produção de bens capitalistas para o setor de consumo do assalariado, você pegaria objetivamente pequenas e médias empresas. Não que as pequenas e médias empresas venham a se constituir num aliado da classe operária, isto é tranquilo. Mas se você pode contrapô-las aos interesses das multinacionais. Mas não pode pegar aquela pequena e média empresa que fornece à multinacional e, sim, aquela que está em outro setor.

ALEMÃO — Quando a gente fala do ponto de vista do movimento sindical, quanto menor é o empresário mais reacionário ele tende a ser, mais violentamente ele tem vontade de se tornar um grande empresário. O pequeno empresário no Brasil, quer seja dependente ou não das multinacionais, só tem uma visão: ser grande empresário. Para conseguir isso, ele tem que reprimir o movimento, operário. O nível de repressão nessas empresas foi muito maior. Agora se for por cegueira, por estupidez, não vale a pena nem discutir. Eu acho que a gente tem que traçar uma política de interesse dos trabalhadores. E, nessa política de interesse, acho que a gente pode ver a questão dos aliados, mas todos os aliados que a gente tivér, vão ser aliados circunstanciais.

OSMAR — Só um negócio, em primeiro lugar: se no capitalismo brasileiro, os empresários não constroem o mercado interno, é que, do ponto de vista capitalista, o lucro não basta. Então, não vão fazer mercado interno aqui, pois o lucro lá fora é maior. Então a questão de mercado interno não é uma questão que a burguesia que está aí no Brasil não quer resolver. Outro aspecto é que ninguém muda a direção econômica porque tem um projeto. Antes disso tem que ser uma força política, social. A grande incapacidade da burguesia nacional, que o Alemão apontou, é que ela jamais assumiu uma política anti-imperialista. Ao contrário ela sempre assumiu a política de ganhar melhores condições de lucro, porque tem clareza suficiente pra saber o seguinte: é impossível uma alternativa de um capitalismo independente do mercado internacional. Então, você só pode romper com os caras, na medida em que a classe trabalhadora tem um projeto dela. Acho que só ela pode dar uma direção nova nessa economia. Agora, aí tem mais um problema: hoje a Volks, a Mercedes e a Ford empregam 80.000 trabalhadores. Quando você fala em incentivar outros setores da economia, o que você vai fazer com esses trabalhadores da Volks? As condições te impõem limites concretos também, e eu não posso fazer como um outro dia um cara sugeria fechar a Volks. Onde eu vou meter 40 mil trabalhadores que estão ali dentro? Essa é uma realidade, da qual eu não tenho jeito de sair. Se eu quero realmente criar uma alternativa melhor para os trabalhadores, em primeiro lugar eu tenho que garantir o emprego desses trabalhadores.

E/E — Osmar, só uma parte: não se vai conseguir fechar a Volks, mas uma coisa é deixar a Volks como está e evitar e possibilidade de sua expansão e outra é deixar a possibilidade de expansão a outros setores.

WAGNER — Só uma coisa, quem rege a nossa economia, quem manda, é a multinacional. Como é que você vai chegar a mudar a política dela? Se isso acontecer você já fez uma revolução, você mudou tudo.

10

11

12

13

14

15

2

E/E — Em que sentido o avanço do movimento popular pode levar a uma alteração da política econômica?

WAGNER - Pode não, vai levar.

OSMAR — Sabe o que eu acho interessante, na época em que entrou o Geisel se falava muito em incentivar a agricultura. É claro que, se você produzir mais alimentos, construir casa própria, é uma forma indireta de você aumentar o salário. O governo, hoje, está tentando isso, definitivamente, e em que direção? Fazendo no campo o mesmo que fizeram aqui nas cidades. E, por outro lado, você vê os caras chiando porque têm que incentivar a produção de alimentos. É o que dizem principalmente os economistas. Os próprios produtores de sapatos estão chiando com esse negócio, dizem que têm dificuldade de buscar dinheiro no banco, mas não estão falando em termos de dar uma nova direção à enconomia. E eu não vejo possibilidade de se dar essa nova direção à economia brasileira. Inclusive eu acho que, quando o Alemão levanta o negócio da Villares, é até um mau exemplo, porque eu acho que ela não é representante do que se poderia chamar de burguesia nacional, nem ela nem o Bardella. Eles entraram aí, em função de um discurso que o Geisel fez, e onde todo o mundo que pôde entrou: hoje existe no Brasil a empresa multinacional, a estatal e a nacional. E jogaram esses caras como representantes das empresas nacionais, quando na realidade não são. Eu sinceramente vejo o seguinte: a incapacidade da pequena e média empresa. Você pega a Argentina, a Nicarágua, mal ou bem você vê os caras se dizendo empresários e pegando um fuzil contra o ditador de lá. Aqui, se você falar um negócio desse, nego chama o primeiro policial pra te levar preso. E o que me admira é que eu vejo muita gente boa no setor popular defendendo mais esses caras do que eles mesmo. Isso é que é o pior.

LIMA — Aqui no Brasil, os pequenos e médios patrões são mandados e são os monopólios que mandam de fato. Nessa situação o lucro deles está sempre por baixo. Então eles descarregam em cima de nós, igual ou pior que os outros ainda. Podem amanhã ser nossos aliados e querer tomar a hegemonia da coisa, mas não para nos favorecer, no fundo eles querem uma democracia burguesa. Eu acho que somente os trabalhadores têm condições de tomar a dianteira de uma luta dessas e de conquistar a democracia, mas para isso é preciso que os trabalhadores facam aliança com todas as camadas populares, principalmente com os trabalhadores do campo, e também com as camadas médias. Com isso nós teremos força e condições de impor uma frente de massas pra derrubar a ditadura. Então, não se trata de defender uma democracia comandada pelos patrões em nosso país, que é dominado pelas multinacionais. Os pequenos e médios empresários, quando se vêem prejudicados, principalmente pelas multinacionais, têm interessse de alargar o mercado interno. Por isso devemos ter unidade com eles somente em objetivos específicos, até onde eles podem ir. Somente a classe operária tem condições de encabeçar uma frente de massas que atenda às sua próprias necessidades.

OSMAR — Tem muita gente pensando por aí que esse regime está cai não cai, quando na realidade não é isso, não, tem aí meia dúzia de generais dominando, mas o que tem por trás disso é o grosso do capitalismo internacional e nacional. Pra você mudar um negócio desse não é fácil, é por isso que se diz que, no terreno político, esse regime pode dançar. Ele pode dançar valsa, cuidar de anistia, de reforma agrária, não sei o quê, mas no terreno econômico e social ele não cede um milímetro.

O PORQUÊ DO PT

E/E — Vamos para o próximo ponto: gostaríamos de saber se houve discus-

são nas bases de São Bernardo sobre a questão do PT? E como é que vocês vêem a questão do PT junto ao processo de unidade sindical?

OSMAR — Eu gostaria de colocar o seguinte: o PT não surgiu em Lins. Eu acho que já é de algum tempo que se fala que a classe trabalhadora precisa de um instrumento político, de uma participação política. Então eu acho que em Lins se explicitou mais abertamente essa necessidade. Eu gostaria de partir de um exemplo nosso mais concreto. O que é que a gente vê hoje no Brasil? Já levantamos discussão sobre a incompetência que existe no setor do médio empresariado nacional pra levar uma luta contra as multinacionais. Se você vê dentro das agremiações políticas existentes, você não vai ver outras pessoas predominando a não ser essas mesmas. Existem pessoas comprometidas com o movimento popular, mas o grosso da direção do movimento de oposição brasileira é justamente essa pequena e média burguesia empresarial ou estudantil. Então a necessidade do PT chamem do nome que for, é um traço elementar, visto que a classe operária brasileira tem um peso econômico razoável no país e, no entanto, não tem um instrumento político seu. Ela tem tido, ao longo da história, alternativas que não a favoreceram nunca. Um outro dado é que você vive numa conjuntura política onde se discute concretamente a possibilidade de se lançar esse partido político de uma forma que permita ao trabalhador participar e discutir. Outro dado fundamental foi a nossa greve, no dia 13. Eu cheguei pessoalmente a uma conclusão: primeiro, estávamos parando e a nossa greve tinha passado a adquirir um caráter político, uma luta concreta pela democracia, contra o regime ditatorial. E. no entanto, o nosso sindicato, não pôde fazer uma pregação nacional política nesse sentido, ele não pôde unir outras forças. Só um partido político poderia fazer isto, e faltou pra gente esse partido político naquele momento. E isto foi sentido de uma maneira geral. Pra mim a introdução da questão do PT vem

fala em Partido dos Trabalhadores, fala sério em transformação da sociedade brasileira, compreende e vê a necessidade de um partido para isso. O grande problema que existe é como formar esse partido, como construí-lo na prática. A concepção que eu tenho é que o PT hoje, na situação concreta do Brasil, terá que ser o mais popular possível, com um programa o mais popular possível, e que tenha o maior número de trabalhadores, com objetivos democráticos, no sentido mais global da palavra. Isso será o PT. A sigla que vai ter esse partido é uma questão secundária, querer brigar em torno da sigla, hoje, é não querer construir um partido desse tipo, a não ser que alguém tenha na cabeça que esse partido já existe, já está pronto. Porque democracia pra gente subentende uma porrada de coisas, a mais completa mudança na estrutura sindical brasileira, a mais completa liberdade do movimento sindical, uma nova Constituinte. Democratizar subentende a capacidade de ser considerado realmente um peso na balança do poder no país. Na verdade o que os trabalhadores estão reivindicando é a possibilidade de se tornarem um peso na balança do poder. Pra isso eles tem que estar organizados. Acho também que vamos ter que nos juntar a todos os setores que têm hoje esse objetivo e fazer um mesmo agrupamento que realmente reivindique isso, o que pressupõe ter a maioria desses setores. Nesse sentido, uma composição com liberais não representa isso. Tem que se fazer um partido de massa. O PT, pra gente, é um partido e não uma composição em termos de uma frente política momentânea. É um partido que tem determinado objetivo político frente à situação atual. E esses objetivos não são normas, podendo ser outros em outro momento, mas sempre mantendo o caráter de partido de massas, capaz de conduzir

ALEMÃO — Tem um negócio aí meio complicado, todo o mundo, quando

10

11

12

13

14

15

cada vez mais esse processo de mudança. Quem levou a questão do PT a sério

lista e esses grupinhos que ficam em torno do jornal Em Tempo, ou seja, os grupos mais incompetentes. E falo isso agora e falo na reunião deles, em qualquer cirscunstância, eles sabem isso. Eu acho que a intenção inicial, de quem colocou essa bandeira, não tem nada a ver com a intenção de quem levou a bandeira mais consequentemente. O objetivo realmente é criar um instrumento político no Brasil, capaz de transformar a sociedade brasileira. Me perguntaram se o PT seguiria os partidos políticos burgueses. Eu respondi que os caminhos que um partido desses deve seguir não são dados a priori. O caminho não é a priori, não é a lei, o povo da Nicarágua não vai a priori seguir o caminho de tal ou tal povo. A massa vai aprender com sua prática, os trabalhadores vão aprender com a prática dos trabalhadores. Quem é que defende a questão do PT hoje? Tem nego que berra, grita em nome da unidade do MDB, que em última instância é unidade com os liberais que estão aí. Mas eu não concordo com isso, essa posição é estritamente liberal. O MDB não é capaz de ser uma oposição consequente. Tem que ser uma oposição consequente, a gente tá falando de um partido popular, onde não entram burguês e latifundiário e esse monte de vigaristas que andam por aí. O partido popular tem que ter um monte de pessoas que realmente pretendem uma mudança substancial e um programa que aponte pra essa mudança. É isso que a gente pensa do PT, tudo isso tem que ser mais explícito e melhor colocado, pois não foi aquilo que a Convergência colocou e que outros colocaram. Se for conversar com o Lula, ele defende o PT, nós aqui defendemos o PT, qualquer um defende o PT. O PT não é uma frente de oposições, mas é um partido político cujo programa se insere na vontade dos trabalhadores. E ele tem que trilhar os caminhos dados da via institucional ou da via da insurreição, cumprindo o objetivo de transformar a realidade brasileira. É isso que a gente pretende. Eu acho que é uma desgraça ser anti-MDB ou anti-oposição. Que estupidez! Pra mim o MDB é um troço insuficiente, incapaz, por representar uma frente, mas eu sei também que os melhores craques de um partido estão hoje no MDB. Todo o mundo tem clareza disso, é uma estupidez política defender a unidade dentro do MDB, ele significa uma camisa-de-força, de maneira que nenhuma outra força popular possa se manifestar além dele, tem que ficar atrás dos liberais, porque na verdade os liberais é que têm que ser vanguarda. Não é nenhum desgraçado que nem Chagas Freitas, que nem Tancredo Neves, que vão ser vanguarda. Por que os trabalhadores não podem confiar nos trabalhadores?

WAGNER — O que nós tiramos na última reunião em Pocos de Caldas é que em princípio a classe trabalhadora defende a legalização e todos os partidos, com ampla liberdade de organização e sem limitação ideológica, contra o que está aí. Agora o negócio mais complicado do PT é que existe um monte de PT. O Argeu também é pelo PT, mas o PT que ele tem na cabeça é totalmente diferente do nosso. Me lembro que em Lins cheguei a dizer no fim de uma intervenção, dirigindo-me mais ao Lula, o seguinte: "Se um dia eu tivesse uma idéia e conhecidos oportunistas viessem a apoiá-la eu entre outras coisas pensaria onde foi que eu errei". Olha, tá todo mundo apoiando o PT. Mas o PT que está na nossa cabeça não tem nada a ver com o deles, inclusive entre os próprios sindicalistas nós temos ainda muito o que discutir. Outro ponto importante é que cada vez mais a classe trabalhadora compreende, sente a necessidade de uma organização política independente. E aí, não importa a sigla, o mais importante é a necessidade que ela está sentindo. Então a composição dessa unidade que está aí foi posta em xeque pelo próprio avanço da classe trabalhadora. Pois ela não corresponde mais ao que a gente necessita pra acabar com o que está aí. Os compromissos que eles fazem já estão sendo atropelados pela classe trabalhadora, e nós vimos isso nas greves. A classe trabalhadora não pode ficar esperando que eles permitam a gente fazer alguma coisa. Então, quando surge a idéia do PT, surge

10

11

principalmente a idéia do trabalhador se organizar independentemente. Isso não quer dizer que a gente vai cair de porrada no MDB, nem que estejamos contra aquilo que existe de mais progressista no MDB. Ao contrário, achamos que esses caras estão com a gente, mas em uma nova coisa. Quero ressaltar mais uma vez a importância da idéia de que a classe trabalhadora tem que ter sua organização independente.

LIMA — O problema da frente continua. Só que agora é uma frente que tem um novo conteúdo, com a hegemonia dos trabalhadores.

ALEMÃO — Eu não sei, mas qualquer partido não é frente. Eu acho que partido é partido e parte do problema é o seguinte: você está num partido enquanto seus objetivos, a sua prática e o seu programa correspondam a seu nível de aspiração. Quando não, você sai e faz outro, e isso é possível numa democracia. Então, a gente precisa é de um partido e não de uma frente. De um partido que seja um instrumento pra acabar com a ditadura, pra democratizar o país. A gente pretende do PT isso, e muito mais, pretendemos dar passos mais ousados. Eu acho que é impossível fazer uma aliança, uma frente ou qualquer coisa assim. Isso é uma demonstração de resistência. A situação no Brasil não é uma situação de resistência, e sim de derrubar a ditadura, de ir pra frente. Tem mil exemplos aí pelo mundo de resistência, onde foi feita aliança com todo o mundo, as maiores frentes, mas o negócio de ir à frente, de ver quem quer dar mais passos, é outra coisa.

LIMA — Eu defendo o PT como defendo aquele partido ou partidos que possam existir livremente na legalidade, que organizem e mobilizem os trabalhadores, pra que se consiga derrubar essa ditadura. Mas não defendo o PT do Joaquim ou do Argeu. Eu acredito que a classe trabalhadora não está consciente e esclarecida e nós temos de evitar que um PT desse surja. Eu pergunto: a classe operária está suficientemente esclarecida, o PT foi suficientemente discutido? Eu acho que não.

ALEMÃO — A gente tem que mostrar aos trabalhadores como vai ser esse partido. Eles têm que saber que o PT que nós defendemos não é o mesmo que o Joaquim, o Argeu e o Campista defendem.

OSMAR — Eu acho que a gente tem que observar um negócio, pra não se perder. Eu sou trabalhador, o Alemão é trabalhador, você é trabalhador, e somos nós que estamos propondo esse partido. Eu acho que, se a gente não pertencesse à classe trabalhadora, fosse de fora, e estivesse falando em partido, essa colocação tinha razão de ser.

LIMA — Mas eu não tenho desconfiança.

5

2

NÓS QUEREMOS É GOVERNAR O PAÍS

OSMAR — Não, o grande temor que tem hoje o MDB é em função da necessidade que a gente tem de acabar com o regime ditatorial. E é por isso que a gente quer todos os trabalhadores nesse partido. A gente começa a discutir a questão desta forma: Por que é que não se acredita no MDB? Por que é que se está quebrando a unidade com o MDB? Bom, em primeiro lugar, os trabalhadores não estão dentro do MDB, não estão objetivamente representados, então você não está tirando o nego de lá. Se ele sai é porque simpatiza mais com os trabalhadores do que com o Ulisses Guimarães, o que não é lá muita novidade pra muitas pessoas. Segundo, existe a ineficiência do MDB. Por exemplo, podia ter-se feito aqui em São Paulo, pra não dizer em outras localidades, uma senhora campanha política

10

11

12

13

14

sobre a compra da Light. Pois bem, o MBD não foi capaz de fazer a menor mobilização. Houve também aquela questão das terras do Amazonas, se o MBD fez dois atos aí na universidade foi muito. E tem mais, na época em que pintou o "Pacote de Abril", que surgiu a questão da Constituição, o MDB fez de tudo pra que essa campanha não fosse popular. Com tudo isto ficou provado que o MDB é incapaz de uma luta democrática consequente contra o regime ditatorial. E tem mais: recentemente provou a incapacidade dele até de impedir a eleição de um prefeito por via indireta. Quando a gente levanta a questão do PT, não é tanto pelo MDB e, sim, pela ânsia que tem o trabalhador de ser poder nesse país. E, quando se fala em PT, não é só pra ter um prefeitinho aqui não, nós queremos é governar o país, nós somos a classe trabalhadora, somos brasileiros, temos direito a ter uma participação política. Outra coisa, que muitos inclusive chegam a objetar, é que já se falou muito em classe trabalhadora e eu acho que já tá na hora da classe trabalhadora decidir como vai ser seu partido. Eu posso ter a minha opinião, o Alemão a dele, o Osvaldo a dele. Somando ela pode ser uma só. Agora, o que eu acho fundamental é a gente dar passos já, imediatos, pra que o próprio trabalhador participando nesse debate político diga o caráter desse partido. De uma coisa eu tenho certeza, a sua função principal nesse momento é derrubar a ditadura, eu acho que só em cima disso aí é que você pode traçar algumas tarefas democráticas e econômicas. Se você une todos os trabalhadores do Brasil, não precisa ir além disso por enquanto.

LIMA — O MDB tá aí, numa frente com progressistas, com reformistas e conservadores, fazendo o mínimo que eles podem fazer, porque alguns não querem fazer, não levam o negócio a sério. Mas têm companheiros bons lá dentro, que estão juntos com a gente defendendo até as últimas conseqüências a situação do trabalhador. Mas eu acho que no momento temos que fazer uma frente que passe por uma etapa inicial, até derrubar a ditadura. Nós temos condições de sair pregando isso pra mobilização e organização dos trabalhadores.

E/E — Até o momento vocês não tocaram numa questão que aparece frequentemente nos debates. A gente percebe que existem muitas divergências sobre a questão do PT no meio sindical e entre os "autênticos". Muitos não se colocam contra a organização política da classe operária, mas contra a forma como o PT está aparecendo, isto é, não enquanto uma necessidade que surgiu das bases. Outra questão é a seguinte: o partido político da classe operária se coloca como fundamental para a transformação da sociedade, mas alguns elementos temem o PT na medida em que ele possa acarretar uma divisão muito grande no meio operário. Como vocês vêem essas questões?

OSMAR — Essa crítica que você apontou, sobre a possível divisão no meio operário, me parece uma das mais sérias com relação ao PT. Principalmente em função de Lins, onde se levantou que não era hora da gente colocar essa questão política e, sim, se juntar mais no terreno sindical. Essa ponderação eu considero razoável. A outra crítica que se faz, de ser uma proposta alheia à base, comprova exatamente aquilo que o Alemão falou, de que infelizmente foi uma pequena-burguesia que se apossou da idéia e procurou divulgá-la o mais rápido possível. Isso leva o pessoal a desacreditar no PT. Olha, eu acho que quem não viu, na prática, o alcance da incapacidade de direção da pequena-burguesia no país, está por fora do Brasil. Veja bem, quando se critica o MDB, você não está falando na incapacidade do Ulisses Guimarães, até que ele, na posição dele, tem uma senhora capacidade. Incapacidade tem a pequena-burguesia democrática que está dentro do MDB, que é incapaz de ultrapassar o Ulisses. Como prova disso, você tem a incapacidade que tem sido demonstrada pela Convergência, pelo movimento estudantil, muitas vezes tentando se mostrar como vanguarda da

10

11

13

sociedade. Estão aí as provas. Os caras não tiveram a capacidade de lançar o PT. No terreno sindical, o trabalhador tem o direito e tem que fazer política, pra garantia de si próprio. Eu acho que não divide o fato de a gente criar um instrumento, mesmo que líderes sindicais estejam contra. Eu duvido muito que o Argeu ou o Joaquim ou qualquer outro pelego tenha alguma chance dentro desse PT. Inclusive acho que o que ocorreu em Lins, onde o PT aflorou da mão de ambos, foi muito uma jogada deles para diluir toda uma série de divergências que existia entre os sindicalistas, do que uma tentativa de desencaminhar esta questão. O Lula chegou a ser convidado pra algumas reuniões com o Joaquim, sobre o PT, e o Lula foi, participou de uma e foi expulso, não o convidaram mais e pediram pra ele não ir mais porque estava sendo inconveniente. Por isso eu acho que, se se esclarecer os sindicalistas autênticos, se a gente tirar da cabeça deles essa confusão, eles vão estar com o PT.

O MDB NÃO É UMA VERDADE ABSOLUTA

ALEMÃO — Eu acho que esse conceito de divisão é negativo. Tem que ver o que se está dividindo, se é o MDB ou o PT. A não ser que se considere o MDB uma verdade dada e absoluta, que não se pode contestar, aí então você é contra e está dividindo e coisa e tal. O MDB é um fato claro, quer dizer, é a aglutinação da oposição de todos os setores. Outro dia estávamos lá no Rio de Janeiro num debate e veio uma socióloga que falou sobre o problema e os planos da Trilateral no Brasil, planos de manter até por 30 anos a ditadura. Citou o exemplo de que o Brasil era uma panela de pressão e que estava com muita pressão dentro, podendo explodir a qualquer momento. Se explodisse, ninguém saberia quem iria ficar com o controle, se seriam os militares, os trabalhadores ou os liberais. Então quem tem hoje o controle tem que mantê-lo descompressando esta panela, para justificar e retratar a situação do Brasil. Eu acho que orientar nossa atividade política em cima desta constatação é ter uma visão unilateral. Há de se contar com a força efetiva, que são os trabalhadores brasileiros, e o que ela representa no processo de abertura, na anistia, etc. A gente conta com isso. Temos que fazer uma política de oposição. Eu acho que quem está dividindo a oposição não é o PT, não. Eu acho que quem está impedindo a oposição no Brasil são os teóricos que andam divulgando essa questão de unidade do MDB, intransigentemente. Pois isso virou uma camisa-de-força, que impede que qualquer outra oposição mais consequente possa se manifestar, em nome da unidade do MDB. O PT pretende ser uma oposição muito mais consequente do que o MDB e pretende doutrinar e organizar de uma maneira muito mais séria os setores mais populares. Existem propostas de transformar o MDB num partido popular, eu cheguei a discutir com pessoas no Rio, que defendiam esse negócio. Para mim, transformar o MDB num partido popular é tão difícil, tão complicado, como transformar essa ditadura militar. O MDB tem uma estrutura partidária que é antipopular, que não permite que os populares sejam a força dentro do partido. É apostar no que há de mais hipotético. Por outro lado, se houver novas eleições pra deputado, senador, nós vamos entrar e vamos ajudar o MDB outra vez. Porque a criação de outro instrumento político não depende da nossa vontade, depende de uma série de circunstâncias políticas, e a gente tem clareza disso. Temos clareza que precisamos começar com um partido sério, com um programa. E não é partido revolucionário não, é um partido de massa que corresponde a uma determinada situação histórica brasileira. Um partido comunista, socialista, isso

10

11

12

13

14

corresponde a outra etapa histórica. Se a gente começa a querer rotular os troços agora, a gente vai começar a querer acumular grupinhos. Tenho certeza de que a gente chega lá. Se os trabalhadores disserem que tem que ser comunista é comunista e acabou. Mas muito dificilmente os trabalhadores vão falar isso hoje aqui no Brasil.

OSMAR — Thales Ramalho fez uma série de críticas ao encontro de São Bernardo, dizendo que a gente excluiu do encontro pessoas significativas: Orestes Ouércia e Franco Montoro. Então, realmente essas pessoas são significativas? São significativas do ponto de vista do liberalismo, não da classe trabalhadora. Eu acho que o centro da questão, aquilo que tem que estar claro pra todo mundo, é justamente o que pretende esse PT. Eu acho que da mesma maneira que o MDB foi criado, hoje eles têm direito de dizerem que podem estar dentro do MDB, que é preciso manter a unidade do MDB. E é muito natural que o Quércia, o Ulisses, o Montoro e outros mais, falem isso, porque afinal de contas eles são os donos do partido, então eles têm que brigar pra mantê-lo. Eu acho que a gente também tem o direito elementar de se organizar no Partido dos Trabalhadores, que não estão no MDB. É certeza que esse partido não vai ser criado de uma hora pra outra, porque o trabalho de organização de um partido é algo difícil e, além do trabalho, vamos ter que passar por cima de uma lei, e que a população e o MDB vão ter que lutar pra mudar. O MDB vai ter que ser consegüente, o que eu duvido um pouco, mas vamos ter que espremer, que pressionar. Eu desconheço outras pessoas que tenham trabalhado pro MDB mais do que a gente. Na campanha eleitoral fizemos comitê, comício. Juntamos oito caras do MDB e falamos que irfamos fazer campanha pra todos juntos. Possivelmente se houver eleições agora, vamos fazer a mesma coisa. Agora, o que acontece muito no Brasil é que, muitas vezes, em nome da unidade da Oposição, você acaba castrando o direito da classe operária de fazer política, você só respeita o direito dos liberais, intelectuais e da pequena-burguesia de participar da política. Isso é uma das coisas que o pessoal tem mais claro. Pra você ver isso basta pegar a intelectualidade brasileira, que sempre editou as coisas, e trazê-la pra discutir com a classe trabalhadora. Eles não têm o que falar. Então imagina a gente deixar esses caras fazerem o que estão fazendo. Logo, nós somos o cocô do cavalo do bandido, eles temem perder o controle da situação.

OSWALDO — A gente saiu daqui e foi pra Campinas com o Lula fazer campanha pro MDB, fomos pra Cruzeiro, viajamos pelo interior do Estado inteiro. Eu acho que ninguém fez uma campanha melhor do que a gente. Fizemos trabalho nas imediações, em bairro. Agora é um negócio fogo: o Brasil tem muito esquema e pouca política, muita teoria em cima de pouca política, em cima de pouca prática.

FUNDO DE GREVE

E/E — Como está a questão do fundo de greve e como está a situação do ABC hoje, no que se refere à movimentação em cima do desconto das parcelas referentes aos dias paralisados na greve de março?

OSMAR — Eu vejo a questão da seguinte forma: na experiência que tivemos, nós, operários do ABC, descobrimos e acreditamos num instrumento glorioso de luta, que é a greve. E, o que é fundamental, acreditamos que, para você fazer greve, você tem que ter uma sólida organização no dia-a-dia das fábricas. Se antes dessas greves você tinha um número de ativistas bastante reduzido, hoje cada operário é um dirigente dentro da fábrica dele. É impressionante esse negócio, passou pela experiência da greve e ele está dizendo o que é pra fazer, está querendo, não

10

11

12

13

aceitando facilmente qualquer tipo de arbritariedade dentro das fábricas. A prova disso é que, no período de 45 dias, o que se fez de greve nesta região não está no gibi. Bom, até hoje estamos fazendo. Depois da volta da diretoria, uma fábrica, a A.T.O., ficou 10 dias em greve. Vocês podem confirmar isto, mas, se eu não me engano, foi inclusive utilizado o fundo de greve. Outras fábricas têm parado. Quando houve o primeiro desconto, tirando a Volks, que deu férias, pararam a Ford, a Mercedes, a Schuller, a Abrassatec. Pararam pra que não se descontasse e muitas nem descontaram. O pessoal aqui, realmente, tem um clima de disposição de luta muito grande. O que eu acho é que com essa experiência toda, aumentou, multiplicou a necessidade de fortalecer a organização sindical aqui do ABC. Eu acho então que, talvez, seja essa a principal tarefa que a gente está se propondo em termos de sindicalismo. Temos que fortalecer mais a organização sindical dentro da fábrica, temos que conseguir o delegado sindical e, quando se consegue isso numa fábrica, se conseguirá em outras. Eu acho que o clima nunca esteve tão bom quanto agora.

OSWALDO — Outra coisa é essa greve que nós fizemos. Agüentamos nove dias, com assembléia diariamente dentro do sindicato. E o sindicato deu toda a cobertura, ou seja, o pessoal está vendo o sindicato como um apoio, não foi uma greve isolada como foi em 78. O trabalho que se fez depois dessa greve é um trabalho muito bonito.

LIMA - Aumentou a sindicalização depois das greves?

OSWALDO — Eu acho que no prazo de dois meses nós vamos sindicalizar todo o mundo. Neste mês, o fundo de greve arrecadou cinco milhões, cada um contribuiu com Cr\$ 5,00, e isso foi numa fábrica pequena. Agora, nós vamos fazer um plano para que todo mês o pessoal dê Cr\$ 100,00. O fundo de greve, então, existe assim, a partir de um pessoal firme mesmo, que não vê o problema econômico dele, ou seja, uma mentalidade diferente da que se via há dois anos atrás. O pessoal coloca o fundo de greve não como uma contribuição, mas sim como uma obrigação, o trabalhador se sentindo responsável. Cada vez mais se percebe isso nas fábricas.

ALEMÃO — Eles dão com consciência. Está se pensando em criar uma associação sob a direção do Sindicato, com exceção da conta bancária onde se depositaria o fundo de greve. Já tem tido várias reuniões pra se discutir esta questão. Eu acho que a organização, a mobilização e o esclarecimento dos companheiros das bases, é o meio para arrecadar o fundo de greve. PPois essa é a arma principal que o trabalhador tem que ter para se defender. É claro que, se o cara tem alguma coisa para se garantir e manter a greve, o patrão vai ter que respeitar melhor a sua reivindicação. Quando ele vê que o trabalhador não tem nada, só a coragem, a vontade, aí é diferente. Por isso eu acho que esse fundo tem que ser mais discutido, melhor organizado, o trabalhador tem que ser esclarecido, tem que se pôr na cabeça dele que ele tem que contribuir com uma coisa que vai favorecer todos. A questão do fundo de greve foi levantada muito antes da greve, iá tinham sido apontadas as dificuldades de se construir alguma coisa juridicamente impossível, que seria uma sociedade civil. Depois, a imobilização de milhões de cruzeiros, uma quantidade de dinheiro muito grande, que vai ter que entrar pra manter uma folha de pagamento na Volks, por exemplo. Por outro lado, um plano assim é algo nacional, ou seja, isso não seria só pra nós de São Bernardo. Todas essas questões foram momentaneamente abandonadas com a greve. Aí, como o fundo tinha que existir, se aplicou uma forma meio desordenada, que acabou no processo confundindo fundo de greve com Legião da Boa Vontade ou coisa do tipo. Um negócio sem nenhuma disciplina, com filas imen-

sas. Tinha nego que veio não por causa da greve, mas porque ele estava precisando, assim como hoje ele deve continuar precisando. Uns caras que nem sabiam o que queria dizer metalúrgico. As iniciativas que surgiram no meio sindical também não foram corretas, do ponto de vista político. Em última instância, apareceu um troco assim: onde existe a greve o negócio é fácil. A questão está em criar algo mais permanente, mais disciplinado. Não foi feita ainda pelo movimento sindical nenhuma discussão nesse sentido. O que está havendo são iniciativas particulares, como em São Bernardo e São Caetano, onde se criou uma associação beneficente para manter o fundo de greve. Em Santo André também estão sendo procuradas algumas saídas. Mas eu acho que todas essas iniciativas ainda não têm suficiente peso por serem isoladas; pois o problema maior do fundo de greve é mostrar para os patrões que os dias parados nunca mais vão entrar em negociação. Esse tem sido o maior trunfo deles. Pensa bem, descontar 10 dias do meu salário significa eu ser despejado de casa. Greve é greve, é luta, a gente entrou, a gente tem consciência do peso do troço. Tem que ter um fundo que cubra, não diria 100%. mas um percentual do salário, que permita ao trabalhador se manter, que ele vai ter que fazer sacrifício é claro que vai! Em vez de fumar Continental vai fumar Arizona, vai ter que diminuir o padrão de vida durante a greve, é claro, é luta, é guerra. Tem que fazer sacrifício. O fundo de greve significa um poder político, uma arma política dos trabalhadores. O fundo de greve tem que ser suficiente para manter esse troco, ajudar os trabalhadores nesse desespero.

LIMA — Um momento, eu acho que na situação em que nós estávamos foi ótimo.

ALEMÃO — Foi, mais foi muito indisciplinado, foi o resultado das circunstâncias, e agora a gente tem que considerá-lo mais efetivamente.

LIMA — Uma coisa é o fundo de greve mantido pelos operários e outra a solidariedade, que foi o que aconteceu. Uma coisa que preocupa a gente foi que nós tínhamos dificuldades em tentar juntar dinheiro dos operários, não tínhamos como resolver o problema de depósito. Se a gente depositasse na conta do sindicato este sofreria intervenção, você perde o dinheiro. É por isso que hoje surge a idéia de se criar aqui uma associação, como já se fez em São Caetano, mas a idéia ainda não foi aprovada.

ALEMÃO — O que se tem que fazer é transformar essa discussão local em discussão nacional. Greve não existe duradouramente, eu acho que o fundo de greve tem que ser capaz de responder ao Brasil inteiro. Outro problema é que o trabalhador tem que saber com quem está o dinheiro do fundo de greve, quem está dirigindo esse dinheiro, inclusive como está sendo aplicado. Porque, se você não faz isso rigorosamente, o próprio operário começa a desconfiar. Por isso tem que ter um muralzinho lá no sindicato com todas as informações sobre o fundo de greve, quanto gastou, onde e em que que se gastou. Por isso tem que ser uma discussão nacional. Se você for pensar bem, esse dinheiro todo tem que ser aplicado pra evitar sua desvalorização, mas onde aplicar? Quais vão ser os critérios pra sacar o dinheiro? Tem um monte de problemas pra serem resolvidos.

LIMA — O fundo de greve, então, é pra manter a greve. E pra garantir que o trabalhador possa ficar 10 dias parado sem ceder pro patrão. Se o fundo de greve não der pra pagar uma greve geral, mas uma parcela ou, pelo menos, manter os trabalhadores durante uma greve por fábrica específica, já é uma grande coisa. Já muda a tática de fazer greve, aí é só uma questão de tempo.

10

11

12

13

AGENTES DE VENDAS

Preste um serviço à cultura brasileira.

Seja nosso agente de vendas
em sua cidade, escola, faculdade ou local de trabalho.
Peça Escrita e/ou Escrita/Ensaio pelo reembolso
e se transforme em nosso distribuidor.

Pedidos mínimos de 5 exemplares
com 30% de desconto e despesas
de correio por nossa conta.

Escreva para Editora e Livraria Escrita Ltda. Rua General Jardim, 570 — Fone: 255-5194 012203 — São Paulo (SP)

A GREVE NO CINEMA

O debate que se segue é o resultado de um encontro entre vários cineastas, que se deu na gelada noite de 2 de junho de 1979, numa sala da antiga sede da Livraria Escrita, na rua Homem de Melo, 446, em São Paulo. Sentados ali, em volta da mesa, estavam realizadores que têm uma coisa em comum: filmam quase que sistematicamene o evoluir das lutas operárias em São Paulo, em seus vários momentos e circunstâncias: greves, congressos, intervenções, formas de organização, etc.

Sérgio Segall e Roberto Gervitz têm quase que a mesma biografia e idêntica filmografia. Formam, atualmente, o Grupo Tarumã e realizaram juntos "Parada Geral" (75), "Os Ganha-Pouco" (77) e "Braços Cruzados" (79). Olga Futemma e Renato Tapajós formam a outra dupla. Têm em comum, além de um menino de dois anos, vários documentários: "Acidentes de Trabalho" (77), "Fim de Semana" (76), "Trabalhadoras Metalúrgicas" (78), "Um Caso Comum" (78), "Teatro Operário" (79), "A Greve de Março" (79), e agora têm pronto um longa-metragem sobre as greves do ano passado ainda sem título definitivo.

Extensa é a filmografia do último debatedor, João Batista de Andrade, que até hoje está em exatamente 30 filmes, entre longas e curtas, entre ficção e documentários, entre direção e outras incumbências. Destacam-se documentários para os programas de TV "Globo Repórter" e "Esporte Espetacular" e reportagens especiais para a "Hora da Notícia", na TV Cultura. Alguns de seus filmes para a televisão tiveram problemas com a censura, como "Caso Norte" (77) e "Wilsinho Galiléia" (78), este inédito. Fez vários documentários sobre problemas urbanos, como "Restos" (75), "Buraco da Comadre" (75) e "Problema Social do Lixo" (63). Filmou também temas agrários, como "Trabalhadores Rurais" (72). Em 1979 fez dois documentários sobre o movimento operário: "Greve" e "Trabalhadores, Presente". Seu filme de ficção, "Doramundo" (77), obteve três prêmios o festival de Gramado. Tem pronto "O Homem que Virou Suco".

E/E — O filme é um produto que, como todos os outros, só deve se dar por realizado no momento em que é consumido. Qual é o público específico que vai consumir o tipo de filme que vocês estão fazendo?

RT — Eu acho que o tipo de filme que a gente está fazendo tem como prioritário o público operário. Coloco como público prioritário, porque ele também tem condições de atingir outros públicos, mas acho que exerce sua função mais acabada em relação ao público operário, que é também sujeito do filme.

SS — Eu acho que, nesse tipo de proposta, cinema, realização, distribuição e exibição fazem parte de um processo só, quer dizer, o filme, quando começa a ser realizado — pelo menos a gente tem trabalhado assim e acho que acontece com todos os filmes que estão sendo produzidos sobre o movimento operário, o movimento popular em geral — nasce em função da discussão feita entre os realizadores e as pessoas que estão sendo filmadas, no caso, os operários. O filme é realizado com a proposta de ser utilizado pelos próprios operários. Então, isso mais ou menos define uma relação: o filme é realizado para os operários e eles intervêm nessa realização. Essa intervenção se dá na seleção dos pontos mais importantes a serem abordados no filme, na forma como essas questões devam ser

abordadas. Existe também a participação dos operários na discussão sobre a distribuição ou o debate que sobre ele vai ser realizado. Concluindo, no fundo há uma relação diferente da relação que existe entre o realizador e o público no circuito comercial. Nesse sentido, claro que o público principal é o operário. A gente já não pode dizer somente que ele é simplesmente um público, na medida em que participou de toda a realização do filme. No caso de "Braços Cruzados, Máquinas Paradas", por exemplo, nós nos apresentamos como realizadores de cinema, ou seja, como pessoas que tinham um know-how na mão, e que se dispunham a trabalhar com a oposição sindical de São Paulo, que estava levando uma luta pela diretoria do sindicato. A gente se apresentou para documentar esse trabalho. Desde o início, então, não havia mais uma simples relação entre o realizador e o público. Quem é realizador e quem é público? Acho, então, que essa é uma realização que marca o documentarismo que está surgindo. Como exemplo dessa relação que a gente tem com o sujeito do nosso filme, quando das greves do ano passado, a gente aparecia em fábricas, onde só nós sabíamos que ia ter greve. Os caras falayam: "Olha, tal dia vai ter greve nessa fábrica" e a gente aparecia lá antes da televisão, antes da imprensa. Dessa forma, isso propicia para nós, que estávamos fazendo esse tipo de trabalho, um contato muito mais direto, muito mais aberto com o sujeito do filme, que sabe que é para ele que está sendo realizado o filme. O filme passa a ser, na mão dele, um instrumento de trabalho sindical, de trabalho político.

IBA — Acho que existe um consenso. Mas eu queria levantar algumas nuances do problema. Quando você faz um filme de tema que interessa à população, esse filme é sempre buscado por ela. Nesse sentido, fiz alguns filmes curtinhos numa época em que a população estava num processo de organização, como sociedade amigos de bairro, clube de mães, principalmente depois de 74, depois da vitória do MDB. A população, com o fim de se organizar, precisava discutir seus problemas, a fome, os salários, o arrocho, a habitação, os acidentes de trabalho, os transportes coletivos. Eu, por exemplo, fiz uma série de filmes que versavam sobre esses temas. Então o cara pegava o filme e era um público que eu não conhecia, com que eu mesmo não tinha contato. Na época era muito fácil estabelecer contatos desse tipo. O cara ia buscar o filme e preferia até comprar uma cópia para que o nível de contato não se espalhasse naquele tipo de organização que estava nascendo. É uma realização muito de objetivação, uma relação não-cultural, mas uma relação extremamente política e uma relação em que o valor cultural próprio do filme não está em questão. O que está em questão é a capacidade que o filme tem em expor e a capacidade de provocar uma discussão, de ajudar a atrair um público para uma discussão. Acho que esses filmes estão muito carregados dessa necessidade que a população tem de filmes que possam ajudar na discussão, ajudar na sua própria mobilização. Mas uma coisa que a gente não pode esquecer é o seguinte: nós não somos operários, somos de uma classe diferente, não fazemos greve, não somos sindicalizados. Assim, somos sempre elementos estranhos que vão filmar e que vão sair do movimento operário. Por mais que a gente se ligue às pessoas, a gente não vai continuar militando no movimento. Fatalmente, existe sempre um certo distanciamento, fatalmente existe sempre um dado a mais no filme, além daqueles que as pessoas, que querem o filme para operários, pediram. Quer dizer, o filme vai estar carregado de outras coisas. E carregado de outras coisas que podem ser muito boas. Por exemplo, há fases no movimento operário em que eles mesmos colocam a questão politicamente errada. É possível um cineasta ver isso, é possível que o cineasta coloque isso no filme, o que ultrapassaria a própria perspectiva no momento em que você está filmando. Então, existe fatalmente uma certa independência, que é a nuance que nós precisamos

10

11

12

13

14



Renato Tapajós e equipe filmam no ABC.

discutir bem. O que é essa nuance? E, por outro lado, é muito importante também que o público todo seja considerado como público completo, como toda a sociedade, acho extremamente importante que o público operário veja o filme. Tanto o filme do Renato, quanto o meu, foram terminados antes da assembléia do dia 13. Dessa forma eles foram exibidos durante o processo de discussão das negociações, servindo também como elemento que ajuda na discussão, porque o filme é um negócio que agride muito, o filme é algo que aguça bastante a discussão. O filme que registra uma realidade agressiva como essa acaba provocando fatalmente uma discussão. Na época, como o filme do Renato estava sendo exibido lá na igreja em São Bernardo, eu queria que o meu fosse exibido em outros locais. fazendo uma ação suplementar, como nas sociedades amigos de bairro, nos clubes de engenheiros, no Sindicato dos Jornalistas, enfim, para a classe média toda e para a burguesia. Isso porque ficou comprovado que a própria greve do ABC se resolve, em parte, na medida em que há uma participação social mais ampla, que acaba encampando o projeto que está lá no ABC e que acaba, inclusive, mudando um pouco a própria greve do ABC. A gente, então, não pode desprezar a importância que o filme assume pelo fato de atingir outros setores. O filme acaba sendo feito para a sociedade toda e para os operários, ele tem uma função específica a ser cumprida.

E/E — O que pôde ser visto no ato público daquele sábado em São Bernardo foi um certo cuidado não-organizado, um cuidado espontâneo, por parte dos operários, de selecionar quem poderia filmá-los. Quer dizer, havia a preocupação em impedir que cinegrafistas da Globo, por exemplo, filmassem.

RT — Isso se prolongou e se aguçou durante toda a greve. Eu cheguei a assistir momentos em que houve quase a agressão física a cinegrafistas, principalmente da Globo.

AMC — Na própria concentração da Câmara, o pessoal gritava qualquer coisa assim: "Tira a Globo, fora a Globo".

RT - Isso aconteceu, houve várias situações em que eles chegaram a inter-

pelar a gente, colocando o problema de que as televisões estavam lá filmando tudo o que aconteceria e o que era levado ao ar era apenas aquilo que podia ser utilizado contra os operários.

- SS Eu acho que essa é uma questão importante, quer dizer, não basta hoje o documentarista se apresentar como um realizador independente. Como a gente viu no começo, é uma nova relação de trabalho da qual nasce o filme. Eu acho que o que está por trás disso é que agora, seja o operário, seja o morador da periferia, ele quer saber para que serve isso que você está fazendo. Na medida em que ele está te dando uma matéria prima, ou seja, ele como ação, não só o seu discurso, mas a sua própria ação filmada, ele quer ter o poder e o direito de se apropriar desse material. Eu acho que isso já é um produto do próprio desenvolvimento da luta dos trabalhadores atualmente no Brasil, que está determinando que todo aquele cinema que nasce junto dessa luta seja diferente, nasce comprometido com ela.
- OF Um relacionamento recíproco acaba sendo um dado básico para o trabalho do filme.
- SS Exatamente. Isso vai determinar o que vai ser o filme. Dependendo da maneira como o realizador se apresenta, dependendo da confiabilidade que ele adquire, seu filme pode se estrepar completamente. Você percebe claramente que a recusa em falar é muíto grande. Houve épocas mais difíceis, anos atrás, quando ainda a situação do país era outra. O pessoal falava, mas não obrigatoriamente o que realmente pensava, o que realmente pensava sobre a situação de vida, a situação de trabalho, etc. Assim, essa questão, a maneira como o realizador se apresenta, a confiabilidade que ele adquire, que é decorrente da proposta de trabalho que ele tem, de se pôr a serviço dos caras, isso determina diretamente o grau de profundidade, a amplitude do filme.
- RT Eu acho que, nos últimos trabalhos, a gente teve a oportunidade de verificar a questão da ação. Em função do tipo de relacionamento que a gente conseguiu manter dentro do processo de filmagem, chegou um momento em que não se precisava mais entrevistar as pessoas para registrar o que elas estavam pensando: você entrava com seu equipamento e era como se a câmara não estivesse lá. As coisas continuavam a acontecer. Uma experiência desse tipo ocorreu no piquete que foi feito na Villares, quando os operários fizeram a paralisação: durante toda a filmagem do piquete da Villares, os operários passaram a se comportar como se a câmara não existisse, ou seja, existem trechos inteiros do material filmado que podem dar a impressão de coisa encenada, porque não existe o olhar para a câmara, não existe a estranheza da presença do equipamento. Existe, assim, uma intimidade muito grande e contínua. É interessante notar que esta estranheza só vai acontecer no momento em que aparece a polícia, que vai se comportar de maneira diferente diante da câmara.
- JBA Há uma experiência que lembra isto muito bem: o relacionamento do pessoal com a equipe mudou radicalmente desde os primeiros momentos em que a gente começou a filmar, até o final. Por exemplo, no final não só o pessoal realmente aceitava, mas acabava reconhecendo a gente, porque se anda para tudo quanto é lado. A gente não conhecia ninguém, mas todo o mundo conhece a gente. Então, o pessoal começa a indicar coisas que devem ser filmadas e perguntar se a gente fez coisas que eles achavam que deveriam ser filmadas. Num piquete da Mercedes que eu filmei, o pessoal começou a usar a câmara para dizer coisas que queria. No filme "A Greve", o cara sai e fala assim: "Olha..." e volta porque lembra de uma outra coisa, fala e sai outra vez e volta ainda: "Olha, é o seguinte, tem uma assembléia hoje..." O cara fala para registrar, para ficar filmado. É uma mudança total. Também discuti com vários operários em assembléias enquanto estava filmando. Depois de ficar muito à vontade, depois de dois ou três

10

11

12

13

14

15

dias de filmagem, participar de duas ou três assembléias, quando o pessoal vaiou o negócio da Globo, eu falei: "Pô, vocês não deviam vaiar, porque o cara que está filmando ali está trabalhando. Deviam realmente lancar um protesto contra a Globo, mas deixa o pessoal filmar, pelo menos está registrado, fica guardado lá. deixa o trabalhador filmar também". Então o pessoal que estava perto começava a discutir: "Não, porque a Globo..." Mas, retomando, o importante num processo de abertura democrática, que deve ser forçado, é você não ter de esperar e discutir: "Será que vai abrir ou não?" Nesse processo o cinema também tem que ser discutido, quer dizer, quando você vai lá e filma um operário fazendo piquete. outro operário fazendo piquete, o negócio começa a ficar perigoso. Agora, quando há cem mil pessoas num estádio, você filma dezenas de pessoas, centenas, milhares de operários. Ou seja, a própria mobilização, a quantidade de pessoas que se coloca no estádio, acaba com o negócio de identificação, não tem como identificar. Você vai identificar o quê? Cem mil pessoas? Você filma todo o mundo, o próprio processo de identificação de grevista acaba e o pessoal aceita tranquillamente a filmagem. Cheguei a discutir isso no meio da assembléia, em intervalos de filmagens, e o pessoal realmente começa a não ter preocupação. Outro dado importante é que a própria liderança mencionou em alguns momentos a importância da cobertura da imprensa, que dá ao movimento grevista aquele caráter nacional que sem ela não haveria. Ou seja, provoca apoio, ajuda a população a entender, a aceitar a greve. Isso também melhora nosso relacionamento com a massa.

RG — Só queria colocar uma coisa, que inclusive o Renato colocou e o Batista também, que é o fato dos caras não perceberem a câmara e notar como isso depende da época. Por exemplo, existe um filme chamado "Tarumã", que é um monólogo de uma bóia-fria que dura 15 minutos. Nesse monólogo ela manda um recado para o governo e para o ministro. É um instrumento, ela não está se apropriando daquele filme, não é uma coisa dela. Agora, no nosso filme de 1978, "Braços Cruzados", há uma sequência em que os caras estão preparando a greve, que vai ocorrer no dia seguinte. Por que os caras se soltaram? Porque a gente foi iunto com a liderança lá na frente, eles eram da oposição sindical, estavam fazendo propaganda e coisa e tal, e nos apresentaram para os caras, falando: "Olha, este vai ser um filme voltado para a gente, esse é um filme nosso". Então, é que nem o João Batista estava falando, na hora que os caras assumem que aquilo é deles, que aquilo é uma coisa que vai ser revertida para o movimento, que é um instrumento deles, tudo muda de figura, os caras falam, se soltam como se aquilo fosse um registro da história operária. Inclusive, numa sessão de um filme que a gente fez, na periferia, o pessoal percebeu que a televisão é a história contada pelo patrão. Isto é, o patrão conta a história de um jeito, seleciona coisas, manipula a história. Agora, a gente estava contando a história da ótica dos caras, estava contando a história de outro jeito. E os caras percebem isto e a necessidade de soltar e abrir o jogo para registrar o que foi o movimento mesmo, o que foi a história que aconteceu. Acho que nesse sentido o trabalho da gente foi um pouco diferente dos filmes do Renato e do João Batista, um trabalho mais longo, mais a longo prazo. Certos operários só foram entender perfeitamente, assumir totalmente, em toda a sua amplitude, a proposta, quando eles viram o filme pronto. Quer dizer, eles comecaram a entrar na proposta, começaram a entender a proposta de registrar cinematograficamente, quando davam informações, algum palpite, etc... Mas só realmente acabaram o processo de apropriação do filme, quando viram o filme pronto e entenderam que é possível reconstituir aquele processo todo vivido por eles. Então, mais uma vez, a realização está sempre ligada com a apropriação, com a exibição, com a filmagem, etc...

10

11

13

E/E — Qual é o papel do documentarista diante dos acontecimentos históricos?

JBA — Eu acho que a gente está num processo de começo, de recomeço, de retomada. Bom, quando a gente fala em retomada, eu não sei se isso era feito antes, ficamos 15 anos sem falar essas coisas e será que antes falavam? Eu acho que não falavam também. Estamos há uns 80 anos sem falar nisso. Na verdade é um começo que o próprio ascenso do movimento de massas no Brasil tem propiciado, o próprio operariado está conquistando a sua participação no cinema brasileiro, e essa conquista está se dando de forma não paternalista e de forma não subjetivista, como sempre existiu no cinema brasileiro. O operário era sempre visto como uma coisa maravilhosa, mas que nunca fazia nada, que era sempre impotente e tal. Agora é um pouco diferente. Mas por outro lado eu acho o seguinte: quando a gente faz um filme sobre o operário, tem a obrigação de documentar, porque ele tem que fixar uma memória dos movimentos revolucionários brasileiros. Essa memória não existe, ela passa pelo crivo do sistema todo, existe isto sim, a memória oficial. Fazendo um parênteses, acho interessante um comentário sobre as pesquisas sobre o Contestado, pra poder filmar. Você não vê um nome de rua de jagunço, não tem nenhuma cidade com o nome de um rebelde. Agora, no entanto, têm cidades com nome de generais que saíram correndo, têm cidades com nomes de coronéis que entregaram todas as armas para os rebeldes. Há um museu do Contestado, que tem as armas do dominador e do exército e tem um cantinho que tem as armas toscas dos camponeses. A orientadora do museu disse: "Ah, o pessoal era meio ignorante, usava essas armas de pau". Ela tinha até vergonha de mostrar aquilo lá no cantinho. Eu dizia: "Mas, minha senhora, isso aí é o mais importante para ser visto". Fiz uma entrevista com o prefeito de Curitibanos e ele dizia: "Não, a gente não quer falar sobre essa época, Curitibanos é hoje uma cidade progressista, aquilo é atraso". Essa é a memória oficial. Então, eu acho que a obrigação de documentar é fundamental, porque o documentário é que é incrível. O público que está ali no documentário está assistindo de novo à assembléia, o Lula está falando de novo. Aqueles momentos importantes, até os conflitos, até as dificuldades, acontecem de novo cada vez que o filme passa e para um público novo. Assim, essa informação é importante para todo o país e principalmente para as próprias pessoas que viveram a coisa. É um documento que está lá registrado, que se pode consultar. Em segundo lugar, eu acho que o cineasta tem um papel crítico, também. Ele faz parte da sociedade pensante, que teve acesso à cultura, às informações todas. Agora, o fato de estar ao lado do movimento de massas não significa que ele esteja compactuando com qualquer direção que esse movimento tome. Quer dizer, ele deve ter sua própria visão e encontrar uma forma de conciliar o filme, de ter o apoio do movimento de massas, mas ao mesmo tempo ter o elemento crítico, que pode ser até constetado. E, por exemplo, não faco filmes ligados aos sindicatos do ABC, nem conversei com os líderes antes de fazer o filme, nem fiz entrevistas com eles. Eu sei que a diretoria de São Bernardo viu o filme e gostou muito. É diferente do filme do Renato, que tem outra função. Dessa forma, não é pelo fato de ter feito o filme separado deles que eles deixaram de gostar do filme, gostaram porque o filme é importante. Então, eu acho que poderia fazer um filme ligado à diretoria, mas isso não mudaria as coisas, eu não deixaria de ser um cineasta pensante. Acho que um dado a mais que você coloca no filme pode servir para a discussão entre as pessoas que são filmadas.

RT — Bom, eu acho que a experiência da gente, não só desse filme sobre a greve, mas inclusive de outros filmes que a gente fez ligado ao sindicato de São Bernardo, é toda uma experiência ligada com um tipo de função de cineasta, que é

10

11

12

13



Assembléia de 24 de março de 1979 no Paço Municipal de São Bernardo do Campo.

criar determinados instrumentos, determinados filmes que estão ligados diretamente ao desenvolvimento da luta daquela parcela da população. Esse filme sobre a greve, por exemplo, teve um objetivo e uma função muito definidos, muito claros. A gente começou a filmar com uma proposta inicialmente mais ampla, proposta esta que vai ser realizada agora com a continuidade das filmagens no decorrer do processo. Agora, quando houve a intervenção, quando houve a suspensão da greve para se estabelecer um período de negociações, se colocou a necessidade de um filme que pudesse interferir diretamente no processo de preparação da assembléia do dia 13, da assembléia que encerraya o período de negociações. Então não se tratava apenas de um registro ou de uma reflexão dos acontecimentos, mas um instrumento que interferisse diretamente no próprio curso desses acontecimentos. Sei lá, se a gente quiser caracterizar o filme como um filme de agitação ou um filme de propaganda de determinadas posições, eu não saberia dizer exatamente que rótulo a gente poderia colocar em cima dele. O que eu sei dizer é que o objetivo do filme era interferir no processo, era pegar aquilo que estava acontecendo, selecionar, daquele processo que a gente tinha conseguido filmar até ali, determinados momentos em que o desenvolvimento de luta estava mais agudo e articular isso numa estrutura que, jogada de volta aos operários, que tinham participado daquilo, provocasse discussões e provocasse, sobretudo, a necessidade de continuidade da luta. Então, tudo no filme passa a ser vinculado a esse tipo de coisa, a partir, inclusive, da escolha do próprio título do filme, que é aquela frase do Lula: "Que ninguém nunca jamais duvide da capacidade de luta dos trabalhadores."

OF — Acontece que quem melhor soube definir o que eles queriam do filme foram eles mesmos. "A gente precisa de um filme que ajude a manter acesa a

10

11

13

chama. Virem-se!" E a gente tentou descobrir o que era isso. Segundo o Expedito, que esteve na exibição no Sindicato dos Jornalistas, foi essa definição que o pessoal deu pro filme: ele ajudou a manter acesa a chama.

- RT Eu acho que, além dessa função imediata, em relação à qual filme se inscreve, ele também tem a função de registro histórico, uma função de memória. Então, quando, por exemplo, a gente tem uma seqüência que registra o cerco do sindicato pela polícia no dia da intervenção, os espectadores, de repente, estão todos mobilizados em torno daquilo ali pra ver, pra enxergar onde é que estão as pessoas que eles conhecem, o que está acontecendo pra fulano que naquele dia estava lá. E, quando de repente o Lula sai do sindicato e se forma uma pequena passeata pra ir atrás dele, aquela situação é revivida. E, ainda mais, quanto mais essa situação é revivida, mais claramente vai-se percebendo o desenvolvimento do processo de luta. Ao juntar filmes mais antigos, como por exemplo o "Acidentes do Trabalho", onde há toda uma colocação do Lula, mas pelo Lula de dois anos atrás, com os filmes da greve, se percebe todas as modificações que o discurso sofreu. Percebe-se, então, a própria história do movimento se desenvolvendo.
- JBA Quando eu fiz "A Greve" coloquei no filme umas coisas que eu achava que o próprio movimento não estava colocando, a ligação da intervenção com a política favorável ao capital estrangeiro, a ligação do arrocho com os interesses da multinacional. Embora isso não estivesse na política expressa do movimento, está na essência dele. Já no filme "Trabalhadores, Presente", sobre o 1.º de Maio, eu não tive que enfiar nada porque o Lula falou tudo. O discurso dele é fundamentalmente esse, denunciando a política que favorece as multinacionais e que empobreceu o trabalhador brasileiro. Assim, dadas as proporções que o movimento assumiu, se percebe uma diferença das primeiras assembléias para o final do primeiro de maio no próprio Lula.
- RT Concordando com o que o Batista comentou, os discursos do ponto de vista político estão se tornando cada vez mais claros e mais explícitos na colocação, na definição de uma posição de classe. Evidentemente, esse tipo de evolução acelerada pelo próprio movimento permite um registro muito claro.
- SS Eu acho que a questão do realizador está diretamente ligada ao papel específico que o cineasta integrado ao movimento desempenha. Outra coisa, o documentarismo hoje, pelo próprio ascenso do movimento de massas, está cada. vez menos discurso verbal e cada vez mais cinema, no sentido de construção de ações. É algo que é reconstruído pelos cineastas, mas não com palavras e sim através da própria ação cinematográfica. Nesse sentido, eu acho que o cinema é um meio privilegiado, pois permite que você trabalhe ao mesmo tempo perto do senso comum, de ajudar a reportagem e ao mesmo tempo de fazer abordagem crítica, ou seja, reconstruir um processo que as pessoas estão vivendo através da composição de momentos, através da composição de posições. Por exemplo, quando você coloca uma comissão de fábrica se reunindo pra enfrentar o patrão e depois você contrapõe isso com o discurso do patrão numa reunião da delegacia regional do trabalho. Então essa possibilidade que o cinema tem, de fazer a síntese, de reconstruir um processo vivo, é um aspecto muito importante. Com esses filmes também houve a possibilidade de se mostrar na prática como é que funciona a estrutura sindical.
- RG A função do cineasta é exatamente saber reorganizar a matéria prima que a realidade oferece. Reconstruir num processo em que muitas vezes o agente da ação não tem total clareza dela e vai passar a ter no filme. Muitas vezes o operário participava até mesmo de uma comissão de fábrica e não tinha clareza do que isso representava em termos de democratização, na prática da estrutura

10

11

12

13

14

sindical. Nessa medida, o cineasta está avançando sobre a prática daquele operário, o está situando dentro de um contexto, através dos vários aspectos que ele recolheu da realidade. É por isso que o operário se identifica com o filme, assume todo um processo no qual ele trabalha.

- JBA O avanço do processo de luta de classes faz avançar o cinema. Durante muito tempo a gente teve uma discussão sobre o cinema no país. Teve uma época em que eu fiz filme puramente de contestação, que acabava criando certos valores estéticos também, mas era pura contestação. A gente estava fazendo o que dava para fazer, e, ao aprofundar, caía sempre no discurso sociológico. Mas não era nada, não era nem sociologia, nem cinema. Agora, os acontecimentos permitem avançar, analisar, sem a gente ter que inventar um movimento que realmente não existe.
- RT É, eu acho que isso aí fica bastante claro na experiência da gente, quando no filme "Acidentes do Trabalho", feito há dois anos atrás, aparecia que o que havia de mais avançado era exatamente o que o operário coloca no final do filme: "È necessário, pra melhorar a situação do acidente do trabalho no país, que o operário tenha mais consciência, aprenda a valorizar o seu sindicato, aprenda a valorizar seu trabalho". Se naquele momento, eu como cineasta resolvesse interferir no filme e dizer o que o operário tinha de fazer pra tomar consciência e como é que concretamente iria valorizar seu trabalho, etc., realmente iria fazer um discurso meu, em cima do filme.
- JBA Quanto a essa questão, eu acho que o documentário brasileiro ficou marcado por uma dicotomia. De um lado, havia cineastas que fizeram documentários, por exemplo, sobre o flagelo do progresso, as comunidades e o artesanato que desapareciam. De outro lado documentários que ficaram mais ligados à realidade urbana, à pauperização crescente, sendo que estes nunca chegaram a satisfazer, porque não se conseguia avançar. Era o cinema criativo e o cinema não criativo. O cinema que filmava a realidade não era criativo, porque filmava só a realidade; o cinema criativo era aquele que filmava as angústias, as comunidades e o artesanato que desapareciam, filmava a estrada que passava por cima da comunidade. E, sem aprofundar muito isso, ficaya sempre do lado do povo. Mas não se discute o que é estar ao lado do povo. Esses filmes ficaram fora do processo político que estava nascendo nas grandes cidades, principalmente São Paulo. O sentido dos filmes que eram feitos em São Paulo teria que avançar apesar de serem muito criticados e o sentido desse avanço era impossível de ser determinado, a não ser que coisas novas começassem a acontecer. Esses dados novos permitem toda uma discussão sobre até que ponto a gente está conseguindo avançar num projeto estético.
- SS Seja qual for a situação, o papel do realizador é tentar reconstituir cinematograficamente o processo, seja esse processo de greve, de luta organizada, seja ele um processo de pauperização, como o que se dá num momento de refluxo. Então eu acho que o cineasta avança sobre a realidade que ele filma em forma de reportagem, de documentação, na medida em que consegue determinar as contradições da realidade, reconstruindo-as sempre, não através do discurso verbal, mas sim através da reconstrução dessas contradições na prática, mostrando-as através da ação das pessoas que ele filmou. No momento em que esse filme volta para as pessoas que foram filmadas, ele volta de forma diferente, ampliando a visão delas, dando uma visão mais global do processo que viveram.
- JBA Quanto ao problema de narrar ou descrever, que é a prática que a gente está vivendo agora, quero lembrar o que Lukács coloca: você faz uma boa literatura quando sabe dosar bem o narrar e o descrever: embora a essência da estrutura seja narrativa, há momentos em que você tem que descrever.

10

11

12

13

15

5

2

Então, no caso, eu concordo totalmente com o Segall. A busca do cinema novo é a busca da ação que transforma, da contradição. Eu acho que o documentário realista brasileiro é aquele que começou buscando o nó mesmo, a contradição.

- SS Penso que aí existe uma questão de método que transcende o problema do cinema, do líder sindical, do deputado, do estudante, do trabalhador. É a questão do que gera essa sociedade, quer dizer, tudo nessa sociedade é gerado por um processo, por contradições. O próprio indivíduo é rachado ao meio nessa sociedade. O Visconti talvez seja o maior mestre nesse sentido. Na essência, o homem é produto das relações que o produzem e que são definidas a cada momento da história. Assim o cinema pra captar alguma coisa verdadeira tem que recompor esse processo sob pena de ficar numa aparência da realidade.
- E/E Que interesse têm os sindicatos autênticos de manter uma produção de documentários sobre as suas atividades? Como tem se dado concretamente esse interesse? O sindicato pode ser circuito exibidor do tipo de produção de vocês? O sindicato pode atuar como um esquema independente de produção e exibição de filmes?
- RT Eu acho que a gente não pode falar de uma maneira muito clara em termos de um interesse do sindicato na produção de filmes. Acho que também, da mesma maneira que a gente, que nesse processo está buscando a maneira de fazer esse tipo de cinema, alguns sindicatos estão tentando descobrir determinadas formas de comunicação com suas próprias bases. E são poucos sindicatos que estão fazendo isso de uma maneira difusa e hesitante. Então não se pode falar numa linha de trabalho dentro do movimento sindical que já tenha clareza a respeito da produção de filmes e de como utilizá-los. O que se pode dizer é que existe uma busca, por parte de algumas lideranças sindicais, de novas formas de comunicação. Assim essas lideranças começam a perceber que não basta o jornalzinho, que não basta o "mosquito" distribuído de mão em mão dentro da fábrica, mas que é necessário também mobilizar outras formas de comunicação, que mobilizem outras áreas não diretamente atingidas pelas formas já existentes. Nesse sentido, vejo que a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo é um começo e falo diretamente dessa experiência porque é nela que estou diretamente ligado. Evidentemente não parte só do sindicato, não é unilateral, ela é um produto do interesse do sindicato e também do interesse da gente enquanto cineasta, de procurar formas alternativas de produzir os nossos filmes. Então, da convergência dessas duas tendências é que começam a surgir as primeiras experiências nesse sentido. Quanto à questão do sindicato servir como circuito exibidor, eu particularmente acho que pode e deve, mas a gente não pode falar a respeito de uma experiência havida, porque não houve. Os sindicatos ainda não são um circuito exibidor, a exibição dentro do sindicato ainda é uma coisa esporádica. Mesmo dentro do sindicato de São Bernardo, que produziu alguns filmes, não existe uma estrutura de exibição sistemática que permita o pleno aproveitamento desse material.
- SS Eu queria acrescentar alguma coisa com relação a esses documentários que estão surgindo agora. Eles são produtos de um diálogo que o cineasta está estabelecendo com o movimento popular. Na medida em que há esse diálogo, o movimento popular encara esses filmes como sendo dele. Esse movimento busca mecanismos para usar os filmes. As coisas estão começando a acontecer, e a gente está no meio do bolo. Ninguém está sabendo direito como estão sendo distribuídos esses filmes. Tem algumas frentes que estão usando, mas não existe nada estruturado ainda pra distribuição desses filmes. Na medida, ainda, que esses novos filmes são produto de um diálogo, é um produto dos operários, eles sentem

10

11

12

13

14

o filme como sendo coisa deles, feito por eles. Assim eles vão começar a usar esse trabalho no próprio cotidiano de luta. E isso é um coisa nova. O Renato começou a trabalhar no Sindicato há três anos. Com o ascenso do movimento de massas, vai aparecer esse tipo de coisa e vão surgir novas formas de distribuir os filmes.

OF — Atualmente os mecanismos de exibição ainda são muito precários.

JBA — Eu queria dizer o seguinte: existe interesse de alguns sindicatos em produzir filmes, e eu mesmo já fui sondado nesse sentido. Mas os sindicatos não têm a menor noção de quanto significa a produção de um filme, quanto custa, o que é, etc. Então, é uma coisa muito nova, e talvez a experiência do Renato no sindicato sirva, na medida em que passa a ser discutida pelo próprio sindicato, para fazer o sindicato assumir o processo de produção. Agora, eu acho muito importante o seguinte: o cineasta tem de se organizar enquanto cineasta para propiciar esse tipo de produção. Eu acho que, em termos mais gerais, a forma mais importante da produção de filmes acaba sendo de recursos da própria sociedade e não do movimento operário. Eu acho possível que em termos de movimento cinematográfico você consiga mais dinheiro para produzir seus filmes fora do movimento operário do que dentro dele. A necessidade de uma organização dos cineastas para este trabalho, a tentativa de encontrar formas de trabalho e ao mesmo tempo encontrar formas de distribuição dos filmes, é muito importante. Daí porque eu acho importante uma distribuidora como a Dinafilmes, do Conselho Nacional de Cineclubes. Ela distribui filmes já há muito tempo e tenta alcançar, desde o começo, os setores que estavam se organizando, fundamentalmente de bairros. Ou então estudantes e cineclubes que começavam a mudar sua perspectiva com relação ao cinema, isto é, ao invés de ficarem discutindo fotografia, som, cortes, começavam a discutir o conteúdo do filme. Houve então uma solicitação desse tipo de cinema, e a Dinafilmes começou a evoluir para atender à população que começava a se organizar, e de repente a atender aos próprios sindicatos. Hoje os próprios sindicatos começam a ter relações com ela, e esses filmes todos que nós estamos fazendo ajudam a Dinafilmes a manter vivas essas relações. Quando a distribuição é feita através da Dinafilmes, ela elimina a relação de comercialização na distribuição do filme no sindicato, e acaba gerando organização. Então, por exemplo, eu lembro que meu filme "A Greve" foi exibido no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Acontece que lá não havia nenhuma organização para exibição de filmes, não tinha verba destinada ao aluguel de filmes. Então o Felipe, da Dinafilmes, foi até lá e conversou com o pessoal. Passaram o filme para uma sala de 500 pessoas, que ficaram satisfeitíssimas por terem alugado o filme e queriam ver outros. Então, estavam dispostas a transformar aquilo numa sala para exibir filmes desse tipo, não uma sala a mais para exibir filmes da Boca, é claro, mas para passar filmes de interesse dos operários do sindicato. Então, isso acaba gerando uma organização que nós podemos ajudar através da nossa própria organização. Não é que o sindicato vai virar um mercado para o cinema brasileiro, mas vamos ter uma organização determinada que permita que os filmes passem lá e ajudem a pagar essa produção. É perfeitamente possível a gente pagar essa produção com o auxílio dos sindicatos, associações, etc., e isso permite existirem vários níveis de organização, desde o filme feito pelo sindicato até o filme feito por organizações dos cineastas. Isso permite uma mobilidade muito grande. Outra coisa é que a própria eficiência da distribuidora está também dependendo da existência desses filmes, do interesse que esses filmes despertam na população.

SS — Pegando o que o João Batista falou, eu acho o seguinte: no momento em que há um "boom" do movimento de massa, que ontem era feito por 30 pes-

10

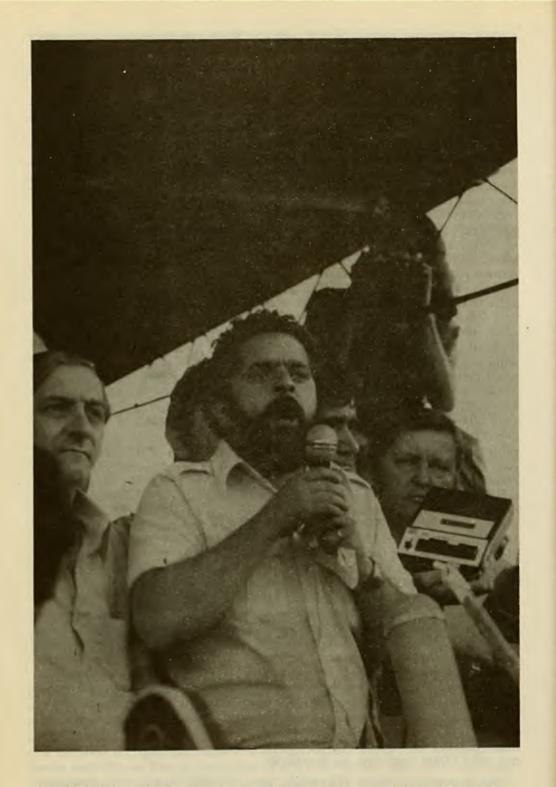
11

12

13

15

2



A palavra de Lula. À esquerda, o preseito de São Bernardo, Tito Costa.

soas e de repente passa para 30 mil, de repente 150 mil, depois 300 mil, também surgem quatro ou cinco filmes que têm o potencial natural pelo fato de estarem dentro das espectativas do momento. Então, esses filmes todos que foram feitos sobre greve, sobre o movimento sindical, mesmo sem essa estrutura, estão sendo vistos, de uma forma ou de outra. Mas isso não esgota o problema do cinema, o universo do cinema e o universo da cultura. Existe uma série de outros filmes que têm muito interesse para o movimento operário e popular de modo geral, mas como não respondem a uma necessidade causal, estrutural, do momento, não têm o mesmo potencial de naturalmente serem exibidos. Então, a gente tem de estar sempre pensando em uma estrutura como colocou o João Batista, que, ao mesmo tempo que permite a esses filmes do momento chegarem a esse público, permita também a outros longas-metragens ou curtas sobre outras temáticas. Eles também têm uma importância muito grande, porque se hoje nós estamos basicamente trabalhando com o movimento sindical, com o movimento operário, amanhã nós poderemos estar trabalhando com alguns aspectos da cultura popular. Por exemplo, a gente pode trabalhar com as mais diversas coisas da vida cotidiana. Cada uma dessas coisas pode significar um monte de aspectos da realidade absolutamente interessantes, que a gente pode captar através do cinema. É preciso que a gente utilize esses filmes que têm maior potencial de momento, pensando em abrir um esquema de exibição para todos eles, de todos os realizadores, de todas as áreas possíveis, na medida em que, evidentemente, eles sejam reflexo da vida das classes populares.

E/E — Vocês acham que esses documentários que estão fazendo podem ter alguma função didática, isto é, podem levar alguma coisa da experiência dos sindicatos mais avançados para outros sindicatos que ficaram à margem dos últimos acontecimentos, especialmente os sindicatos do interior?

SS — Eu acho que esses documentários que estão sendo feitos agora têm uma coisa muito importante, que é o fator de socialização do processo que determinado grupo viveu. Se você mostra o processo da greve do ABC, por exemplo, você mostra toda a experiência de vida de um determinado grupo, no caso os trabalhadores aqui da região de São Paulo. Se você passa o filme no Rio de Janeiro ou mesmo aqui em São Paulo, em lugares onde não houve uma participação direta nesses acontecimentos, você nesse momento está socializando aquela experiência para aquele grupo. Se o filme é bem construído, aquele grupo passa a viver a experiência, passa a assimilar "lições" para as próximas coisas que vão viver.

IBA - No filme "Greve" eu carreguei muito as tintas numa assembléia que houve no sábado, dia seguinte à intervenção e em que a liderança não conseguiu se impor. Foi um caos total. Eu percebi isso e comecei a filmar dentro da assembléia, andando com a câmera dentro dela para mostrar como ela tinha se fragmentado, cada pedacinho dela era uma assembléia diferente, as palavras de ordem eram diserentes e tal. No filme tem uma sequência com um operário conversando com outro e dizendo: "Poxa, o policial jogava uma bomba, aí a gente pegava ela e devolvia pra lá; o policial veio e a gente deu um soco na cara dele". Aí eu pergunto de chofre: a intervenção foi uma derrota? O cara reage e diz: "Não, de jeito nenhum, porque cada um de nós é um Lula e vamos levar a luta adiante, não adianta cassar o Lula. Aí cortamos para a assembléia e mostramos realmente que a intervenção gerou um problema terrível para a greve, aquela assembléia estava uma loucura total. Tem até a fala do Djalma, que está no filme: "Companheiros, vocês parecem que não estão me reconhecendo", porque realmente estava incontrolável aquilo. Aí então eu entrevisto o interventor do sindicato, que diz: "Não, não está acontecendo nada, o sindicato é para atender às pessoas, o sindicato que o governo quer". Isso é uma das coisas que eu mais gosto no filme, porque o erro, o conflito e a dificuldade têm um efeito didático muito forte.

10

11

12

13

15

5

1

Nesse momento, a entrevista com o interventor, a fragmentação da assembléia, o conflito entre o cara dizer que "cada um de nós é um Lula" (e isso é verdade), então por que não funciona? Se cada um é um rebelde, se cada um é um líder, por que então o movimento não funciona? Eu acho que isso no filme tem uma função didática muito forte, você vê como o erro é importante, como é que com um erro você aprende, quais são as soluções que você pode procurar para esse erro, etc. Isso tem uma função didática muito grande, porque o erro inclusive tem uma capacidade de tocar as pessoas incrivelmente. Geralmente, o erro num movimento de massas é trágico, é dramático.

SS — A gente sempre insiste em dizer que o filme da gente é um diálogo, tanto na hora da realização quanto na hora da projeção. Mas há um fato interessante: quando a gente foi filmar uma comissão de fábrica, no ano passado aqui em São Paulo, havia uma certa dificuldade em começar o papo. Aí a gente disse assim: "Olha, pessoal, o negócio é o seguinte: a gente vai filmar a comissão de fábrica de vocês para mostrar para as pessoas que não formaram uma comissão de fábrica ainda. Vocês vão colocar o que é uma comissão de fábrica, como se formou, como é que foi a greve, etc.", e a partir desse momento a coisa se soltou. O pessoal percebeu primeiro o sentido do filme, para que é que estava sendo feito, e percebeu como devia se encaminhar para a câmara. Então, nesse sentido, é didático o que o pessoal está colocando pro resto, pros outros grupos, para outras realidades, a experiência que foi vivida. De certa forma o filme interfere no grupo que está assistindo, nesse sentido é didático.

RG — Eu acho que é mais do que didático, o filme cumpre o seu papel. Eu acho que se está colocando "didático" no sentido de ser crítico realmente, não no sentido imediato de negar o que está se vendo, mas de ir ao fundo da coisa. O filme vai cumprir mais a sua função na medida em que ele consiga revelar o conjunto da situação que cada indivíduo está vivendo e, nesse sentido, revelar para cada indivíduo a sua condição de classe na prática, no concreto. Na medida em que o filme consegue reconstruir a contradição entre os patrões e os operários, ir ao fundo dessa contradição, ser crítico, ele está revelando a cada indivíduo que está fazendo aquele movimento uma dimensão total da realidade. Nessa medida, ele está avançando sobre a visão que cada indivíduo tem da realidade, no concreto.

E/E — Em recente artigo, o crítico Jean-Claude Bernardet afirma que esses documentários sobre as últimas greves têm contribuído para montar uma imagem carismática do Lula nos moldes do que se fazia com Getúlio Vargas. O que vocês pensam disso?

RT — Eu não sei se a colocação do Jean-Claude está exata dessa maneira. Não creio que ele tenha colocado que os filmes contribuem para a formação dessa imagem carismática do Lula, e mesmo a questão da comparação com o Getúlio. Acho que o que existe, e aí eu falo particularmente do filme da gente, "Que Nunca Mais Ninguém Duvide...", é um determinado momento dentro desse processo, em que de fato as coisas se cristalizaram em torno da liderança do Lula. É evidente que existia por trás dessa liderança todo um trabalho de comissão de salário e um sem-número de outras organizações sindicais e de base. Mas a nível da grande massa existia realmente uma presença muito forte da figura do Lula. No momento em que o filme que a gente está fazendo tem o objetivo de "manter acesa a chama", é claro que a gente ia escolher aquilo que tivesse a maior capacidade de mobilização. Naquele momento a proposta não era a de um filme que discutisse uma série de outros aspectos do movimento, etc., mas, sim, de um filme que tivesse a capacidade de maior mobilização possível. Nesse sentido, se colar na figura do Lula, se colar a um tipo de liderança que o Lula vinha desenvolvendo, é uma escolha consciente do filme. Eu acho que a colocação é bem ao contrário: não

10

11

12

13

é que os filmes estejam sendo feitos para apoiar a formação de uma liderança carismática. No caso que a gente está falando, se trata de um filme que se utiliza da existência de uma liderança carismática para com isso ganhar uma certa capacidade de mobilização. Eu não creio que isso seja válido para todos os filmes, nem mesmo para o filme que nós estamos elaborando agora sobre o conjunto do processo. Vinha de uma necessidade do momento determinada pela função que o filme ia exercer.

- OF É uma escolha que não tinha um tempo muito grande. Quando pediram o filme para a gente, nós não tínhamos uma disponibilidade de material muito grande. A escolha foi quase que certeira em cima disso, também por carência de material. Quer dizer, paralelamente, conjugadamente a essa necessidade de mobilização, havia a questão do pouco material disponível.
- IBA Em primeiro lugar, eu acho que esses filmes são diferentes mesmo, são filmes de primeiro momento, é um cineasta se atirando dentro de um processo muito rápido, que exigia rapidez de todo mundo para fazer o filme. A idéia tanto do Renato quanto minha foi de que esses filmes fossem feitos e terminados a tempo de que pudessem ser discutidos durante o processo de negociações, o que realmente aconteceu. Esse é um dado muito importante. O Renato estava num tipo de produção ligado ao sindicato, e acho muito natural que ele fizesse o filme dele ligado à liderança do sindicato, o que não era o meu caso, porque não estava ligado ao sindicato. Então eu acho que a diferença da minha ligação com os metalúrgicos e a ligação do Renato com eles gerou filmes diferentes. O meu filme tem os operários, os salários deles, as habitações deles, as empresas falando das multinacionais, etc. O do Renato tem a liderança, as palavras de ordem. São dois filmes diferentes, quase por fatalidade. Com relação à questão do carisma, tenho a dizer o seguinte: naquele momento não havia como fugir da presença dominante do Lula, no movimento. E também não dava para você optar por fazer um processo crítico da presença do Lula no movimento. Naquele momento o Lula estava cassado, então era preciso primeiro ajudar, era preciso fazer filmes para ajudar o processo de recuperação do movimento, de reconquista do sindicato.
- SS Se alguém fizesse um filme de crítica ao Lula ia apanhar na hora que passasse o filme.
- JBA Eu acho que é uma análise muito apressada de Jean-Claude. Eu acho que o Jean-Claude se perde, e se perde muitas vezes em ficar querendo procurar conceitos abstratos e relações abstratas no trabalho. Ele fica mais preocupado com signos que aparecem do que com a capacidade que tem o filme de pegar as relações, de captar as relações concretas.
- OF Na verdade todo o mundo está trabalhando no susto. A gente faz os filmes voando, as coisas estão acontecendo e a gente tem de sair atrás delas, a dinâmica é muito rápida. Eu acho que o papel do crítico sobre os filmes está sendo meio de susto. Os filmes estão aí estão para ser comentados e ninguém ainda parou para poder pensar e repensar a greve e a crítica que deve ser feita à greve e aos filmes.
- JAB Os críticos conhecem os filmes, mas não conhecem quase nada da realidade que os filmes estão retratando. A presença maciça do Lula em todos os filmes que se fez na época reproduz a realidade. O fato é que o movimento de greve se concentrou em São Bernardo e a liderança do Lula foi cada vez maior, como se fosse uma bola de neve. O Lula teve uma capacidade de liderança, a imprensa começa a ir atrás dele e isso aumenta a liderança dele. Quando você vê, o movimento de greve do ABC está todo em São Bernardo, os operários do ABCD

10

11

12

13

vão fazer assembléia em São Bernardo. Então os cineastas vão filmar é em São Bernardo mesmo.

- RT A gente pode colocar em termos numéricos bastante concretos: na assembléia do dia 13, que foi simultânea no ABC, havia 70 mil operários em São Bernardo para ouvir o Lula, 5 mil em Santo André e em São Caetano havia 500. Os operários de Santo André e São Caetano foram para São Bernardo, efetivamente.
- JBA Essa questão tinha de ser mais aprofundada. Eu acho que é uma bobagem estruturalista desse tipo de crítica, que fica tentando explicar o filme através de signos, tentando explicar a realidade através de signos. Então, o cara usou um signo e pronto. Só porque o fascismo usou certos signos, quando você usa um signo é fascista também. É uma bobagem total mesmo, eu acho que é perder tempo.

E/E — Vocês se sentem, de alguma forma, herdeiros da experiência do CPC?

- JBA A idéia do CPC carregou muito a experiência que eu tive em cinema. A idéia do CPC é a de tentar desenvolver um projeto cultural próprio do país e tentar, então, ativar todas as fontes de produção cultural independente, desde o poeta popular até o cara que sabia filmar, jogando isso para o público e recebendo de volta, tentar agilizar meios de comunicação entre setores, particularmente entre a intelectualidade e o povo. Isso é um negócio importantíssimo e tinha de nascer, tinha de dar frutos novos, porque o estudante, o intelectual, sempre idealizavam o povo, mas quando faziam uma peça ou um filme alguma coisa voltava do povo, e isso enriquecia o próprio intelectual, acabava gerando uma ligação mais profunda dele com o povo. Depois veio 1964 e o CPC acabou sem se ter desenvolvido muito. O CPC mal teve um momento explosivo, em que pudesse gerar organizações, e foi cassado. De qualquer forma ficou aquela idéia de participacão de setores ligados à universidade no processo político e social. Hoje eu acho que o processo é muito diferente, esse tipo de cinema não surge mais de uma necessidade de participação da juventude, da pequena burguesia no movimento, na agitação política, nas transformações políticas do país. De repente é uma certa geração que está surgindo com uma certa consciência da necessidade de transformar o país. Então eu acho que são momentos muito diferentes. Acho que hoje é um momento mais consciente objetivamente, ele se prende mais à necessidade de agitação, à necessidade de florescimento de uma cultura, e se prende mais à visão de que é necessário falar das coisas, necessário ajudar as transformações.
 - SS Tem uma perspectiva menos paternalista do que havia na época.
- JBA Exato. A mobilização popular hoje é mais forte que a pequenaburguesia, mais forte que o intelectual ou o cineasta. A geração que veio do desenvolvimentismo de Juscelino é de uma pequena-burguesia que de repente começou a acreditar no futuro, começou a acreditar que podia subir, podia transformar o país no país do futuro. É uma geração que está muito ligada à ascensão de classe. Na época o movimento operário estava começando a se organizar, e era a pequena-burguesia que agitava a sociedade, o movimento universitário era uma loucura. Tanto é que o movimento universitário vem crescendo até 68, vindo desde Juscelino.
 - RT Mesmo em 64 não se consegue frear essa ascensão contínua.
- JBA Então realmente a presença da pequena-burguesia nesse movimento social brasileiro era muito grande e com uma grande independência, porque ela tinha um projeto de país, na verdade. O operariado tinha projeto, mas era muito menos claro naquele momento do que o projeto da pequena-burguesia.

RT — Na verdade era a pequena-burguesia que guardava um lugar para o proletariado no seu projeto. Atualmente acho que uma das características fundamentais do que está acontecendo é que a intelectualidade não está sendo portadora de um projeto, mas ela está buscando a sua integração num processo que está ocorrendo realmente a partir da base. É um tipo de mobilização de massa, que realmente é novo em relação ao que havia antes de 64. A gente não pode apenas falar num espaço de 15 anos em que as coisas começam a acontecer de novo. São coisas novas que começam a acontecer agora.

JBA — Eu acho que a intelectualidade está se alimentando agora do processo social. Ela está procurando através da análise, da participação no processo social, reencontrar a própria teoria da sociedade brasileira. Isso é um negócio importantíssimo, e a gente sabe que o movimento operário por si só não vai gerar. E a intelectualidade está bebendo o processo, está tentando explicar. A própria participação da juventude nesse momento é muito diferente da participação naquela época. Naquela época era uma participação romântica, de um romanticismo terrível. E você tem que ver criticamente hoje, na época era perfeito. Realmente você tinha de desenvolver os projetos que eram viáveis na sociedade e, naquele momento, no conjunto da sociedade, existiam vários setores, cada um lancando o seu projeto. Acho que dos confrontos de projeto, dos conflitos de interesse, entre teoria e realidade, deveria nascer um projeto de revolução brasileira. E eu acho que esses 15 anos alteraram o Brasil, mas não alteraram a essência dele, o Brasil continua como antes, um país dominado pelo capital estrangeiro, o processo de desenvolvimento ligado às multinacionais, endividado, socialmente atrasado. Isso continua, só que aprofundou violentamente as contradições desse processo e gerou contradições novas, aprofundou contradições e acabou gerando um movimento de massa como o que está acontecendo hoje.

SS — Uma coisa que a gente sente muito nos filmes do Cinema Novo é isso que vocês colocaram, que a abordagem da realidade pelo intelectual, no caso o cineasta, era muito mais intelectual, quer dizer, o cineasta se apropriava de uma interpretação da realidade, sem que isso afetasse a sua vida, a sua forma de se situar no mundo, sem que isso entrasse em conflito com sua condição de classe média. Hoje isso já não é mais possível, quando você propõe um cinema desse como o que a gente discutiu no decorrer da entrevista, porque o cineasta ao estabelecer um diálogo com o movimento de massa, com o movimento operário, ele tem que se relativizar na sua condição, no seu papel. Por exemplo, aquilo que pode ser importante para ele pode não o ser para o movimento operário. Se ele não entender isso na hora ele dança, ele não vai ter poder de comunicação com o movimento que está filmando.

RG — Outro dia eu estava vendo um filme do Cinema Novo, "Os Fuzis" do Rui Guerra. É um filme espetacular como cinema, mas ele tem uma visão do povo que é bem o que o Renato estava falando sobre o projeto da pequena-burguesia para o povo. Quer dizer, no fundo, naquele filme o povo é figuração. O tempo inteiro você vê o povo lá atrás. Tem os atores que são os agentes do que está acontecendo dentro do filme, e o povo é aquela beatice, aquele negócio perdido. Então eu acho que esse diálogo que está havendo agora entre os cineastas, essa revisão que a própria prática do CPC e tudo o que foi produzido naquela época, propiciaram, de certa forma, que a gente desse um salto. Certas coisas foram riquíssimas, como por exemplo a experiência de cinema que o Cinema Novo desenvolveu e legou. Eu acredito que o nosso trabalho tenha a ver com esse cinema que foi produzido, mas ao mesmo tempo está dando um salto, quer dizer, está revendo tudo aquilo que foi produzido e está partindo para uma coisa que a gente ainda está construindo.

JBA — Existe um problema gravíssimo no país, que é o problema da cultura nacional, da cultura brasileira. Eu acho que os filmes que a gente está fazendo representam um salto na produção cultural cinematográfica. Mas eles ainda estão aquém da necessidade da formulação de um projeto cultural. Quer dizer, eu acho que eles estão representando o ingresso de um setor novo, com idéias novas, dentro do processo cultural brasileiro. E a gente não tem muita noção desse processo, não, a gente não sabe onde ele vai parar. Qual vai ser o novo cinema que vai surgir, qual vai ser o novo teatro, qual vai ser a nova música que vai surgir, etc. Qual será a característica que vai tomar a cultura brasileira? Eu não sei, Agora, para entender a sociedade brasileira é preciso que ela seja mais vasculhada. O próprio cínema brasileiro tem de vasculhar mais a sociedade, tem de vasculhar mais a pequena empresa, a classe média, os conflitos da pequena empresa com a grande empresa, com a multinacional, tem de vasculhar o problema do negro. tem de vasculhar com mais objetividade do que fazia antes. Você precisa estar ajudando um processo de desvendamento e estar tentando encontrar formas de valorizar os processos de conquistas, os movimentos de massa, e ao mesmo tempo valorizar uma coisa que é fundamental, que é a discussão sobre essas coisas. Eu lembro, por exemplo, do conflito que estourou na FIESP, a pequena empresa contra a multinacional, isso é um negócio importantíssimo. Valia tanto um filme sobre isso quanto um filme sobre a greve do ABC. Eu acho que a gente tem de exigir do cinema brasileiro que adquira maior capacidade de vasculhar todas as áreas, de forma que os conflitos comecem a aparecer mais ricos, que as manifestações culturais comecem a aparecer mais ricas também. O nosso cinema está muito pobre ainda, por um problema de colonialismo, da presenca das multinacionais. Nós estamos longe de estar tratando no cinema, por exemplo, do problema do desenvolvimento capitalista atrasado no Brasil, de abordar qual o caminho que o desenvolvimento brasileiro tem. Existem essas deficiências, e nós temos de enfrentá-las. Eu acho que o cinema que a gente está fazendo está exorcizando a incapacidade de falar de coisas atuais, nós estamos conseguindo ser atuais, ser atuantes e falar de coisas como arrocho, greve, intervenção, repressão, capital estrangeiro.

SS — Uma coisa importante é que a gente como realizadores impeça que o cinema vire um monopólio na mão das multinacionais. Isso hoje em dia não está muito longe da realidade.

JBA — Exatamente.

2

5

Faça sua reserva

MANOEL FIEL FILHO: QUEM VAI PAGAR POR ESTE CRIME?

Cr\$ 180,00 Um livro de Carlos Alberto Luppi

Pedidos por reembolso postal ou através de cheque visado à Editora e Livraria Escrita

Rua General Jardim, 570 — Fone: 255-5194

01223 — São Paulo (SP)

CEDEM

10

11

12

13

14

AS MÁQUINAS PARAM, GERMINA A DEMOCRACIA!

J. Chasin

Em verdade, a história só surpreende aos que de história nada entendem. Há os que a ignoram, e outros que a temem. Os que se recusam a compreendê-la e os que estão socialmente impedidos de fazê-lo.

Se os pormenores não são, de fato, previsíveis, dada a infinidade de fatores intervenientes, sempre conhecíveis de modo apenas aproximado; se os contornos, pois, só ganham corpo na própria hora em que se efetivam os processos, do mesmo modo que os eventos não são rigidamente programáveis, a nível dos dias e das horas; por outro lado, ao contrário disto, as grandes linhas de tendência, a necessária ocorrência dos acontecimentos básicos são amplamente discerníveis, devisáveis mesmo a longo prazo. Basta admitir a existência de uma ciência da história e que haja disposição social para rigorosamente se submeter à sua lógica. Tudo isso, obviamente, não é nada fácil. Contudo, no que consiste impulsionar os partos da história, se não, nos fatos, intervir à luz da própria lógica destes?

Que, no Brasil, a história retomaria seu curso era absolutamente certo. Por que, então, tanta dúvida, receio, incompreensão e até mesmo certa perplexidade, quando a partir de maio de 78, assim como que de repente, os trabalhadores, alteando a cabeça, reingressaram na cena sócio-econômico-política nacional?

É que à história não são estranhos os avanços e os retrocessos, nem dela são próprios os passos automáticos ou simplesmente em linha reta. E, nos últimos quinze anos, estivemos submersos ao historicamente velho, que se reproduziu de forma veloz e ampliada, inchou e se estendeu por toda parte. As vistas ficaram enevoadas, e a bruma que se formou tem dificultado a percepção da reemergência do efetivamente novo, ao passo que não pouco galho seco tem sido tomado por lele. Confusões se estabeleceram, inversões foram criadas, convicções insustentáveis se cristalizaram, debilitamentos de toda ordem se viram efetivados. E a tudo isso, agora, paga-se ônus pesado. Os descaminhos cobram seus tributos, quando a própria força da realidade se põe a resgatar e a levar adiante a construção do concreto e verdadeiro.

Impõe-se superar todo embotamento. A hora, na sua imperatividade, é mais do que propícia. Move-se ascendentemente o que há de mais fundamental no quadro brasileiro. O que era latência, possibilidade, ganhou a carne viva do imediato. Que não se perca esta maior de todas as oportunidades.

O que segue são algumas reflexões de um observador; circunstancialmente distante, para quem o Brasil de Figueiredo — de mão estendida e empunhando rédea curta, sob medida talhada — é um cenário apenas palmilhado através das folhas de jornal e das páginas de revista. Donde faltará, talvez, o "cheiro" da vivência, a temperatura da pele diretamente apalpada. Mas, se se persiste na ousadia de falar do não vivido, é que, sempre, o que mais importa é ir para além do tópico, e, sem desprezo por este, agarrar o subjacente tecido estruturado, determinante real do fluir e encrespar das águas de superfície. Ademais, é hora de contribuir, incondicionalmente, em busca da transparência.

Muitos estarão dispostos a concordar, com maior ou menor ênfase, que sejam importantes os sucessivos caudais grevistas em curso há um ano. Também admitirão que certas coisas se alteram, no jogo das forças, com o reaparecimento público do movimento operário. De igual modo como não discordarão que o movimento oposicionista se veja fortalecido pela adesão de mais um agente.

No entanto, bastará dizer, sacudindo gravemente a cabeça, que as greves são importantes, que sua presença modifica determinadas situações e encaminhamentos, e que, com elas, amplia-se numericamente o contingente democrático? Ter-se-á com semelhantes afirmações tocado no âmago das ocorrências? Será suficiente falar alusiva e vagamente em importância, modificação e ampliação das hostes democráticas, como se o movimento das massas trabalhadoras fosse, ao fim e ao cabo, um mero e simples — mais um — aderindo, por fim e afinal, a um caudal anteriormente formado? Assim raciocinando não se estará deixando escapar o que mais importa, o conteúdo principal: não se estará perdendo, a escorrer entre os dedos, exatamente o advento de uma qualidade nova? E, assim, em consequência, relegando à obscuridade desdobramentos e decorrências políticas, anteriormente, em verdade, impossíveis? E também não se estará deixando de devidamente interrogar o como e o porquê do advento? Vale enfatizar que da resposta que se der a estas questões depende o verdadeiro significado que se reconhece no ressurgimento do movimento operário, e substancialmente o que se poderá esperar dos passos futuros. E tudo isso importa, por razões eminentemente práticas, acima de tudo e antes de a mais ninguém, às massas operárias e trabalhadoras.

Quanto aos pormenores, talvez sejam possíveis tônicas diversas de interpretação. Maior ainda é a probabilidade de que seja válido precisar uma infinidade de questões. E, sem dúvida, é de todo necessário identificar com rigor os aspectos positivos, as vitórias conseguidas, e os momentos desfavoráveis, as derrotas sofridas e que não foi possível evitar; descobrir aí os erros cometidos e superá-los nas próximas empreitadas. Tudo isso tem de ser feito, mas, sejam quais forem as respostas que se venham a obter, algo essencial é líquido e certo, e deve mesmo, imprescindivelmente, orientar todos os planos das análises subseqüentes. De maio de 78 a março de 79, neste curto espaço de menos de um ano, o país reencontrou o fluir de sua história, — na dinâmica de seu principal e decisivo fundamento para a democracia: a massa trabalhadora.

Brotou em maio, é certo. Mas que não venham com o grosseiro equívoco de pensar em tardios rebentos de outono, pois teve de germinar, como que hibernando, ao longo de catorze anos. E atrás de si, há que reconhecer, não domina o vácuo. Ao inverso, há toda uma história que 64 interrompeu, mas que jamais poderia extinguir. Hoje ela reemerge em novas circunstâncias e com atributos acrescidos, renovada e ampliada em suas forças. Objetivamente não recusa seu passado, supera-o. Aliás, por enquanto não pensa nisso, age. Reencontra o melhor de uma tradição e a leva adiante com maiores possibilidades, se não a curto, com certeza a longo prazo. E, se desse passado não tem maior ou mais exata notícia, não é culpa sua. Ademais, por que não recordar também a antiga observação de que "eles não sabem, mas o fazem?

Inquietos, surpreendidos, tapando os olhos teimosamente, ficam os que já por década e meia forcejam por "reinventar" o mundo, em lugar de transformálo. E aqui não falamos dos que reprimiram e perseguem, dos que tolheram e aprisionam, dos que cassaram e demitem. Estes levaram e levam a cabo sua sina histórica. Magoa e repugna, mas não pode espantar. Falamos dos outros, dos que desserviram sob o manto e a auréola dos devotos, na ciência ou na inconsciência, e sua banda de música ainda soa e ressoa em todos os quadrantes, desejosa de

apagar com esponja de conceitos vesgos a complexa e contraditória realidade de cerca de duas décadas. Desejaram suprimir, ou pelo menos expurgar, os tempos de 45 a 64. E, entre eles, até outros mais gulosos se apresentaram. Com o retorno da história sairão, gradativamente, de foco. Mas, enquanto isso, não é permissível que a nova fase, em início, seja, como a outra, tergiversada. Motivo também porque, hoje, é preciso estabelecer e defender o fundamental com toda urgência.

DOS BRAÇOS CRUZADOS ÀS ASSEMBLÉIAS DE MASSAS

Antes de cruzarem os braços, em maio de 78, os trabalhadores vinham mantendo as mãos sempre muito ocupadas e a boca em longo e contrariado silêncio: não diziam de sua fome progressiva. Se a fome não era nova, e não era (e hoje, evidentemente, nem de longe é coisa ultrapassada), é preciso compreender que havia atingido um ponto agravado, onde as premências da necessidade dissolviam pela desesperança qualquer ilusão ou crença enganadora com que, durante anos, se acenara para futuros "bolos" — gordos e impossíveis. Já não havia, fazia tempo, confeitos no horizonte. E, nas vitrinas de todos os comentários, crescia a exibição do fracasso do "milagre econômico". Extinguiam-se clima e motivo para mais esperas.

É preciso assumir, sem espaço para dúvidas ou lugar para especulações, em toda profundidade e conseqüências, o exato diagnóstico de Luís Inácio da Silva: "A causa mais imediata da greve foi que o estômago do trabalhador estava colando. Foi a verdade que tivemos coragem de dizer ao trabalhador e que poucos haviam dito antes. A greve aconteceu pela franqueza com que essa palavra foi colocada dentro das fábricas" (A Greve na Voz dos Trabalhadores, História Imediata n.º 2, Alfa-Omega, p. 56.

E Lula diz mais, sempre determinando as coisas com exatidão de fatos e propriedade analítica: "... a paralisação não se constituiu em nenhuma surpresa. Ela estava sendo plantada há alguns anos. O auge foi a luta pela reposição dos 34% no final de 1977". O que equivale a dizer, como ele de fato o diz, que "... a classe não está dormindo, como nunca esteve nestes últimos 14 anos" (idem).

E este líder, hoje consagrado, o primeiro de toda história sindical brasileira a presidir assembléias de quase uma centena de milhar de operários, confessando que antes das paralisações de maio "nunca tinha estado numa greve", faz a síntese, apontando o eixo essencial: "O arrocho salarial fez com que a classe trabalhadora brasileira, após muitos anos de repressão, fizesse o que qualquer classe trabalhadora do mundo faria: negar sua força de trabalho às empresas. Era a única forma que os operários tinham de recuperar o padrão salarial, ou melhor, entrar no caminho de sua recuperação" (idem).

E qual a natureza de toda a movimentação? Mais uma vez as palavras do dirigente metalúrgico de São Bernardo mostram uma visão realista e isenta de preconceitos politicistas: "Eu acho que o econômico e o político são dois fatores que a gente não pode desvincular um do outro. São duas coisas muito interligadas. Em conseqüência, acredito que o resultado da greve foi político. Seria mentiroso da minha parte dizer que o movimento foi de cunho econômico. Da mesma forma que seria enganoso da minha parte dizer que a classe trabalhadora vai fazer uma greve eminentemente política, sem nenhuma reivindicação. A luta que aconteceu no ABC foi por salário, mas a classe operária, ao brigar por salário, teve um resultado político na sua movimentação. Por isso, afirmo que a primeira lição da greve é que não se pode subestimar a capacidade de luta do trabalhador brasileiro" (idem).

Enfim, o que temos?

Respondamos, resumida e linearmente, para que, na busca do como e do por quê, sobressaiam com ênfase devida os significados axiais. Na raiz da fome, — o arrocho, na raiz da greve, — a fome. Direto e áspero. Tudo o mais, condicionantes suplementares; determinantes insuficientes se se trata de agarrar a razão de fundo; fatores ativos, sim, apenas quando se pensa nos detalhes do perfil, no instante e no aroma, digamos assim, e não na alma do que está a suceder.

Suceder que não surpreende — em maio o cruzar de braços, em março as greves declaradas — e não surpreende por três razões: primeira, — pela existência do arrocho e seus cruéis derivados em todos os planos, a preparar pela base o leito de uma reação natural e específica; segunda, — é da lógica universal da força de trabalho valer-se, mais cedo ou mais tarde, da arma da greve; terceira, — a movimentação estava sendo "plantada, há alguns anos", "a classe nunca esteve dormindo nos últimos 14".

Diga-se de passagem que bastam estas últimas afirmações para pôr abaixo, num só golpe, as especulações sobre o espontaneísmo, que alguns desejam fazer

dominante, na apreciação de todo o panorama.

Tornando ao conjunto das evidências que, acima, vinham sendo arroladas, vale grifar que bastava alguma sensibilidade, e ter por suposto a universalidade da lógica, mais atrás referida, buscando determinar a forma particular pela qual ela se manifestaria, para saber de todas essas coisas. Em outras palavras, era suficiente não pretender "reinventar" o mundo pela sua politicização, isto é, equivocadamente tomar a totalidade social pela parte de seu aparato político-institucional.

Por fim e ao cabo, mobilizadas pelas suas necessidades materiais básicas, as massas desencadearam uma atuação que, logo à saída, derrubou dispositivos jurídicos, na letra até hoje vigentes, configurando, de sua parte, inequívoca intervenção política no quadro nacional. A respeito, diria Lula, ainda em 1978, no mesmo depoimento que já citamos outras vezes: "Hoje nós entendemos que o trabalhador aprendeu que greve não é uma coisa proibida de se fazer. A greve pode ser cerceada por uma lei injusta, mas a paralisação deve ser feita, mesmo que exista essa lei que a impeça. Com a condição de que ela seja feita quando for necessária e sempre dentro das possibilidades de vencê-la" (idem, p. 58).

Por que as greves eram necessárias, cremos que já está visto. A questão, agora, é saber por que, em torno de uma certa época, elas passam a ser viáveis e a estar

dentro das possibilidades de serem vitoriosas.

Neste renascer do movimento operário brasileiro — de maio de 78 a março de 79 — não pode haver dúvida que a primeira e grande vitória foi a própria realização das greves. De cada uma delas, em que pesem diferenças de conquistas e diversidades de condução e encaminhamento. Diferenças, de fato, relevantes, que devem ser ponderadas; e diversidades, em verdade, efetivas, que não podem ser esquecidas. Contudo, nada deve empanar o principal: as greves das massas trabalhadoras reencetaram o curso histórico no país.

Que quadro tornou isso possível?

Retomemos a verdade essencial: o chão da greve é a fome e o chão da fome é o arrocho.

E qual é a raiz do arrocho salarial?

Evidentemente não é outra do que a própria plataforma econômica do regime implantado em 64, e que recebeu a indecorosa designação propagandística de "milagre econômico brasileiro". Tabu durante quase quinze anos, ainda hoje, quando alguns já reclamam sua discussão, se bem que com imenso atraso, não está sendo examinado e denunciado como é vital e decisivo que o seja.

Cabe naturalmente aos economistas o destrinchamento em detalhe de todos

os esquemas e mecanismos específicos que foram armados e postos em funcionamento ao longo de todo esse tempo. Convém ressaltar, apenas como quem lembra uma antiga e sabida lição, que semelhante análise, para alcançar a objetividade, terá que perfilar pela perspectiva do trabalho e alcançar a concludência política.

Contudo, na falta de um arsenal analítico dessa ordem, em que se pesem algumas contribuições, e para efeito deste comentário, basta-nos avançar alguns traços muito simples, ainda que fundamentais, assim como quem oferece um esquema para posteriores e múltiplos enriquecimentos.

Dissemos, às primeiras linhas, que na última década e meia estivemos submersos ao historicamente velho, que este inchou, reproduzindo-se de forma veloz e ampliada. Outros, talvez, ainda prefiram dizer que, de 64 a nossos dias, o capitalismo no Brasil sofreu um processo de ampliação, aprofundamento e modernização. Não cremos que esta caracterização aponte para o essencial, pois não se trata de uma ampliação, de um aprofundamento ou de uma modernização qualquer. Em outros termos, é insuficiente brandir com as generalidades próprias ao capitalismo. É preciso pôr o dedo sobre a chaga viva do processo específico, que não nega verdades universais, mas que também não as repete com a monotonia formal de um silogismo.

É verdade que a economia brasileira cresceu; hoje o país é verdadeiramente um "gigante", mas um "gigante" na ordem dos países subordinados ao capital estrangeiro. E, como já disse alguém, a existência e o funcionamento deste último possui um nome, e este tem de ser dito: chama-se imperialismo. Denotação que não é grata a uns tantos, que andaram a "reinventar" o mundo, mas que não por isso deixou de ser verdadeira, existente e atuante.

E o crescimento da economia brasileira deu-se rigorosamente, ainda que "modernizadamente", dentro de um quadro dessa ordem. Razão porque, conquanto não única, dissemos que o historicamente velho inchou, reproduzindose de forma veloz e ampliada. Outros dos traços velhos estão na fraqueza de sua burguesia local, na questão da propriedade de terra e nas formas da produção agrária, bem como nas formas autocráticas e ditatoriais do exercício do poder de estado.

Mas, sejamos breves, dado ser o propósito central manter a reflexão sobre o historicamente novo: a retomada da dinâmica de luta das massas operárias e trabalhadoras. Todavia, para falar do recente ressurgimento do novo é preciso rapidamente pincelar a inchação ocorrida com o historicamente velho.

Importa suscintamente considerar dois aspectos: o esquema essencial do "milagre" e o seu fracasso, colapso ou esgotamento.

A política econômica do sistema no poder consiste, grosso modo, numa forma de acumulação capitalista subordinada ao capital estrangeiro, em que a produção é direcionada para dois pólos principais. De um lado, intensifica-se a produção dos bens de consumo duráveis (automóveis, eletro-eletrônicos e correlatos); para seu consumo é estruturado, internamente, um mercado privilegiado e reduzido. É o pacto com o segmento alto das camadas médias. Paralela e combinadamente, é desencadeado um esforço exportador.

Para que tal mecânica funcione, nas condições de um país subordinado ao capital estrangeiro, são necessários o concurso dos dinheiros internacionais e a aplicação do arrocho salarial sobre a grande massa dos trabalhadores. O primeiro aparece sob a forma de investimentos diretos e muito especialmente de empréstimos. O arrocho preserva a existência da mão-de-obra barata e faculta a produção de bens, ditos competitivos, para o mercado internacional.

É da lógica do sistema remunerar especialmente o capital financeiro internacional, seus parceiros nacionais e reservar uma parcela para um segmento privi-

PUBLICAÇÕES DA VERTENTE POR REEMBOLSO POSTAL

- 1 Os Comedores do Museu — J. B. Sayeg — Cr\$ 120,00
- 2 Eu Também Sinto Medo, Patricia Neal — José Carlos Abatte — Cr\$ 120,00
- 3 O Louco do Cati Dyonélio Machado — 2.ª edição — Cr\$ 260.00
- 4 O Convento das Alarmadas
 Sérgio Martagão Gesteira
 Cr\$ 100,00
- 5 Mulheres da Vida Leila Miccolis, Norma Bengell, Ana Maria Pedreira Franco de Castro, Isabel Câmara, Socorro Trindad e outras — Cr\$ 100,00
- 6 Angústia e Conhecimento Samuel Rawet — Cr\$ 50,00
- 7 Dragão de Mofo Antônio Giaquinto Cr\$ 50.00
- 8 Cem Poemas Chineses seleção e tradução de Hugo de Castro — Cr\$ 100,00
- 9 O Urso William Faulkner — Cr\$ 120,00
- 10 Freud para Crianças Louise Armstrong e Whitney Darrow, Jr. Cr\$ 85,00

- 11 Sim Sinhor, Inhor Sim, Pois Não... — Antônio Possidônio Sampaio — Cr\$ 50,00
- 12 Camisa-de-Força Wladyr Nader — Cr\$ 70,00
- 13 Cafarnaum Wladyr Nader — Cr\$ 80,00
- 14 Diálogo Samuel Rawet Cr\$ 80,00
- 15 O Conto da Mulher Brasileira
 Lygia Fagundes Telles, Hilda Hilst, Nélida Piñone outras
 Cr\$ 200,00
- 16 Hemingway para Crianças — Ernest Hemingway — Cr\$ 85.00
- 17 O Rei dos Cacos Vivina de Assis Viana — Cr\$ 60,00
- 18 O Conto da Propaganda —
 Domingos Pellegrini Jr., Ricardo Ramos, Antônio Torres,
 Orígenes Lessa, Cristina Carvalho Pinto, Celso Japiassu,
 Sérgio Toni e outros —
 Cr\$ 100,00
- 19 Confissões de uma Máscara Yukio Mishima — Cr\$ 120,00
- 20 Tarde da Noite Luiz Vilela Cr\$ 100,00

Pedidos por reembolso ou através de cheque visado à Vertente Editora Ltda.
Rua General Jardim, 570 — Fone: 255-5194
01223 — São Paulo (SP)

legiado das camadas médias; bem como obrigatoriamente implica também na depressão salarial da massa trabalhadora.

Numa palavra, a organização dada à produção nacional é que determina a avassalante desigualdade na distribuição de riqueza. Em outros termos, a forma atual da produção da riqueza é que causa diretamente a super-exploração do trabalho, isto é, a miséria das massas trabalhadoras. Sendo a estrutura econômica vigente a responsável direta pelo arrocho, é impossível melhorar a distribuição sem reorganizar a produção. Não se trata, portanto, de "acrescentar" à organização atual da produção uma política de distribuição melhor e mais justa, esta só se torna possível com a modificação efetiva da própria estrutura produtiva.

Assim como é, articulada em todas as suas partes, a engrenagem econômica em vigor funcionou e realizou um período de acumulação capitalista. É propriamente a época do "milagre". Os setores dominantes, nacionais e estrangeiros, realizam seus lucros, mantêm-se politicamente unidos e consideram as formas ditatoriais da gestão do estado como uma solução muito adequada, "naturalmente" ajustada às necessidades "gerais" do país. É a "euforia" do Brasil-Grande, ao longo dos anos de 1969 a 1973. A grande massa não participa do "milagre", nem, é claro, da euforia. Reduzida ao silêncio pela repressão, vai acumulando sua miséria.

Mas o "milagre" obedece a uma lógica perversa.

Os mesmos mecanismos que asseguram seus "êxitos" condicionam e conduzem à sua derrocada. Dito de outro modo: a lógica do "milagre" acaba por fazer com que ele próprio morda sua cauda e termine por se autodevorar. No mesmo passo em que seus objetivos parecem ir se realizando, vai se constituindo o quadro em que ele se vê convertido num estrangulamento ostensivo. E, assim, põe-se a nu, explicitando seu raquitismo congênito. Seu colapso não é apenas um fim ou esgotamento, mas uma reversão de conseqüências que devora ampliadamente seus "anos alegres", além de ser a comprovação daquilo que, desde o princípio, era evidente: sua total impossibilidade de ser uma real e legítima solução para a organização da vida econômica nacional.

Basta dizer, muito reduzidamente, que, centrando a produção nos bens de consumo duráveis e nos produtos para exportação, teve, por isso mesmo, que ir ampliando galopantemente o volume das importações de bens de produção e insumos básicos, quando seu objetivo pretendido era, ao inverso, encontrar a solução nas exportações. Isto é, quanto mais produzia para a privilegiada faixa do mercado interno e exportava subsidiadamente, tanto mais era obrigado a ampliar as importações. De forma que a balança comercial, não considerando abstratamente momentos isolados, mostrou-se cronicamente deficitária. Progressivamente, como consequência, foi se avolumando a dívida externa, passando esta a ser, crescentemente, nova e decisiva fonte de renovados empréstimos, na medida que amortizações e serviços da dívida vão, ano após ano, levando inexoravelmente ao sufocamento. Hoje, e já desde alguns anos, o único "milagre" é uma dívida externa bruta que até o final de 78 esteve em torno dos 42 bilhões de dólares. Dívida externa que, só durante o ano de 79, entre juros e amortizações exigirá do país cerca de 11 bilhões de dólares. E o país, no mesmo período, não obterá mais do que aproximadamente 14 bilhões de dólares com suas exportações, e terá que despender só com a compra de petróleo algo em torno de 5,5 bilhões de dólares, com a importação de alimentos quase 2 bilhões de dólares, outros 5 bilhões com máquinas, equipamentos e insumos, e mais de 2 bilhões com produtos químicos e farmacêuticos.

Tais contradições estão inscritas na própria política econômica do sistema, de tal forma que fatalmente ela teria que chegar ao impasse. Ela própria, como é

mais do que transparente, conduz inexoravelmente ao estrangulamento. A crise do petróleo, tantas vezes invocada, bode expiatório do governo, nada mais fez do que precipitar a inevitável implosão do "milagre"; não foi, nem é, sua causa.

E tudo se deu como na antiga história do aprendiz de feiticeiro.

A política econômica do sistema, implantada depois de 64, foi proposta como de saneamento das finanças e da retomada do desenvolvimento nacional. Sanear seria liquidar com a inflação e esta ultrapassou em 78, e de muito, os 40%. E neste primeiros meses de 79 os índices vão explodindo de mês a mês, registrando março uma taxa de quase 6%. A retomada do desenvolvimento implicava na busca de auto-suficiência a nível dos insumos básicos e no avanço da produção dos bens de capital; uma palavra, na redução da dependência externa. Hoje vamos rapidamente acumulando uma dívida externa que em breve ultrapassará os 45 bilhões de dólares (em 64 a dívida externa era de 3,1 bilhões), as importações de maquinaria só fizeram crescer, o setor nacional respectivo não viveu anos tranqüilos e está na expectativa de um refluxo, e o país é prisioneiro do mercado financeiro internacional, tendo sido convertido em arena da disputa monopolista.

Vítima de suas próprias engrenagens, o "milagre" vem se desintegrando visivelmente desde o segundo semestre de 73. Efetivamente todo o governo Geisel

foi transpassado pela crise do "milagre".

A primeira reação do governo passado, para efeito público, foi sustentar a ficção da "ilha de paz e prosperidade num mundo em caos", enquanto procurava alcançar certos redirecionamentos com o II PND, no que não logrou êxito. Na segunda metade do governo as evidências do colapso são claras e impositivas; será então desdobrada a política do "desaquecimento econômico". O "milagre" já entrara francamente na etapa autofágica, e o "desaquecimento" nada mais é do que a tentativa de estancar a hemorragia em que se transformara o "milagre". Pois, agora, num aparente paradoxo, colhem-se situações financeiras cada vez mais dramáticas, tanto mais funcione a engrenagem do "milagre". O "ideal" passa a ser o crescimento "moderado"; o governo quer o PNB elevando-se as taxas reduzidas, passa a ter pavor dos altos índices do período anterior. Mas as forças econômicas desencadeadas mostram-se rebeldes. O "desaquecimento" não interessa, nem agrada a ninguém. Os fantasmas da insolvência, da recessão, do desemprego e outros mais rondam e envolvem a tudo. Os beneficiários do "milagre" insistem na continuação dos privilégios. A insatisfação das diversas áreas econômicas vai aparecendo. Ninguém quer pagar o ônus do desastre. A unanimidade dos setores articulados no pacto do poder desaparece.

As diversas frações da classe dominante estão inquietas. A situação de desencontro e inconformismo dos parceiros que dividem o poder, sua necessidade de reencontrar uma fórmula para um novo período de acumulação, que atendesse e, na medida do possível, reconciliasse seus interesses, vai gerando — e obrigando o poder a aceitar e suportar — o surgimento de um debate, crescentemente público, que, por fim, não teve como ser escondido aos olhos de toda a nação, particularmente das vastas e temidas massas operárias trabalhadoras, às quais, obviamente, o sistema pretendia manter à máxima distância dos grandes problemas em curso.

De sorte que, ao "milagre" dilacerar a si mesmo, geraram-se inevitavelmente pugnas e discussões intestinas aos setores do capital, sofrendo o tecido social como que a dilatação de seu colo uterino. Pelos interstícios formados, as massas trabalhadoras, especialmente os operários dos grandes centros industriais, não deixando escapar a oportunidade, fizeram nascer a evidência pública de sua fome. Fizeram o movimento operário voltar ao cenário brasileiro, buscando retomar seu decisivo lugar específico.

Já a movimentação de fins de 77, pela reposição salarial, mostrava uma



O 1.º de Maio Unificado.

espessura distinta da fase anterior, que fora marcada por lutas esparsas e isoladas nas empresas, verdadeiramente ensaios de resistência e de acumulação mínima de forças. Dava-se em 77 o ensaio geral para a grande estréia de maio de 78, espetáculo que viria a culminar nas grandes jornadas de março.

E se, por um momento, os líderes do ABCD foram alijados dos seus cargos, as massas trabalhadoras, através dos braços cruzados e das assembléias multitudinárias, reintegraram o fluxo ascendente da história à vida brasileira.

DAS ASSEMBLÉIAS DE MASSA AO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MASSAS

Durante os dias da greve de março, afixado à entrada do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, havia um poema. A polícia, no dia da intervenção, o arrancou, tal como arrancado à entidade foi seu legítimo presidente. Permaneceu o líder e permaneceram os versos, tal como a verdade básica que traduzem.

Anote senhor secretário
E peça pro escrivão
Remeta ao juiz de plantão
E diga ao encarregado
Da sindicância que investiga
Que a causa desta paragem
É a nossa barriga vazia.

E, aqui, fica registrada a confissão do poeta metalúrgico para que ilumine, ainda uma vez e sem sombra para dúvidas, a origem de toda a retomada do fluxo histórico a que se assiste. Retomada que só poderia se dar, como de fato apenas se

deu, através da presença e da ação das massas operárias e trabalhadoras em geral.

Toda este questão da retomada histórica obriga, hoje, a atentar e compreender dois aspectos fundamentais: o sentido das jornadas de março, o ponto do andamento histórico que alcançaram e representam, e a direção do desdobramento que implicam. Numa palavra: o que são e para onde se dirigem. Talvez, mais precisamente: no que estão se constituindo e para onde concretamente tendem.

Tal como os braços cruzados de maio, as greves declaradas de março dão-se no bojo da crise do "milagre", e tem por raiz insofismável e explícita a objetiva e declarada miséria das massas trabalhadoras.

Se se insiste nesta determinação de fundo, quanto à gênese da reemergência do movimento operário, não é porque se deseja ficar cego a outros "fatores", secundários embora presentes na malha, mas porque qualquer outra explicação, que não reconheça naquela a razão decisiva e de base, é simplesmente artificiosa, viciada ainda que por santas intenções, e que, por nublar e desordenar o processo real, incapacita para a extração das efetivas e mais férteis e vigorosas conseqüências políticas que o processo contém com riqueza singular.

Não haverá, então, diferença entre as ocorrências de maio e as paragens de março?

Basta assinalar que, de uma a outra, assiste-se a um itinerário que vai da reemergência à afirmação do movimento operário. Do cauteloso tatear de maio de 78 — percurso exploratório, quase feilo a medo, onde toda prudência é imperativa, e que sob modos especiais vasou a crosta repressiva de quase década e meia - em menos de um ano, as massas trabalhadoras reencontram as formas próprias e consagradas da atuação sindical. As greves são declaradas, explicitamente assumidas, e, em certa medida, preparadas; o sindicato reassume seu papel, os piquetes voltam à existência, o enraizamento do movimento no interior das empresas se aprofunda, e as assembléias sindicais, à luz do dia e das praças, transformam-se, como nunca dantes, em caudais de massas. A luta dos trabalhadores vai para as ruas, domina os jornais e ocupa todas as consciências; faz renascer a esperança de milhões, intimida e exaspera minorias raivosas, intranquiliza e leva à perplexidade os acomodados de todos os tipos. E, numa coincidência sintomática, é a única "saudação" de massas ao novo presidente. É a pujança do novo, na fragilidade daquilo que apenas está reemergindo, face da senilidade retocada, que ainda ostenta a energia real, porém balofa dos inchaços. Diga-se de passagem, no entanto, que apontar esta fragilidade essencial do historicamente velho, hoje abalado econômico-politicamente, não representa desconhecer sua possibilidade contingencial e de fundo de tornar a crescer e a se expandir.

Indicado que de maio a março, da reemergência à afirmação, efetiva-se um processo alargador e de espessamento, é preciso destacar, como determinação fundamental, que, tomado no seu conjunto, este período de cerca de um ano, em contraste com toda fase anterior, consubstancia um salto qualitativo: — o da passagem da fase de resistência democrática, que caracteriza todo o período anterior a maior de 78, para a do movimento democrático de massas propriamente dito. Quando o ressurgimento das lutas operárias atingem a afirmação, nas jornadas dos últimos meses, temos a emergência, de fato, de um movimento democrático de massas, diante do qual todas as ocorrências e manifestações oposicionistas anteriores se vêem convenientemente dimensionadas, em seus caminhos e descaminhos, em seus momentos de maior ou menor propriedade e acerto, ao serem entendidas como tendo pertencido a um longo e esgarçado período que não transcendeu à pura resistência democrática. De modo que vem se explicitando no próprio real que o eixo sobre o qual se desenvolverá e consolidará

o movimento democrático de massas depende da ampliação e da consolidação do movimento operário, para o direcionamento do qual irão progressivamente tendendo e afluindo os dos demais trabalhadores e assalariados, como, ademais, já vem ocorrendo com notável expressão. Outra coisa não são as manifestações grevistas verificadas em inúmeras categorias profissionais, até mesmo entre aquelas que, embebidas em fantasias e pundonores de classe, têm diso constumeiramente avessas e arredias às ações dessa ordem. E tudo se passa como no dizer saboroso de uma amiga, conhecida cientista social, em carta recente, que calca o dedo sobre a chaga com a força de precisa determinação: "Parece que o pânico de status, tão característico de professores, é solúvel em fome".

Novamente cabe a pergunta: como foi possível que um quadro dessa ordem se instaurasse, abrindo perspectivas tão alargadas?

Mesmo que ainda se trate de referir a crise do "milagre" como verdade fundante da nova situação (fato este, aliás, que diluições analíticas, especialmente a distorção de querer "reinventar" o mundo, tem impedido de ser devidamente reconhecido, ainda que isto seja, a esta altura, pasmoso e aberrante, é imprescindível não perder de vista que a própria falência do "milagre" é um processo, constituído, portanto, de momentos e densidades específicas que continuadamente vão engendrando a peculiaridade de sua problemática. Assim, atualmente, já não basta reconhecer e apontar o esgotamento da política econômica da ditadura, mas é preciso ainda compreender que o pacto no poder, até agora, não conseguiu encontrar uma resolução para o problema dentro da ótica que há déçada e meia sustenta e pela qual continua a se empenhar de maneira radical. Em outros termos, não só a crise do "milagre" prossegue e se agudiza, como é visível que o novo governo não trouxe consigo, nem conseguiu equacionar nestes seus dois primeiros meses de poder, uma fórmula que abra, igualitariamente para os parceiros que o compõem, um novo ciclo de acumulação.

Como ungido e candidato, J.B. Figueiredo sintetizou uma diretriz econômica sumária e puntiforme que barrou outras pretensões. Isto é, aglutinou e prevaleceu, somando um conjunto de setores, deixando, desde logo, outros à margem. É suficiente lembrar as decapitações militares que se processaram, e nenhuma ingenuidade analítica pode reduzi-las a simples disputas e intrigas palacianas. De modo que, à época, a proposta, alinhada em torno de pouquíssimos itens (desenvolvimento agrícola, desestatização, "irresolução" quanto ao setor nacional de máquinas e equipamentos, o que significa resolução pela via externa) reuniu as "esperanças possíveis" de um contingente significativo dos setores do capital, que lhe entreabriu um crédito de confiança. Contudo, desde o princípio, parceiros outros dos idos do "milagre" se viram ameaçados, quando não alijados, pois uma equação unitária que contemplasse a todos, na nova fase de desenvolvimento pretendida, se mostrou impossível de ser encontrada nas novas condições.

Suficiente para permitir a unção e levar ao poder, em meio às ásperas disputas que prosseguiam, a plataforma tracejada, no entanto, precisava (e precisa) ir sendo convertida num programa econômico completo e concreto de governo. Isto, todavia, até hoje não foi alcançado. Há mais de ano que os que depositaram confiança aguardam e buscam a materialização dos projetos globais; esperam e pressionam pelas iniciativas implementadoras e pelas esquematizações e opções diretoras; permanecem na expectativa e reclamam pelos resultados do combate à inflação: pressupostos todos estes para o desencadeamento de uma nova fase de crescimento que almeja e na qual reside seu interesse e empenho decisivos. A irresolução da crise, no entanto, prossegue, e o equacionamento real da plataforma econômica não avança mais do que fragmentária, lenta e debilmente.

Mais do que isso, diante da acentuação do quadro inflacionário, o novo

governo, de promessa e instrumento de um novo ciclo de acumulação, baixa à condição de bombeiro; posterga para além de 79 as passadas iniciais da prometida cavalgada econômica e declara prioritário "apagar os incêndios". Assim, em dois meses, o governo, descendendo por um plano inclinado, passa rapidamente da promessa de retomada do crescimento para a mera prática da extinção de incêndios, brandindo "baixas de charutos" e, em seguida, ameaçando com os esquifes da recessão, fazendo lembrar as "velhas proezas" do ano de 1965. E vozes mais serenas e ponderadas já deixam indicado que um novo ciclo de desenvolvimento só é pensável num prazo de dois a quatro anos.

E tudo sem ter sido dada a menor prova ou demonstração de que a plataforma sumária de unção e candidatura seja, de fato, exequível. Aos primeiros passos da implementação desta afloram as dúvidas e contradições. A pretensão do governo de que a agricultura moderna responda pela oferta de alimentos implica, de imediato, na lembrança de que em face dela o pequeno produtor estará diante de um grande concorrente, e que, assim, só vão aumentar as disparidades de renda. de modo que aquele só será atingido negativamente se o problema fundiário não for (como ninguém poderá pensar que será) a base da política de projeto. Ademais, como financiar o desenvolvimento agrícola pretendido? A equação delfiniana pelo PIS/PASEP levanta enormes inquietações, o protesto da ABDIB e Eduardo Escorel, diretor do grupo Bardella, temendo o corte de verbas para a indústria de bens de produção, que provem da mesma sonte, é mais do que explícito: "se cortarem os recursos do PIS/PASEP é melhor vender a indústria nacional". Alguém poderá garantir que tal "solução" repugne ao sistema no poder? E não vale a mesma pergunta para a questão da propriedade da terra, quando é proposta a agricultura como pólo dinâmico da econômia? Quem, neste governo, poderia ser o avalista de que não estamos diante de uma nova investida desnacionalizadora? Não com certeza, por exemplo, César Cals, ministro das Minas e Energia, principal fonte que é da sustentação da privatização, que assinala que "o capital estrangeiro deverá participar só naqueles espaços que o capital nacional não se interessar em ocupar", e isto sem lembrar, nem de passagem, que certos espaços podem não "interessar" ao capital nacional, mas seus destinos, com certeza, interessarão sempre às majorias, mesmo porque a privatização é que não tem interesse nenhum para os vastos contingentes de massa.

De tudo isto resulta uma clara evidência: permanecem, no seio dos setores do capital, e de modo agudo, as disputas e os combates pelas posições e pelas vantagens, táticas e estratégicas, e que transparecem mesmo a nível ministerial. Assim, pois, a dilatação uterina do tecido social, iniciada com o dilaceramento do "milagre", prossegue, portanto, e ainda mais se amplia na medida em que a plataforma econômica puntiforme não consegue ser convertida num corpo programático, articulado e resolutivo. Tudo parece se passar como se já não houvesse mais solução de conjunto para os parceiros do câpital.

Paulatinamente, como é natural num quadro de desencontros desta ordem, dá-se uma redução no teor e no índice bonapartista do poder, caráter que o transpassou desde as origens e que foi sustentado, em outros tempos e condições, com a máxima violência, e até mesmo com as formas mais abomináveis da repressão aniquiladora. Então, pelos poros do tecido social esgarçado, os movimentos dos trabalhadores emergiram e, na proporção direta do crescente alargamento, se avolumaram, passando o movimento de massas, assim formado, a ser, na seqüência, o próprio pólo dinâmico do prosseguimento da dilatação. Este o momento em que se encontra o quadro brasileiro.

Duas são, pois, as componentes fundamentais que determinam a dilatação

que o contexto nacional atualmente apresenta. Componentes não apenas diversas, mas opostas em sua natureza. A primeira, resultante da autofagia do "milagre", caracteriza-se pelo desencontro entre os setores do capital; a segunda, determinada na raiz pela fome, tem por caráter o encontro de todos os setores do trabalho. A primeira, portanto, é centrífuga, tendendo ao fracionamento, enquanto a segunda é centrípeta, induzindo à aglutinação unificadora.

É nos parâmetros dessa distinção que se captam, em profundidade, os significados das jornadas dos últimos meses, bem como se perspectivam os desdobramentos possíveis.

Como já foi dito, tudo que antecedeu, no universo oposicionista, ao período de maio de 78 a março de 79, — marcos da reemergência e afirmação do movimento operário -, constitui a longa e dolorosa fase de tentativas, embates, encontros e desencontros da resistência democrática; sendo com as greves que realmente vem a se instaurar um efetivo e verdadeiro movimento democrático. Dado que vem à tona um caudal de massas — designadamente massas trabalhadoras, nucleadas pelo movimento operário, que ferem centralmente a questão brasileira. Mudam, assim, pela sua presença, por aquilo que são e representam, e pelas questões que de imediato põem vigorosamente na ordem do dia, a qualidade das lutas políticas em marcha. Só uma visão politicista, com sua concepção simplesmente cumulativa dos processos e sua incompreensão positivóide das progressões, é que não será capaz de perceber que as fundamentais ocorrências do último ano ultrapassam, e de muito, a esfera do puro, ainda que reconhecidamente relevante, crescimento do exército oposicionista. O politicismo, cego para a raiz da especificidade do verdadeiramente político e, por isto, reduzido e embaraçado pelo taticismo, desconhece o fenômeno das rupturas de superação e dos saltos de qualidade.

As jornadas de março e seus desdobramentos sintetizam, pois explicitaram e ilustraram melhor do que nada, significados e circunstâncias qualitativamente diversificados da atualidade brasileira.

Em março a parcela mais combativa e avançada do movimento operário sentiu forças e coragem para uma passada ousada e de larga extensão. O governo reuniu, com certo custo e lentidão, as energias de que dispõe e ripostou com intensidade. Do confronto, da medição de forças das resultantes afinal verificadas emergiram elementos de evidência que estão a credenciar, na guerra em curso, um dos lados para a vitória, enquanto simultaneamente vão descredenciando precisamente o que tem sido o vencedor contumaz dos últimos quinze anos. Isto, é preciso frisar, ocorre pela primeira vez neste longo período. E fala-se, que se note bem, da guerra em curso, e não das inúmeras batalhas de que ela será constituída. Além disso, se tal coisa não é, nas tendências gerais da história nenhuma novidade, é preciso ressaltar que o juízo está sendo feito a partir e sobre a concretude do momento. E, irrecusavelmente, esta é a primeira vez, em década e meia, que a análise de realidade pode divisar, nas águas brasileiras, tal potencialidade objetiva para as massas trabalhadoras.

Mas, se houve coragem e força, e nos veios do real é palpável a latência da vitória, horizonte que se põe ao fim e ao cabo do que há de ser um árduo processo de inúmeros passos, que apenas está iniciado, isto não significa que as lutas até aqui travadas pelo proletariado forjado pelo arrocho não tenham apresentado debilidades. Sem dúvida, ao lado dos extraordinários e dominantes aspectos positivos que evidenciaram, coexistiram negatividades e fraquezas que caracterizam um processo emergente.

Ao lado da admirável sensibilidade, compreensão e capacidade de liderança demonstrada quanto às necessidades e disposição de luta dos trabalhadores,

10

11

13

15

5

1

CM

2

3

manifestou-se, ao limite, certa dose de incompreensão do quadro político atual, bem como o desconhecimento das exigências de preparação e constituição dos dispositivos sociais de atuação que permitem avançar para embates de níveis mais amplos e agudos.

O movimento revelou, por parte da liderança, íntimo conhecimento das massas, sabendo, ademais, reconhecer, no momento exato, que ainda não sabia tudo sobre os caudais que conduzia. Descobriu, no processo, as debilidades atuais destas, retomando e retocando as formas de liderança.

Quanto à avaliação do momento em processo, viu-se surpreendido por resistências que não calculara, revelando limitações de entendimento, que indicam que não possuía plena consciência de que já estava se movendo francamente num plano político decisivo e delicado, quando supunha que mal feria a franja deste.

É preciso também referir que o movimento, à partida, não teve a percepção de que o fazia já em condições limitadoras, pois avançava sem contar com possibilidades maiores de ver, nem mesmo setorialmente, o processo se ampliar e generalizar, precisamente o que mais demandava. O que indica que ainda é frágil, o que não estranha dada a falta de experiência, a concepção e o domínio que o movimento possui dos processos e mecanismos de desdobramentos das lutas de massas.

Em síntese, no que tange às negatividades e fraquezas da emergência, manifestou-se a temeridade de avançar quando propriamente não havia condições imediatas de ganhar espaços, ficando exposto, assim, aos riscos do isolamento e de eventuais decapitações e perdas de entidades, pondo, desse modo, em perigo o andamento da acumulação de forças; revelando, conseqüentemente, falta de domínio dos processos de encaminhamento das lutas de massas, e nutrindo a ilusão de que, mesmo sem a devida equipagem, poria no chão a política econômica vigente. Aliás, sua debilidade maior foi precisamente não ter efetiva consciência de que já era neste plano político que se punha, de imediato, a batalhar.

Diante disto, ainda maiores são os méritos e significados das vitórias alcançadas. De maio a maio, num balanço de doze meses, é absolutamente insuficiente dizer que o resultado é franca, global e brilhantemente favorável às massas trabalhadoras, pois se trata de assinalar, acima e para além de tudo, reitetradamente, que tais sucessos são a própria retomada do fluxo histórico brasileiro, no que tem de essencial e ascendente, e que isto se dá pelo único modo através do qual, no caso concreto, era possível: — pela natureza e dinâmica própria das massas operárias e trabalhadoras, fundamento decisivo para a constituição de uma democracia real no país.

O panorama dos acontecimentos não diz outra coisa. Basta atentar para o montante crescente nas paragens, para a progressão de suas formas de objetivação e para a riqueza de seus conteúdos, assumidos, a cada vez, mais energicamente.

Principiaram em maio do ano passado e prosseguiram vigorosamente durante os meses de junho e julho, tornando a movimentar os meses finais de 78. De maio a agosto envolveram aproximadamente cerca de 300 mil operários, alcançando três centenas de empresas pertencentes aos principais setores econômicos dos mais importantes centros industriais de São Paulo. Os aumentos reais obtidos, quebrando a rigidez da política salarial do regime, beneficiaram mais de um milhão de trabalhadores em todo o Estado.

O proletariado forjado pelo arrocho, de porte aproximadamente três vezes maior do que em 1965, viu-se movimentado especialmente pelos metalúrgicos, pelos químicos, gráficos, têxteis, pelos trabalhadores das indústrias de alimentos e outros numerosos setores. As massas trabalhadoras puseram-se em ação também através de um imenso contingente de funcionários e empregados, bem como intensamente por meio dos, assim chamados, setores médios, em vagas sucessivas

e persistentes que bem indicam o caráter de suas novas condições de trabalho, francamente enquadradas, desde há algum tempo, nos contornos de proletarização.

E para não ir adiante com esta dispensável ciranda de números e dados, visto que os acontecimentos estão em pleno fluxo, diante dos olhos de todos, basta mencionar, por fim, que, apenas nos primeiros 53 dias do atual governo, 107 greves estiveram em curso.

Comprovadamente, portanto, a movimentação paredista dos últimos doze meses derrubou os entraves legais que impediam a prática das greves. A famigerada 4.330 de 1.º de junho de 1964 sepultada pelos acontecimentos, reduzida a cinza pela ação concreta das próprias greves. Estas, para se efetivarem, não esperaram pelo advento preliminar de um texto legal que as autorizasse, como supunham, até mesmo alguns bem intencionados, que teria de ocorrer, esquecidos que é a força dos fatos que cria as leis, não o inverso. Ainda mais, foi justamente a eclosão das greves e sua reiterada prática afirmativa que condicionaram as esferas oficiais a cofitarem num novo enquadramento legal da questão, pois o que está, na letra, em vigor simplesmente jão não impede mais que as greves se façam e imponham. Foram precisamente as greves que conquistaram a possibilidade, agora tornada imperativa, de um novo texto legal que reconheça sua legitimidade, bem como a premência de reordenar toda a legislação sindical existente. E os futuros dispositivos jurídicos, no que possam trazer de bom e positivo, dependem exatamente da força, do prosseguimento e do desenvolvimento que a ação das massas trabalhadoras possa ir objetivamente ao seu movimento e impondo no cenário das lutas.

Ademais, as greves não resultaram apenas na liquidação prática da lei antigreve. Elas abriram-fogo cerrado contra o arrocho, já arrancaram vitórias ponderáveis e estimulantes neste campo, perspectivaram a inviabilização da política
salarial do sistema e puseram no horizonte a queda da política econômica vigente.
Em outro termos, elas abriram o caminho para a construção da democracia no
Brasil.

O último trimestre no ABC é o objetivo privilegiado para a compreensão de tudo isto, pois constitui o momento mais avançado de todo o processo, visto ter obrigado, em que pesem debilidades já referidas, que cada uma das partes mostrasse o que é, o que pode e o que tende a vir a ser.

Um governo, "novinho em folha", compareceu para o embate, e a fração mais avançada do movimento de massas se apresentou em seu vigor estuante. Em menos de quinze dias, mesmo com os descompassos de sua imaturidade, o movimento grevista obrigou o quinto presidente a desvestir o uniforme da "renovação conciliadora", com que vem se travestindo, e a envergar sua verdadeira natureza. Nos desdobramentos, ao longo de mais de dois meses formidáveis, os trabalhadores foram edificando, a cada impasse e golpe recebido, os passos criadores da elevação de qualidade de seu desempenho, enquanto minguavam o arsenal e a imaginação do poder. Quando o processo findou, crescera extraordinariamente, em quantidade e qualidade, o movimento operário, afirmado e tornado exemplificador na vitória construída e arrancada por ele próprio; e ele findou, afirmado e ascendentemente, pela lucidez de arrancar a vitória possível, na eloaŭência maior de reaver os sindicatos que lhe haviam tomado. O governo, ao contrário, chegou ao fim da jornada em esvaziamento e na defensiva, mirando o interior empobrecido de seu embornal de recursos, onde até mesmo os instrumenmentos de força e violência principiam a dar claros sinais de ineficiência.

Tal é, no quadro brasileiro, a verdade e a força que portam as massas operárias e trabalhadoras que estas, como em março no ABC, em plena fase de

10

11

13

15

5

2

reemergência, mesmo partindo de condições limitadoras, são capazes de transfigurar as debilidades em energias e de pôr em xeque, em poucos dias, o próprio âmago e a razão de ser de toda a ditadura.

Quando os metalúrgicos do ABC, na primeira quinzena de março, não aceitaram o acordo geral da categoria e apresentaram seus próprios índices de reajuste, não exigiram simplesmente o atendimento a uma reivindicação mais aguda, mas proclamaram objetivamente, que o soubessem ou não, a necessidade de liquidar a política econômica vigente.

Foi em face disto que o sistema reagiu.

Desde logo, Figueiredo asseverou a incompatibilidade entre aumentos salariais acima das taxas oficiais e a luta contra a inflação. A certa altura da primeira fase das negociações, Simonsen travou a concessão do índice de 65%, sobre o qual chegara a haver convergência, ameaçando os empresários com o CIP. Delfim, com sua perene inclinação oracular, sentenciou que reajustes de 60% provocariam uma inflação de no mínimo 55%.

De todo modo, transparece o indicador de que qualquer coisa em torno do índice de 60% é a fronteira do abismo para o quadro econômico atual; algo para além disto, a catástrofe: a inviabilização e dissolução da política do arrocho. Numa frase de efeito, dir-se-ia que a política econômica vigente explode para além dos 60%.

Seja ou não precisamente este o índice de volatização do "modelo", é evidente que ele possui uma linha de fronteira para além da qual sucumbe. E é também notório que os índices que energicamente passaram a ser reivindicados foram sendo mais do que validamente ampliados, tendendo a apontar para os limites deste marco decisivo e discriminador.

No caso dos metalúrgicos do ABC, além disso, a situação potencializava-se pelo significado, força e sentido exemplificador que possui esta concentração de trabalhadores. Se a greve do ABC saísse vitoriosa, raciocinou-se em Brasília, a consequência direta mais provável seria o seu efeito contagiante sobre outros setores; e, se movimentos do tipo continuassem a se repetir, o país entraria num túnel, sem que se soubesse quando, como e onde estaria a saída. Maneira eufemística de dizer que o arrocho estava ameaçado e consequentemente a política econômica, em seu todo, posta em xeque, para além de significar que o sistema não admite e não concebe qualquer saída fora do regime do arrocho.

De modo que a intransigencia patronal e governamental revelada foi a expressão externa de defesa do acossado mecanismo do arrocho a que estão atrelados visceralmente, face a reivindicações de índices crescentes e da provável ampliação dos setores que, de qualquer modo, já iam alargando o espectro das greves, pondo na ordem do dia toda a questão econômica e social.

A persistência e o fortalecimento do movimento de massas, xecando o regime de exceção nos seus fundamentos, induziu à intervenção. E a análise desta, bem como da violência anteriormente desencadeada nas ruas, não pode se resumir, sob pena de se renunciar ao essencial, à denúncia da maior ou menor dose de repressão praticada, particularmente como contradição, segundo querem alguns, para um momento de promessas "liberalizantes". Mais ou menos repressão, mais ou menos contraditoriedade com a distensão, o que é preciso atentar é que a intervenção indica exatamente o objeto pelo qual, no momento atual, o regime continua disposto a empregar a força.

O cerne da questão, como já se mostrou, reside na defesa da política econômica. E isto é tanto mais importante de apreender se se nota que, no embate da violência oficial contra a força democrática das massas trabalhadoras, o saldo

10

11

12

13

15

2

CM

3

4

positivamente não pertenceu à primeira. Face à coesão, expressão numérica, disciplina e força, atuais e potenciais, do movimento das massas trabalhadoras, a violência repressiva, em todas as suas formas, teve que reconhecer que sua eficácia diminuiu e que tende mesmo à ineficiência, pois há um momento, de fato, que de motivo de terror ela pode se ver convertida em fator de catalização da solidariedade e arregimentação de multidões.

De maneira que não há propriedade em se falar de contradição entre as promessas de "aperfeiçoamento democrático" e a repressão concretamente exercida, pois são duas faces de um mesmo itinerário: correr muito para não sair do lugar — distenção lenta, gradual, e segura, ou seja lá qual for a ordem original destas três palavras. Itinerário que visa central e fundamentalmente manter o espírito e o esquema essencial da política econômica em curso, buscando um rearranjo de fatores setoriais que conduza a um novo ciclo de acumulação. O que implica, imprescindivelmente, na manutenção da política do arrocho.

Mesmo porque, com ou sem arranjos, a supressão do arrocho é o próprio colapso dos mecanismos econômicos em funcionamento. Consequentemente, o sistema tem por propósito global esconder e disfarçar a falência de sua política econômica, sustentar e defender os dispositivos básicos desta, enquanto pelas "aberturas" busca socializar a perplexidade, o ônus e a responsabilidade pelos desastres econômicos presentes que aquela gerou. O governo "abre" como que a distribuir aflições que já não é capaz de digerir, como a pedir soluções que já não é capaz de encontrar, "abre" politicamente para dissimular seu vácuo de soluções econômicas, como quem se vinga de patrões rabugentos que não param de reclamar. Lentamente, é claro, para que nenhum parceiro, afinal, se machuque demais; gradualmente, é certo, para que não haja zangas ou atropelos demasiados e simultâneos, de modo que os sócios possam ir encontrando comodamente maneiras de se safar do melhor modo possível; seguramente, afinal de contas, para que tudo seja maximamente o mesmo, no minimamente diverso.

Como não entender assim, se para levar à frente seus propósitos só resta ao governo um duplo endurecimento: o do combate à inflação e o do combate às greves? Implicando o primeiro, se for para valer, no combate a aliados fundamentais, como o são os setores financeiros e certas forças econômicas aceleradas pelo "milagre", que hoje (e não há razão para espanto) se recusam a conter seus índices de atividade. Prisioneiro destes, prisioneiro do esgotamento do "milagre", prisioneiro da extrema dificuldade de viabilizar, no quadro atual, uma nova equação de crescimento que não renegue à orfandade nenhum dos velhos parceiros, prisioneiro da dívida externa e da dívida interna, o poder joga com a concessão de "folgas" no plano institucional, "lenta e gradualmente", "seguro" de que o tempo conspira a seu favor, pois já se passou a esgrimir com o advento de adversidades majores que levariam gregos e trojanos ao conformismo, enquanto o governo seria gloriosamente o próprio cavalo recheado de sadismo. Que outra coisa vem a ser a perspectiva do governo, expressa na opinião de uma alta sonte militar, que estima que "até o final do ano estas greves diminuirão ou mesmo deixarão de existir. A economia brasileira sofrerá um forte desaquecimento e a perspectiva de desemprego diminuirá os ânimos dos sindicatos". E arremata com sabedoria rancorosa: "S. Paulo precisa descobrir o que é conviver com um desemprego de 6 a 7%."

Desaquecimento e desemprego, eis as promessas finais do "milagre". As esperanças maiores da quinta edição de seus condutores. O programa de "salvação nacional" de uma ínfima minoria de monopolistas.

Admitirão as massas operárias e trabalhadoras — a maioria brasileira — um quadro dessa ordem, agora que estão de cabeça erguida, dando passadas vigorosas?

10

11

12

13

15

4

5

6

2

3

1

cm

A resposta vem do bojo das jornadas de março.

Se o plano político-institucional se presta como campo natural de manobras e transigências, o mesmo não ocorre com a esfera econômica. Aí podem se verificar certas dilações, algumas recusas, determinadas acelerações ou uns poucos rodeios; mas abrir é mudar, manter é fechar. E o governo Figueiredo, neste terreno, tanto quanto a totalidade de seus antecessores, está hermeticamente fechado.

E por estar fechado interveio e cassou dirigentes sindicais em março, e mais recentemente em Brasília. E cassou para tentar o afastamento de um perigo fundamental, para pôr a distância um inimigo decisivo.

Se acima de certos índices de reajuste a política do arrocho não resiste e se esfacela, abaixo deles as massas trabalhadoras não conseguem ter assegurado um mínimo de subsistência condigna, isto é, não escapam à fome.

É, portanto, o impasse, o antagonismo global e de base, pois, ao vir à tona, o movimento operário traz consigo o questionamento de raiz da ditadura, — a impugnação de sua plataforma e de seus objetivos econômicos.

Assim, o movimento democrático das massas trabalhadoras traz consigo uma dimensão decisiva, historicamente nova: atua diretamente sobre a organização material de toda a estrutura social. Sua reemergência não é apenas, conseqüentemente, uma pura ampliação numérica das hostes alinhadas na oposição, mas eleva e muda acentuadamentre a qualidade desta, na luta contra o estado de exceção e pela construção da democracia. Queira ou não queira, saiba ou não saiba, o movimento de massas dos trabalhadores põe em xeque toda a razão de ser da ditadura, abala a possibilidade de existência desta e aponta imperativamente para a necessidade de um programa econômico alternativo.

Foi o que se pôs e viu nas praças públicas e esportivas de S. Bernardo do Campo, terra dos peões que ainda não sabem, mas que já estão a cravar no solo as raízes da democracia. Diante deles, a intervenção executada consubstancia a força de resistência do historicamente velho, mas há que perceber que já se tratou de uma repressão na defensiva.

No confronto das jornadas de março, como é próprio do real em seus andamentos, grandezas e debilidades apareceram entrelaçadamente, sob vários aspectos. No sentido global e decisivo, o caráter ascendente das forças das massas trabalhadoras e o sentido descendente das energias ainda ponderáveis da ditadura. A fragilidade do poderio atualmente circunscrito da força nascente das massas, em contraste com a energia aparatosa e coagulada da vitalidade em declínio da esfera do poder.

E o que é especialmente interessante e positivo: foi a própria fraqueza circunstancial que permitiu que aflorasse a imensa pujança do movimento das massas trabalhadoras.

Quando eclodiu a greve dos metalúrgicos do ABC, já o dissemos, as condições eram limitadoras, pois o acordo, que já fora estabelecido, com uma trintena de sindicatos de outras bases territoriais, desde logo, reduzia a expansão possível. Ainda mais e fundamentalmente, como também já foi indicado, tal como se pôs, o movimento grevista se viu, de imediato, remetido a um nível de luta que ultrapassava o plano das contendas delimitadas. O natural despreparo e inexperiência, a subestimação do adversário, a debilidade na apreciação da realidade, a fraqueza, em síntese, de uma força nascente impediu a percepção de que a greve, depressa demais — e sem força para isso — se punha na situação de um movimento diretamente desafiador da política econômica vigente. O movimento parece não ter dado maior importância ao fato de que estava circunscrito, não notou que já pelejava a nível de seu objetivo estratégico, prosseguindo a manejar como se

10

11

13

12

estivesse atuando simplesmente num plano bem mais estreito. Laborou, pois, naquela fase, na incompreensão política do seu próprio momento, confundindo inadvertidamente o que há de ser seu ponto de chegada com a travessia concreta que estava vivendo, julgando que não se afastara desta.

Mas, na medida que configurava, independentemente de intenções, o questionamento referido, ou pelo menos assim podia ser interpretado, sofreu a perda dos sindicatos e a decapitação de seus dirigentes. Ônus, evidentemente, demasiado elevado num processo que, na fase que atravessa, tem na acumulação de forças um de seus aspectos essenciais.

Em contraposição, foi precisamente dessa fraqueza e desse debilitamento sofrido que sobreveio o momento de viragem. Viragem que só foi possível porque, grife-se com a máxima ênfase, a debilidade apontada vinha no bojo da fortaleza imanente e essencial que vem caracterizando, acima de tudo, o movimento das massas operárias e trabalhadoras.

Ao sofrer o golpe profundo da intervenção, em contraste radical à expectativa do poder, que esperava num refluxo imediato o colapso do movimento, deu-se uma inversão de expectativas, totalmente inesperada, mas que tem uma clara explicação.

Quando Lula, na condição de presidente cassado, reassumiu a liderança do movimento, ele o fez em praça pública, e pôde fazê-lo só porque na rua estava a vitalidade de um incontestável movimento de massas. Da existência deste nascera a possibilidade da retomada da liderança da greve, bem como da condenação da intervenção ao insucesso.

Não fica com esta afirmação ocultado que, durante um ou dois dias, tudo parecera destinado ao fracasso, que a multidão se contorcera desorientada e que se chegara a temer um verdadeiro desastre. Não, de nenhum modo se oculta tais coisas, pois não se está a dizer que a massa dos trabalhadores liderou o processo, mas que foi ela, com sua força imanente, que criou as condições de ser liderada.

Assim, nesta malha de reversões e cambiante direcionamento das forças, se a greve dos metalúrgicos, quando se lançou em meados de março, não o fez na posse de uma perfeita avaliação da situação, o poder, quando interveio e decapitou, não compreendeu verdadeiramente que estava diante de um movimento de massas, que a greve instaurara o exuberante fenômeno das assembléias sindicais multitudinárias, e que, portanto, encontrava-se diante de acontecimentos de nova qualidade, em face dos quais seu instrumental jurídico-repressivo era, em certa medida, impotente. Aquela já não era uma situação em que bastava cassar um dirigente para chegar à aniquilação de uma entidade ou à castração de um movimento. Toda uma multidão, agora, teria que ser agrilhoada.

Reassumindo, Lula, enriquecido pelo aprendizado de um intenso processo, soube redimensionar o movimento; seja pela trégua de 45 dias, que permitiu conservar a organização e o teor de luta, e estas a continuidade das negociações; seja pelo desenvolvimento da mobilização e da ampliação, sob novas formas, do movimento e da solidariedade, esforço que culminou no extraordinário 1.º de Maio unitário de 200 mil trabalhadores.

E tudo, assim, permitiu findar, neste momento, pelas conquistas concretas do acordo de maio. Estas, sem dúvida, custaram transigências, meneios, jogos de cintura, etc. Com certeza, mas é inadmissível desconsiderar que tudo isso pôde ocorrer precisamente porque dezenas de milhares o tornaram possível através de assembléias gigantescas e da demonstração de que sabem, com grande disposição, parar as máquinas com ampla maestria.

Conquistas concretas de maio porque vitória efetiva, no plano das lutas de caráter imediato, que se materializa a cada por cento arrancado ao arrocho.

10

11

12

13

15

5

6

2

cm

Vitória porque, depois de violentamente golpeado pela intervenção, o movimento conseguiu se recolocar e prosseguir, dimensionar apropriadamente a extensão da batalha e finalizar pela conquista de pontos significativos, onde avulta naturalmente a reconquista dos sindicatos e a reintegração das diretorias cassadas. Aspectos de máxima relevância, estes últimos, sem precedentes na história das lutas sindicais brasileiras, e que constituem produto direto do emergente movimento democrático das massas trabalhadoras. Vitória, pois, pela elevação e fortalecimento da luta dos trabalhadores que, inegavelmente, testemunham a lição aprendida de que, em toda essa guerra, a única coisa que tem a perder é o arrocho. Razão porque a presença e a ação do movimento operário e de todos os trabalhadores são, hoje, ainda mais decisivas do que já o foram em épocas passadas.

DO MOVIMENTO DE MASSAS À CONQUISTA DA DEMOCRACIA

Certos setores esvaziam o significado essencial do caudal grevista em curso 10 banalizarem sua ocorrência sob a observação de que as greves são acontecimentos corriqueiros numa democracia.

Ora, no Brasil, excetuadas iniciativas esparsas, que nem por isso foram, aqui, omitidas ou desprezadas, que se arrolam como pertencentes à fase de resistência democrática, não houve, durante quase década e meia, nenhum caudal grevista, e quanto à óbvia inexistência de vida democrática não é preciso, nesta passagem, insistir.

E se já houve, em outros tempos, greves maiores que as do ABC, e mais abrangentes, nunca dantes um processo grevista significou tanto e tão profundamente a materialização do advento do historicamente novo.

Deixam, os que banalizam as greves como fenômenos corriqueiros, de captar precisamente o que mais importa: a direção para a qual aponta e concretamente se dirige o movimento das massas trabalhadoras, — o derrube do arrocho, a construção da democracia, entendida como configuração substantiva, verdadeiro alvo estratégico das maiorias brasileiras. Pois o objetivo das massas trabalhadoras não está simplesmente forçar que o regime ultrapasse, nesta ou naquela oportunidade, os índices dos reajustes salariais do arrocho. O que lhes interessa é que todo o "modelo" caia; vale dizer que a presença e a luta dos trabalhadores demanda à recomposição completa da equação do sistema produtivo brasileiro.

Longe, portanto, de serem uma manifestação corriqueira, as greves, — a ação das massas trabalhadoras brasileiras —, ao longo do último ano, são o pôr-se em movimento da categoria social básica, do sujeito coletivo essencial da dinâmica histórica brasileira em direção à construção da democracia.

Na progressão dos doze últimos meses tivemos a evidência cabal disto. Dos braços cruzados às assembléias multitudinárias, a retomada do fluxo histórico ascendente instaurou o movimento democrático de massas, que explicitando, como não poderia deixar de ser, os interesses imediatos dos trabalhadores sacode pela base a razão de ser do sistema. Isto é, no quadro atual, desde sua reemerção e, progressivamente, em sua rápida evolução, o movimento dos trabalhadores, em qualquer de seus gestos e atos transcende e ultrapassa as fronteiras de seus interesses corporativos. A luta por melhores salários, a guerra contra o arrocho, o empenho por uma nova ordenação jurídica dos sindicatos é, de imediato, a luta contra a política econômica da ditadura, portanto, contra a existência desta. O que faz compreender que os vastos contingentes de trabalhadores constituem o veio fundamental do andamento nacional, a fonte decisiva de toda mudança necessária e possível.

10

11

13

12

14

15

2

1

CM

3

4

Configurada, pois, está a contraposição. De um lado, como núcleo estruturante, o movimento das massas trabalhadoras perspectivam a supressão do arrocho, doutro, resistindo, pois constitui a pedra angular de seus interesses, permanece a ditadura, corroída pela autofagia do "milagre", na defesa intransigente de seu sistema de super-exploração do trabalho. Choque, pois, que tem por centro a definição do fundamento de base da vida econômica nacional.

Cada passo, hoje, está na dependência do que, em face disto, possa ser perspectivado. E é fundamental que se compreenda e leve na devida consideração as energias que restam a uns, e as potencialidades que estão contidas em outros.

Na defesa de uma ordem econômica subordinada à dinâmica imperialista, articulada com grupos locais, o sistema no poder, como está se explicitando, manobra com o advento de negatividades crescentes. Sua angulação passou a ser a de seu próprio conformismo para com as adversidades econômicas, numa espécie de "perspectiva da catástrofe", tanto para seus parceiros mais rebeldes, como para as multidões de trabalhadores e assalariados. Enfim, trata-se do "desaquecimento", do desemprego, numa palavra mínima, da estagnação "disciplinadora", que sob toda e qualquer forma só oferece uma certeza, - a da sustentação e aprofundamento do arrocho. Tudo isso em compasso de contemporização, à espera de um novo dia de sol. Os grupos monopolístas, bem nutridos, têm reservas, sem dúvida para esta travessia das sombras.

E as massas operárias e trabalhadoras? Estas, ao contrário, acabam de reemergir pela e para a explicitação de sua fome. Sua dinâmica e perspectiva é precisamente a inversa da do sistema, demandando a elevação urgente de suas miseráveis condições de vida. Tornaram patente, à luz de todos os seus atos, nas ações que hoje culminam, que inimigas de sempre do arrocho, não estão mais dispostas a suportá-lo.

Diante da manifestação desse justo e eloquente inconformismo, diante desta válida resolução transformada em ação concreta, está posta a questão, e não por qualquer doutrinarismo, da formulação de um programa econômico alternativo. O movimento democrático das massas trabalhadoras pôs, na ordem do dia, esta antiga necessidade que, até agora, o movimento oposicionista não foi capaz de assumir e equacionar.

De modo que, se alguma polêmica ainda era possível, em passado recente, quanto à prioridade tática entre a dita questão nacional e a democrática, hoje, com a emergência do movimento das massas trabalhadoras, a permanência de qualquer dúvida, quanto à indissolubilidade das mesmas e à inigualável capacidade de sensibilização e mobilização que possui a primeira sob a forma das reivindicações imediatas, qualquer hesitação passa à condição de despropósito, pois, no mínimo, se converte em entrave para o desenvolvimento das próprias lutas. Ou haverá alguém disposto a pedir ao movimento operário e de todos os trabalhadores que espere pelas reinstitucionalizações para, então e só na sequência, prosseguir nas suas lutas? Seria contraditoriamente afluir para muito próximo do que pretende o regime de exceção com sua lenta, gradual e segura caminhada em torno do mesmo lugar. Seria exatamente bloquear o caminho fundamental para a conquista da democracia. Caminho que vem se avolumando a olhos vistos, estando a ser reforçado pelos sucessos indiscutíveis que vem alcançando e que são de uma concretude incomum, desconhecida até à emerção do movimento das massas trabalhadoras.

A formulação de um programa econômico alternativo e sua condução à vitória, através da conjugação da mais ampla frente possível das categorias sociais brasileiras, é o que tem por latência o âmago do movimento das massas trabalha-

10

11

12

13

15

2

1

cm

3

4

5

doras, na sua rota imanente em direção à democracia.

Trata-se, pois, de compreender que os caudais grevistas em curso trazem em seu bojo o direcionamento histórico da conquista e da construção democráticas, das quais o programa econômico alternativo é a vertebração.

Isto é compreender que, no Brasil, a democracia é o vir a ser, o historicamente novo, tendo, pois, de ser conquistada e construída, e não simplesmente reconquistada, dado que, num sentido legítimo e concreto, nunca a tivemos em nosso país. Basta pensar, sem com isso de nenhum modo desprezá-lo, que durante o único período, em toda nossa história, em que mais próximos estivemos de uma existência democrática — 1945 a 1964 —, esta teve uma vigência eivada de limites palpáveis, e que mesmo em toda sua acanhada realidade política, econômica e social foi, várias vezes, duramente combatida e atacada, não conseguindo, por fim, prevalecer. Anos, estes, nem mesmo uma vintena, que viram o suicídio de um presidente, a renúncia de um outro e a derrubada pela força de um terceiro; e tudo isto já sem contar com um pequeno enxame de golpes e contra-golpes, e com o fato de que exclusivamente um único presidente da República conseguiu exercer, até o fim, o mandato que recebera em eleições diretas.

Tudo isso decorre, é claro, de nosso processo de formação, da maneira pela qual, nas fronteiras do nosso espaço nacional, as classes sociais ganharam existência, urdiram e foram urdidas por uma infinidade de vetores e situações, de ordem interna e externa.

E posto que a democracia é o novo que forceja por advir, é preciso determinar a que possibilidade objetiva atende e qual o seu suporte social.

Em suma, compete aqui reconhecer, na esteira de tudo que já foi exposto, que só da perspectiva do trabalho se põe, em nosso dias, o historicamente novo, no Brasil. Que é apenas da perspectiva das massas trabalhadoras que é possível ser posta uma propositura que se assuma com abrangência para a universalidade da sociedade brasileira, deixando de fora tão somente aquelas minorias que consubstanciam precisamente o velho, que limita e nega o advento da democracia. Não que o historicamente velho esteja completa e definitivamente exaurido, mas deste só se pode esperar, e ele não pode nada mais oferecer, do que a sua própria repetição, a reprodução ampliada de seu próprio inchaço; ou em termos rigorosos, a modernização "prussiana". E esta é precisamente a negação da democracia.

Sim, é de grande importância acentuar o caráter "prussiano" do evolver histórico no Brasil, isto é, o itinerário que o marca pelas transformações econômico-sociais realizadas pelo alto, e que põem as massas, tanto quanto partícipes como beneficiárias, à margem dos processos de mudança.

Mas isto não basta, pois, é decisivo que se grife que não se trata de um "prussianismo" indeterminado. Em verdade, a evolução do capitalismo no Brasil se dá no quadro do que, em outras parte, caracteizamos como "prussianismo"-colonial e com mais propriedade ainda — via colonial do capitalismo (Veja-se, por exemplo, a Parte II de A "Politicização" da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico, in TEMAS de Ciências Humanas, N.º 2, de setembro de 1977, pg. 145).

A particularidade da via colonial, e aqui não cabe apontar mais do que isso, engendra uma burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou o faz de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de independência neo-colonial ou de subordinação estrutural ao imperialismo. Em outros termos, as burguesias que se objetivaram pela via colonial não realizam sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia prussiana, que deixa apenas, como indica

Engels, de realizar suas tarefas políticas. De modo que, se para a perspectiva de ambas, de fato, é completamente estranha a efetivação de um regime político democrático-liberal, por outro lado a burguesia prussiana realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses, enquanto a burguesia produzida pela via colonial tende a não romper sua subordinação, permanecendo atrelada aos polos hegemônicos das economias centrais. Em síntese, a burguesia prussiana é anti-democrática, porém autônoma, enquanto a burguesia colonial, além de anti-democrática é caudatária, sendo incapaz, por iniciativa e força próprias, de romper com sua subordinação ao imperialismo.

De modo que a democracia é uma questão altamente intrincada, tanto nos países de via prussiana, como de vida colonial. Como, nestes casos, configura-se a possibilidade objetiva de seu advento? Qual o sujeito coletivo que lhe serve de suporte e de cuja perspectiva pode, então, ser edificada? Em poucas e diretas palavras: quem está, ou pode estar, nestes países, interessado na democracia? Quem é seu inimigo?

Consequentemente, dada a evidente universalidade de certos valores formais da democracia, a questão que verdadeiramente importa não é, portanto, a de sua validade, mas de sua gênese possível em cada caso concreto.

Se se pensa, de fato, na democracia como um objetivo estratégico, de parco ou nenhum valor, teórico ou prático, é a desnecessária insistência em sua universalidade abstrata, se não se descobre e indica a sua gênese concreta possível. Mesmo porque, sem a rigorosa determinação da gênese possível em cada caso, corre-se o risco de reduzir a luta pela democracia, pelo recurso sempre arbitrário da dilatação das "autonomias relativas", a um pobre ato de vontade, e a resvalar do pretendido caráter estratégico para uma estiolada taticidade politicista.

Enfim, é preciso angular a análise pela fonte real da democracia no Brasil, e não por aquilo que deverão ser, muito mais adiante, a perder completamente de vista, as relações entre a democracia (futura) e a forma social superadora (ainda mais futura) do modo de produção vigente. Mesmo porque, se Lênin tinha razão em afirmar que não existia "democracia pura", em cada lugar e momento determinados a democracia como valor concreto, real ou latente, jamais é um simples contorno de uma universalidade abstrata.

Portanto, quando se fala no advento, mesmo que somente dos valores formais da democracia, é de todo insuficiente proclamar apenas sua validade universal, pois é querer resolver um grave problema concreto pela simples alusão à verdade de uma noção geral, sendo necessário determinar de que forma particular, em cada caso, sua objetivação pode efetivamente se realizar, dado que mesmo o político-formal demanda, para nascer, a ação determinante de agentes, fatores e situações reais. O que cabe, portanto, assinalar, diante do valor universal da democracia, é que os referidos agentes, fatores e situações reais podem ser diversos daqueles que pela primeira vez, na história, lhe deram origem. E tudo leva a indicar que, nos países que foram historicamente levados a atravessar a via colonial do capitalismo, até mesmo os mais formais dos valores da democracia política são devidos fundamentalmente, quando em forma minimamente real e estável, à perspectiva e à ação do trabalho.

Dito de modo inverso, e sobre os ombros de toda nossa reflexão: são absolutamente incompatíveis o regime do arrocho salarial e a democracia, mesmo tomada esta em seu limites os mais puramente formais. Razão porque, na luta pela democracia, é imperativo a formulação e a condução à vitória de um programa econômico alternativo que liquide o arrocho e oriente no sentido da destruição, pela raiz, das condições de seu ressurgimento, o que significa a demolição progressiva das bases do "prussianismo"-colonial, que caracteriza estruturalmente a

10

11

12

13

15

5

6

2

CM

3

sociedade brasileira, e que se consubstanciam principalmente na subordinação ao imperialismo, na conservação de uma estrutura fundiária latifundiada, prioritariamente volto la à exportação ou à especulação da terra, e na "modernização" monopolista. Um programa econômico, portanto, da perspectiva das maiorias que isole, pois, os antagonistas minoritários da democracia.

E, na medida exata, em que isto-é trazido imperativamente à ordem do dia pelo ressurgimento de massas das luta operárias e de todos os trabalhadores, torna-se evidente que qualquer tolhimento ou procrastinação do movimento das massas trabalhadoras é desarmar o processo de conquista da democracia. E uma dessas dilações, ainda que por perplexidade, é a inexistência de um programa econômico alternativo, de tal modo que, numa fórmula sintética, há que compreender que — quem não luta contra o arrocho não quer a democracia, e quem quer a democracia luta por um programa econômico alternativo.

Um programa econômico evidentemente que tem por princípio a liquidação da super-exploração do trabalho. Consequentemente uma plataforma da perspectiva das massas trabalhadoras, que, ao nortear, um reordenamento da organização da produção, o faça no sentido de que sejam atendidas prioritariamente as demandas das maiorias, sendo assim capaz de atrair para si o apoio dos setores econômicos engajados ou engajáveis no departamento de produção de bens operários, o que compreende a pequena e média burguesia nacional. Mesmo porque, obviamente, o movimento das massas trabalhadoras não está, atualmente, direcionado no sentido de pôr em causa o capitalismo no Brasil, mas propugnando uma reorientação nos rumos das atividades produtivas. É no que importa o derrube do arrocho, e não em um impossível aditamento distributivista mais "generoso" à atual política econômica, geradora intrínseca da super-exploração do trabalho.

Demanda-se, pois, um programa econômico alternativo no sentido de um pacto social das maiorias, que tem por eixo fundamental os trabalhadores da cidade e do campo, em torno do qual se alinham outras categorias sociais que têm interesse na conquista e na construção da democracia. Uma plataforma alternativa que desenhe as vias de afluência e conquista da solidariedade dos mais amplos setores da população, e assim permita e conduza a lutas de massas maiores e mais abrangentes, sob as mais diversas formas, desde os pronunciamentos de entidades as mais distintas, até às manifestações coletivas de grandes massas, de que o 1.º de Maio no ABC é um excelente exemplo. Um programa econômico alternativo que faça nascer um estreito compromisso da federação oposicionista com a luta das massas contra o arrocho.

Numa palavra, uma plataforma de vertebração geral da luta pela democracia, que, pela sua força de representação universalizadora da sociedade brasileira, articula e potencializa as exigências universalizantes da anistia, da convocação de uma Assembléia Constituinte e das demais perrogativas democráticas que têm, assim, explicitadas suas raízes no chão social, quando deitadas sobre a ossatura da raiz que as nutre e impulsiona.

Tem sido dito, diante das alterações introduzidas ao nível do clima institucional, e especialmente das iniciativas, no mesmo campo, do governo Figueiredo, numa supervalorização destas, que "tudo está acontecendo no país à revelia da oposição. Sem sua participação e sem a sua crítica." Exagero, sem dúvida, quanto ao "tudo que está acontecendo", não deixa todavia de ser sintomático quanto ao mais, pois não é outro o significado da confissão feita por um deputado federal da oposição que, revelando a atual perplexidade do MDB, declarou que o partido se encontra "agora com os espaços alargados que não sabe aproveitar". Demonstração cabal disto é ter a bancada federal emedebista hipotecado solidariedade aos metalúrgicos do ABC somente 23 dias depois de iniciada a greve. Prova, entre

outras, da incapacidade e do despreparo da agremiação oposicionista, quase um ano depois de reiniciadas as lutas sindicais, para se oferecer como canal de apoio eficiente aos trabalhadores em greve. Excetuadas iniciativas pessoais de alguns poucos parlamentares, foi o quadro triste que restou, em meio à exuberante pugna dos trabalhadores.

Ao contrário do que se supõe, isto não é uma debilidade da agremiação, mas consequência natural de sua "virtude" policista, isto é, do fato do MDB nunca ter conseguido enfrentar programaticamente a questão econômica, seja em termos de crítica partidária coletiva à política econômica da ditadura, seja em termos do encaminhamento de uma plataforma econômica alternativa, exceção feita a uma tentativa única, realizada há cerca de dois anos e que lamentavelmente não frutificou.

Contudo, este pode ser, talvez, o momento de sua redenção, e isto por um duplo condicionamento. Pelo fato de que um programa econômico alternativo ter se tornado imperativo face ao movimento dos trabalhadores e do estrangulamento do projeto situacionista, e em razão, também ao inverso do que superficialmente possa parecer, de que sem uma plataforma global e bem articulada não terá como eficientemente combater pela preservação de sua unidade, exposto que está às ameaças da "pilhagem" sistemática, ainda que epidérmica, de suas bandeiras, e de implosão arquitetadas pelo poder e alimentadas por certas de sua próprias correntes.

Terá o MDB, em outro termos, que estritar e aprofundar sua identidade com as massas, isto é, terá que reconhecer, em que pesem as distinções de forças que mantém federadas, que é representante destas maiorias trabalhadoras e que lhe cabe ir em direção ao movimento de massas destas, o que implica em contribuir na formulação, e em tornar-se porta-voz, de um projeto alternativo global de governo, onde a peça — dramaticamente ausente, até hoje, é a de um programa econômico efetivamente articulado e constantemente explicitado. Terá o MDB energias para tanto?

Hoje o quadro oposicionista brasileiro vive um desencontro ou um paralelismo entre a oposição política parlamentar e o movimento das massas trabalhadoras.

Por sua própria natureza e força a ação dos trabalhadores induzirá à superação desta situação, de modo que a oposição política parlamentar tem bons motivos para se desvenciliar de seus entraves politicistas e ir ao encontro do conteúdo e da dinâmica das massas, na mesma proporção que estas buscarão fazer com que a oposição política parlamentar se torne a sua oposição, pressionando-a para que assuma um programa econômico da sua perspectiva e conteúdo.

Ora, e na medida em que ao mover do eixo giram as rodas, a oposição emedebista, ou seja qual for a legenda (ou legendas) sob a qual venha a se abrigar, a oposição, enquanto tal, será posta a serviço de um programa das massas, e não estas a serviço de um programa da oposição, mesmo porque a oposição democrática só tem futuro da perspectiva dos trabalhadores.

Compreendido que o ritmo e o grau da progressão democrática serão determinados pela luta dos trabalhadores, é natural, portanto, que esta induza e propugne por um programa econômico alternativo, e que leve à articulação em torno dele das demais categorias sociais que constituem as maiorias, vindo a arrastar, como polo dinâmico, se preciso for, a oposição político-parlamentar para a mesma direção, se esta, de moto-próprio, não for capaz de se movimentar neste sentido.

Asssim, o roteiro político do movimento sindical não é o de se isolar eventualmente numa legenda própria, mas é o de encontrar o sentido político de sua

própria ação, condicionando e compelindo a própria oposição parlamentar, obrigando-a a prestar a solidariedade que lhe é devida e levando-a a assumir uma plataforma der ocrática global e concreta onde um programa econômico alternativo é a vertebração imprescindível para a floração, como a copa do tronco, do elenco indispensável de todas as franquias democráticas.

Opera-se, assim, uma verdeira fusão e interpretação de dimensões e significados, mutuamente potencializadores, porque elementos específicos, mas não autônomos, convenientemente dispostos, de uma só e indissolúvel necessidade, a de edificar uma concreta democracia de massas. Pois, não é a exigência de comer um claro direito democrático? Ou, não é a anistia a liquidação do arrocho da liberdade? E não há que anistiar da fome? E gritar peça existência material não é luta pela liberdade de expressão? Tudo isto constituinte da produção de uma nova forma de politicamente existir, na política de um novo ordenamento constituinte da produção.

Tudo isso principiou, mas apenas principiou. É preciso ampliar e acumular forças. Mediações há, insuprimíveis, a desdobrar. Não é empreendimento suave, nem de curto prazo. Trata-se de implantar o novo, e o historicamente velho, grife-se, apesar de abalado, não está, nem muito menos, defintivamente impossibilitado de se recompor e de tornar a multiplicar seu inchaço. Só o adequado e maduro prosseguimento, ampliação e fortalecimento das ações das massas trabadoras pode conjurar esse perigo. E o momento é propício neste sentido, pois o regime de exceção se encontra em desequilíbrio e cabe às forças do trabalho não lhe darem tréguas, acossando-o de tal modo que se torne impossível qualquer outro ciclo de acumulação baseado no arrocho. É preciso ficar definitivamente estabelecido que a maiorias se recusam a que isto aconteça, e a democracia só advirá na medida em que as massas trabalhadoras consigam impor uma tal situação.

A velocidade com que se implantará o novo dependerá de inumeráveis fatores, onde avulta a compreensão de que a democracia, no Brasil, será fundamentalmente conquistadas pela base de massas, mobilizadas e organizadas pelos seus interesses imediatos, que, no quadro atual, diretamente, abrem, se lançam e ferem, reafirmando fulcro histórico-básico, o cerne político essencial da equação econômica pela qual, há quinze anos, foi eregido um sistema, em tudo e por tudo hostil aos trabalhadores, à democracia e aos interesses nacionais, responsável, agora já de público, por não poucas atrocidades, dentre as quais, e com certeza não a menor, está a fome das maiorias — e isto não é um recurso de linguagem.

O EMPINADOR DE ESTRELA

é o novo livro de Lourenço Diaféria cronista da Folha de S. Paulo, contista e novelista

Destinado às crianças de 9 anos para cima

Cr\$ 80,00

Pedidos por reembolso ou através de cheque visado à Editora e Livraria Escrita Ltda.

Rua General Jardim, 570 — Fone: 255-5194

01223 — São Paulo (SP)

OS SINDICATOS

F. Engels

Em nosso último artigo, consideramos o modo como os sindicatos exercem uma ação de força contra os patrões para obrigá-los a aplicar a lei econômica do salário (1). Voltamos a esse tema porque é da maior importância que a classe operária compreenda a fundo o problema.

Pensamos que não há atualmente um só operário inglês a quem se tenha que explicar que o interesse do capitalista isolado, assim como do conjunto de capitalistas, é diminuir o salário o máximo possível. Como Ricardo (2) provou de modo irrefutável, o produto do trabalho, depois de deduzidos todos os gastos, se divide em duas frações: a primeira representa o salário dos operários e a segunda o lucro do capitalista. E, como o produto líquido do trabalho constitui em cada caso individual uma magnitude determinada, é evidente que a fração denominada lucro não pode aumentar sem que se diminua a fração chamada salário. Negar que o capitalista tem interesse em diminuir os salários equivale a afirmar que não tem interesse em aumentar seus lucros.

Sabemos muito bem que existem outros meios de aumentar imediatamente o lucro, mas, de qualquer maneira, não alteram a lei geral, de modo que não é necessário tê-los em conta.

Todavia, como podem os capitalistas baixar o salário, se o salário médio está regulamentado por uma lei econômica específica e bem determinada? A lei econômica dos salários existe e é irrefutável.

Mas vimos que é elástica em dois sentidos. O salário médio pode baixar em um ramo especial, seja diretamente por uma gradual adaptação dos operários deste setor a um nível de vida mais baixo, ou indiretamente pelo aumento do número de horas de trabalho por dia (ou pela intensidade do trabalho durante um mesmo período de tempo de trabalho), sem que disto resulte um aumento do salário.

O interesse de cada capitalista individual em aumentar seu lucro mediante a redução de salários dos operários é constantemente estimulado pela competição entre capitalistas de um mesmo ramo da indústria. Cada um deles se esforça em vender mais barato que o outro para pôr seu rival em dificuldades e, porque não quer sacrificar seu lucro, deve tentar baixar os salários. Desse modo, a competição entre capitalistas aumenta consideravelmente, pelo próprio interesse de cada capitalista, a pressão sobre o salário médio. O que antes era uma simples questão de lucro mais ou menos elevado torna-se, nestas condições, uma necessidade imperativa.

Os operários não-organizados não dispõem de meios de resistência eficazes contra essa pressão constante e repetida. Por isso, nas indústrias onde os operários não estão organizados, os salários tendem constantemente a baixar, e o número de horas de trabalho a aumentar. Esse processo é lento mas seguro. Os períodos de prosperidade podem interrompê-lo temporariamente, mas os períodos de depressão aceleram-no ainda mais. Os operários habituam-se progressivamente a um nível de vida cada vez mais miserável. Enquanto aduração da jornada de trabalho lende a aproximar-se cada vez mais do máximo, os salários se aproximam cada

vez mais do mínimo absoluto, quantia abaixo da qual é absolutamente impossível aos operários viver e reproduzir-se.

No princípio do século XIX, houve na Inglaterra uma exceção transitória a essa regra. O desenvolvimento rápido das máquinas e a utilização do vapor não bastava para satisfazer uma procura desses produtos. Nesses ramos da indústria, os salários - com exceção das crianças vendidas aos fabricantes pelas casas de trabilho — eram geralmente elevados. Os salários para os trabalhadores qualificados, dos quais não se podia prescindir, eram muito elevados: os salários de um mecânico, um cortador ou um tecelão, hoje pareceriam fabulosos. Ao mesmo tempo, as profissões substituídas pelas máquinas estavam condenadas a desaparecer progressivamente. Mas as máquinas recém-inventadas não tardaram, por sua vez, a suplantar esses operários bem pagos. Inventaram-se máquinas que produziam máquinas em tal ritmo, que a oferta delas não só igualou mas ultrapassou a procura. Quando a paz geral de 1815 restabeleceu o tráfico normal, o ciclo decenal de prosperidade, superprodução e crise, começou manifestar-se. Todas as vantagens que os operários conservavam dos velhos tempos de prosperidade, em parte melhoradas durante o período de fúria superprodutiva, perderam-nas nos períodos de estagnação e pânico. A população trabalhadora da Inglaterra não tardou em ser submetida à lei geral, segundo a qual os salários dos operários não organizados tendem constantemente ao mínimo absoluto.

Todavia, os sindicatos legalizados em 1824 entraram em ação, e não sem tempo. Os capitalistas sempre estão organizados. Na maioria dos casos não necessitam de uma organização formal com estatutos, cargos, etc. Seu número restrito comparado com os operários, o fato de constituir uma classe particular e de manter relações sociais e comerciais constantes, suprem a organização. Só com o tempo, quando um ramo da produção adquire preponderância em determinada região, por exemplo a indústria do algodão em Lancashire, torna-se necessária uma união capitalista formal.

Em contrapartida, os operários desde o princípio não podem prescindir de um organização forte, com estatutos bem definidos e com autoridade delegada a funcionários. A lei de 1824 reconheceu estas organizações e, a partir daí, os operários se converteram em uma potência na Inglaterra. A massa, antes sem força por estar dividida em frações opostas, já não era impotente. A força dada pela união agregou-se a de uma caixa bastante cheia: o "dinheiro de resistência", como lhe chamam sugestivamente nossos camaradas franceses. As coisas mudaram totalmente. Para o capitalista tornava-se arriscado tentar baixar os salários ou aumentar as horas de trabalho.

Daí as explosões de ódio da classe capitalista dessa época contra os sindicatos. Acaso não considerava esta classe, há muito, que suas práticas vexatórias e exploradoras para com os operários, eram um direito adquirido e um privilégio legal? Era preciso pôr um freio nisso. Não surpreende que os capitalistas tenham gritado seu descontentamento e se considerassem tão lesados em seu direito e em sua propriedade como os latifundiários irlandeses de nossos dias.

Sessenta anos de experiência de luta levaram-nos ao bom senso. Hoje os sindicatos são instituições reconhecidas e sua ação é admitida como fator de regulamentação dos salários assim como da jornada de trabalho, como testemunha a legislação fabril. Mais ainda, os fabricantes de tecido de algodão de Lancashire acabam de copiar algo dos operários e agora sabem, quando lhes convém, organizar uma greve tão bem ou mesmo melhor que os sindicatos.

Graças, portanto, à ação sindical, a lei dos salários foi imposta pela força aos patrões capitalistas. Efetivamente, os operários bem organizados de todos os ramos da indústria, são capazes de obter — pelo menos aproximadamente — o

pleno valor da força de trabalho que ajugam a seus patrões e, com a ajuda da legislação do Estado, fixar o tempo de trabalho para que não exceda sua duração máxima, após a qual a força de trabalho se esgota prematuramente. Isto é o máximo que os sindicatos — como estão atualmente organizados — podem esperar obter e só ao preço de uma luta tenaz e de um imenso dispêndio de força e dinheiro. Entretanto, as flutuações econômicas, ao menos uma vez a cada dez anos, anulam tudo o que havia sido arrancado através de uma grande luta, e esta tem de recomeçar novamente. É um círculo vicioso sem saída. A classe operária continua sendo o que era e o que nossos predecessores cartistas não receavam chamar de uma classe de escravos assalariados. Deverá ser sempre esta a aspiração mais alta dos operários britânicos? Ou devem esforçar-se, ao menos, em rompereste círculo infernal, e fixar como objetivo do movimento a luta pela abolição do sistema de trabalho assalariado?

Na próxima semana examinaremos o papel dos sindicatos na organização da classe operária.

OS SINDICATOS (II)

F. Engels

Examinando detalhadamente as funções assumidas pelos sindicatos, vemos que se limitam a regulamentar o salário médio e fornecer aos operários, em sua luta contra o capital, alguns meios de resistência.

Consideremos a luta dos operários contra o capital. Efetivamente, esta luta existe ainda que os apologistas do capital afirmem o contrário. Ela subsistirá enquanto a redução dos salários for o meio mais seguro e mais fácil de aumentar o lucro e, mais ainda, enquanto durar o sistema de trabalho assalariado. A simples existência dos sindicatos é uma prova suficiente disso: se não lutassem contra as usurpações do capital, para que serviriam? Para que insistir no assunto?

Nenhum eufemismo pode ocultar o fato desagradável de que a sociedade atual está, fundamentalmente, dividida em duas grandes classes antagônicas. Por um lado, capitalistas que possuem todos os meios para o emprego do trabalho, e, por outro, os operários que só possuem sua força de trabalho. O produto do trabalho desses últimos deve ser dividido entre as duas classes e em torno dessa divisão se desenvolve uma luta incessante, uma vez que cada classe trata de obter a maior parte possível. O curioso é que a classe operária, que luta só para obter uma fração de seu próprio produto, freqüentemente é acusada de roubar os capitalistas!

Mas a luta entre as duas grandes classes da sociedade se converte necessariamente em uma luta política. Foi assim na longa batalha entre a burguesia (ou classe capitalista) e a aristocracia latifundiária e assim continua a ser na luta entre a classe operária e esses mesmos capitalistas.

Em toda luta de classes o fim imediato é a conquista do poder político: a classe dominante defende suas prerrogativas políticas, isto é, sua maioria assegurada no corpo legislativo. A classe subalterna luta primeiro por uma parte, depois pela totalidade do poder, para estar em condições de mudar as leis existentes, de acordo com seus interesses e necessidades próprias.

10

11

12

13

15

5

6

2

CM

3

Assim, durante anos, a classe operária da Inglaterra lutou com ardor e, até com violência, pela Carta do Povo (3), que lhe asseguraria esse poder político. Foi derrotada, mas a luta teve tal efeito sobre a burguesia vitoriosa que esta, desde então, se tem mostrado muito satisfeita em prolongar o armistício ao preço de novas concessões aos operários.

Na luta política de classe contra classe a organização é a arma mais importante. À medida que se desintegrava a organização puramente política, isto é, o Partido Cartista, a organização dos sindicatos se tornava cada vez mais poderosa e hoje alcança um tal grau de força que não pode ser comparada com nenhuma organização operária de outros países. Grandes sindicatos que agrupam de um a dois milhões de operários, sustentados por seções locais ou associações menores, representam um poder que todo governo da classe dirigente, seja liberal ou conservador, não pode deixar de ter em conta.

De acordo com as tradições de sua origem e de seu desenvolvimento no país, essas poderosas organizações limitaram-se, até agora, quase exclusivamente, à sua função de regularizadoras dos salários e das horas de trabalho, esforçando-se, por outro lado, por impor a abolição das leis abertamente hostis aos operários. Como já o dissemos, obtiveram exatamente o resultado que se podia esperar de tal ação. Todavia obtiveram algo mais: a classe dominante, que conhecia melhor suas forças do que os próprios sindicatos, fez-lhes voluntariamente concessões mais amplas. Ao estender o sufrágio universal a todos os níveis da administração, Disraeli deu direito de voto à maioria da classe operária organizada. Mas tê-lo-ia proposto se tivesse pensado que esses novos eleitores manifestariam uma vontade política e deixariam de estar atrás dos políticos liberais da burguesia? Teria podido aprovar essa lei se a classe operária, ao organizar-se em gigantescas organizações sindicais, não tivesse demonstrado que estava apta para as tarefas administrativas e políticas?

Essa medida abriu novas perspectivas à classe operária. Deu-lhe a maioria em Londres e em todos os centros industriais, o que lhe permitiu lutar contra o capital com armas novas, e enviar ao Parlamento homens saídos da classe operária. E aqui devemos dizer que os sindicatos esqueceram seu dever de vanguarda da classe operária.

A nova arma encontra-se em suas mãos há mais de dez anos, mas raramente foi usada. E deveriam não esquecer que não poderão manter a posição que agora ocupam, se não estiverem verdeiramente à frente da classe operária. É contra sua natureza que a classe operária da Inglaterra, que pode enviar quarenta ou cinquenta operários ao Parlamento, se contente sempre em ser representada pelos capitalistas ou pelos auxiliares destes, os advogados, os jornalistas, etc.

Além disso, certos sintomas indicam que a classe operária desse país começa a se dar conta de que, já há algum tempo, está no caminho equivocado. Com efeito, começa a entender que o movimento atual, girando exclusivamente em torno dos problemas de aumento de salário e de diminuição das horas de trabalho, a mantém num círculo vicioso sem saída, porque o mal fundamental não reside no baixo nível dos salários, mas no sistema de trabalho assalariado. Se esta tomada de consciência se estende ao seio da classe operária, mudará consideravelmente a posição dos sindicatos: não gozarão muito tempo do privilégio de serem as únicas organizações da classe operária. Ao lado ou acima dos sindicatos de cada ramo da indústria surgirá uma união geral, uma organização política da classe operária no seu conjunto.

Em consequência, as organizações sindicais fariam bem em considerar os dois seguintes pontos: primeiro, se aproxima a largos passos o momento em que a classe operária deste país reclamará, de maneira clara e nítida, sua plena parti-

cipação no Parlamento; segundo, aproxima-se também o momento em que a classe operária compreenderá que a luta por altos salários e pela duração da jornada de trabalho — em que se resume toda ação sindical no momento atual — não é um fim em si, mas um meio por certo muito necessário e eficaz, mas somente um meio entre outros, para visar um fim mais alto: a abolição do sistema de trabalho assalariado.

Para que o trabalho esteja plenamente representado no Parlamento e para preparar a abolição do sistema de trabalho assalariado, os sindicatos devem organizar-se não só como seções para cada ramo da indústria, mas como um corpo único da classe operária. E, quanto antes o façam, melhor. Não há poder no mundo que possa resistir, um dia sequer, à classe operária inglesa organizada como um todo único.

Tradução:

15

Rosa Maria Vieira Ricardo Antunes

Notas:

Estes textos fazem parte de um conjunto de artigos de Engels, publicados, em 1881, no The Labour Standard, jornal dos sindicalistas ingleses.

Foram extraídos e traduzidos de "Escritos Inéditos Sobre Sindicalismo", K. Marx e F. Engels. Editorial Abraxas, B. Aires. 1974.

- (1) Engels, em The Labour Standard, órgão dos sindicatos ingleses, 28 de maio e 4 de junho de 1881.
- (2) Ricardo, David (1772-1823). Figura eminente da economia política clássica burguesa.
- (3) No século XIX, a luta do operariado inglês ganha dimensões políticas de modo a reclamar uma base democrática para a Câmara dos Comuns. Surge, assim, em 1835, a "Carta do Povo" (e daí a denominação de movimento cartista), elaborada por um comitê da Associação Geral dos Operários de Londres. Entre as reivindicações fundamentais estavam: instauração do sufrágio universal, igualdades para todos os distritos eleitorais, abolição do dispositivo que reservava a elegibilidade somente aos proprietários, eleições anuais, voto secreto e remuneração aos membros do Parlamento de modo que candidatos pobres pudessem aceitar um mandato. (N. T.)

ANUNCIE EM ESCRITA E ESCRITA/ENSAIO

68,3% dos nossos leitores têm até 35 anos. 81,3% são do sexo masculino. 80,9% têm formação universitária.

É simples:

basta mandar um cheque visado à Editora e Livraria Escrita Ltda.

Rua General Jardim, 570 — Fone: 255-51-94 01223 — São Paulo (SP)

Seu anúncio deve caber nas seguintes medidas:

- 13 cm de largura por 20 cm de altura = uma página = Cr\$ 12.000,00
- 13 cm de largura por 10 cm de altura = meia página = Cr\$ 7.500,00
- 13 cm de largura por 5 cm de altura = 1/4 de página = 4.000,00
- 6,5 cm de largura por 5 cm de altura = 1/8 de página = Cr\$ 2.000,00

E mais:

Nosso classificado custa apenas Cr\$ 1.000,00 E você pode se espalhar dentro dele. São 6,5 cm de largura por 2,5 cm de altura.

PROGRAMAÇÃO DE LANÇAMENTO DE ESCRITA E ESCRITA/ENSAIO EM 1980

Fevereiro: Escrita/Ensaio 6

(Movimento Operário: Novas e Ve-

Ihas Lutas)

Março: Escrita/Ensaio 7

(O Arrocho Treme nas Bases do

ABC)

Abril: Escrita 30

Maio: Escrita/Ensaio 8

Junho: Escrita 31

Julho: Escrita/Ensaio 9

Agosto: Escrita 32

Setembro: Escrita/Ensaio 10

Outubro: Escrita 33

Novembro: Escrita/Ensaio 11

Dezembro: Escrita 34

LANÇAMENTOS BRASILEIROS DA VERTENTE E DA EDITORA E LIVRARIA ESCRITA

Em abril
Noturno da Lapa — 2.º edição — Luís Martins (memórias)
Jogo Bruto — Wladyr Nader (romance)

Em maio

Que os mortos Enterrem Seus Mortos — Samuel Rawet (contos)

Não Era uma Vez — Marcos Rey (infantil)

ASSINATURA DAS REVISTAS ESCRITA E ESCRITA/ENSAIO

AS	sina	ale con	1 X O (S)	titulo	(s) de	sua	preter	encia:			
()	Revist	a Escrita	(seis n	úmeros))				Cr\$	500,00
()	Revista	Escrita/	Ensaio	(seis nú	imero	s)			Cr\$	500,00
Fa	vor	preend	her o qua	adro ab	aixo:				11		
No	me	:									
Ci	dad	e:		. CEP:				Sigla	do Est	ado:	
		vações						3.2	-		
		•	atura dev	e ser f	eita con	n che	eque v	isado.			

2 — O assinante de qualquer uma das revistas terá 20% de desconto nas publicações da Vertente Editora Ltda. ou da Editora e Livraria Escrita Ltda. e 10% nas de outras editoras, em pedidos por reembolso postal.

Editora e Livraria Escrita Ltda. Rua General Jardim, 570 — Fone: 255-5194 01223 — São Paulo — SP

2

CM

5

CEDEM.

10

11

12

13

14

CADASTRO GERAL DE ESCRITORES

Esta revista está reorganizando o seu cadastro de escritores. Os interessados devem preencher os claros no quadro abaixo e remeter a ficha à redação. Sempre que houver acréscimos ou alterações, favor comunicar.

Nome literário:										
Nome real:										
Carteira de identidade:	the second second second									
Endereço:										
Cidade:	CEP:									
Livros publicados e respectivas datas:										
Informações complementares:										

CEDEM.

cm

NÚMEROS ATRASADOS DA ESCRITA

De 3 a 10 (1975-1976) — Cr\$ 10,00 o exemplar

- N.º 3: Hemingway, anti-herói de um conto cubano, de Edmundo Desnoes Chamie responde a Antônio Cândido e Assis Brasil Maria José Dupré, a mulher que mais vende livro no Brasil
- N.º 4: Três poetisas: Adélia Prado, Renata Pallottini e Olga Savary
 Ernesto Sábado e o quintal cultural da Europa
 Scott Fitzgerald, um conto de Astolfo Araújo
- N.º 5: Cornélio Pena: contra a onda
 Pré-lançamento de "Essa Terra", de Antônio Torres
 Valdemar Lunes, o imortal conto do venezuelano Ednodio Quintero
- N.º 6: Entrevista com Dalcídio Jurandir
 Esa mujer conto do peronista Rodolfo Walsh
 A agonia da estrutura na crítica literária francesa por João Baptista Natali e Johanna W. Smit
- N.º 7: Grandezas e misérias de Dyonélio Machado, o centauro dos pampas Calixto Garmendía — conto do peruano Ciro Alegría As Bodas de Pérola — capítulo do romance "A Festa", de Ivan Ángelo
- N.º 8: Publicação dos contos vencedores do Concurso do Paraná, de 1976 Entrevista com Cyro dos Anjos Entrevista com Luís Romano, de Cabo Verde
- N.º 9: A venerável Madame Pommery e o lançador do erário público de Hilário Tácito Entrevista com Manuel Scorza A metalinguagem da arte — por Décio Pignatari
- N.º 10: Lançamento do Concurso Escrita de Literatura

 Quem publica autores novos no Brasil por Geraldo Galvão Ferraz

 Abaixo os contistas mineiros! por Roberto Drummond

De 11 a 14 (1976) Cr\$ 12,00 o exemplar

- N.º 11: Entrevista com a escritora favelada Carolina Maria de Jesus Baldwin e a ilusão do progresso Lima Barreto: a tragédia da cor
- N.º 12: Entrevista com Adélia Prado
 A descoberta do Qorpo por Janer Cristaldo
 Berenice Cuevas y sus nueve maridos conto do colombiano Alberto Lopez Torres
- N.º 13: Entrevista com Osman Lins
 Entrevista com Edmundo Valadès, editor da revista mexicana "El Cuento"
 Oito presos da Casa de Detenção, de São Paulo, discutem "Uma Reportagem Maldita
 Querô!", de Plínio Marcos
- N.º 14: Entrevista com os autores portugueses José Cardoso Pires, Augusto Abelaira, E. M. de Melo e Castro, Bernardo Santareno e Fernanda Botelho América Latina: Tem sentido escrever? depoimento do uruguaio Mario Benedetti, Lua crescente em Amsterdam conto de Lygia Fagundes Telles

De 15 a 23 (1976-1977) — Cr\$ 15,00 o exemplar

2

CM

3

4

5

6

N.º 15: Entrevista com Nélson Rodrigues Sábato, bolchevique ou americanófilo?? Publicação do texto completo de "Letra Morta", com que Marcos de Carvalho ganhou o I Concurso Escrita de Literatura — Poesia

CEDEM.

10

11

13

12

14

NÚMEROS ATRASADOS DA ESCRITA

- N.º 16: Entrevistas com Affonso Romano de Sant'Anna e Wlademir Dias-Pino Reportagem: A feira do livro, em Porto Alegre — por Antônio Hohlfeldt Encarte do livro "Sabor de Química", de Roniwálter Jabotá
- N.º 17: Mário Chamie analisa Haroldo de Campos Encarte do mês: "Histórias da Terra Trêmula", de Moacyr Scliar Contos de Valdomiro Silveira e Ashokamitran
- N.º 18: Entrevista com Adelaide Carrarro Encarte do mês: "Sim Sinhor, Inhor Sim, Pois Não...", de Antônio Possidônio Sampaio Conto de Sérgio Sant'Anna
- N.º 19: Entrevista com os poetas da Nuvem Cigana, Geração Mimeógrafo e Folha de Rosto, do Rio de Janeiro Prosa de Hilda Hilst Reinoldo Atem fala da Editora Cooperativa de Escritores
- N.º 20: A tragedia nu láro Juó Bananére Trecho de "O Urso", de Faulkner, traduzido por Hamilton Trevisan O ensino da literatura brasileira nos Estados Unidos — por Roberto Reis
- N.º 21: As vanguardas já eram por José Guilherme Merquior Um supermercado na Califórnia (Allen Ginberg) a Um supermercado de Capacabana (Flávio Moreira da Costa) Entrevista com Roberto Drummond
- N.º 22: Resenha: mal necessário ou bem desnecessário? por Moacir Amâncio e Reny Bagini
 Grafite — conto de Sílvio Fiorani
 Depoimentos dos vencedores do I Concurso Escrita de Literatura
- N.º 23: Entrevista com Mafra Carbonieri
 Duas cartas de Guimarães Rosa a Osório Alves de Castro
 Os eleatas e a literatura por Fábio Lucas
- De 24 a 27 (1977-1978) Cr\$ 25,00 o exemplar
- N.º 24: Entrevista com Domingos Pellegrini Jr. Poemas do cantor e compositor Belchior Samuel Rawet e a culpa de Kafka
- N.º 25: Entrevista com Jamil Almansour Haddad Vicente Aleixandre: mais um Nobel político? Revisão de "O dourado papiro", por José Paulo Paes
- N.º 26: Reportagem: Primeiro Encontro com a Literatura Brasileira A poesia chinesa através dos séculos A poesia peruana sob Alvarado
- N.º 27: O depoimento de Clarice Lispector ao Arquivo do MIS

 Entrevista com Tristão de Ataíde

 O homem e From Rio with nothing contos de Hamilton Trevisan
- De 28 a 29 (1979) Cr\$ 80,00 o exemplar
- N.º 28: Ó louco do Cati capítulo do romance de Dyonélio Machado Entrevista com Hiroito, ex-deliquente e autor de "Boca do lixo" Impotentes epigramas antropofágicos — por Flávio R. Kothe
- N.º 29: Poesia Falada poemas vencedores dos concursos promovidos pela revista
 Escrita
 Ilusão, sangue e erotismo na vida e na obra de Yukio Mishima
 A opção pelo fantástico entrevista com Murilo Rubião

Pedidos por reembolso postal ou através de carta acompanhada de cheque visado à Editora e Livraria Escrita Ltda.

Rua General Jardim, 570 — Fone: 255-5194 01223 — São Paulo (SP)

REEMBOLSO POSTAL

Experimente nosso serviço de reembolso.

Podemos atender a quase todos os pedidos de livros

— desta e de outras editoras — que você fizer.

Os assinantes da Escrita e da Escrita/Ensaio tem 20% de desconto nos livros da Vertente e da Escrita. E 10% nos livros de outras editoras.

PESQUISA ESCRITA

Quais os 100 livros que você considera fundamentais?

Não só de literatura, mas de todas as áreas. Responda logo. Estamos aguardando.

Editora e Livraria Escrita Ltda. Rua General Jardim, 570 — Fone: 255-5194 01223 — São Paulo (SP)



MOVIMENTO OPERÁRIO: NOVAS E VELHAS LUTAS

Escrita/Ensaio 6

Cr\$ 120,00

Um amplo debate com

Affonso Delellis — ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, cassado em 1964; militante sindical desde 1942 José Ibrahim — ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (1967-1968); cassado em julho de 1968 e banido em setembro de 1969; retornou ao Brasil em maio de 1979; um dos organizadores do PT Marcelo Gato - ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e Cubatão; eleito deputado federal em 1974. com mais de 100 mil votos, foi cassado em janeiro de 1976 Bigode - Cândido Hilário de Araújo (Bigode) é militante de base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo; em 1978 encabeçou a chapa 2, Renovação Sindical Flores — militante do movimento sindical desde 1957; em 1972 integrou a chapa "verde", de oposição, can-

Assuntos:

didata ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo; em 1978 colaborou na formação da chapa 3

1 — O importante é a base
2 — Os erros de Osasco
3 — A aliança operário-estudantil.
4 — As greves espontâneas
5 — O pré-64
6 — O populismo
7 — As greves políticas
8 — O quebra-quebra do 1.º de Maio
9 — Greves de ontem e de hoje
10 — O fundo de greve é necessário?
11 — Abaixo a estrutura sindical!
12 — Um partido do trabalhador

Pedidos por reembolso postal ou através de cheque visado à Editora e Livraria Escrita Ltda.

Rua General Jardim, 570 — Fone: 255-5194

01223 — São Paulo (SP)